

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**LEONARDO SEGURA MORAES**

**POPULISMO, POLÍTICA ECONÔMICA E CRISES NA AMÉRICA LATINA**

**PORTO ALEGRE**

**2018**

**LEONARDO SEGURA MORAES**

**POPULISMO, POLÍTICA ECONÔMICA E CRISES NA AMÉRICA LATINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**PORTO ALEGRE**

**2018**

## CIP - Catalogação na Publicação

Moraes, Leonardo Segura  
Populismo, política econômica e crises na América  
Latina / Leonardo Segura Moraes. -- 2018.  
221 f.  
Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2018.

1. Populismo. 2. Política econômica. 3. Crises. 4.  
América Latina. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**LEONARDO SEGURA MORAES**

**POPULISMO, POLÍTICA ECONÔMICA E CRISES NA AMÉRICA LATINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 3 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein  
UFRGS

---

Prof. Dr. Andres Ferrari Haines  
UFRGS

---

Prof. Dra. Maria Angélica Borges  
PUC-SP

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é como consagrar uma trajetória intelectual. Defendê-la representa o bilhete de entrada para o espaço reservado na escala social aos doutores. Seres supostamente notáveis, que na maioria das vezes sentem-se mais espertos em suas torres de marfim. Espaço que me causa certo desconforto, ainda que muitas vezes me vejo de maneira incômoda nele.

Caminho há algum tempo por essa estrada. Graduação, mestrado e, agora, doutorado. Apesar da ainda pouca idade vivida, são tantos anos dedicados à educação, à pesquisa e à construção de conhecimento que às vezes parecem faltar palavras para expressar a gratidão e a paixão que me fazem acreditar nessa trilha.

Foram inúmeras histórias, encontros e desencontros marcantes ao longo desses anos, de modo que seria impossível expressar com justiça nas poucas linhas que me cabem. Tentarei, no entanto, esboçar um pouco dessas lembranças tão importantes para mim e para o que tem de melhor nesse trabalho. Afinal, é de histórias que existimos.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Carlos Roberto Moraes e Argélia Segura Moraes, pela dedicação, carinho e motivação comigo. Ainda que muitas vezes minhas escolhas pudessem parecer estranhas às suas experiências de vida, eles sempre acreditaram em mim mesmo quando eu tive dúvidas ou receios. Eles são os impulsionadores sem os quais seria impossível realizar essa pesquisa, e que também me ajudaram a construir um olhar solidário e honesto sobre o mundo e suas coisas. Minha gratidão não é apenas por esse momento concluído, mas por toda uma trajetória de vida e determinação que me possibilitaram acreditar nos meus sonhos.

Agradeço também ao meu orientador, Pedro Cezar Dutra Fonseca, com quem tenho trabalhado desde os tempos de mestrado. Um professor e pesquisador comprometido com a educação e o pensamento crítico para além dos muros interdepartamentais da universidade. Um intelectual empenhado a pensar e transformar o país, crítico coerente e incentivador de novas ideias. Devo a ele o constante incentivo para avançar nessa temática de tese e, por isso, nutro sentimento de gratidão pelo respeito à liberdade intelectual, mesmo quando minha criatividade parecia ir além do imaginável possível.

Não poderia deixar de falar sobre o processo de pesquisa e suas respectivas transformações. Talvez seja comum iniciarmos uma investigação de determinado jeito e mudar à medida que aprofundamos nossa compreensão do assunto, algo que também aconteceu comigo. E nessa toada, foi fundamental a colaboração e pitacos de amigos e amigas, colegas e amigáveis transeuntes da estrada.

Agradeço especialmente a escuta atenta e os debates provocativos que resultaram em proficuas sugestões por parte de Jonattan Rodriguez Castelli, Giliad de Souza Silva, Sylvio Kappes e Róber Iturriet Ávila. Tenho especial carinho e gratidão para com Débora Machado Nunes, com quem aprendi como nunca não só a relação da arte com o coquetel molotov, mas também que encarar a naturalidade dos acontecimentos não significa naturalizar as relações. Essa descoberta se fez presente de maneira decisiva nos momentos finais desse trecho na estrada que venho trilhando, mas especialmente na pesquisa de tese pode ser vista no terceiro capítulo. Nele, discuto o processo de transformação do pensamento econômico a partir de uma crítica ao que alguns autores(as) chamam por Revolução Marginalista e a consequente naturalização teórica das relações capitalistas no tempo e espaço.

Diversas outras menções precisam ser feitas, cada qual à sua maneira contribuiu para os desdobramentos da pesquisa. Nesse sentido, sou grato aos amigos e amigas que dividiram a morada comigo e compartilharam intensos debates na república Enclave. Em especial, Tobias Rosa, Assilio Araújo, Lucas Rodrigues, Leonel Toshio Clemente, Daniel Nogueira Silva, Fernando Duca, Renata Lemos e Marsala Machado. Aos agregados frequentes que foram se tornando de casa, como Hermano Caixeta Ibrahim, Marcos Vinicius Pasolini Bombardelli (São Jorge) e Thiago Cavalcante. Essa residência se constituiu numa verdadeira resistência, onde viver e sonhar puderam coexistir de maneira incrível.

Trago no peito também um sentimento de profunda consideração e carinho em relação a Gabriela Xavier Ortiz, que me acompanhou nessa jornada desde os tempos de mestrado e tanto me ajudou, assim como fez parte de minha utopia pessoal. No caso específico da tese, todo processo de formulação inicial das questões fundamentais a serem investigadas e boa parte de seu desenvolvimento foram cultivados a partir de nossas inúmeras conversas. Desde os papos mais simples até os mais complexos, suas palavras sempre me propiciaram fascinantes provocações, entre as quais me ajudaram perceber, por exemplo, o viés pejorativo pelo qual o conceito de populismo possui no debate público.

Aos amigos Lucas Tozo, Gabriel Schainer, Marcelo Lombardi, Gregory Valente, Jayme Passos, Rodrigo Mello, Daniel Elias, Thiago Amaral e Caio Diniz de Oliveira Xavier devo os sempre enriquecedores debates e bons momentos, que por sua vez estimularam muitas reflexões importantes tratadas nessa investigação. Espero e desejo que as distâncias sigam não sendo um empecilho para nossas amizades.

Agradeço a Luiza Damboriarena pelas palavras amigas e o contínuo estímulo intelectual voltado para a transformação social. Nossas longas conversas e divagações filosóficas muito me inspiraram no avanço das linhas que compõem essa tese. Também

registro agradecimentos para Tamiris Moreira, amiga filósofa que de maneira gentil me brindou com inquietações sempre muito pertinentes, e Cristina Pereira Vieceli, com quem junto a muitos outros nomes já citados acima tem ajudado a construir o Movimento Economia Pró-Gente, cujo propósito é contribuir para uma educação popular transformadora que vá além dos muros da escola ou universidade.

Como parte da pesquisa de tese, tive a oportunidade de realizar algumas incursões de campo que designei como mochilões acadêmicos. Nesse sentido, inúmeras pessoas passaram pelo meu caminho e me ajudaram a acessar informações específicas, livros e tantos aprendizados sem os quais seria impossível concluir essa investigação.

Foram elas Ezequias, guia que me acolheu junto a sua família nos Lençóis Maranhenses e me apresentaram suas realidades de maneira generosa; Ícaro Gracian, Mauricio Danski e Victor Tavares, que me tanto me ajudaram em São Borja-RS e Santo Tomé, na Argentina; Marina Rosa (Rosa Lumi), Daniela Serpa e Florian Chambrier, pelo abrigo e boas risadas em Buenos Aires; Hernán Neyra, com quem pude acessar pela primeira vez os documentos referentes aos Planos Quinquenales dos governos de Juan Domingo Perón; Rolando Astarita, professor, intelectual disposto e dedicado que me brindou com um grande papo sobre peronismo e populismo na Argentina; Liliana Saéz, do Instituto Nacional Juan Domingo Perón, em Buenos Aires; Francisca Zuñiga, pela acolhida tão amigável em Santiago, no Chile; Marcela Paz Morales e Dantón Villaroel, pela recepção carinhosa e auxílio na estadia e pesquisa em Santiago; Isaias Albertin de Moraes e Melisa Luc, colegas de estudos e pesquisas no período que estive na Cepal, no Chile, com quem pude aprofundar um pouco mais das inquietações que me moviam na tese e muito colaboraram no desenvolvimento das ideias aqui presentes.

Registro também meu especial agradecimento para Samanta Jacobus, pelo carinho, atenção e horas conversadas, as quais foram tão importantes especialmente na parte final desse trabalho. Fico feliz por ter compartilhado um pouco das angústias intelectuais e pessoais que me acompanharam nesse processo de pesquisa, e ter sempre recebido em troca palavras doces, amigas e inteligentes. Também cabe menção especial a Carol Corrêa, amiga já de longa data nas terras gaúchas e que embora pouco tenhamos nos vistos, há sempre uma sincronicidade entre nós que muito me alegra e a que se fez presente em diversos momentos importantes dessa trajetória de tese.

Aos demais professores da UFRGS, que há vários anos me acompanham nos rumos acadêmicos, também presto meus sinceros agradecimentos. Em especial, aos professores Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho, Marcelo Milan e Fernando Ferrari Filho, com

quem pude abordar muitos dos temas aqui pesquisados em conversas de sala de aula ou corredores, assim como significativos apoios institucionais. Não poderia deixar de mencionar o professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Unicamp, com quem tive a oportunidade de me aproximar em disciplina cursada como aluno especial naquela universidade ainda no primeiro ano de doutorado.

Sou muito grato aos(à) membros(a) da banca de tese pelo tratamento amigável, pelas provocações intelectuais precisas e por terem compartilhado comigo uma parte de seus tempos para refletir sobre a pesquisa. À professora Maria Angélica Borges, aos professores Andrés Ferrari Haines e Ronaldo Herrlein, um muito obrigado pelos comentários, sugestões e paciência dedicadas ao pensamento crítico e ao melhoramento dessa investigação.

Por fim, quero agradecer aos organismos institucionais que possibilitaram a realização desse trabalho. Refiro-me à UFRGS e à CAPES, pela estrutura física, burocrática e de financiamento. Em tempos onde o obscurantismo que vem junto com a barbárie tem avançado a passos largos, é preciso sempre reafirmar a defesa da universidade pública e gratuita, assim como seu papel social no país. Um agradecimento especial cabe também ao pessoal da secretaria do PPGE/UFRGS, notadamente para Iara, Delourdes e Marcelo, pessoas que sempre me auxiliaram com muito zelo, simpatia e competência.

Ao longo desses anos aprendi que agradecer é também reconhecer que mesmo naquilo que parece mais individual é, na verdade, fundamentalmente uma construção coletiva. Há várias outras pessoas que por um lapso de memória minha deixaram de ser citadas, mas cada um e cada uma tem seu lugar de destaque para que esse trabalho pudesse ser realizado. Como disse outrora, os agradecimentos nascem injustos, mas pelos aprendizados que construí e pelas virtudes que coletei, a minha eterna gratidão a todos e todas que cruzaram meu caminho, seja de maneira breve ou um pouco mais demorada nesse percurso.

*Soy, soy lo que dejaron  
Soy toda la sobra de lo que se robaron  
Un pueblo escondido en la cima  
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima  
Soy una fábrica de humo  
Mano de obra campesina para tu consumo*

*Frente de frío en el medio del verano  
El amor en los tiempos del cólera, ¡mi hermano!  
Soy el sol que nace y el día que muere  
Con los mejores atardeceres  
Soy el desarrollo en carne viva  
Un discurso político sin saliva  
Las caras más bonitas que he conocido  
[...]*

**Calle 13, Latinoamérica**

*[...]  
Eu sou apenas um rapaz  
Latino-Americano  
Sem dinheiro no banco  
Sem parentes importantes  
E vindo do interior  
Mas sei que nada é divino  
Nada, nada é maravilhoso  
Nada, nada é secreto  
Nada, nada é misterioso, não*

**Belchior, Apenas um Rapaz Latino-Americano**

## RESUMO

O objetivo principal dessa tese é a crítica e desconstrução do conceito de *populismo* como sendo um fenômeno capaz de explicar a relação entre economia e política no desenvolvimento da América Latina. Para tanto, investigarei em três frentes as interpretações sobre o “populismo”. A primeira se trata de um exame teórico e histórico sobre as dimensões política e econômica do conceito, assim como as origens desse viés pejorativo nas análises do “populismo”. A segunda diz respeito a uma análise histórica entre os debates econômicos e a construção da ciência econômica. A última frente de pesquisa corresponde a um estudo da política econômica em uma experiência tipicamente associada ao “populismo latino-americano”: os governos de Juan Domingo Perón na Argentina, entre 1946 e 1955. Por fim, avançarei para a desconstrução conceitual por meio de um exame crítico das interpretações do “populismo latino-americano” no que diz respeito às suas origens científicas, à especificidade das relações de classe na América Latina e a relação entre ciclos econômicos e ciclos políticos entre os países da região. Essa desconstrução evidencia recorrente uso oportunístico do conceito de populismo por parte dos intérpretes do fenômeno das alianças populares antielitistas.

**Palavras-chave:** Populismo. Política econômica. Crises. América Latina.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is the critique and deconstruction of the concept of *populism* as a phenomenon capable of explain the relationship between the economy and politics in the development of Latin America. For this purpose, I will investigate the interpretations of “populism” in three fronts. The first one is a theoretical and historical review on the political and economic dimensions of the concept, as well as the origins of this pejorative bias in the analysis of “populism”. The second one concerns the historical analysis between economic debates and the construction of economics as a scientific enterprise. The last front of research corresponds to a study of the economic policy in an experience typically associated with “Latin American populism”: the administrations of Juan Domingo Perón in Argentina, between 1946 and 1955. At last, I will advance to the conceptual deconstruction through a critical examination of the interpretation of “Latin American populism” with respect to its scientific origins, the specificity of class relations in Latin America and the relationship between economic and political cycles among a selection of countries in the region. This deconstruction evinces recurrent opportunistic use of the concept of populism on the part of the interpreters of the anti-elitist popular alliance’s phenomenon.

**Keywords:** Populism. Economic policy. Crisis. Latin America.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Percentual de terras arrendadas por estado nos EUA, 1880 e 1920 .....	49
<b>Gráfico 2</b> – Percentual de democracias no mundo, 1816-2002 .....	120
<b>Gráfico 3</b> – Valor unitário das exportações e importações, 1930-1970 .....	153
<b>Gráfico 4</b> – Taxa de lucro e composição de valor do capital na Argentina, 1910-2009 ..	158
<b>Gráfico 5</b> – Relação percentual entre lucros líquidos e salários na Argentina, 1930-1960	160
<b>Gráfico 6</b> – Taxa de lucro ( <i>tasa de ganacia</i> ), taxa de acumulação ( <i>tasa de acumulación</i> ) e esforço de investimento ( <i>esfuerzo inversor</i> ) em dólares a custo de reprodução, 1910-2011 .....	162
<b>Gráfico 7</b> – PIB real da Argentina, 1946-1960 .....	163
<b>Gráfico 8</b> – Taxa de lucro no México, 1939-2012 .....	186
<b>Gráfico 9</b> – Taxa de lucro na Argentina, 1910-2011 .....	187
<b>Gráfico 10</b> – Taxa de lucro no Brasil, 1953-2008 .....	187

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Exemplos de governos “populistas” e algumas de suas características comuns de acordo com a literatura científica .....	17
<b>Tabela 2</b> – Lista de governos designados como populistas na América Latina .....	36
<b>Tabela 3</b> – Populismo <i>online</i> : citações mais relevantes de obras entre 1870 e 2016 contendo o termo <i>populism</i> .....	55
<b>Tabela 4</b> – Variação percentual ( $\Delta\%$ ) PIB <i>per capita</i> (US\$ int. 1990) em países selecionados, 1500-2000 .....	58
<b>Tabela 5</b> – Possíveis determinantes da volatilidade: quadro de correlações, países selecionados, 1870-2008 .....	59
<b>Tabela 6</b> – Anos de <i>default</i> e renegociação de dívida externa, países selecionados da América Latina, 1800-2008 .....	60
<b>Tabela 7</b> – Variação percentual das remunerações das classes sociais dominantes na Argentina, 1929-1943 .....	112
<b>Tabela 8</b> – Medida de potência industrial (em H.P.) na indústria argentina .....	149
<b>Tabela 9</b> – Consumo de combustíveis pela indústria instalada na Argentina.....	151
<b>Tabela 10</b> – Elasticidade-renda da demanda de exportações por parte do mundo e taxa de crescimento das exportações <i>per capita</i> em países selecionados, 1870-1929 .....	180
<b>Tabela 11</b> – Minifúndio e latifúndio na estrutura agrária de países latino-americanos, 1950-1960.....	181
<b>Tabela 12</b> – Taxas de pobreza entre negros(as), não-negros(as), indígenas e não indígenas entre países latino-americanos, 2014 .....	183

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	NOTAS METODOLÓGICAS.....	21
<b>2</b>	<b>POPULISMO COMO CONCEITO: TEORIA E HISTÓRIA</b> .....	29
2.1	AS DIMENSÕES DO POPULISMO.....	37
2.2	SOBRE O CARÁTER ANTIRREVOLUCIONÁRIO DO POPULISMO.....	41
2.3	SOBRE O CARÁTER IRRACIONAL DO POPULISMO.....	47
2.4	SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DO POPULISMO.....	53
2.5	POPULISMO, ATRASO ECONÔMICO E INTERPRETAÇÕES DA AMÉRICA LATINA.....	56
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM ECONÔMICA DO POPULISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	69
3.1	ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA NUMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA. ....	71
3.2	DAVID RICARDO E THOMAS MALTHUS SOBRE A LEI DOS CEREAIS (1815- 1846).....	77
3.3	A ‘BATALHA DOS MÉTODOS’ ( <i>METHODENSTREIT</i> ) E TRANSFORMAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA OCIDENTAL (1880-1900).....	79
3.4	TEORIA E POLÍTICA NO PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (1948-1980).....	87
3.5	CRÍTICA DE LUCAS E DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DESDE OS EUA (1961-?).....	92
3.6	AÇÃO ECONÔMICA DE ESTADO, DESENVOLVIMENTO E CRISES .....	97
<b>4</b>	<b>POLÍTICA ECONÔMICA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NOS GOVERNOS DE JUAN DOMINGO PERÓN (1946-55)</b> .....	105
4.1	O CARÁTER POLÍTICO DA POLÍTICA ECONÔMICA.....	106
4.2	CONJUNTURA ECONÔMICA E INSTITUCIONAL NA ARGENTINA, 1930- 1943.....	109
4.3	DEBATES ECONÔMICOS E PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS NA CONJUNTURA DA ÉPOCA.....	119

4.4	A INTENCIONALIDADE DA AÇÃO ECONÔMICA DE ESTADO.....	128
4.5	DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E GOLPE MILITAR EM 1955... ..	146
<b>5</b>	<b>POPULISMO DESCONSTRUÍDO: CRÍTICA AO CONCEITO E SUAS INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>169</b>
5.1	SOBRE HISTORICISMO E POSITIVISMO NAS INTERPRETAÇÕES DO “POPULISMO” .....	171
5.2	MERCADO MUNDIAL E RELAÇÕES DE CLASSE NA AMÉRICA LATINA .....	179
5.3	CICLOS ECONÔMICOS E CICLOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA.....	185
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>194</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>
	<b>APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS.....</b>	<b>217</b>
	<b>ANEXO B - DOCUMENTOS SOBRE PERONISMO.....</b>	<b>221</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As imagens de uma cidade cristalizam os inconscientes de seus habitantes. Suas revistas e periódicos, placas, murais, *outdoors*, grafitis e pichações revelam expressões imagéticas que compõem as relações sociais e ajudam o transeunte a perceber o local para além de meras atrações turísticas. Num mundo onde cada vez mais as pessoas vivem em cidades (UNITED NATIONS, 2015, p. 21), atentar para esses fragmentos de vida urbana é uma forma de evidenciar artisticamente a síntese de múltiplas determinações que constitui o cotidiano.

Veja-se o exemplo das pichações. Ninguém a faz sem um mínimo de intencionalidade. Independentemente de questões jurídicas, trata-se, portanto, de um ato composto de sentido por parte de quem o pratica. O mesmo pode se dizer sobre *outdoors* ou até mesmo placas comerciais. A ideia em todos é expressar visualmente conteúdo gráfico com algum propósito.

Com base nessas considerações, seria razoável notar em meio às selvas de pedras humanas expressões políticas em suas imagens. Além disso, como será argumentado ao longo da tese, dado o caráter fortemente condenatório no debate público às experiências políticas latino-americanas designadas como “populistas”, poderia ser esperado imagens urbanas sobre isso. Mas onde elas aparecem? Entre jornais, revistas e textos acadêmicos. Nas ruas, os protestos dificilmente são contra o “populismo”. Pelo contrário, é muito mais comum referências de exaltação a elementos comumente associados a práticas “populistas”.

Ao longo dos quatro anos de doutorado, percebi essa sutil diferença caminhando por cidades brasileiras, argentinas e chilenas. Especificamente na Argentina, observando pichações políticas pelas ruas de Buenos Aires e Salta notei que nenhuma utilizava os termos “populismo” ou “populista” em suas expressões gráficas, como exemplificam as fotografias no Apêndice A. Por outro lado, elementos geralmente associados ao conceito eram recorrentes, tais como *povo*, *massas* e *popular*. Além disso, é notória a aproximação entre esses elementos e expressões revolucionárias. Até pichação com o termo “peronismo” encontrei, mas nenhuma denunciando ou exaltando o “populismo” por si mesmo.

O relato dessa experiência pessoal sugere que a panaceia antipopulista tão em voga nas ciências sociais e estudos latino-americanos merece reflexão. Afinal, quem de fato se ressentido do tal “populismo”? Por que conceitos complexos e controversos como “socialismo”, “rebelião popular” e “peronismo”, expressam-se amplamente pelas ruas, mas fora dos círculos

acadêmicos e jornalísticos o mesmo não se verifica com “populismo”? De maneira mais direta, como explicar o fato de que o “populismo” contemporâneo é muito mais apontado do que autodefinido?

As questões acima formuladas dão o tom dos parágrafos que integram essa tese. O objetivo geral, portanto, é a crítica do conceito de *populismo* como sendo um fenômeno capaz de explicar a relação entre economia e política no desenvolvimento da América Latina. Para tanto, investigarei em três frentes as interpretações do populismo. A primeira se trata de um exame teórico e histórico sobre as dimensões política e econômica do conceito, assim como as origens desse viés pejorativo nas análises do “populismo”. A segunda diz respeito a uma análise histórica entre os debates econômicos e a construção da ciência econômica. Por fim, a última frente de pesquisa corresponde a um estudo da política econômica em uma experiência tipicamente associada ao “populismo latino-americano”: os governos de Juan Domingo Perón na Argentina, entre 1946 e 1955.

Entendo como necessária uma crítica ao discurso antipopulista nas interpretações do populismo latino-americano, pois o *ethos* dessas análises é conservador ao mesmo tempo que cínico, o que de certa maneira está de acordo com as novas exigências de legitimação do capitalismo contemporâneo<sup>1</sup>. A razão é que essas perspectivas teóricas ao denunciarem os movimentos político-partidários que de alguma forma incorporaram frações da classe popular<sup>2</sup> como protagonistas da cena política, explicitamente o faz justificando as reações das classes dominantes contra os tais governos “populistas”. Mais do que isso, tais interpretações

---

<sup>1</sup> Safatle (2008, p. 11-27) argumenta coerentemente que o capitalismo contemporâneo se justifica eticamente de maneira cínica, o que difere aos esquemas tradicionais propiciados pelos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado. “*No campo do desejo* nos interessa principalmente o impacto do esgotamento de um processo de socialização do desejo e de constituição de sexualidades com base a repressão e no recalçamento. [...] Já *no campo do trabalho* temos um processo estruturalmente similar através do esgotamento da ética do trabalho com suas noções de ascetismo, repressão do prazer polimórfico e de estabilidade de funções, que produz uma fixidez identitária no interior do mundo do trabalho. Tal esgotamento abriu espaço para o advento de um “novo espírito do capitalismo” mais adaptado à dinâmica paradoxal de uma racionalidade única. [...] Por fim, no *campo da linguagem* encontramos o esgotamento de um certo regime de crítica da ideologia ligado às temáticas da falsa consciência e da reificação” (SAFATLE, 2008, p. 21-25, destaques do autor).

<sup>2</sup> Sobre o conceito de *clases populares*, ver Adamovsky (2012, p. 11-15). “Apesar de toda sua fragmentação e heterogeneidade, as classes populares compartilham uma situação comum de *subalternidade* em relação às elites que tem tido e tem o poder social, econômico e político. [...] Chamamo-nas *clases populares* – e não apenas “grupos” ou “setores” – para não perder de vista esta relação fundamental que as define. Porque um artesão, um índio ou uma camponesa não são parte do mundo popular em virtude do trabalho que realizam ou de sua procedência étnica, senão apenas *em relação* com as classes que tem em suas mãos o poder” (*A pesar de toda su fragmentación y heterogeneidad, las clases populares comparten una situación común de subalternidad respecto de las élites que han tenido y tienen el poder social, económico y político.* [...]. *Las llamamos clases populares – y no meramente “grupos” o “setores” – para no perder de vista esta relación fundamental que las define. Porque un artesano, un indio o una campesina no son parte del mundo popular en virtud del trabajo que realizan o de su procedencia étnica, sino sólo en relación con las clases que tienen en sus manos el poder*) (ADAMOVSKY, 2012, p. 12-13, destaques do autor e tradução própria).

tendem a exaltar, mesmo que indiretamente, soluções neoliberais para problemas do desenvolvimento nos países da América Latina.

*Justificar* não é o mesmo que *defender*, e aqui reside um aspecto da sutileza e do caráter de classe das interpretações do populismo latino-americano, com destaque para as economicistas. Munidos de perspectiva científica burguesa, esses intérpretes constroem narrativas históricas com base em modelos de ação humana tidos como regra, mas formulados a partir de realidades alheias às que costumam ser aplicados e que tendem a camuflar aspectos típicos do desenvolvimento capitalista periférico e dependente. Quer dizer, o colonialismo, a escravidão e a negação do(a) Outro(a)<sup>3</sup>.

Mesmo abordagens marxistas do “populismo” tendem a reconhecê-lo como fenômeno concreto, de modo a explicar supostos fracassos políticos populares desde uma análise condenatória à aparência antirrevolucionária das práticas “populistas”. Nesse tipo de leitura marxista, o “populismo” ao fracassar traz consigo frustração e recuo das forças revolucionárias, de modo a retardar o processo histórico. Concretamente, isso se observaria nos períodos ditatoriais da América Latina ao longo do século XX, oriundos em grande parte de golpes militares contra governos “populistas”, como teria ocorrido na Guatemala em 1954, na Argentina em 1955 e 1976, no Brasil em 1964 e no Chile em 1973.

Como será mostrado no próximo capítulo, há inclusive quem aproxime “populismo” e “fascismo”, “populismo” e “desenvolvimentismo” e até mesmo “populismo” e “socialismo”. Geralmente associados a experiências políticas autoritárias, nacionalistas, igualitárias e/ou industrializantes. Tamanho cardápio de possibilidades no mínimo sugere suspeitas quanto à capacidade analítica do conceito de “populismo”.

Frente a esse aparente consenso antipopulista no discurso científico contemporâneo, faz-se necessário uma investigação histórica das origens do conceito e seus desdobramentos intelectuais posteriores. Nesse sentido, o movimento conceitual parece se deslocar de abordagens sociológicas de caráter funcionalista para politológicas e economicistas, que, salvo raras exceções, o condenam como fenômeno social da modernidade. Portanto, o que parece predominar no debate científico é um viés pejorativo sobre “populismo” e “populista”,

---

<sup>3</sup> Em termos filosóficos, a relação entre *modernidade* e *capitalismo* já é bastante conhecida. Porém, é só a partir dos anos 1960, com a *filosofia da libertação* e sua questão fundamental sobre a existência de uma filosofia latino-americana, a crítica psicanalítica de Frantz Fanon a respeito dos efeitos psicológicos do colonialismo, e a crítica cultural de Edward Said à tendência ocidental de idealizar um oriente inexistente, que a crítica filosófica da modernidade passou a pautar questões pós-coloniais. Desse modo, tal desdobramento intelectual pode ser visto como herança do pensamento crítico a partir da primeira metade do século XX. Ver Fanon ([1961] 1983), Zea ([1965] 1976), Said ([1978] 2003), Todorov ([1983] 2010) e Dussel (1994).

algo que, com notáveis distinções<sup>4</sup>, tem sido a norma científica nas ciências sociais, com destaque para os estudos latino-americanos.

Argumentarei ao longo das linhas que compõe a tese que esse padrão interpretativo do populismo na América Latina representa uma dimensão da luta de classes na região. Isto porque em cada estratégia de acumulação<sup>5</sup> historicamente vitoriosa os protagonistas políticos mudam, assim como suas construções teóricas enquanto classe. Dito de outra forma, se na estratégia de desenvolvimento orientada para fora, historicamente referenciada entre 1870 e 1930, os grandes proprietários de terras e o alto clero da Igreja constituíam as classes dominantes, isso muda na América Latina pelo menos simbolicamente desde a Revolução Mexicana, em 1910, visto que novos grupos emergem nos países da região em um contexto de crise desse modelo e expansão do mercado mundial capitalista. Comerciantes de exportação e importação, empresários industriais, profissionais liberais e trabalhadores assalariados são algumas das novas figuras, que senão inéditas, pela primeira vez passam a politicamente integrar o tecido social dos países latino-americanos.

Em meio ao contexto de crise da estratégia de acumulação primário-exportadora – ou o processo pelo qual Furtado ([1959] 2007) designa como *deslocamento do centro dinâmico* para o caso brasileiro – novas visões de mundo e práticas sociais começam a se afirmar nos países latino-americanos. Elementos ideológicos modernos como o positivismo, o nativismo político e o darwinismo social passam a se difundir, questionando a tradicional escolástica católica e permeiam os debates em torno da *vocação agrária* e das *indústrias naturais* nos países latino-americanos<sup>6</sup>. Somado a isso, tem-se o desenvolvimento das organizações

---

<sup>4</sup> As exceções dizem respeito às abordagens teóricas marxistas pós-estruturalistas que, desde Laclau (1977) e Mouffe (1979), tem interpretado o “populismo” a partir da separação entre posição social de classe e conteúdos ideológicos de classe. Fundamentam-se em perspectivas analíticas contrárias à prioridade do econômico na determinação das classes sociais e enfatizam o papel da superestrutura social nesse processo.

<sup>5</sup> De acordo com Jessop (1991, p. 143, tradução própria), “uma ‘estratégia de acumulação’ define um modelo completo de crescimento econômico específico com suas várias pré-condições extraeconômicas e esboça a estratégia geral apropriada para sua realização” (*An ‘accumulation strategy’ defines a specific economic growth model complete with its various extra-economic preconditions and outlines the general strategy appropriate to its realization*).

<sup>6</sup> Salomão (2013) analisa a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro, com destaque para o antiliberalismo econômico de autores como Serzedelo Correia e Amaro Cavalcanti. Popescu (1997, p. 243) argumenta que na Argentina surgiu uma escola de pensamento econômico industrialista, a qual tem no nome de Carlos Pellegrini, presidente do país entre 1890 e 1892, um dos principais representantes. Como sustenta Love (1994, vol. 6, p. 395, tradução própria) “industrialização na América Latina foi fato antes de ser política, e política antes de ser teoria. No meio século anterior a 1930, pareceu existir uma rudimentar correspondência entre o fato da alta-performance do crescimento puxado pelas exportações e a teoria da vantagem comparativa, a qual ‘justificou’ a especialização da América Latina na produção de matérias-primas” (*Industrialization in Latin America was fact before it was policy, and policy before it was theory. In the half-century preceding 1930, there seemed to be a rough correspondence between the fact of high-performance, export-led growth*

sindicais e patronais em curso com os processos de industrialização dos países. Aspectos típicos desse novo mundo em construção, os quais emergem no contexto da consolidação da estratégia primário-exportadora de desenvolvimento econômico na América Latina.

Cruzando a pesquisa bibliográfica sobre governos latino-americanos no século XX realizada em Fonseca (2014) com a revisão de literatura dessa tese, é possível elencar uma amostra de experiências históricas “populistas” e perguntar como se colocaram frente a determinadas questões econômicas. Na metodologia qualitativa proposta por Fonseca (2014), as variáveis são testadas a partir de perguntas “formuladas sempre *no sentido de verificar não só o realizado mas também a intenção, pois se pretende detectar projeto ou estratégia e estes nem sempre lograram êxito em sua execução*” (FONSECA, 2014, p. 53, destaques do autor). Desse modo,

*as perguntas sobre capital externo, reforma agrária e redistribuição de renda, por exemplo, foram formuladas de forma a captar a relação do projeto do governo respectivamente com empresários estrangeiros, proprietários de terra e trabalhadores urbanos* (FONSECA, 2014, p. 54, destaques do autor).

Analisando as informações colhidas na tabela 1, parece claro que é comum às experiências “populistas” referenciadas pela literatura o fato delas terem sido concretizadas em governos nacionalistas de base social popular-trabalhadora ou aliado às classes populares e que pautavam a ação estatal diretamente direcionada para a produção e distribuição material da vida social. Além do mais, com exceção dos governos de Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas no Brasil, todos os demais elencados manifestaram, respectivamente, prioridade da reforma agrária e da redistribuição de renda para a viabilização de seu projeto nacional.

**Tabela 1 – Exemplos de governos “populistas” e algumas de suas características comuns de acordo com a literatura científica**

<b>Presidentes</b>	<b>País e Período</b>	<b>Intervenção Estatal</b>	<b>Capital Estrangeiro</b>	<b>Reforma Agrária</b>	<b>Redistribuição de Renda</b>	<b>Projeto Nacional</b>
Juan Domingo Perón	Argentina; 1946-1955	S	N	S	S	S
Getúlio Vargas	Brasil; 1951-1954	S	N	N	S	S
Juscelino Kubitschek	Brasil; 1956-1961	S	S	N	N	S
João Goulart	Brasil; 1961-1964	S	N	S	S	S
Salvador Allende	Chile; 1970-1973	S	N	S	S	S
Lázaro Cárdenas del Río	México; 1934-1940	S	S	S	S	S
Fernando Belaúnde Terry	Perú; 1963-1968	S	S	S	S	S
Juan Velasco Alvarado	Perú; 1968-75	S	N	S	S	S

Fonte: Fonseca (2014). Elaboração própria.

É interessante notar que, embora todas as oito experiências políticas elencadas na tabela 1 tenham buscado construir projetos nacionais, algumas delas manifestaram que a entrada de capital estrangeiro era prioridade para a viabilização do projeto, seja como poupança externa ou investimento direto. Isso de certo modo contraria as análises que argumentam ter entre os atributos comuns nas alianças populistas da América Latina certa aversão à integração econômica internacional. Como será argumentado destacadamente nos capítulos 3 e 4, dada a conjuntura de 1930 a 1970, o nacionalismo político e econômico era mais o sentido das relações internacionais do que propriamente uma especificidade do tal “populismo latino-americano”.

Baseado nessas observações, uma primeira hipótese a ser construída é que na América Latina os governos caracterizados como “populistas” correspondem a momentos da luta de classes em nível nacional que a classe trabalhadora em aliança popular alcançou certo

protagonismo na cena política<sup>7</sup>. Além disso, esses governos representam, cada um à sua maneira, momentos centrais para o enraizamento dos processos nacionais de industrialização e de conformação de estruturas políticas tipicamente modernas. Isto é, no escopo da dupla revolução industrial e burguesa. Nessa linha, e de maneira mais geral, a hipótese a ser desenvolvida nessa tese é a de que a relação entre política e economia se constitui historicamente a partir da *determinação estrutural das classes sociais*, cuja disputa entre classes dominantes e dominadas depende também da dinâmica de hegemonia política do bloco no poder<sup>8</sup> (POULANTZAS, [1972] 2008, p. 187-219).

Isso significa que certos momentos de tensionamento político, geralmente associados a crises econômicas do sistema capitalista, podem figurar como oportunidades históricas para as classes dominadas, desde que essa tensão se expresse no nível da hegemonia política do bloco no poder e as defasagens entre os interesses político-econômicos e as práticas partidárias das classes populares em aliança sejam reduzidas. No entanto, esse é um processo contraditório, pois o Estado ao cumprir seu papel de organização e (re)constituição do bloco no poder fortalece ao mesmo tempo as classes dominantes, que por sua vez atuam contra ameaças à determinação estrutural que garante sua dominação.

Quando isso acontece, a reação das classes dominantes após reorganização da hegemonia do bloco no poder *pode ser* uma solução autoritária. Isso tende a ocorrer nos casos em que a autonomia relativa do Estado se expresse de modo construir um cenário no qual as forças sociais que integram esse novo bloco no poder reconfigurado não vislumbrem outra possibilidade de conter o avanço dos interesses que considerem ameaçadores. Nesse caso, o projeto hegemônico oriundo da aliança popular que ascendeu na cena política é substituído por dominação político-econômica por parte das classes e frações dominantes.

Essa hipótese será trabalhada de maneira específica no quarto capítulo, quando analisarei a política econômica nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina. Como já foi dito, trata-se de uma das principais experiências históricas classificada como “populista” por parte da literatura especializada. Nesse sentido, os significados da crise de 1929 e a chamada *década infame* pautaram a dinâmica da luta de classes na Argentina pré-

---

<sup>7</sup> Sobre o conceito de *cena política*, ver Poulantzas ([1968] 1971, vol. 2, 81-86). Em termos gerais, a cena política é o “espaço [que] contém *precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos*” (POULANTZAS, 1971, vol. 2, p. 83, acréscimo próprio e destaques do autor).

<sup>8</sup> Sobre o conceito de *bloco no poder* e a relação entre Estado e classes dominantes, ver Poulantzas (1971, vol. 2, p. 60-90).

peronista. Em meio a essas circunstâncias, a vitória eleitoral de Juan Domingo Perón no ano de 1946 pode ser considerada uma vitória da classe trabalhadora.

Para além de questões macroeconômicas, as sucessivas conquistas sociais frente à conjuntura da época passaram a se tornar uma ameaça para a hegemonia política do bloco no poder. A partir de então, as possibilidades políticas das classes dominadas colocariam em xeque a determinação estrutural das classes, ao menos na ótica das classes e frações dominantes. Não se trata de herança “populista”, mas luta de classes, dos limites da via institucional em sociedades economicamente dependentes e da incapacidade da classe trabalhadora se organizar em partido próprio. Contudo, é exatamente por causa da cristalização da aliança popular-trabalhadora que a possibilidade de uma organização autônoma de classe se efetiva.

Sendo assim, as crises econômicas na América Latina em vez de resultantes dos supostos erros, limites ou desvios “populistas”, emergem como próprias do desenvolvimento capitalista periférico. Apresentam-se ora como possibilidade histórica para a aliança de classes popular-trabalhadora, ora como desestabilização dessa possibilidade. Dada a natureza capitalista dos Estados Nacionais Modernos, a depender do grau de reorganização do bloco no poder e da conjuntura nacional e internacional, essa desestabilização pode vir acompanhada de golpe militar e/ou intervenção estrangeira nos assuntos internos.

Vale lembrar que os anos 1950 e 1960 eram de intensas atividades revolucionárias na América Latina, com os sandinistas na Nicarágua e o Movimento 26 de Julho liderando a Revolução Cubana, por exemplo. No continente africano, os desdobramentos da guerra de independência argelina e, na Ásia, a Guerra da Coreia tampouco aliviavam os receios das classes dominantes na Argentina frente a um governo nacionalista, popular e justicialista como os de Perón. Além disso, a partir de 1949 o estrangulamento externo voltaria a exercer sua força sobre a economia argentina, intensificando o conflito distributivo.

Interpretada dessa maneira a relação entre economia e política, o rótulo “populista” perde a concretude apregoada por seus intérpretes como causador de crises econômicas e políticas. A relação entre *povo* e *antipovo* se define não mais com base em critérios étnicos, folclóricos ou ideológicos, mas é um dado estrutural do Real<sup>9</sup>. Visto que, modernamente,

---

<sup>9</sup> Sobre as diferenças entre o Real, o Simbólico e o Imaginário em Lacan, ver Dunker (2016). Em termos lacanianos, o Real é distinto da realidade na medida em que *é o que é*, independentemente da mediação simbólica e imaginária. Nesse sentido, tornamos aparente o Real para nós mesmos por meio do simbólico e do imaginário, isto é, o conjunto de relações sociais que conferem sentido às existências humanas. Nas palavras

desde a conjunção das Revoluções Industrial e Burguesas, com destaque para a Francesa e Estadunidense, a soberania política se estabelece sob critérios seculares. Portanto, ainda que fluido o conceito de *povo*, concretamente diz respeito à relação entre as classes e frações dominadas e dominantes no modo-de-produção capitalista em seu momento tardio, quando a divisão social do trabalho e a concorrência capitalista alcançaram níveis mais altos, intensificando a concentração econômica e política entre as elites locais. Convém chamar essas elites de *antipovo* porque seus interesses e consciência de ação se pautam pelos valores jurídicos e burocráticos que legitimam o sistema econômico dominante – de base colonialista, escravocrata e negadora do(a) Outro(a) – contra os anseios das alianças popular-trabalhadora.

A partir da reação neoliberal dos anos 1970, o papel do Estado e da política econômica no desenvolvimento passou por radicais mudanças entre o pensamento econômico dominante (BACKHOUSE, 2005). Como será argumentado no terceiro capítulo, é nesse sentido que a crise do estruturalismo latino-americano e a ascensão da escola novo-clássica de política econômica a partir da chamada *Crítica de Lucas* foram fundamentais para a construção teórico-interpretativa da dimensão econômica do populismo. Nesse sentido, o relativo consenso existente desde os autores pioneiros sobre desenvolvimento econômico dos anos 1940 e 1960 passa a ser substituído por concepções neoliberais, que por sua vez colocam o papel do Estado como mero facilitador das trocas.

Os intérpretes do “populismo” ao formularem suas análises desde conceitos artificializados que expressam a conflituosa relação entre *povo* e *antipovo* como típica de desvios ou assincronias da seta da modernidade – isto é, “populismo” – acabam por referendar essa ascensão neoliberal. É preciso compreender essas experiências concretas em relação à conjuntura econômica, institucional e ideológica da época, não a partir de modelos abstratos da realidade que naturalizam relações sociais de produção historicamente forjadas. Afinal, qualquer modelo expressa uma construção hipotética do Real e num mundo social estruturalmente hierarquizado e violento, a origem histórica desses modelos importa. Assim como as tendências teóricas em termos de desenvolvimento (BARRIONUEVO; LUC, 2014; GÓMEZ, 2014).

---

de Marx ([1859] 2008, p. 47, grifos próprios), “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. A aproximação entre o marxismo e a psicanálise lacaniana permite uma análise da relação entre *classes sociais* e *indivíduos* para além do reducionismo utilitarista dos microfundamentos macroeconômicos proposto pelos novos-clássicos e criticado nessa tese.

“A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será”<sup>10</sup>. Tomo essa interpretação da história, poeticamente construída nas obras de Eduardo Galeano, academicamente inspirada em ideias da *Filosofia da Libertação*<sup>11</sup> e fundamentalmente centrada no materialismo histórico e dialético marxista, como ponto de partida para uma crítica às *interpretações econômicas do populismo latino-americano*. A história que aqui se tenta contar não corresponde a uma sucessão evolutiva de eventos universais, nem a formas contemporâneas de nacionalismos metodológicos, mas ao processo histórico de afirmação social do Real.

### 1.1. NOTAS METODOLÓGICAS

Antes de avançar nas investigações, é preciso esclarecer alguns aspectos metodológicos que pautam essa pesquisa e as considerações em torno da problemática do “populismo”, notadamente para a América Latina. O método de investigação é dialético, por meio de revisão e análise de discurso teórico e histórico. De maneira específica, tratam-se da relação entre *estruturas* e *ação estatal*; da especificidade do processo de desenvolvimento econômico latino-americano; e do significado da modernidade em termos econômicos e políticos.

O ponto de partida para a análise corresponde a uma caracterização teórica das abordagens do populismo, realizada no capítulo 2. Designo-as no plural em virtude da variedade analítica existente sobre o conceito. No intuito de sistematizá-las, considero as abordagens do populismo em dois níveis, quais sejam, as *político-ideológicas* e as *econômicas*. Porém, ainda que voltadas a distintas instâncias do Real, isso não significa que essas interpretações do populismo sejam constructos independentes. Como será discutido de forma mais precisa no quarto capítulo, é no sentido da política econômica e sua análise que, por exemplo, se sintetizam as dimensões do “populismo”.

Como argumenta Althusser (1970, p. 10), é nos aparelhos ideológicos de Estado o lugar da luta de classes. Nesse sentido, se a repressão estatal corresponde à finalidade de proteção da propriedade privada, o exercício do poder de Estado se dá em termos políticos.

---

<sup>10</sup> “La historia es un profeta con la mirada vuelta hacia atrás: por lo que fue, y contra lo que fue, anuncia lo que será” (GALEANO, [1971] 2004, p. 22, tradução própria).

<sup>11</sup> Para uma apresentação enciclopédica desse movimento filosófico latino-americano, ver Mendieta (2016).

Isso, por sua vez, denota que as estruturas e as ações estatais não se reduzem a uma mera ação instrumental. O político e o ideológico são, na verdade, as instâncias da luta de classes. Na mesma linha, argumenta Nicos Poulantzas:

A confusão estruturas-práticas parece aqui justificar em extremo o velho equívoco, que consiste em ver as classes sociais, e a luta de classes, emergir aos níveis do político e do ideológico para ‘accionar’ as leis inconscientes da economia. O político e o ideológico são a luta de classes, a prática – evanescência da estrutura jurídico-política do Estado e do ideológico –; o econômico é a estrutura – evanescência da luta econômica de classe” (POULANTZAS, 1971, vol. I, p. 101)

Assim sendo, a relação entre *estruturas* e *ação estatal* emerge como aspecto fundamental para compreensão do fenômeno da aliança popular ao longo das experiências políticas consideradas “populistas”. Isso porque se, por um lado, os preços de mercado se ajustam por oferta e demanda aos respectivos valores das mercadorias, o valor da força de trabalho – medida geral do valor – é determinado pelo valor da cesta de subsistência de reprodução da classe trabalhadora (MARX, [1898] 1982, p. 161). Para tanto, as formas pelas quais o Estado age podem ter impactos decisivos sobre as condições de vida da classe trabalhadora e a efetivação dos seus interesses econômicos no âmbito da luta de classes. Basta ver, por exemplo, o impacto de uma política de desenvolvimento agrário voltada para o mercado interno, acordos comerciais de importação mais barata de itens de consumo básico, reformas que atuem sobre a jornada de trabalho e a formação técnica da classe trabalhadora, etc.

As consequências de determinadas ações econômicas de Estado podem impactar nas condições de remuneração da classe trabalhadora, isto é, sobre a relação entre o tempo de trabalho necessário e excedente, e, portanto, sobre a massa de mais-valia gerada nos processos produtivos e disponível para acumulação. Desse modo, ainda que o Estado não possa arbitrariamente determinar o preço de mercado da força de trabalho sem que numa economia de mercado o mecanismo de oferta e procura se faça presente, suas ações podem ter impactos decisivos sobre o valor da força de trabalho e sobre o desenvolvimento das forças produtivas. E isso se mostra de maneira mais intensa nos momentos de crise econômica.

Parece claro, portanto, que numa economia capitalista a ação estatal não se limita a uma interferência externa de ajuste do sistema de preços, mas também à constituição e reprodução do sistema econômico. Como afirma Poulantzas ([1978] 2000, p. 170):

Isso vale, além das medidas ideológico-repressivas do Estado, para sua ação na normalização disciplinar, a estruturação do espaço e do tempo, o estabelecimento de

novos processos de individualização e corporalidade capitalistas, para a elaboração de discursos estratégicos, para a produção da ciência. Tudo isso ocasiona consideráveis transformações institucionais que afetam o conjunto dos aparelhos do Estado, e que têm precisamente por fio condutor seu atual papel econômico.

Com isso se tem que a política econômica é mais do que sua forma instrumental versando sobre questões fiscais, monetárias e cambiais. É também o conjunto de medidas fins e institucionais que conformam o papel econômico do Estado, como, por exemplo, a política tecnológica, a política externa, a política agrária, a política das relações de trabalho, a política educacional, etc. Sendo assim, a relação entre *estruturas* – econômicas e de poder político – e a *ação estatal* não se dá como mera intervenção externa, mas uma mediação política.

Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e a para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica. Não apenas as funções político-ideológicas do Estado são doravante subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante (POULANTZAS, 2000, p. 171).

Evidentemente, tal constatação se dá em termos genéricos numa economia capitalista, mas os processos de desenvolvimento são localizados tanto espacial quanto temporalmente, de modo que o próprio papel econômico do Estado não é necessariamente o mesmo em cada formação social. Dito de outra forma, o fenômeno do desenvolvimento capitalista, propagado intensamente a partir da dupla Revolução econômica e política – a Industrial e as Burguesas, destacadamente a Estadunidense e a Francesa – se deu de maneira desigual e combinada, processo no qual constituiu o mercado mundial capitalista e os sistemas políticos adequados.

Esse processo configura a gênese da formação social dos países na América Latina. A situação subdesenvolvida das economias nacionais latino-americanas, a vinculação externa pautada na exportação de *commodities* agropecuárias e mineiras e, em suma, o caráter periférico e dependente de seu centro econômico dinâmico resumem o conjunto de características comuns que nos permitem analisar a região sob uma mesma base. Contudo, as especificidades também se fazem presentes, como, por exemplo, nas diferentes formas de herança do colonialismo, da escravidão e da negação do(a) Outro(a) entre os países da região. Estas, por sua vez, definem as relações sociais de produção e a ideologia dominante.

Tomemos o exemplo da formação do mercado de trabalho. Os distintos processos de colonização, independência e imigração estrangeira acarretaram institucionalidades variadas entre os países. Nesse sentido, ainda que seja comum a herança da escravidão para as formações sociais latino-americanas, certamente que no Brasil, na Colômbia e na Venezuela, por exemplo, são diferentes se comparadas com Argentina e Uruguai, cujos mercados de trabalho se formaram basicamente a partir de imigração europeia da segunda metade do século XIX, ou ainda México e Peru, cujos sistemas de *mita'a* e *encomienda* implicaram aspectos específicos para as relações de trabalho em cada uma dessas formações sociais (MORAES, 2014, p. 38-39). O mesmo poderia ser dito para as estruturas de poder ao longo dos processos de constituição dos Estados Nacionais, variando sob distintas formas desde países unitários até federais.

Os diferentes modos de lutas nacionais pela independência política e o fim dos pactos coloniais com as metrópoles ibéricas, as disputas intestinas na constituição da hegemonia do bloco no poder e o diferenciado papel do imperialismo nos países configuram a formação histórica do subdesenvolvimento na América Latina. Desse modo, as alianças políticas populares que se formarão a partir da segunda metade do século XIX se darão com base nessas diferenças e, por isso, não são idênticas, ainda que o sentido tenha sido o mesmo: enfrentar as consequências que o desenvolvimento capitalista acarreta sobre o conjunto das classes populares, a destacar a tendência geral da produção capitalista para reduzir o valor da força de trabalho até seus limites mínimos (MARX, 1982, p. 184).

Na América Latina esse sentido, evidentemente, não se caracterizou necessariamente de maneira revolucionária ao longo desses momentos históricos, ainda que as alianças popular-trabalhadora possam ter recebido apoios e mobilizações dessa natureza em algumas circunstâncias nas experiências ditas populistas<sup>12</sup>. Porém, também é certo que parte considerável das forças revolucionárias nos países se colocaram contrárias às alianças populares, como foi o caso, por exemplo, do Partido Comunista na Argentina à época dos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955). A questão é mais como efetivamente os interesses político-econômicos da classe trabalhadora foram incorporados na cena política dos países numa perspectiva de longa duração dos processos históricos, do que propriamente como as organizações de classe interpretaram e agiram nesses momentos.

---

<sup>12</sup> Os casos dos governos de Jacobo Arbenz, na Guatemala, entre 1951 e 1954, e de Salvador Allende, no Chile, entre 1970 e 1973, podem ser vistos como exemplos de “populismo socialista” na América Latina.

É sobre tal aspecto que residem os significados da modernidade em termos econômicos e políticos para a constituição das ditas alianças populistas. Darcy Ribeiro (1985, p. 152-162) destaca como a Revolução Industrial, cujas condições de surgimento estavam amadurecidas inicialmente na Inglaterra do século XVIII, inaugurou um novo processo civilizatório com impactos decisivos sobre as distintas formações sociais.

Para a América Latina, cujo papel nesse processo se deu de maneira inicial porém decisiva para a integração do mercado mundial em ascensão, a violenta atualização histórica deixou marcas fundamentais para sua dinâmica de desenvolvimento. Como argumentou Marini ([1973] 2005, p. 140):

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

Não cabe aqui uma revisão dessa imposição histórica dos conquistadores europeus, a qual pode ser vista de maneira clara em meio aos clássicos da literatura latino-americana como, por exemplo, Galeano ([1982-1986] 2013) e sua trilogia histórico-literária sobre as Américas, ou ainda declamada em versos como *Antiguo Dueño de las Flechas*, originalmente compostos por Ramírez; Luna (1972), ou também desde a época da conquista ibérica com as denúncias do Frei dominicano Bartolomé de las Casas ([1552] 2006) contra a violência do processo de conquista sobre os povos originários. Mas o reconhecimento da tríade de destruição criadora centrada no colonialismo, na escravidão e na negação do(a) Outro(a) sobre o processo de desenvolvimento latino-americano é condição fundamental para qualquer análise sobre a região. Ou, como afirma Todorov (2010, p. 7), “é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente”. Além disso, a história da descoberta da América, “primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambiguidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada (TODOROV, 2010, p. 69).

Isso porque as consequências dessa tríade caracterizaram e dão corpo à modernidade capitalista em seu mito emancipatório (DUSSEL, 1994). Na América Latina, forjaram-se relações sociais de subalternidade para com os países centrais, em que, internamente, “as classes dominantes na qualidade de estamentos gerenciais de interesses exógenos e a massa da população na condição de ‘proletariado externo’ engajado na produção de matérias-primas” (RIBEIRO, 1985, p. 154).

Esse processo variou entre as economias do subcontinente latino-americano, como bem destacaram Cardoso; Faletto ([1967] 2010), no sentido de constituir diferentes tipos de dependência. Porém, ainda que sob formas distintas, essa característica típica das formações sociais latino-americanas pautou a consolidação das relações sociais capitalistas nos países da região.

Sendo assim, de maneira mais objetiva, entre os significados da modernidade para a América Latina está a configuração de relações de produção cuja estratificação social se deu sob formas extremamente elitistas em função da enorme desigualdade imposta pelo colonialismo, pela escravidão e pela negação do(a) Outro(a). Nesse sentido, a conformação de alianças populares nos momentos de crises econômicas pode ser vista como parte constituinte do processo de desenvolvimento do capitalismo nos países da região. Não se trata de uma *escolha* política, mas de uma imposição do Real.

O caráter *popular-trabalhador* das alianças em questão que constituíram as chamadas experiências “populistas” na região foram e continuam sendo expressões concretas da luta de classes sob as especificidades do desenvolvimento latino-americano. Não por acaso que entre as ações das tais experiências “populistas” estão o reconhecimento institucional das organizações da classe trabalhadora, de legislações específicas para a regulação das relações de trabalho, do voto feminino e de relativo protagonismo dos interesses político-econômicos dos(as) trabalhadores(as) e/ou camponeses na cena política ao longo dessas experiências. Como destaca Arendt ([1963] 2011), a *questão social* é própria da modernidade e sua substância caracteriza, desde as Revoluções Estadunidense e Francesa, o sentido de necessidade histórica da soberania popular contra o império de autoridades divinizadas.

A conjunção da experiência política moderna só poderia ter emergido em meio às transformações propiciadas pela Revolução Industrial. Como destaca Hobsbawm (1996, p. 24, tradução própria), com exceção da Inglaterra, que, como já foi comentado, reunia as condições materiais amadurecidas, “havia desse modo um conflito latente e que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade ‘burguesa’, o qual não poderia ser resolvido dentro do arcabouço dos existentes regimes políticos”<sup>13</sup>. É nesse momento que a ideia de *povo* e de *nação* se fundem historicamente para constituírem as identidades das relações sociais nesse novo processo civilizatório oriundo da dupla Revolução Industrial e Burguesa(s).

---

<sup>13</sup> “There was thus a latent, and would soon be an overt, conflict between the forces of the old and the new ‘bourgeois’ society, which could not be settled within the framework of the existing political régimes”.

O populismo, que emerge nesse contexto como um fenômeno inicialmente autoproclamado, passa a ser sistematicamente muito mais interpretado sob tom acusatório. Nos EUA, a denúncia do populismo se inseriu no âmbito da luta de classes de modo mais explícito a partir dos conflitos rurais no sul do país desde a segunda metade do século XIX, onde os pequenos proprietários eram, na prática, proletários rurais frente aos grandes proprietários do *Black Belt*. Na Europa, as experiências fascistas do século XX, cujo sujeito histórico de legitimidade política se baseou numa ideia racista de *povo nacional*, contribuiu para que o “populismo” passasse a ser interpretado pejorativamente pela intelectualidade burguesa. Por parte dos intelectuais marxistas, a influência da crítica de Lenin aos populistas russos (*Narodnik*) consolidou a noção de que o populismo traduz politicamente a *falsa consciência* revolucionária. De ambos os lados, os fenômenos populistas passaram a ser interpretados pejorativamente.

Porém, na América Latina, em função de suas especificidades as experiências populistas corresponderam a momentos históricos de acirramento da luta de classes em que as classes populares vislumbraram avanços de seus interesses político-econômicos na cena política. Em virtude do papel da ciência no debate público moderno, condenar o populismo na América Latina, portanto, significa um reforço intelectual das estruturas elitistas que constituem as formações sociais na região.

Por outro lado, a recorrente tendência de encerramento autoritário e frustração que as experiências consideradas populistas têm, devem ser observadas à luz dos desdobramentos da luta de classes em cada momento histórico, não por uma suposta patologia inerente ao populismo. Isso se observa de maneira mais clara no quarto capítulo da tese, onde analiso o sentido da política econômica ao longo dos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955). O que por si só já contribui para evidenciar como as alianças popular-trabalhadora que constituíram os tais “populismos latino-americanos” efetivamente ameaçavam as forças dominantes nas respectivas sociedades. Caso contrário, a resposta autoritária seria desnecessária.

Com isso, faz-se necessária a desconstrução do conceito de “populismo” nas interpretações a respeito das alianças populares antielitistas que emergiram entre os países latino-americanos desde o século XX. Nesse intuito, o último capítulo procura avançar o debate a respeito do “populismo”, notadamente para os casos na América Latina, escrutinizando contextualizadamente os elementos centrais que compõem tais interpretações. Tratam-se dos instrumentos intelectuais de produção do pensar que formam as concepções

dominantes de ciência social, das especificidades das relações de classe na região e da interação entre os ciclos econômicos e políticos frente às crises. Para tanto, a dinâmica da taxa de lucro é variável central de análise.

## 2 POPULISMO COMO CONCEITO: TEORIA E HISTÓRIA

Em abril de 2006, a revista *The Economist* publicou uma reportagem especial sobre o renascimento do populismo latino-americano. Naquele ano, Evo Morales fora eleito presidente na Bolívia, assim como Michelle Bachelet no Chile. Ambos fariam parte, de acordo com a publicação, de uma “teia de esquerdismo que envolve Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina e Andrés Manuel López Obrador, líder nas pesquisas para a eleição presidencial no México” (THE ECONOMIST, 12/04/2006)<sup>14</sup>.

Pouco mais de dez anos após o “alerta” feito pelo periódico inglês, o mesmo voltou a analisar os fenômenos populistas da América Latina, dessa vez buscando responder os motivos pelos quais o populismo estaria batendo em retirada na região, ao passo que na Europa e na Ásia realizaria movimento contrário. “Chávez e sua laia foram extraordinariamente afortunados por estarem em mandatos justamente quando a grande expansão das *commodities* conduzida pela industrialização da China decolou” (THE ECONOMIST, 21/11/2016)<sup>15</sup>. Seguindo esse argumento, a desaceleração chinesa somada à irresponsabilidade fiscal e corrupção dos líderes populistas teriam acarretado uma conjunção de crises econômica e política, a qual explicaria o atual recuo do populismo latino-americano.

Interpretações condenatórias do populismo não se resumem à *nuestra América*. Na verdade, é crescente a quantidade de análises sociais que partem do conceito de populismo, geralmente para denunciá-lo, sejam aqui ou acolá. Das eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos e Viktor Orbán, na Hungria (MÜLLER, 2017), ou dos partidos de esquerda *Podemos*, na Espanha, e *Syriza*, na Grécia (MUDDE, 2015), falar sobre o populismo está na moda nos tempos atuais. Como mostra Stavrakakis (2017), isso tem ocorrido especialmente no sentido de construir uma mitologização do fenômeno populista, a qual tende a naturalizá-lo de maneira pejorativa.

A literatura trata o populismo se referindo tanto a partidos políticos quanto a movimentos sociais não-institucionalizados. Nesse sentido, os movimentos *Occupy*, que a partir 2011 vem se espalhando mundo afora desde Wall Street sob o slogan “nós somos os

---

<sup>14</sup> (...) *web of leftism which envelops Hugo Chávez in Venezuela, Brazil's Luiz Inácio Lula da Silva, Argentina's Néstor Kirchner and Andrés Manuel López Obrador, the front-runner in Mexico presidential election*”

<sup>15</sup> “Chávez and his ilk were extraordinarily fortunate to be in office just as the great commodity boom driven by China's industrialisation took off”

99%”, seriam tão populistas quanto a ala ultraconservadora do partido Republicano estadunidense *Tea Party*<sup>16</sup>. É curioso, no entanto, que partidos com intencionalidades políticas situadas em extremos tão opostos como, por exemplo, o *Front National*, liderado por Marine Le Pen na França, e a coalização *Syriza* sob a liderança de Alexis Tsipras, na Grécia, possuam em comum o fato de serem populistas. Assim como populistas teriam sido as políticas dos governos de Dilma Rousseff, no Brasil, as quais parecem fazer a cabeça da gestão Donald Trump nos EUA (MARGOLIS, 08/02/2017). Em comum a todas experiências seria o contexto de crise em torno delas, seja econômica ou política, o qual seria o potencializador de rudimentos populistas já existentes em direção à construção de governos com tais características nas respectivas sociedades (WOLF, 27/06/2017). Por acaso haveria alguma relação histórica entre crises e populismos, visto que experiências distintas são definidas sob um mesmo arcabouço conceitual explicativo?

Essa questão tem sido cada vez mais respondida através de um tratamento pejorativo em relação aos populismos, ao menos nos estudos latino-americanos. Por um lado, a crítica social-democrata considera que o populismo privilegia “(...) aspectos conservadores dos modos de incorporação dos grupos subalternos à vida política da região, deixando em segundo plano os aspectos progressistas” (KAYSEL, 2016, p. 114). Por outro, liberais-políticos acusam o populismo como sendo tendencialmente antiplural e antiprocedimental, argumento usado, por exemplo, em Müller (2016). Já os liberais-econômicos, como é o caso de Dornbusch; Edwards (1991), enfatizam a relação entre populismo e ciclos econômicos por meio de uma condução errática da política econômica. Mesmo no marxismo essa avaliação ética ocorre, ao considerar o populismo como uma expressão política da falsa consciência ou da falta de autonomia da classe trabalhadora (IANNI, 1973; WEFFORT, [1978] 2003; ZIZEK, 2006; ASTARITA, 04/06/2017)

As várias facetas assumidas pelo populismo interpretado revelam, ao menos em parte, que a origem das controvérsias sobre o conceito não parece ser apenas a respeito de sua definição, mas fundamentalmente sobre as possibilidades de seu uso para análises comparadas. Isso porque os autores, ao definirem o populismo, o fazem com objetivos distintos. Até porque parece razoável afirmar que precede à definição de qualquer conceito que procura sintetizar as particularidades locais da política ou da relação entre política e

---

<sup>16</sup> Sobre os movimentos *Occupy* e sua “natureza populista”, em especial o *Occupy Wall Street*, ver Lowndes; Warren (21/10/2011). A respeito do caráter populista do *Tea Party*, ver Ray (2016).

economia para comparações transnacionais uma visão de mundo por parte daqueles que o empregam.

Outrossim, as interpretações do populismo, sejam elas formuladas a partir de qualquer marco teórico, possuem em comum o fato de considerarem o *populismo* como um fenômeno concreto e passível de análise. Contudo, há uma importante distinção em relação à abordagem da inglesa Escola de Essex sobre o populismo, a qual busca determinar sua substância histórica em vez de seus substantivos gerais. De qualquer forma, como será discutido ao longo desse capítulo, com raras exceções as diversas definições e dimensões do conceito buscam arduamente construir rigorosos esquemas analíticos a partir de um suposto fenômeno cuja história conceitual evidencia sua formulação mais para denunciar do que propriamente analisar.

Como sem meias palavras afirmou Vargas Llosa (05/03/2017), “o principal inimigo da democracia liberal – da liberdade – já não é o comunismo, mas o populismo”. Uma ameaça que não é “ideológica”, mas uma espécie de “epidemia viral”, nas palavras do prestigiado escritor peruano. Inimigo de quem mesmo?

O populismo é um conceito contemporaneamente utilizado para analisar fenômenos político-econômicos ou movimentos sociais complexos e historicamente distintos que, embora aparentemente diferentes, possuem em comum uma *práxis* política binária centrada no conflito. Esta, por sua vez, constitui um conjunto de ideias e ações sobre uma determinada realidade social a partir da divisão entre o “povo” e o “não-povo”, cujos interesses seriam contraditórios ou até mesmo antagônicos.

É interessante notar que o conflito considerado existente por parte dos intérpretes do populismo não se dá entre forças reais, mas entre conceitos arbitrários e que variam de acordo com as experiências históricas. Como Badiou (2016, p. 23-24) argumenta, a noção de “povo” está intimamente associada à “nação”, de modo que um “povo nacional” nada mais é do que o conjunto inerte de indivíduos os quais determinado Estado atribui o direito de se considerarem “nacionais”. Porém, à medida que o movimento histórico avança, essa inércia também tende a se alterar no intuito de que esse “povo” busque *ativamente* uma nação pela qual ainda está no porvir (BADIOU, 2016, p. 26).

Tal simplificação sobre a natureza conflituosa em torno da ambiguidade dos conceitos de “povo” e “não-povo” de imediato suscita dúvidas, pois são muito diferentes tanto as consequências humanitárias quanto o contexto histórico em que tais fenômenos sociais

populares podem ser vistos como politicamente hegemônicos<sup>17</sup>. Esse argumento por si só deveria ser suficiente para questionar a validade na aplicação generalizada do conceito de populismo, a qual é recorrente tanto no debate público mais amplo quanto no estritamente acadêmico. Algo que também chama atenção é que em ambas esferas de discussão existe uma tendência dominante a se interpretar de maneira pejorativa fenômenos sociais considerados como populistas.

Mas, além disso, embora seja possível encontrar de maneira isolada *elementos semelhantes*, por exemplo, entre a Argentina peronista, a Era Vargas no Brasil e a Alemanha nazista, isso não significa, necessariamente, que existe uma *unidade histórica comum* relacionando essas experiências. Afinal, não é porque toda matéria orgânica seja composta por moléculas de carbono que qualquer corpo de massa possuindo tal elemento químico seja vivo. Analogamente, não é porque tanto as ideologias, práticas e discursos que fundamentam o peronismo, os desenvolvimentismos e os fascismos possuam em comum projetos nacional-populares de nação que isso as torna fundamentalmente semelhantes.

A própria definição de “povo” evidencia a ambiguidade do conceito. Este pode ser uma definição étnica, mas que também inclui diferentes classes sociais sob um mesmo nome. Como destaca Hobsbawm (1996, p. 59-67), um dos aspectos mais inovadores da Revolução Francesa foi a introdução da ideia de “grande nação” no vocabulário político, a qual se disseminou pelo mundo através dos exércitos revolucionários franceses, com destaque para as Guerras Napoleônicas. Outras heranças da Revolução Francesa foram o nacionalismo político, que se articulava com a ideia de “grande nação” e “povo nacional”, e o conceito de “guerra total”.

Porém, a ideia de povo não possui necessariamente a mesma origem e desdobramento históricos em cada região, visto que um conceito pode assumir conotações particulares em virtude das condições materiais em que este se forma. Ainda que sejam todos nacionalmente “brasileiros”, o “povo” que saiu às ruas nas Jornadas de Junho de 2013 certamente não é o mesmo “povo” verde-amarelo que, em 2015, bradava pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Dado que tais condições são diferentes internacionalmente, afirmar que o apelo popular é uma característica comum aos populismos pouco esclarece o problema.

---

<sup>17</sup> Wolfe (2011, p. 355), por exemplo, argumenta que o desenvolvimentismo é uma forma de “populismo”. Por outro lado, Incisa (1998, p. 985), em uma revisão de literatura sobre o assunto designa tanto o nazismo alemão quanto o peronismo argentino como movimentos “populistas” fascistas – ou *nacional-populistas*. Müller (2016), de maneira mais recente, defende que o nazismo e o fascismo italiano das décadas de 1930 e 1940 foram experiências populistas, mas incorporaram elementos para além do “populismo”, tais como discriminação racial e glorificação do monopólio estatal da violência.

Benedict Anderson (2006) em sua investigação sobre o que é *nação* e *nacionalismo* oferece intuições interessantes para a compreensão do significado que tais conceitos foram adquirindo socialmente. De modo geral, tanto a ideia de nação como a entendemos hoje como a consciência nacional intrinsecamente associada podem ser vistos como artefatos históricos construídos a partir da convergência do desenvolvimento capitalista, da revolução tecnológica que possibilitou a difusão em massa de textos e da enorme diversidade linguística na espécie humana (p. 46). Desse modo, o processo de constituição da moderna ideia de nação é fundamentalmente político e o nacionalismo seu elemento dinâmico no processo, pois é a partir dele que modernamente as nações se inventam e reinventam constantemente (p. 6).

Todavia, apesar de ser possível observar esse fenômeno se expandindo mundo afora, há diferenças substanciais ao longo dos processos nacionais modernos. De maneira sintética e precisa, Benedict Anderson resume o caso dos países do continente americano no intuito de separar os processos europeus dos oriundos da conquista americana desde 1492:

Em primeiro lugar, se nós pensamos do Brasil, dos EUA, ou das antigas colônias da Espanha, o idioma não foi um elemento que diferenciasssem eles de suas respectivas metrópoles imperiais. [...]. Em segundo lugar, há sérias razões para duvidar da aplicabilidade em muito do hemisfério Ocidental da tese de outra forma persuasiva de Nairn que: a chegada do nacionalismo em um distintivo sentido moderno estava vinculada ao batismo político das classes baixas [...] Longe de procurar ‘integrar as classes baixas na vida política’, um fator chave inicialmente estimulando a condução para independência de Madri em tais casos importantes como Venezuela, México e Peru, *era o medo* de mobilizações políticas de ‘classe-baixa’: quer dizer, levantes Indígenas ou de escravos negros” (ANDERSON, 2006, p. 47-48, destaques do autor, tradução própria)<sup>18</sup>.

Se o populismo é um conceito de análise política que parte do pressuposto do antagonismo entre “povo” e “não-povo” (ou até mesmo “anti-povo”, como muito autores(as) colocam), então compreender quem é esse povo se torna fundamental. E aqui reside um dos principais problemas de sua formulação conceitual: geralmente se parte de um modelo geral abstrato para entender a realidade, sem compreender os significados históricos específicos por trás das experiências ditas “populistas”. Isto é, entende-se “povo” como categoria abstrata e genérica, sem levar em consideração o caráter dinâmico existente não apenas do ponto de vista das fronteiras nacionais, mas mesmo no interior das mesmas.

---

<sup>18</sup> “*In the first place, whether we think of Brazil, the USA, or the former colonies of Spain, language was not an element that differentiated them from their respective imperial metropolises. [...] In the second place, there are serious reasons to doubt the applicability in much of the Western hemisphere of Nairn’s otherwise persuasive thesis that: The arrival of nationalism in a distinctively modern sense was tied to the political baptism of the lower classes [...]. Far from seeking to ‘induct the lower classes into political life’, one key factor initially spurring the drive for independence from Madrid, in such important cases as Venezuela, Mexico and Peru, was the fear of ‘lower-class’ political mobilizations: to wit, Indian or Negro-slave uprisings*”.

Ainda assim, os formuladores do populismo insistem nas possibilidades de comparação entre diferentes experiências históricas nacional-populares. Nessa linha, Incisa (1998) elenca alguns elementos atribuídos pela literatura do assunto como possíveis elos de ligação entre os distintos populismos. Em primeiro lugar, estes excluem a luta de classes ao tentarem uma conciliação social do “povo” – o qual é heterogêneo e inclui, dependendo do caso, desde os setores médios-urbanos até o proletariado mais “chão de fábrica” – sob um líder carismático. Por outro lado, o “não-povo” é compreendido como a elite política vigente ou os interesses econômicos estrangeiros e, portanto, adversários políticos a serem enfrentados pelo “povo”. Além disso, de acordo com o autor, os populismos podem ser vistos mais como movimentos moralistas do que propriamente programáticos, embora possuam uma visão de futuro não-reacionária da sociedade e pautada na promoção de uma idealizada identidade nacional e popular.

Aqui aparece mais um problema da amplitude tomada pelas interpretações sobre os populismos. Se ele (populismo) é mais moralista do que programático, como explicar a relação entre governos adjetivados tanto como populistas quanto desenvolvimentistas, como o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) no Brasil e o de Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940) no México?<sup>19</sup> Ou então, como explicar o claro reacionarismo político dos fascismos europeus em suas idealizações a respeito de um passado imaginado e projetado no futuro como modelo de país a ser recuperado?<sup>20</sup>

Porém, apesar dessas constatações razoavelmente elementares, interpretações da relação entre política e economia fundamentadas no conceito de populismo se multiplicam, especialmente nos estudos latino-americanos. Fenômenos como o Chavismo venezuelano, o Peronismo argentino, a Era Vargas no Brasil e o Aprismo peruano, entre outros, comumente são designados pelo adjetivo populista<sup>21</sup>, como apresentado na tabela 1. Por outro lado, houve distintos movimentos sociais que originaram essa forma adjetivada de análise, como é o caso dos *Narodniks* russos e do *People's Party* estadunidense, ambos do último terço do século

<sup>19</sup> Fonseca (2014) oferece um argumento interessante para a construção do conceito de *desenvolvimentismo*. Governos desenvolvimentistas são reconhecidos pela literatura como possuindo em comum uma coerência intencional entre as políticas econômicas para um desenvolvimento industrial dentro dos marcos institucionais do capitalismo. Sendo assim, tanto o segundo governo de Vargas no Brasil quanto o de Cárdenas no México podem ser vistos como governos desenvolvimentistas.

<sup>20</sup> Vale lembrar que “populismo” na Europa ocidental geralmente está associado, em maior ou menor grau, a projetos políticos de cunho fascistas. Isso fica claro, por exemplo, na conferência promovida pelo Goethe Institut denominada *European Angst* (Medo Europeu), realizada em Bruxelas, na Bélgica, no ano de 2016 “sobre o populismo, o extremismo e o euroceticismo nas sociedades europeias atuais” (*conférence sur le populisme, l'extrémisme et euroscepticisme dans les sociétés européennes actuelles*). Para mais informações, ver <https://www.goethe.de/ins/be/fr/kul/prj/ean.html>, acessado em abr/2017.

<sup>21</sup> Embora geralmente não sejam reveladas as intenções simplificadoras de tal adjetivação.

XIX e começo do XX. É razoável afirmar, portanto, que o populismo se configura como um conceito no mínimo controverso e impreciso.

A grande extensão conceitual do populismo possibilita diversos usos e desusos do mesmo. Ao mesmo tempo, tem construído um viés pejorativo às experiências políticas que são classificadas como populistas, notadamente na América Latina. Laclau (2005, p. 67-72) elenca dois conjuntos de proposições, comumente atribuídos em termos pejorativos ao populismo, e que denotam o viés analítico de denúncia por parte de seus críticos. “As duas proposições às quais me referi eram: 1) que o populismo é vago e indeterminado na audiência à qual ele se endereça, em seu discurso e em seus postulados políticos; 2) que o populismo é mera retórica” (LACLAU, 2005, p. 67, tradução própria)<sup>22</sup>.

Como se o populismo fosse uma espécie de forma desviante da política (KAYSEL, 2016, p. 113) ou da economia (ver próximo capítulo). Exemplos no meio acadêmico são vastos, mas vale destacar Weffort (1980), Sachs (1989), os livros organizados por Dornbusch; Edwards (1991) e Bresser-Pereira (1991b), Prados de la Escosura (2007), Fukuyama (2008), Edwards (2007; 2010), entre outros. Resta saber as origens desse viés sobre o conceito.

---

<sup>22</sup> “The two pejorative propositions to which I referred were: (1) that populism is vague and indeterminate in the audience to which it addresses itself, in its discourse, and in its political postulates; (2) that populism is mere rhetoric”.

Tabela 2 – Lista de governos designados como populistas na América Latina

<b>Governos</b>	<b>País</b>	<b>Populismo Político-Ideológico</b>	<b>Populismo Econômico</b>
Juan Domingo Perón (1946-1955)	Argentina	Cardoso; Faletto ([1967] 2010, p. 128-134); di Tella (1973, p. 38-82); de la Torre (1992); Weyland (2001); Mudde; Kaltwasser (2017)	Canitrot ([1975] 1991); Sachs (1989); Kaufman; Stallings (1991)
Juan Domingo Perón/Isabel Perón (1973-1976)	Argentina	de la Torre (1991); Weyland (2001); Mudde; Kaltwasser (2017)	Canitrot [1975] 1991); Kaufman; Stallings (1991); Sturzenegger (1991)
Carlos Menem (1989-1999)	Argentina	Weyland (2001)	Kaufman; Stallings (1991)
Néstor Kirchner (2003-2007)	Argentina		Edwards (2010)
Cristina Kirchner (2007-2015)	Argentina		Edwards (2010)
Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1955)	Brasil	Cardoso; Faletto ([1967] 2010, p. 138-139); Ianni (1973, p. 113-114); Weffort (1980); Boito Jr. (1984)	Sachs (1989); Castro; Ronci (1991); Edwards (2010)
João Goulart (1961-1964)	Brasil	Cardoso; Faletto ([1967] 2010, p. 138); Ianni (1973, p. 117-118); Weffort (1980)	Sachs (1989); Castro; Ronci (1991)
José Sarney (1985-1990)	Brasil		Sachs (1989); Kaufman; Stallings (1991); Bresser-Pereira (1991b)
Salvador Allende (1970-1973)	Chile	Viguera (1993)	Sachs (1989); Larráin; Meller (1991)
José María Velasco Ibarra (1934-35; 1944-47; 1952-56; 1960-61; 1968-72)	Equador	de la Torre (1992); Weyland (2001); Mudde; Kaltwasser (2017)	
Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940)	México	Ianni (1973, p. 117-118); Weyland (2001)	Bazdresch; Levy (1991)
Luis Echeverría (1970-1976)	México		Bazdresch; Levy (1991); Kaufman; Stallings (1991); Edwards (2010)
José López Portillo (1976-1982)	México		Sachs (1989); Bazdresch; Levy (1991); Edwards (2010)
Alan García (1985-1990)	Peru	Weyland (2001); Viguera (1993)	Sachs (1989); Lago (1991); Kaufman; Stallings (1991); Edwards (2010)
Fernando Belaúnde Terry (1963-68; 1980-1985)	Peru	Ianni (1973, p. 121)	Kaufman; Stallings (1991)
Juan Velasco Alvarado (1968-1975)	Peru	Ianni (1973, p. 121-122, nota de rodapé 13)	Kaufman; Stallings (1991); Edwards (2010)
Carlos Andrés Pérez (1974-1978)	Venezuela		Kaufman; Stallings (1991)
Hugo Chávez (2002-2013)	Venezuela	Müller (2016); Mudde; Kaltwasser (2017)	Edwards (2010); Leon (2014); Matsen; Natvik; Torvik (2016)

Fonte: Elaboração própria.

## 2.1. AS DIMENSÕES DO POPULISMO

No que diz respeito ao conceito, o populismo é comumente apresentado contendo uma dimensão político-ideológica e outra econômica, sendo que ambas estão intimamente associadas. Moffitt; Tormey (2014, p. 383) identificam quatro abordagens sobre o populismo na literatura contemporânea, quais sejam, o populismo como uma *ideologia*, uma *lógica de ação política*, um *discurso*, ou uma *estratégia política*. Por meio de uma crítica a essas definições, os autores sugerem uma outra. Essa quinta abordagem entende o populismo como um *estilo de ação* utilizado para construir relações políticas.

Mudde; Kaltwasser (2017, p. 3-9) apresentam o populismo como um conceito essencialmente controverso/em disputa (*contested concept*) entre 6 abordagens: a *abordagem da agência popular*; a *abordagem laclauana*, a qual inclui as noções de populismo como um discurso e lógica política; a *abordagem socioeconômica*, ou populismo econômico; a *abordagem estratégico-política*; a *abordagem do estilo político*, sugerida por Moffitt; Tormey (2014); e a *abordagem ideacional*, ou ideológica, defendida pelos autores.

O populismo na abordagem da agência popular é entendido como uma forma de vida política democrática fundamentada no engajamento dos setores sociais populares e, por isso, não se configuraria como um problema em si, mas uma força positiva. Essa abordagem “talvez seja melhor representada em *Democratic Promise: The Populist Moment in America* de Lawrence Goodwyn” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 3)<sup>23</sup>. Particularmente, essa forma de abordar o populismo se origina na experiência do *People’s Party* (1891-1908) e da tradição intelectual estadunidense herdeira da *Farmer’s Alliance* a partir de 1875.

Na abordagem laclauana – ou da Escola de Essex –<sup>24</sup>, o populismo é visto como a essência da política e também uma força potencialmente emancipatória rumo à radicalização democrática. Isso porque se abandona o pressuposto de que as classes sociais possuem necessariamente um conteúdo ideológico e político particulares, visto que estes se constituem a partir de uma articulação específica dos questionamentos entre os polos antagônicos da sociedade – povo/bloco no poder. Esses, por sua vez, não dependem diretamente das relações sociais de produção, “[...] mas do complexo de relações políticas e ideológicas de dominação

<sup>23</sup> “Perhaps best represented in Lawrence Goodwyn’s *Democratic Promise: The Populist Moment in America*”

<sup>24</sup> Essa abordagem não se refere apenas aos trabalhos de Ernesto Laclau (1977; 2005), embora tenha originado a partir de suas análises. Canovan (1999) e Chantal Mouffe (DEVECCHIO, 11/04/2017) são exemplos disso, além, é claro, da chamada *Escola de Essex* de análise de discursos.

constituindo uma determinada formação social” (LACLAU, 1977, p. 166, tradução própria)<sup>25</sup>. Nesse sentido, “o que transforma um discurso ideológico em um populista é uma *forma peculiar de articulação* das interpelações popular-democráticas nele” (LACLAU, 1977, p. 172, tradução própria)<sup>26</sup>.

Isto é, o processo pelo qual a ideologia dominante é socialmente incorporada contém elementos identitários de modos-de-produção anteriores ao dominante e que podem ser resumidos na noção de tradições populares. Laclau (1977) não nega a luta de classes como “motor histórico”, mas retira das classes qualquer conteúdo político e ideológico particular, pois tais conteúdos dizem respeito ao nível empírico da formação social. “Entretanto, como a luta de classe toma prioridade sobre a luta popular-democrática, a última apenas existe articulada com projetos de classe” (LACLAU, 1977, p. 166, tradução própria)<sup>27</sup>. Dessa forma, a dupla articulação entre “classes” e “povo” denota a característica *potencialmente* progressista do populismo, visto que este corresponderia a uma articulação das ideologias popular-democráticas contrárias à ideologia dominante.

Laclau (2005) tenta responder às proposições pejorativas geralmente atribuídas pelos críticos aos populismos na prática. Para tanto, o autor demonstra que a suposta vagueza política e a retórica populista é, na verdade, aspectos inerentes a qualquer realidade social. Sendo assim, “[...] a conclusão seria que o populismo é a estrada régia para entender alguma coisa sobre a constituição ontológica do fenômeno político como tal” (LACLAU, 2005, p. 67, tradução própria)<sup>28</sup>. A questão, portanto, passa a ser não a respeito dos elementos que constituem o populismo como fenômeno político-ideológico, nem de sua suposta vagueza ou imprecisão, mas “para qual realidade social e ideológica o populismo se aplica?” (LACLAU, 2005, p. 17, tradução própria)<sup>29</sup>.

A dimensão econômica do populismo tem sido trabalhada com destaque a partir dos livros organizados por Bresser-Pereira (1991b) e por Dornbusch; Edwards (1991), embora Canitrot ([1975] 1991), Díaz-Alejandro ([1981] 1991) e Sachs (1989) já antecipassem essa perspectiva. Acemoglu; Egorov; Sonin (2013) formalizam uma teoria que combina os

<sup>25</sup> “[...] *but the complex of political and ideological relations of domination constituting a determinate social formation*”.

<sup>26</sup> “[...] *what transforms an ideological discourse into a populist one is a peculiar form of articulation of the popular-democratic interpellations in it*”.

<sup>27</sup> “*however, as class struggle takes priority over popular-democratic struggle, the latter only exists articulated with class projects*”.

<sup>28</sup> “[...] *the conclusion would be that populism is the royal road to understanding something about the ontological constitution of the political as such*”.

<sup>29</sup> “[...] *to what social and ideological reality does populism apply?*”.

aspectos políticos e econômicos do populismo em suas possibilidades dentro do espectro político direita-esquerda e os possíveis resultados através de um arcabouço de escolha racional. De maneira geral, entende-se por “populismo econômico” o uso de políticas econômicas instrumentais (monetária, fiscal e cambial) para sustentar o crescimento e a distribuição da renda sem, no entanto, considerar as restrições do balanço de pagamentos e do espaço fiscal interno para tais medidas expansionistas. Embora no curto prazo os objetivos da política econômica “populista” possam ser alcançados, o resultado disso no longo prazo seria o recrudescimento do atraso em relação aos países avançados.

Por um lado, o populismo quando entendido como prática político-econômica é acusado como “tendo historicamente levado ao fracasso, sofrimento e frustração” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 2, tradução própria)<sup>30</sup>. Ou ainda, o populismo é visto com uma estratégia política problemática, oriundo da incorporação prematura das “massas” nas democracias ao longo do processo de transição de sociedades tradicionais para industriais (GERMANI, 1962; DI TELLA, 1973; WEYLAND, 2001)<sup>31</sup>. O populismo pode ser usado para interpretar fenômenos e movimentos sociais tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, dos *Narodniks* russos aos fascismos europeus (MÜLLER, 2016). Pode também ser um fenômeno geral com tipos nacionais até mesmo na China, como argumenta Townsend (1977).

A partir dos anos 1990, a dimensão econômica do populismo passa ganhar maior intensidade nas análises, embora já fosse esboçada desde a segunda metade dos anos 1970. Para Bresser-Pereira (1991a, p. 7, tradução própria), “populismo econômico é a doença política básica do Brasil”<sup>32</sup>. Diferentemente da dimensão político-ideológica do conceito, a qual de acordo com o autor “está geralmente vinculada aos ‘pactos populistas’ que precederam a industrialização por substituição de importações”<sup>33</sup>, o populismo econômico se trata mais “de prática política relacionada a distributivismo ingênuo e frouxidão fiscal” (BRESSER-PEREIRA, 1991a, p. 7-8, tradução própria)<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> “[...] *has historically led to failure, sorrow, and frustration*”.

<sup>31</sup> Embora Di Tella (1973) e Weyland (2001) sejam exemplos da abordagem do populismo como uma estratégia política, é preciso destacar que há ao menos uma importante diferença entre ambos, visto que para o primeiro o populismo se caracteriza como um movimento político que conta com o apoio das “massas” urbanas e/ou rurais, ao passo que para o último se trata especificamente do líder personalista e dos meios por ele empregados para se perpetuar no poder.

<sup>32</sup> “*Economic populism is a basic political disease in Brazil*”.

<sup>33</sup> “[...] *it is usually tied to the ‘populist pacts’ which preceded import-substitution industrialization*”.

<sup>34</sup> “*Economic populism is a more general kind of political practice related to naïve distributivism and fiscal laxity*”.

As adjetivações acima evidenciam o viés pejorativo pelo qual é concebida a dimensão econômica por parte dos intérpretes do populismo. A ação populista de Estado poderia ocorrer tanto à esquerda quanto à direita do espectro político (BRESSER-PEREIRA, 1991a; ACEMOGLU; EGOROV; SONIN, 2013). Porém, em comum aos populismos de esquerda e direita seria a formulação e execução de políticas econômicas “erradas” ou ruins para o longo prazo.

Em texto mais recente, Bresser-Pereira (2014) avança na discussão sobre o populismo econômico, que, embora com alterações, se expressaria no Brasil desde 1990 com a implementação do Plano Real. Para ele, duas políticas seriam tipicamente populistas ao longo desse período, quais sejam, a política de crescimento com poupança externa e a de crescimento com endividamento público.

Essas duas políticas, além de interessar os capitalistas rentistas e os financistas, interessam também aos políticos, que, ao apreciarem o câmbio, reduzem a inflação e aumentam os rendimentos de todos, o que facilita sua reeleição. Denomino essa prática ‘populismo cambial’. Somado ao populismo fiscal (o Estado gasta mais do que arrecada de forma irresponsável e incorre em déficits fiscais) está o populismo econômico, fonte de crises e baixo crescimento (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 27).

Novamente adjetivações sobre o tal “populismo econômico”. Seu caráter de irresponsabilidade com fins eleitoreiros denotaria os erros associados a essas escolhas políticas. A razão, de acordo com o autor, residiria no diagnóstico de tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, a qual necessitaria de “correção” em vez de “superação”. Para o intérprete econômico do populismo, caberia ao Estado agir tecnicamente para solucionar esse problema estrutural. Como se o conteúdo de tal ação fosse em si despolitizado, não devesse entrar no escrutínio público ou fosse fruto da falsa consciência que permearia o debate público.

Kaufman; Stallings (1991, p. 15-16) oferecem outra definição sobre populismo econômico. Trata-se de um fenômeno político que se efetiva pela política econômica, isto é, usa meios econômicos para atingir finalidades políticas. Entre os objetivos políticos ambicionados pelo populismo econômico estariam a mobilização popular antioligárquica com fins eleitoreiros, a qual se orientaria para os setores econômicos domésticos. Contudo, como os próprios autores afirmam, essa definição abarca experiências políticas tão díspares como os governos de Salvador Allende, no Chile, Juan Domingo Perón, na Argentina e José Sarney, no Brasil.

Tamanha abrangência conceitual no mínimo suscitaria dúvidas quanto à sua capacidade explicativa da relação entre política e economia consubstanciadas na política econômica formulada e executada por esses governos. Como no argumento de Kaufman; Stallings (1991) os regimes políticos na América Latina seriam caracterizados como “democracias de transição” (*transitional democracies*), haveria, portanto, certa tendência de suscetibilidade para políticas populistas, exatamente por causa da fraqueza institucional típica de seus regimes políticos (KAUFMAN; STALLINGS, 1991, p. 26). Isto é, as razões de mercado ainda não teriam se tornado hegemônicas de modo que o desenvolvimento do subcontinente passa ser concebido a partir de uma infantilização de suas estruturas em relação aos países centrais.

## 2.2. SOBRE O CARÁTER ANTIRREVOLUCIONÁRIO DO POPULISMO

Uma das primeiras associações modernas ao termo populismo, senão a primeira, foi com os *Narodniks* na Rússia, entre 1860 e 1870. Tratou-se de um movimento social oriundo de uma parte dos intelectuais russos críticos ao regime czarista e conscientemente orientados para um resgate do campesinato russo<sup>35</sup> como protagonista da história a fim de construir diretamente o socialismo no país (PEDLER, 1927; OFFORD, 2010, p. 252-253).

Em 1879 nascia uma organização política oriunda dessa pedagogia da “jornada ao povo”, o partido *Narodnaya Volya* (Vontade do Povo), cujo programa residia na defesa conjunta do socialismo, do agrarianismo e de ações violentas contra a monarquia russa como estratégia revolucionária. Em termos de programa político-econômico, os “populistas russos” revelam, ao menos em parte, um pouco da ambigüidade associada ao conceito de “populismo”, pois, por um lado, aproximam-se teoricamente de Marx, mas, por outro, divergem em termos organizacionais (PIPES, 1960, p. 330).

De acordo com os economistas “populistas russos”, o desenvolvimento capitalista na Rússia seria impossível em virtude do problema de realização da produção em economias atrasadas. Sendo assim, eles interpretaram a tendência do desenvolvimento capitalista de aumento da composição orgânica do capital a partir de um viés subconsumista (LENIN, [1899] 1988, vol. 1; BARNETT, 2005, p. 41).

---

<sup>35</sup> Em russo, o termo *narod* pode significar tanto “povo” no sentido de um grupo genérico de pessoas quanto uma comunidade, uma tribo ou nação específicas, ou ainda os setores sociais distintos aos da elite política, intelectual e econômica (OFFORD, 2010, p. 242).

Para esses autores, a alternativa de conquista de mercados externos não era uma solução viável para o desenvolvimento do capitalismo no país porque, na visão deles, os países capitalistas avançados da época tinham principalmente no imperialismo uma forma de realizar seus excedentes. Dessa forma, uma economia atrasada como a russa não teria condições de competir por mercados externos com os países avançados e já inseridos na corrida imperialista. Para os “populistas russos”, portanto, “insistir nesse caminho seria obter como resultado apenas as mazelas do capitalismo, sem usufruir dos benefícios” (MIGLIOLI, 2004, p. 144).

O programa político-econômico dos *Narodniks* pode ser visto como assumidamente socialista, embora possa ser considerado eclético quanto ao marxismo. Vorontsov e Nikolaion, dois importantes “populistas russos” do período, mostram isso, ainda que argumentem baseados em Marx, a impossibilidade de desenvolvimento capitalista em uma economia atrasada. Sendo assim, concretamente, o programa “populista russo” se pautou na defesa das formas russas tradicionais de propriedade comunal no campo, por meio de incentivos econômicos aos *artéis* e *obshichinas*<sup>36</sup>. Além disso, defendiam, também, um processo de nacionalização da produção industrial e, por fim, uma redistribuição mais igualitária da renda entre capitalistas e trabalhadores.

O “populismo russo” possui origens ainda nas décadas de 1860 e 1870 do século XIX e foi se transformando ao longo dos anos em virtude dos desdobramentos da conjuntura, de perseguições públicas e novas influências sobre o movimento popular. Venturi (1960, p. 572) analisa essa transformação de concepções mais bakuninistas de ação direta para uma reformulação das teorias socialistas entendidas como exageradamente abstratas. Nesse sentido,

Era essencial fazer concessões aos camponeses, ouvir suas demandas imediatas e não falar para eles de Socialismo em geral. E fazendo isso uma *élite* política poderia gradualmente ser formada. Mas até que essa *élite* fosse formada, os próprios revolucionários devem ter seus lugares e ajudar a concretizá-la (VENTURI, 1960, p. 572, tradução própria, destaques do autor)<sup>37</sup>.

A partir daí ganha força não apenas a noção de que a revolução na Rússia deveria vir do povo, mas que esse poder popular a ser construído necessitava levar em consideração as

<sup>36</sup> Ambas correspondem a típicas formas de organização social entre produtores camponeses russos existentes na época de emergência dos “populistas” russos do século XIX.

<sup>37</sup> *It was essential to make concessions to the peasants, to listen to their immediate demands, and not speak to them of Socialism in general. And in so doing a political élite could gradually be formed. But until this élite was 'formed the revolutionaries themselves must take its place and help to bring it into being'.*

condições concretas pelas quais estava submetido o “povo russo”. Em meio a isso, a organização popular *Zemlya i Volya* (Terra e Liberdade) se fragmentou dando origem ao partido *Narodnaya Volya* (Vontade do Povo). Com base nas reformulações teóricas mencionadas acima, constituiu-se uma visão de partido socialista-federalista para a Rússia. Nas palavras de Aleksandr Dmitrievich Mikhaylov, um dos membros do partido em questão,

[...] nós não consideramos possível esperar por uma revolução socioeconômica até que o povo esteja em uma condição de promover uma ordem social mais perfeita. E por isso nós levantamos nossa bandeira com as demandas do povo de Terra e Liberdade. Por isso nós queremos dizer (1) do ponto de vista econômico: a passagem de terra pertencendo tanto ao Estado quanto a donos privados para as mãos do povo. Na Grande Rússia isso deve ser feito através das *obshchinas*, e em outras regiões da Rússia de acordo com as tradições e necessidades locais. (2) do ponto de vista político: a substituição do Estado existente por uma estrutura determinada pela vontade do povo; e em qualquer caso deve haver ampla autonomia para *obshchinas* e regiões (MIHKAYLOV *apud* VENTURI, 1960, p. 572-573, tradução própria e destaque do autor)<sup>38</sup>.

Lenin no primeiro volume de seu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* sistematiza o debate entre “populistas” e os marxistas revolucionários russos. Sua crítica se assemelha às de Marx e Engels aos “socialistas utópicos”. Nesse sentido, é interessante notar que a crítica de Lenin diz respeito aos “erros teóricos” cometidos pelos “populistas russos”, os quais os levaram a concluírem pela impossibilidade de desenvolvimento capitalista naquele país enquanto o mesmo já ocorria.

Ao denunciar os “populistas russos”, Lenin o faz com objetivos específicos. No prefácio à segunda edição da referida obra isso fica claro quando ele argumenta sobre as possibilidades revolucionárias da Rússia em 1905:

Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: – ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo junker (...) – ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária” (LENIN, [1899] 1988, vol. 1, p. 10).

---

<sup>38</sup> “we do not think it possible to wait for a social-economic revolution until the people is in a condition to bring about a more perfect social order. And so we raise our banner with the people’s demands of Land and Liberty. By this we mean (1) from the economic point of view: the passage of land belonging both to the State and to private owners into the hands of the people. In Great Russia this must be done through the *obshchinas*, and in other regions of Russia according to existing local traditions and requirements. (2) From the political point of view: the substitution of the existing State by a structure determined by the will of the people; and in any case there must be wide autonomy for *obshchinas* and regions”.

Trata-se de uma crítica ao caráter conservador que a defesa populista dos *artéis* e *obshchinas* significava, visto que essas instituições só poderiam ser mantidas como tais sob uma via de desenvolvimento capitalista. As consequências dessa trilha acarretariam, na visão de Lenin, uma contínua deterioração da situação econômica da maior parte dos camponeses no país.

Os “populistas russos” com seu romantismo econômico, para usar expressão de Lenin<sup>39</sup>, atuariam como contrarrevolucionários, isto é, antissocialistas. Lenin inaugurou, assim, a crítica marxista-leninista ao populismo. Uma fórmula que desviaria a sociedade do caminho para o socialismo ao incorporar como programa político a defesa das instituições camponesas do Império Russo, que, por sua vez, continham os germes da propriedade privada capitalista. Essa crítica, de certa maneira, ressurgirá entre alguns intérpretes do populismo latino-americano<sup>40</sup> que entendem, implícita ou explicitamente, terem as ditas experiências populistas da região ao longo do século XX explorado o lado burguês de uma classe trabalhadora fracamente constituída, desviando-os da “verdadeira” consciência de classe revolucionária. Dilemas da assim chamada “falsa consciência”.

Weffort ([1978] 2003) exemplifica essa ideia ao analisar a relação entre populismo e a política brasileira, com destaque para o período 1945-1964. Nessa obra, Weffort (2003) é claro tanto na adjetivação proposta como na exaltação do “modelo” sobre a “realidade”. Em primeiro lugar, a liderança das “massas” é de tipo “populista”, isto é, o autor constata que há uma relação de dependência política das organizações de classe trabalhadora em meio ao sufrágio eleitoral proposto em 1930. Em segundo lugar, o “populismo” brasileiro corresponde a um fenômeno típico da modernização brasileira (leia-se industrialização e urbanização), ainda que divergente de um suposto “modelo europeu”, pois visa “cortejar as massas” (WEFFORT, 2003, p. 19-21). “Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, mas não temos e não teremos outra” (p. 22).

É curioso, no entanto, a simplificação um tanto quanto exagerada no trabalho em questão. Ressente-se o autor de um suposto afastamento dos modelos “europeu” e “norte-americano”, os quais evidenciariam, ao contrário do Brasil, o prestígio do poder legislativo em detrimento do executivo. Nesse sentido, o “populismo” seria uma espécie de ressignificação urbana-industrial do “coronelismo” típico da República Velha brasileira. Mas,

---

<sup>39</sup> Lenin ([1899] 1988, vol. 1, p. 15, nota de rodapé 8).

<sup>40</sup> Cardoso; Faletto ([1967] 2010) e Weffort (2003) são exemplos.

diferentemente do último, no populismo a coerção se dá em nível estritamente político, ainda que se ampare na identificação pessoal e paternalista entre líder e massas populares.

É certo, porém, que o populismo implica, em qualquer de suas formas, uma traição à massa popular. Ainda quando tenha bases operárias mais ou menos amplas como nos casos de [Getúlio] Vargas e de [Jânio] Quadros, o padrão típico da política permanece limitado aos horizontes da pequena burguesia (WEFFORT, 2003, p. 35, acréscimos próprios).

Eis, portanto, uma aproximação entre a crítica de Lenin aos “populistas russos” e a análise de Weffort do “populismo brasileiro”. Em ambos os casos residiria o conteúdo pequeno-burguês de suas intenções, de modo a representar uma “falsa consciência” revolucionária, no caso russo, e, no brasileiro, uma “traição às massas populares”. “Não se poderia esperar mais de uma pequena burguesia que se assimila ao comportamento do *lumpen* e de um operário que se expressa de maneira pequeno-burguesa” (WEFFORT, 2003, p. 38).

Vale notar que Lenin não está se referindo ao “populismo” como fenômeno político-econômico geral, mas a seus congêneres revolucionários oriundos do partido *Narodnaya Volya*. Sua crítica, portanto, dá-se fundamentalmente aos pontos de partida distintos em relação ao marxismo e às proposições específicas que os chamados “populistas russos” apregoavam (LENIN, 1895). Ele as considerava equivocadas não porque eram manipulações ou algo do tipo, mas porque a ampla autonomia buscada pelos “populistas russos” aos *artéis* e *obshchinas* acarretaria em manutenção de relações sociais de produção capitalistas, dado que tais instituições do campo russo já eram parte do capitalismo em desenvolvimento no país. Nesse sentido, abolir a monarquia czarista sem alterar as relações sociais no campo implicaria “erro”, pois traria consigo aceleração do desenvolvimento capitalista e, com isso, piora nas condições de vida camponesa mesmo com a abolição política dos czares.

O caráter “contrarrevolucionário” se dá exatamente por isso na análise de Lenin. E se trata de “falsa consciência” porque não cabia apenas abolir a estrutura política czarista e promover uma socialização do poder político, já que isso em si não traria resultados revolucionários efetivos sem a socialização econômica. Pois, para Lenin, a ideologia não se trata de distorção da realidade, mas de um conceito que expressa a consciência política de classe (LARRAÍN, 1991, p. 250). Desse modo, a crítica de Lenin ao “populismo” não o trata como um adjetivo, mas um substantivo próprio do processo revolucionário russo.

Ianni (1973) apresenta uma avaliação crítica do populismo latino-americano em que Weffort ([1978] 2003) parece concordar em sua análise específica para o Brasil. No entanto,

Octavio Ianni separa o “populismo burguês”, das altas esferas da hierarquia social e tendencialmente manipulador no que tange às “massas populares”, do “populismo das massas populares”, o qual tende em momentos críticos a assumir formas revolucionárias (IANNI, 1973, p. 88). “O erro fundamental das massas e das esquerdas populistas é que aceitam e se conformam com lideranças, organizações e interpretações burguesas, em qualquer tempo” (IANNI, 1973, p. 147, tradução própria). Trata-se, portanto, de um “erro” tático por parte das forças revolucionárias, algo que, tudo indica, Lenin diria sobre os “populistas russos” de seu tempo.

Žižek (2006) refletindo sobre o tal fenômeno “populista” a partir das experiências europeias com o fascismo, anuncia o caráter condenatório desde o título de seu artigo (Contra a Tentação Populista – *Against the Populist Temptation*). Em suas palavras, “para um populista, a causa dos problemas nunca é em última instância o sistema propriamente dito, mas o intruso que o corrompeu (manipuladores financeiros, não necessariamente capitalistas, e assim por diante)” (ŽIŽEK, 2006, p. 555, tradução própria). Dito de outra forma, nessa concepção o “populista” seria quem identificasse e lutasse contra essa intromissão sobre o sistema, de modo a revelar o caráter não apenas conservador, mas potencialmente reacionário do populismo na prática. “Populismo é, portanto, por definição um fenômeno negativo, um fenômeno fundamentado na rejeição, mesmo uma admissão implícita de impotência” (ŽIŽEK, 2006, p. 567, tradução própria). Žižek enfatiza a diferença existente entre populistas e freudomarxistas no que diz respeito ao problema. “Para um marxista, ao contrário (assim como para um Freudiano), o patológico (má conduta de alguns elementos) é o sintoma do normal, um indicador do que está errado na própria estrutura que é ameaçada com surtos ‘patológicos’” (ŽIŽEK, 2006, p. 555-556, tradução própria).

Talvez para a literatura europeia pós-1945, a qual praticamente tendeu a igualar populismo com fascismo ou a analisar um em relação ao outro, esse tipo de observação tenha sentido. Porém, para as experiências políticas latino-americanas acusadas como “populistas”, tal avaliação se mostra equivocada. Isso porque se há algo comum entre os assim chamados “getulismo”, “peronismo”, “cardenismo”, etc., é o fato de que são expressões concretas da transformação das sociedades brasileira, argentina, mexicana, etc., e, ao contrário dos fascismos europeus, tiveram rejeição de partes significativas das elites nacionais.

Ainda que possam ser teoricamente acusados de “falsa consciência” revolucionária, porém dificilmente de experiências políticas conservadoras ou reacionárias. Até porque, mesmo que se considere o “populismo latino-americano” como majoritariamente burguês,

para a realidade da região isso sinalizava um avanço em relação às forças dominantes pré-industrialização e urbanização aceleradas. Não por acaso que nas experiências ditas “populistas” da América Latina é que se avançaram rumo a um maior sufrágio eleitoral, reconhecimento público dos sindicatos de trabalhadores e sua inclusão, ainda que limitada, como atores da cena política.

Em todo caso, é válido destacar, ainda que não necessariamente sendo o objetivo de Lenin, a crítica leninista aos “populistas russos” inaugurou, do ponto de vista marxista, a noção de que as fórmulas políticas que exaltavam o povo nacional seriam, na verdade, formas desviantes da ação revolucionária. Seja do ponto de vista ideológico ou político, pois se fundamentavam em concepções pequeno-burguesas de realidade, as quais naturalizavam os elementos constitutivos do capitalismo de modo a direcionar a ação popular para uma mera redistribuição política e econômica.

### 2.3. SOBRE O CARÁTER IRRACIONAL DO POPULISMO

Uma outra experiência adjetivada “populista” foi nos EUA com o *People’s Party* (Partido do Povo ou ainda conhecido como Partido Populista), entre 1891 e 1908. Esse partido é oriundo de uma série de movimentações políticas sulistas originadas no período pós-Guerra Civil estadunidense (1861-1865) em meio à situação econômica dos pequenos proprietários rurais, arrendatários de terras e trabalhadores (ZINN, 1980, p. 276).

Com o avanço da monocultura exportadora de algodão baseada no sul dos EUA – o chamado *Black Belt* (Cinturão Negro) –, os condados historicamente formados por pequenos fazendeiros produtores em uma economia local (*yeomen*) começaram a ser pressionados economicamente. Esses *yeomen* correspondem aos conquistadores do oeste estadunidense e seus descendentes, formados por imigrantes europeus e de outros estados do país, que buscavam assentar-se nas outrora terras indígenas Cherokee, Choctaw, Creek, entre outras nações<sup>41</sup>. Essas famílias de pequenos agricultores se organizavam de maneira independente e

---

<sup>41</sup> Nunca é demais ressaltar o papel do Estado nesse processo. “Antes da virada do século dezenove, o Estado distribuiu terra sob o sistema *headright*, atribuindo 200 acres para cada cabeça da família, com um adicional de 50 acres por cada criança e escravo até o número de dez, assim estabelecendo a fundação para o surgimento de grandes propriedades. *Com a cessão de uma faixa territorial Creek entre os rios Ocmulgee e Oconee em 1822 veio, entretanto, a loteria da terra*” (*Before the turn of the nineteenth century, the state distributed land under the headright system, allotting 200 acres to every family head, with an additional 50 acres for each child and slave up to the number of ten, thus laying the foundation for the emergence of large estates. With the Creek*

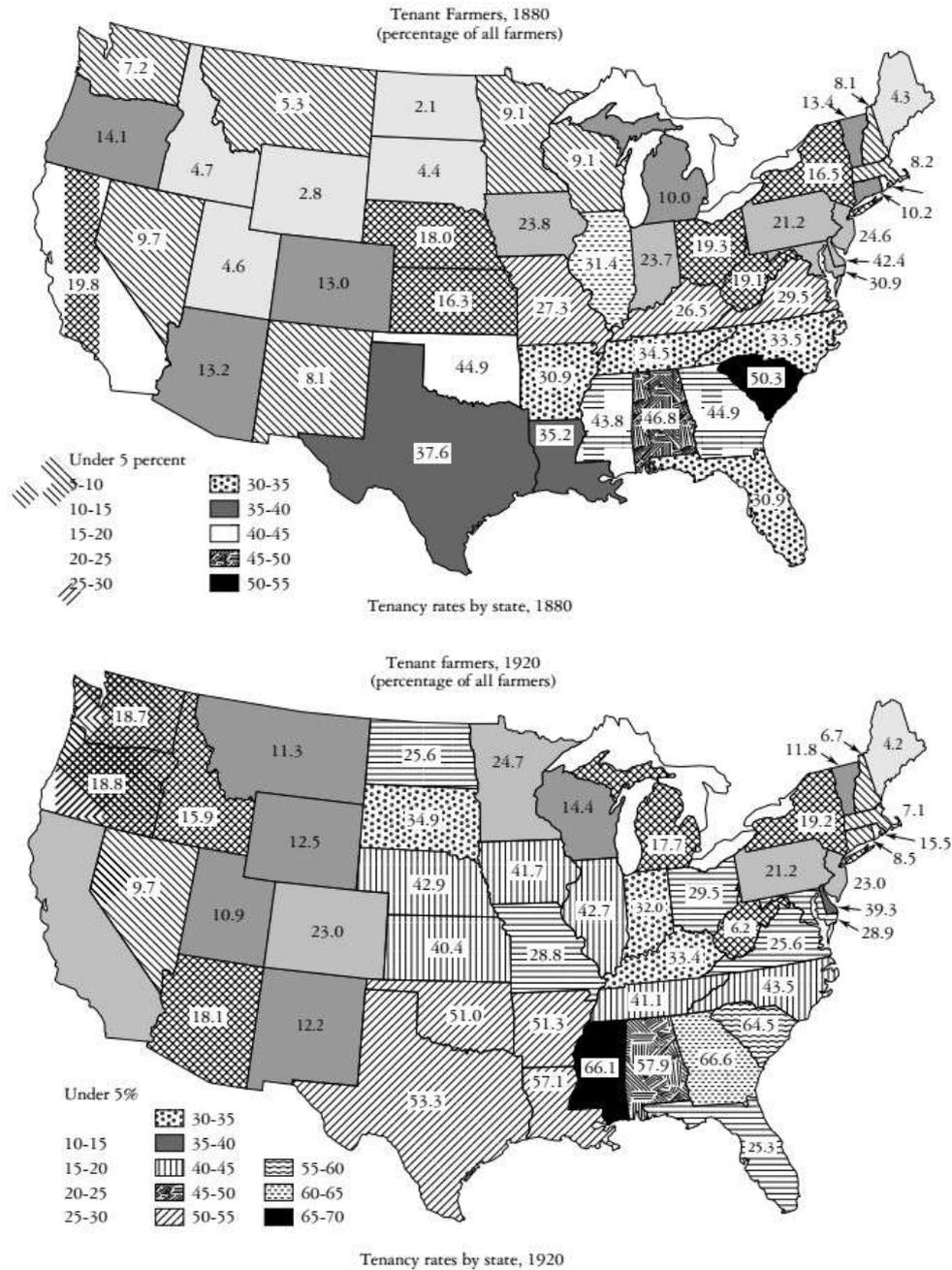
com fortes laços comunitários, ainda que menos por escolha do que pela força das circunstâncias (HAHN, 1983; ATTACK; BATEMAN; PARKER, 2000, p. 245-246). Produziam a partir hábitos familiares de mutualismo entre si, fundando-se em uma economia de pequenos produtores independentes que ao longo do tempo foram constituindo relações de quase-dependência com os grandes proprietários do *Black Belt* (HAHN, 1983, p. 52-58).

À medida que agricultura escravista-exportadora de algodão se expandia pelo sul do país, essa relação fomentava a transformação da “economia moral” em “economia capitalista” de produção agrícola complementar à grande produção agroexportadora. Uma das consequências disso foi a resignificação dos pequenos arrendatários de terras, os quais antes da Guerra Civil se assemelhavam economicamente aos pequenos proprietários rurais, e com os desdobramentos posteriores ao conflito passaram cada vez mais a se transformarem em proletários rurais (HAHN, 1983, p. 69). Como ilustra o gráfico 1, a disparidade em termos de percentual de terras arrendadas nos EUA em 1880 e 1920 sinaliza a situação pela qual foi convertendo arrendatários-*yeomen* em arrendatários-proletários rurais. Destacam-se as regiões do sul em que a “economia moral” se associava à “economia capitalista de exportação”.

---

*cession of a strip of territory between the Ocmulgee and Oconee rivers in 1822, however, came the land lottery*) (HAHN, 1983, p. 18-19, tradução e destaques próprios).

Gráfico 1 – Percentual de terras arrendadas por estado nos EUA, 1880 e 1920



Fonte: Attack; Bateman; Parker (2000, p. 316-317).

Em 1880, por exemplo, 44,9% das terras da Georgia eram arrendadas, ao passo que em 1920 esse percentual aumentou para 66,6%. No Missouri, saltou de 43,8% para 66,1%.

Dois fenômenos foram conjuntamente se constituindo pelo interior estadunidense. O primeiro deles já foi indicado e diz respeito ao processo de proletarização da força de trabalho no meio rural do país a partir do sistema de arrendamento de terras e colheitas futuras por

pequenos proprietários. Já o segundo está diretamente relacionado a isso, pois corresponde ao intenso crescimento do mercado monetário nos EUA desde a época da Guerra Civil. Apenas para se ter uma ideia desse processo, “entre 1864 e 1879, o número de bancos nacionais aumentou de alguns 500 para mais de 2000, e seu capital expandiu aproximadamente de \$86 milhões para \$454 milhões” (MARKHAM, 2002, vol. I, p. 282-283, tradução própria)<sup>42</sup>. Em meio a essa transformação econômica do sul dos EUA, conflitos entre arrendatários e as frações comercial, financeira e industrial do capital foram se acentuando de modo que a organização política conjunta de trabalhadores, pequenos arrendatários e *yeomen* se impôs como necessidade.

Ainda assim, os anos pós-guerra deram a ‘tempos difíceis’ um novo e cada vez mais duradouro aspecto. Preços em queda para produção agrícola no mercado internacional, taxas de frete discriminatórias, a edificação de elevadas tarifas protecionistas, a desmonetização de prata e políticas fundiárias que favoreceram a absorção especulativa combinada à compressão dos fazendeiros ao longo dos Estados Unidos à medida que uma economia nacional era consolidada sob os auspícios do capital industrial e financeiro (HAHN, 1983, p. 168, tradução própria)<sup>43</sup>.

Entre os movimentos políticos rurais no sul do país que ganharam destaque nesse período podem ser elencados a Aliança de Fazendeiros (*Farmer's Alliance*), a partir de 1875, os Cavaleiros de Trabalho (*Knights of Labor*), a partir de 1886, e o Sindicato Ferroviário Estadunidense (*American Railway Union*), em 1893 (ZINN, 1980, p. 268-276). Esse conjunto de movimentos populares foi paulatinamente se articulando ao longo dos anos, ainda que contradições e conflitos internos existissem, especialmente no que diz respeito a questões mercantis e raciais (HAHN, 1983, p. 271-285).

A situação econômica dos arrendatários-proletários rurais piorava à medida que a crise do mercado mundial, posteriormente conhecida como *Longa Depressão*, desde meados da década de 1870, se aprofundava. Pânicos financeiros, em 1873 e entre 1883 e 1887, somavam-se aos questionamentos dos fazendeiros quanto ao preço dos fretes cobrados pelas ferrovias e à desmonetização da prata, no bojo de afirmação do padrão-ouro como sistema monetário dominante (MARKHAM, 2000, vol. I, p. 293-309; EICHENGREEN, 2008, p. 12). Com a queda nos preços internacionais, intensificação da mecanização produtiva e

<sup>42</sup> “Between 1864 and 1879, the number of national banks increased from some 500 to over 2,000, and their capital expanded from about \$86 million to \$454 million”.

<sup>43</sup> “Yet, the postwar years gave “hard times” a new and increasingly enduring aspect. Falling prices for agricultural produce on the international market, discriminatory freight rates, the erection of high protective tariffs, the demonetization of silver, and land policies that favored speculative engrossment combined to squeeze farmers throughout the United States as a national economy was consolidated under the auspices of industrial and financial capital”.

desmonetização de prata dos *greenbacks*<sup>44</sup>, piorava a situação econômica dos pequenos fazendeiros, arrendatários-proletários rurais e demais assalariados. Pois, por um lado, aumentava o exército industrial de reserva de modo a pressionar para baixo os rendimentos e, por outro, ao manter constante a base monetária em meio a uma explosão demográfica diminuía os rendimentos das colheitas, sendo que os custos hipotecários se mantinham nominalmente fixos. “É por isso que muito da fala de movimentos de fazendeiros naqueles dias tinha que ver com a colocação de mais dinheiro em circulação [...]” (ZINN, 1980, p. 278, tradução própria)<sup>45</sup>.

Em virtude dessa conjuntura econômica e política, formou-se a partir de 1890 o Partido do Povo (*People's Party*), também conhecido em sua época como Partido Populista, a partir da articulação dos movimentos populares rurais e de trabalhadores. É notório o caráter crítico dos “populistas estadunidenses” aos financistas e banqueiros, como pode ser visto num trecho de discurso proferido por Mary Ellen Lease, na convenção do partido no Kansas em 1890:

Wall Street possui o país. Não é mais um governo do povo, pelo povo, e para o povo, mas um governo de Wall Street, por Wall Street e para Wall Street. [...] Nossas leis são a produção de um sistema no qual veste malandros em mantos e honestidade em trapos. [...] os políticos dizem que nós sofremos de superprodução. Superprodução, quando 10.000 criancinhas [...] morrem de fome todo ano nos EUA e mais de 100.000 garotas balconistas em Nova Iorque são forçadas a vender sua virtude por pão. [...] (ZINN, 1980, p. 282, tradução própria)<sup>46</sup>.

É interessante notar que o Partido se autoproclamou do Povo e é justamente sobre como o governo estadunidense não mais emanaria suas ações desse povo e para esse povo que justificaria a organização de seus interesses em termos políticos. Mas não seriam os banqueiros e financistas de Wall Street também parte do povo estadunidense? Sem dúvida, mas a questão fundamental era o resgate dos princípios fundamentais dos “pais fundadores” dos EUA, os quais estariam sendo corroídos pelos interesses capitalistas (ZINN, 1980, p.

---

<sup>44</sup> Moedas de curso forçado nos EUA utilizadas entre 1861 e 1865 sob os nomes de *Demand Notes* (1861-1862) e *United States Note* (1862-1871), que propiciaram o incremento da base monetária no país como meio de financiamento dos exércitos da União contra os Confederados. A partir de 1871 foram substituídas pela *Federal Reserve Notes*. Vale lembrar que em 1900 os EUA oficializaram o padrão-ouro por meio do *Gold Standard Act*, pondo fim ao bimetalismo do sistema monetário estadunidense (EICHENGREEN, 2008, p. 21).

<sup>45</sup> “*That is why so much of the talk of farmers movements in those days had to do with putting more money in circulation [...]*”.

<sup>46</sup> “*Wall Street owns the country. It is no longer a government of the people, by the people, and for the people, but a government of Wall Street, by Wall Street and for Wall Street. [...] Our laws are the output of a system which clothes rascals in robes and honesty in rags. [...] the politicians said we suffered from overproduction. Overproduction, when 10,000 little children [...] starve to death every year in the U.S. and over 100,000 shop girls in New York are forced to sell their virtue for bread [...]*”.

283). Trata-se, portanto, de uma expressão concreta da luta de classes na conjuntura político-econômica dos EUA àquela época.

Em 1890 os apoiadores do bimetalismo monetário puderam ao menos comemorar a Lei Sherman de Aquisição de Prata (*Sherman Silver Purchase Act*), a qual aumentou as compras regulares de prata por parte do governo e autorizou a conversão monetária em ouro ou prata. Porém, em meio à *Longa Depressão* do mercado mundial, uma corrida ao ouro reduziu drasticamente as reservas monetárias do Tesouro estadunidense em 1893, cujas consequências trouxeram o fim da Lei aprovada três anos antes (GALBRAITH, 1977, p. 107).

Nas eleições presidenciais de 1892, os populistas estadunidenses lançaram James Weaver como candidato e obtiveram 8,5% dos votos válidos (LINDNER; SCHULTZE, 2005, vol. I, p. 710). Já em 1896, os populistas se dividiram sobre a aproximação com as forças político-partidárias já estabelecidas na cena política do país, mas lançaram, através do Partido Democrata, William Jennings Bryan em busca do bimetalismo monetário centrado na prata (HUNT, 2003, p. 3-4). O percentual de votos válidos para Bryan nas eleições presidenciais de 1896 foram impressionantes 45,5%, se comparado com o resultado quatro anos antes sob candidatura direta do *People's Party* (LINDNER; SCHULTZE, 2005, vol. I, p. 711).

Após as eleições de 1896 e suas controvérsias internas, perdeu força a organização dos “populistas estadunidenses” sob um partido próprio de modo que foram se inserindo entre as forças político-partidárias dominantes no país: Republicanos e Democratas. Todavia, uma parte dos “populistas” seguiu de maneira independente buscando articular os elementos radicais originários que confluíram para a formação do partido, como foi o caso de Eugene Debs e o Partido Socialista da América (*Socialist Party of America*) (ZINN, 1980, p. 322).

Mas para além do curto tempo de vida do “partido populista” nos EUA, chama atenção como foi se forjando uma conotação pejorativa no debate público estadunidense para o termo “populista”, que aos poucos se torna um adjetivo. Como exemplo disso, Hunt (2003) ilustra de maneira clara a partir da investigação biográfica de um dos principais líderes do partido: Marion Butler. “Com algumas notáveis exceções, praticamente tudo que tem sido escrito sobre ele era negativo, vago, ou meramente descritivo” (p. 3, tradução própria)<sup>47</sup>. Em contrapartida, Craven (1896) com seu *Errors of Populism* (Erros de Populismo) inaugurou o tratamento pejorativo não apenas dos políticos “populistas”, mas suas proposições

---

<sup>47</sup> “With some notable exceptions, practically all that had been written about him was negative, sketchy, or merely descriptive”.

econômicas. Por fim, o caminho intelectual do antipopulismo ganhou conotações acadêmicas através do historiador Richard Hofstadter, nos anos 1950, como argumenta Stavrakakis (2017).

De maneira geral, esse viés pejorativo que vem sendo construído sobre o que se classifica como “populista” possui uma história atrelada aos desdobramentos tanto da crítica leninista aos *Narodniks* russos quanto da crítica aos “populistas estadunidenses”. Porém, se é possível identificar uma parte dessa história que cabe à última, essa diz respeito à construção intelectual de que o “populismo” é irracional.

Para os críticos dos “populistas estadunidenses”, sua plataforma política, desde os mais radicais do ponto de vista dos movimentos que compunham o partido até os mais centrados em questões monetárias, simplesmente lutaria contra a seta do progresso, da modernização. “Aceitar o avanço do industrialismo capitalista é, portanto, considerado *normal* desde que obedeça às leis de evolução social e política racionais” (STAVRAKAKIS, 2017, p. 5, destaque do autor, tradução própria)<sup>48</sup>. Uma noção de “irracionalidade” que será fundamental para a formulação das interpretações econômicas do populismo latino-americano.

#### 2.4. SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DO POPULISMO

Os(as) autores(as) do populismo afirmam que embora sejam experiências historicamente distintas, há em comum a todos os populismos um apelo político a uma ideia *popular* de nação, independentemente das diferenças quanto aos conteúdos políticos desse apelo. Colocado apenas nesses termos, a existência de uma política de “apelo à nação” não parece imediatamente um problema. Afinal, faria sentido que uma das fontes de legitimidade do Estado como entidade política nacional se desse por meio de políticas governamentais e formas de representação voltadas para seu respectivo “povo”. Movimentos sociais “populistas” seriam, portanto, inclusive desejáveis como forma de construir uma política nacional.

Entretanto, como destaca Wolkenstein (2016), é comum o meio acadêmico considerar o populismo como um fenômeno político-econômico problemático ou até mesmo como uma

---

<sup>48</sup> “*To accept the advance of capitalist industrialism is thus considered normal to the extent that it obeys the laws of rational social and political evolution*”.

sombra recorrente das democracias (CANOVAN, 1999; MÜLLER, 2016). Nesse sentido, entende-se como “populista” formas de ação política que negam os aspectos básicos de uma democracia (liberal): o pluralismo e o procedimentalismo políticos. Isso significa que movimentos sociais desse tipo ao justificarem publicamente uma política para o “povo” rejeitariam ao mesmo tempo qualquer possibilidade de inclusão para além desse “povo” (antipluralismo). Ainda, de acordo com os críticos liberais do “populismo”, tal justificativa desfavorece a mediação representativa entre governo e população de modo a enfraquecer o sistema democrático multipartidário (antiprocedimentalismo).

Urbinati; Saffon (2013) são exemplo claro dessa visão pejorativa em termos políticos no que tange à relação entre populismo e democracia. Ainda que as autoras reconheçam potencial contestatório oferecido por movimentos considerados populistas, “entretanto, populismo pode também ter efeitos bastante negativos sobre a democracia se – como geralmente ocorre – ele traduz-se numa proposta para substituição de instituições representativas com mais formas de participação direta ou plebiscitária” (URBINATI; SAFFON, 2013, p. 12, tradução própria)<sup>49</sup>. Isso porque, de acordo com a perspectiva das autoras, o “populismo” tende a estabelecer uma identificação perfeita entre povo e líder de modo a trazer para a cena política o conteúdo propriamente democrático da política.

É interessante notar que os(as) críticos(as) do que é considerado “populista” em virtude de sua suposta negação do procedimentalismo político decorre do fato de considerarem a liberdade política de participação individual como condição necessária e suficiente para a democracia. A teoria política, desse modo, assemelha-se às abordagens econômicas neoclássicas, pois julga a realidade a partir de sua adequação ao modelo teórico que a concebe. Se são respeitados os princípios democráticos estabelecidos *a priori*, então se tem democracia. Os problemas decorrem de “imperfeições” que afetam o pleno funcionamento do modelo (liberal) democrático plural e procedimental.

Uma consulta ao Google Acadêmico evidencia esse viés pejorativo existente nas ciências sociais – especialmente publicada em inglês – sobre o que se designa como “populismo”. Entre as publicações de 1870 a 2016 disponíveis *online*, há aproximadamente 68700 resultados para o termo “*populism*”<sup>50</sup>. Classificado por relevância<sup>51</sup>, dos 10 primeiros

<sup>49</sup> “However, populism can also have quite negative effects on democracy if – as it often does – it translates into a proposal for replacing representative institutions with more direct or plebiscitarian forms of participation”.

<sup>50</sup> Já “populismo” aparece em cerca de 26500 resultados, envolvendo publicações em português, espanhol e italiano, e sem o explícito viés pejorativo entre os 10 primeiros resultados de maior relevância.

resultados, apenas Canovan (1981; 1999) e Laclau (1977) fogem à regra. Os outros 7 são trabalhos em que o “populismo” é compreendido como um problema para as democracias (liberais), como uma consequência problemática para as mesmas ou incerto<sup>52</sup>. Em ambos os casos “populismo” e “democracia” emergem como incompatíveis ou irreconciliáveis.

**Tabela 3 – Populismo online: citações mais relevantes de obras entre 1870 e 2016 contendo o termo *populism*.**

<b>Relevância</b>	<b>Referências</b>	<b>Citações</b>
1	Dornbusch; Edwards (1991)	3653
2	Riker (1982) - apresentação	1366
3	Taggart (2000)	646
4	Canovan (1981)	665
5	Laclau (1977)	1811
6	Panizza (2005)	247
7	Riker (1982)	1468
8	Betz (1994)	1355
9	Canovan (1999)	915
10	Ionescu; Gellner (1969)	350

Fonte: Google Acadêmico. Elaboração própria, nov/2016.

Entre as informações da Tabela 2, uma que salta aos olhos – especialmente para os estudos latino-americanos – é a referência mais relevante e citada sobre populismo. Dornbusch; Edwards (1991) pode ser visto como um dos primeiros trabalhos em inglês onde o conceito de “populismo econômico” foi aplicado para interpretar a relação entre política e economia no desenvolvimento latino-americano. Evidentemente de maneira pejorativa, embora não-inédita. Isso porque os formuladores do “populismo latino-americano” em sua versão mais conservadora em termos de ciência econômica podem ser vistos como herdeiros intelectuais de uma tradição bastante influente no pensamento social da região a partir dos anos 1950 e 1960: a teoria da modernização<sup>53</sup>.

<sup>51</sup> Dentro da metodologia utilizada pelo Google Acadêmico, a relevância de um resultado é calculada a partir do impacto que ele tem no meio acadêmico. É por isso que entre as 10 publicações mais relevantes não segue necessariamente uma linha descendente em termos de citações, pois onde foi citado importa.

<sup>52</sup> (...) [o] populismo não é nem a mais alta forma de democracia nem seu inimigo, mas um espelho no qual [a] democracia pode se contemplar. ([...] *populism is neither the highest form of democracy nor its enemy, but a mirror in which democracy can contemplate itself*) (PANIZZA, 2005, p. 30, acréscimo próprio). Vale lembrar que, no livro em questão, Mouffe (2005) compreende o populismo como uma tentativa de buscar a essência democrática por meio da soberania popular, mesmo por trás do discurso da extrema-direita europeia, que é seu foco de análise.

<sup>53</sup> A *teoria da modernização* talvez seja mais explícita nos seus propósitos sobre a América Latina se compreendida como uma *teoria da ocidentalização*. Para uma apreciação crítica desse arcabouço teórico, ver, por exemplo, Machado (1970) e Bernstein (1971). A clássica crítica de Said ([1978] 2003) sobre a idealização que o ocidente faz a respeito do mundo não-ocidental também se insere nesse contexto, ao menos em termos gerais.

## 2.5. POPULISMO, ATRASO ECONÔMICO E INTERPRETAÇÕES DA AMÉRICA LATINA

Lipset (1959) inaugura de maneira mais clara essa tradição ao sugerir uma relação direta entre desenvolvimento econômico e democracias (liberais, plurais e procedimentais) ao longo do processo de modernização (ocidentalização) dos países. Nos estudos latino-americanos, essa concepção teórica ganhou força notadamente a partir da publicação de *Política y Sociedad en una Época de Transición* (1962) do sociólogo italiano Gino Germani, a qual serviu de fundamento para a construção do populismo como um problema latino-americano.

A preocupação central de Germani (1962) é analisar as consequências sociais da modernização, com destaque para sociedades que se inserem em uma etapa intermediária desse processo. Nesse sentido, vida e obra são colocadas como espelhos da realidade pessoal e suas reflexões tomam como parâmetro a Argentina, visto que entre 1934 e 1966 o autor se radicou no país, primeiro como estudante e depois como docente e pesquisador.

Mas afinal, o que é a *modernização*? Grosso modo, trata-se do processo social de transformação das sociedades *tradicionais* em *modernas*. Isso significa que a produção e distribuição material da vida – compreendida por meio das instâncias econômica, política e ideológica – passa a adquirir uma dinâmica capitalista. Porém, essa transição não se passa com a mesma velocidade em todas as suas instâncias e é comum a coexistência conflitiva entre formas sociais de diferentes épocas, propiciando a emergência de crises (GERMANI, 1962, p. 70). O populismo aparece nessa abordagem como um fenômeno político oriundo da etapa modernizadora característica do período entre meados de 1870 e antes da crise de 1929, onde a participação política dos setores médios-urbanos se dá de maneira limitada em um contexto de monopolização política por parte das oligarquias.

Em um esquema elaborado posteriormente, Germani (1969) deixa claro o significado dessa interpretação etapista da modernização latino-americana em que o populismo se torna um problema, pois representa a incompletude da modernização nos países. No entanto, ainda não havia se constituído uma “teoria do populismo latino-americano” tal qual nos moldes atuais, embora sua criação seja herança direta dessa abordagem funcionalista na região (GALLEGO, 2003).

Como mostram Moffitt; Tormey (2014), o populismo é um conceito que a literatura se refere de maneira bastante diversa. Porém, o que classifico como *interpretações econômicas do populismo latino-americano* corresponde a formulações intelectuais do desenvolvimento dos países da região. Classifico-as como *interpretações* porque, embora não haja apenas um único modelo entre seus formuladores, há uma forte convergência interpretativa a partir da aplicação do conceito de populismo nos estudos sobre economia e política da América Latina.

Essas interpretações são construídas com base em alguns consensos estabelecidos recentemente na história econômica. O primeiro é que, especialmente a partir da primeira globalização do mercado mundial capitalista (1870-1914), o padrão de especialização produtiva primária da América Latina se intensificou devido a maneira pela qual o subcontinente se inseriu na divisão internacional do trabalho. Entretanto, isso não significa ausência de um processo de industrialização nesses países ao longo desse período, como argumenta Lewis (1986). Por exemplo, o nível de industrialização mexicano, brasileiro e argentino em 1930 correspondia, respectivamente, a 12, 13 e 20% do PIB desses países (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 160). Isso mostra que mesmo na fase do desenvolvimento cujo centro dinâmico era a demanda externa é possível perceber, ainda que incipientemente, certo nível de diversificação produtiva relacionado com o desenvolvimento de uma economia urbanizada.

O segundo consenso de que se parte para a formulação dessa teoria refere-se à grande divergência entre a América Latina e os países centrais, que teria surgido no momento da chamada primeira globalização, 1870-1914, mas esta teria se acentuado a partir dos anos 1930 com o processo de industrialização dirigido pelo Estado. Além disso, Williamson (2015) argumenta que as desigualdades latino-americanas de renda e riqueza em relação aos países avançados se tornaram elementos característicos do desenvolvimento na região apenas a partir de 1870, com destaque para o século XX. Por outro lado, Coatsworth (2005) considera que a convergência de renda entre as economias latino-americanas e as da OCDE terminou com o período de industrialização por substituição de importações.

**Tabela 4 – Variação percentual ( $\Delta\%$ ) PIB per capita (US\$ int. 1990) em países selecionados, 1500-2000**

<b>Regiões</b>	<b>1500-1600</b>	<b>1600-1700</b>	<b>1700-1820</b>	<b>1820-1870</b>	<b>1870-1900</b>	<b>1900-2000</b>
<b>CENTRO</b>						
Inglaterra/Reino Unido	-0,37	39,83	37,08	53,81	40,82	368,52
EUA	0,00	31,75	133,59	98,62	67,32	587,58
Japão	14,80	9,58	6,36	10,16	60,11	1635,68
Países Baixos/Holanda	83,03	-20,91	-11,01	47,05	20,83	565,30
Itália (centro-norte)	-11,09	8,29	2,37	2,05	20,30	911,37
<b>PERIFERIA E SEMIPERIFERIA</b>	<b>1500-1600</b>	<b>1600-1700</b>	<b>1700-1820</b>	<b>1820-1870</b>	<b>1870-1900</b>	<b>1900-2000</b>
América Latina	5,29	20,32	31,31	-1,59	63,00	425,95
China	0,00	0,00	0,00	-11,67	2,83	527,71
Egito	0,00	0,00	-5,00	36,63	--	--
Império Turco-Otomano/Turquia	--	--	5,71	11,49	--	--
Índia	--	--	-3,09	0,00	12,38	214,19

Fontes: Coatsworth (2005, p. 129); Maddison (2007, p. 117); The Maddison-Project, <http://www.ggdc.net/maddison/maddison-project/home.htm>, 2013 version. Elaboração própria.

Como mostrado pelos dados da Tabela 3, a variação percentual do PIB per capita, medido em dólares internacionais de 1990, se descola de maneira mais clara da trajetória dos países centrais a partir de 1820. Nesse sentido, uma das características das economias latino-americanas é a elevada volatilidade do crescimento econômico, como mostra a Tabela 4. Isso significa que a dinâmica da produção, investimento e consumo na região apresenta um padrão histórico de acentuados altos e baixos, ao contrário do que se observaria no mundo desenvolvido.

**Tabela 5 - Possíveis determinantes da volatilidade: quadro de correlações, países selecionados, 1870-2008**

Países	Volatilidade total (%)	Participação do primeiro produto exportado (%)	Média do PIB <i>per capita</i>	Taxa média de crescimento do PIB (%)	Volatilidade dos termos de troca (%)
Argentina	6,9	23,4	5129	1,6	9,1
Brasil	5,4	53,6	2170	1,7	14,1
Chile	7,4	39,6	4156	1,9	12,7
Colômbia	2,9	49,2	2320	1,7	16,2
Costa Rica	5,9	52,8	3449	2	12,9
Cuba	11,6	76,5	1866	1,9	9,6
El Salvador	6,7	69,5	1994	1,3	17,9
Guatemala	7,9	64,4	2613	1,7	17,9
Honduras	5,4	42,8	1604	0,9	14,3
México	4,8	31,4	3500	1,8	8,6
Nicarágua	9	39,8	1797	0,8	19,1
Peru	5,6	29,3	2548	2,2	9,3
Uruguai	7,4	38,2	4240	1,5	14,1
Venezuela	8,4	63	4408	2,6	16,9
<i>Coefficiente de correlação</i>		0,441	0,013	0,045	0,062

Fonte: Bértola; Ocampo (2013, p. 35).

Essa característica de elevada volatilidade do crescimento econômico tem íntima relação com a dinâmica de comércio internacional entre 1870 e 2008. Através da tabela 4, percebe-se que há uma significativa correlação entre volatilidade e concentração das exportações (0,441). Isto é, cerca de 44% da volatilidade total do crescimento econômico em 14 países latino-americanos está relacionada à participação do primeiro produto exportado por esses países. Ainda nessa linha, Ocampo; Rada; Taylor (2009, p. 39) mostram que, entre 1970 e 2006, nos países subdesenvolvidos aqueles que apresentam crescimento econômico de longo prazo mais sustentado são os que possuem maior diversificação produtiva e de comércio externo.

Outro elemento comum a maioria dos países latino-americanos independentes é a recorrência de crises econômicas, entre as quais se destacam as crises de dívida externa e as associadas a estrangulamentos no balanço de pagamentos. Ao longo dos anos 1820, contratos de empréstimos externos feitos pelo México, Peru, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua não foram cumpridos. Em 1873, foram as vezes de Bolívia, Paraguai e Uruguai (EDWARDS, 2010, p. 32-33). Outros exemplos ainda no século XIX são a Argentina, em 1890, e o Brasil, em 1898. Já no século XX, a crise das dívidas latino-

americanas no começo da década de 1980 é mais uma evidência dessa persistência ao longo do tempo (REINHART; ROGOFF, 2009, p. 91-96).

**Tabela 6 – Anos de *default* e renegociação de dívida externa, países selecionados da América Latina, 1800-2008**

Países	1800-1830	1831-1860	1861-1890	1891-1920	1921-1950	1951-1980	1980-2008
<b>Argentina</b>	1827		1890			1951; 1956	1982; 1989; 2001
<b>Brasil</b>				1898; 1902; 1914	1931; 1937	1961; 1964	1983
<b>Chile</b>	1826		1880		1931	1961; 1963; 1966; 1972; 1974	1983
<b>Colômbia</b>	1826	1850	1873; 1880	1900	1932; 1935		
<b>Costa Rica</b>	1828		1874	1895; 1901	1932	1962	1981; 1983; 1984
<b>El Salvador</b>	1828			1898	1921; 1932; 1938		
<b>Guatemala</b>	1828		1876	1894; 1899	1933		1986; 1989
<b>Honduras</b>	1828		1873				1981
<b>México</b>	1827	1833; 1844	1866	1898; 1914	1928		1982
<b>Nicarágua</b>	1828			1894; 1911; 1915	1932	1979	
<b>Peru</b>	1826		1876		1931	1969; 1976; 1978; 1980	1984
<b>Uruguai</b>			1876	1891; 1915	1933		1983; 1987; 1990; 2003
<b>Venezuela</b>	1826	1848; 1860	1865	1892; 1898			1983; 1990; 1995; 2004

Fonte: Reinhart; Rogoff (2009, p. 91-96). Elaboração própria.

A partir desses aparentes consensos, ganha força a visão de que a dinâmica do desenvolvimento na região deve ser explicada internamente aos países devido a uma tendência latino-americana de sobreposição da política sobre a economia (de mercado), não em virtude de causas externas. Essa sobreposição se originaria no que Acemoglu; Robinson (2006) denominam por efeito de substituição política (*political replacement effect*) em sociedades que possuem pouca competição política. Nesses casos, as elites que governam determinado país tendem a bloquear a introdução de inovações porque isso poderá corroer suas vantajosas posições políticas.

Mas há uma história por trás dessa suposta tendência tipicamente latino-americana, a qual pode ser vista com destaque a partir da articulação entre Acemoglu; Johnson; Robinson (2001) e Coatsworth (2006). Para os primeiros, a causa fundamental das diferenças de renda

*per capita* entre os países se deve ao modelo institucional vigente no que diz respeito a assegurar direitos de propriedade e políticas mais bem definidas. Nesse sentido, o impacto da colonização residiria como fundamento histórico, pois o “sucesso” dependia da praticabilidade da colônia, cujo principal fator determinante para a “escolha” de colonização pode ser visto a partir das potenciais taxas de mortalidade oferecidas aos colonos (conquistadores).

Já Coatsworth (2006) parece resgatar esse mesmo princípio, ainda que indiretamente, de modo a reconhecer que a persistência institucional sobre os países latino-americanos se deu mesmo após as independências políticas. Assim sendo, o autor é um exemplo da atual visão novo-institucionalista predominante a respeito do desenvolvimento latino-americano, a qual o entende a partir de sua herança ibérica. “Infelizmente, as instituições Ibéricas que funcionaram efetivamente para preservar o domínio Espanhol e Português tenderam em última análise a inibir o crescimento econômico de longo prazo” (COATSWORTH, 2006, p. 238, tradução própria)<sup>54</sup>.

De acordo com esse autor, entre os principais impedimentos institucionais ao aumento de produtividade na América Latina colonial e que persistiram ao longo do tempo, podem ser elencados em quatro elementos comuns aos futuros países da região. “A inalienabilidade de muitas propriedades fundiárias, a insegurança da maior parte dos títulos, a ineficiência das cortes e o generalizado acesso às terras comuns e públicas” (COATSWORTH, 2006, p. 260).

Parece, no entanto, que esse mesmo autor ignora o processo de “marcha para o oeste” estadunidense, referenciado em linhas anteriores, o qual se deu basicamente por meio da luta e manutenção do acesso às terras comuns por parte dos pequenos fazendeiros sulistas daquele país. Ou então desconhece o fato de que na colonização brasileira, por exemplo, desde as sesmarias (1549-1822) a terra era considerada com fins de produção mercantil sujeita a uma explícita e clara regulação pública favorecendo a empresa privada que tivesse mais condições de produzir em prazo determinado (PRADO JR., 2012, p. 15-19). Além disso, a partir de 1850, com a Lei de Terras, “a única forma de aquisição de terras devolutas seria por meio da compra” (SILVA, 1996, p. 161). Mais ainda, John Coatsworth parece deliberadamente ignorar as consequências institucionais da Revolução Mexicana sobre a Constituição de 1917 desse país:

---

<sup>54</sup> *Unfortunately, the Iberian institutions that worked effectively to preserve Spanish and Portuguese rule tended on balance to inhibit long-term economic growth*”

Basicamente, a nova Carta trata das garantias democráticas; da organização jurídica; da eliminação da participação religiosa na educação; da reforma agrária e da proteção à pequena propriedade e às terras comunais; da nacionalização das riquezas do subsolo; do estabelecimento de limites à propriedade, submetendo-a ao interesse social; e da delimitação dos direitos e garantias do trabalhador. Uma reflexão pertinente é que essa constituição avançada só foi possível devido à pressão e às batalhas de camponeses e operários durante a revolução (BARBOSA, 2010, p. 91-92).

Onde estariam, portanto, a insegurança jurídica ou a impossibilidade de mercantilização da terra apregoadas como “problemas” institucionais para o desenvolvimento latino-americano? Na verdade, essa “história da colonização” contada contemporaneamente por autores como Acemoglu; Johnson; Robinson (2001) e Coatsworth (2006) evidencia a tendência eurocêntrica de compreensão histórica a partir de sua adequação ou não aos ritmos e acontecimentos dos vitoriosos europeus. Dessa forma, a “culpa” do subdesenvolvimento (ou atraso econômico, como tais autores preferem chamar) se deve à violência pela qual foram recebidos os “bravos” europeus portadores de potenciais instituições “racionais” e “corretas” para o desenvolvimento. “Especificamente, em nossa teoria – e nos dados – não é a identidade do colonizador ou origem legal que importa, mas se colonialistas Europeus puderam seguramente assentar num local particular: onde eles não puderam assentar, criaram piores instituições” (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001, p. 1373, tradução própria)<sup>55</sup>. Ciência “pura” para quem?<sup>56</sup>

Tendo esses elementos em vista, há uma interpretação<sup>57</sup> contemporânea na historiografia econômica *mainstream*<sup>58</sup> de que a origem do atraso latino-americano em relação aos países avançados reside na combinação de fracas instituições com recorrentes ciclos populistas a partir da Grande Depressão dos anos 1930<sup>59</sup>. De acordo com essa

<sup>55</sup> “Specifically, in our theory – and in the data – it is not the identity of the colonizer or legal origin that matters, but whether European colonialists could safely settle in a particular location: where they could not settle, they created worse institution”.

<sup>56</sup> Urbinati; Saffon (2013, p. 11, tradução própria) também exemplificam a natureza colonialista da ciência anglo-saxã, pois, em suas próprias palavras, “a distância entre intérpretes Europeus e Estadunidenses contribui para a persistente ambiguidade do populismo” (*The distance between European and American interpreters contributes to populism’s persisting ambiguity*). Ou seja, o que se passa na filosofia e ciências sociais de outros países e regiões pouco importa, desde que europeus e estadunidenses possam se aproximar cada vez mais.

<sup>57</sup> Entendo como *interpretações* as diversas formas de racionalizar uma realidade social a partir do relacionamento histórico entre suas instâncias política, econômica e ideológica. Sendo assim, uma interpretação não apenas lê objetivamente a realidade a partir de uma ótica, mas a compreende em relação a outras de maneira histórica desde a sua formação social. Nesse sentido, seja implícita ou explicitamente, uma *interpretação* não apenas diz o que é, mas também *como deveria ser* aquilo que é.

<sup>58</sup> Sobre o conceito de *mainstream*, ver Dequech (2007). Em termos gerais, entendo como *mainstream* as teorias econômicas ensinadas e pesquisadas contemporaneamente nas universidades e centros de pesquisa mais prestigiados no mundo. Estes, por sua vez, possuem maiores condições de financiamento e geralmente estão associados aos/às economistas que recebem os principais prêmios da profissão.

<sup>59</sup> Ver, por exemplo, Prados de la Escosura (2007) e Edwards (2007; 2010) como exemplos no meio acadêmico.

interpretação, a fraqueza institucional se traduz na incapacidade desses países de garantir adequadamente o cumprimento dos direitos de propriedade, a eficiência nos gastos públicos e a meritocracia como princípio fundamental de incentivo aos agentes econômicos. Crises econômicas e políticas, portanto, teriam se constituído como norma porque tais aspectos se articulam barrando inovações e, com isso, o crescimento econômico sustentável de longo prazo.

A partir dos anos 1930 ganharam força eleitoral vários movimentos sociais relacionados às transformações em curso na região oriundas dos avanços da industrialização e urbanização. Tais movimentos consistiram em aliança política entre os setores médios-urbanos<sup>60</sup>, os empresários industriais e oligarquias dissidentes mediados pelo Estado em um equilíbrio instável de compromisso, pois a incorporação política das “massas populares” teria ocorrido de maneira “populista”. Poderia ser visto em governos como os de Lázaro Cárdenas del Río (1934-40), no México, Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), no Brasil, Juan Domingo Perón (1946-55 e 1973-74), na Argentina, entre outros.

Essa aliança não se deu de maneira única, mas para os formuladores do “populismo latino-americano” há em todas essas experiências elementos comuns, os quais podem ser vistos como semelhantes entre si. Destacam-se, por exemplo, a demagogia, o personalismo, o nacionalismo, o clientelismo, o protecionismo econômico, o reformismo social e o intervencionismo estatal. Uma mistura de “populismos” político e econômico cujo objetivo seria o contentamento das “massas” através de uma ilusão participativa na vida democrática associada ao consumismo de curto prazo.

Observado dessa maneira, portanto, existe uma unidade interpretativa a qual denomino de *interpretações econômicas do populismo latino-americano*. Essas, por sua vez, podem ser sumarizadas na concepção de que a origem histórica do atraso econômico latino-americano reside no século XIX e se perpetua ao longo do século XX por meio da tendência de sobreposição da instância política sobre a econômica (de mercado). Por outro lado, a incapacidade dos países da região em garantir os direitos de propriedade, aumentar a eficiência educacional e favorecer inovações que permitam competir no mercado mundial correspondem ao que essa teoria caracteriza por fraqueza institucional desses países. De acordo com essas interpretações, o “desvio” da correta política econômica, portanto,

---

<sup>60</sup> São, por exemplo, os profissionais liberais, os pequenos industriais e comerciantes, a burocracia estatal e os militares.

decorreria dos poucos incentivos à competição capitalista cristalizados na relação entre política e economia.

Concretamente, os resultados seriam a aceleração da inflação, o aumento do endividamento público, a piora na redistribuição de renda e a conseqüente adoção de medidas ortodoxas de política econômica como decorrência “natural” dos populismos na prática. De acordo com essas interpretações, a predominância dessa dinâmica socioeconômica errática traz consigo entraves para o processo de acumulação de capital e o conseqüente crescimento econômico. Configura-se, portanto, uma explicação da relação entre política e economia por meio da combinação de “ciclos populistas” com crises econômicas em que as últimas teriam relação direta com os primeiros.

Populismo político e econômico se articulariam na América Latina de modo a realizar uma incorporação incompleta, “demagógica” e clientelista dos interesses sociais populares e de elite (i.e., o não-povo) nesses países. Além disso, em virtude do processo de transição das sociedades tradicionais para industriais, as classes sociais não teriam se formado de modo a possuírem uma consciência de classe definida. Isso se traduziria em políticas econômicas irracionalmente expansionistas que atenderiam objetivos meramente eleitoreiros, mas efetivamente agiriam contra as forças de mercado<sup>61</sup> e sustentariam a condição de atraso econômico.

É notório nessas abordagens econômicas do populismo que a política econômica é apresentada de maneira despolitizada, isto é, independentemente da luta de classes e das ideologias que a compõem. Com base nisso, avaliam-se a ação estatal sobre a produção e distribuição material da vida desconsiderando o sentido da intencionalidade governamental para além de ambições eleitoreiras. Desse modo, por sua natureza doentia, *a priori* compreendida, o resultado dessas práticas é o estabelecimento de ciclos populistas, que prometem um paraíso que, na verdade, tem vida curta (BRESSER-PEREIRA, 1991a, p. 7-9).

---

<sup>61</sup> Ou, como na versão novo-desenvolvimentista dessa interpretação, disputas intracapitalistas (frações rentistas vs. empresarial) a respeito da estratégia de acumulação a ser levada à frente pelas ações econômicas de Estado. Uma resignificação elitista da luta de classes, visto que para os(as) trabalhadores(as) resta o passivo papel de construtor subalterno de um projeto de desenvolvimento que não pressupõe a superação das relações capitalistas de produção e propriedade, mas o seu aprofundamento.

\*\*

O populismo interpretado, seja ele em sua dimensão política ou econômica, é compreendido majoritariamente como um fenômeno criticável e depreciativo, o qual ou é produto de crises ou causa das mesmas. Geralmente se abjeta do mesmo uma prioridade de relações de classe como determinantes das experiências políticas em referência, ainda que quando isso ocorra as análises tendem a processar tais relações por meio de expressões da “falsa consciência”, “manipulações burguesas”, entre outros termos e expressões claramente pejorativas.

Como fenômeno histórico analisado, apareceu pela primeira vez em russo, no século XIX, com o movimento *Narodnik*. Socialista e com base social a partir dos setores médios-urbanos do Império Russo, os “populistas russos” criticavam a monarquia czarista defendendo uma jornada pedagógico-política em direção ao povo russo (*Narodnichestvo*), basicamente camponês. De certa maneira, os populistas russos encarnavam um sonhador social, variação do *ser humano supérfluo*, personagem típico na literatura russa da época<sup>62</sup>.

Paralelamente, nos EUA a partir de 1875 é constituída a *Farmer's Alliance*, um movimento político que posteriormente também será designado como populista, porém com uma base social e objetivos políticos bastante diferentes. Os populistas estadunidenses desse período eram pequenos fazendeiros do Sul que começaram a construir sua agenda política a partir das consequências do sistema de crédito baseado na penhora de colheitas futuras (*crop-lien system*). Entre 1891 e 1908 o movimento se constituiu como partido, o *People's Party* (Partido do Povo ou também conhecido como Partido Populista), aproxima-se de organizações sindicais de trabalhadores e mantém sua postura crítica à elite econômica e política, embora sem as aspirações socialistas dos congêneres russos.

A partir dessas experiências, movimentos políticos considerados populistas, institucionalizados ou não, pipocaram mundo afora. Na Romênia em fins do século XIX, os socialistas *Narodniki* influenciaram os *Poporanistas* por meio de Constantin Dobrogeanu-

---

<sup>62</sup> Sobre o conceito de *ser humano supérfluo* na literatura russa, ver Chances (2001, p. 111-122). Em termos gerais, esse personagem representa jovens “ovelhas negras” da elite econômica e política do Império Russo. Em certos autores, aparece como os filhos da aristocracia russa indispostos tanto com o tradicionalismo do país quanto com as possibilidades de vida no Ocidente. Há aqueles que também representam esse personagem como um membro da *intelligentsia* russa da época, em linha com os *Narodniki*. A novela *Minha Vida*, publicada em 1896 por Anton Tchekhov, ilustra a pessoal jornada ao povo por parte de um jovem da elite russa, que incapaz de se adaptar à desapaixonada vida na burocracia czarista rompe com a família em busca de uma vida simples entre o povo. No entanto, mais do que militar por essa jornada popular, Tchekhov problematiza a questão.

Gherea, ainda que o populismo romeno às portas do século XX tenha sido mais reformista do que o russo (BOATCĂ, 2005). Na Irlanda, a ideia do povo irlandês condensou o nacionalismo político e econômico do movimento *Sinn Féin* (Nós Mesmos), como pode ser visto no panfleto *The Sinn Féin Policy* (A [Ação] Política de Nós Mesmos), publicado por Andrew Griffith em 1906 e inspirado em ideias do economista alemão Friedrich List (Ó BROIN, 2009, p. 177-181).

Já em *nuestra América*, esse fenômeno dividiu atenções com o processo de industrialização dos países da região. Sucessivos governos, desenvolvimentistas ou não, passaram a buscar sua legitimidade política no *povo*. Embora não se declarassem populistas, como é o caso de Juan Domingo Perón (1946-55) e Getúlio Vargas (1951-54), boa parte da literatura acadêmica relacionada à história, política e economia dos países latino-americanos considera tais governos como *populistas*, ainda que o significado desse populismo mude de acordo com o foco das pesquisas. Consequentemente, interpretações do desenvolvimento mais críticas ao protecionismo intervencionista desses governos começaram a ganhar força no debate público de modo a construir certo padrão condenatório aos “populismos” na prática. No limite, o populismo latino-americano, por sua tendência ao nacionalismo econômico patrimonialista, seria o responsável pela persistência do atraso no desenvolvimento da região.

Os economistas (neoclássicos) não se olvidaram do fenômeno e a partir de meados da década de 1970 tem início a formulação do populismo como um fenômeno concreto e oriundo da (errada) ação econômica de Estado. Em comum com os intérpretes liberais-políticos e social-democratas do populismo, os economistas liberais partem de um modelo para avaliar a realidade, como será visto de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

Evidentemente o próprio movimento dialético do Real traz consigo a contradição entre as abordagens. Nesse sentido, a abordagem laclauana sobre o populismo em vez de condenar o fenômeno, busca entendê-lo como a essência do processo político moderno. É a substância da política, não seu desvio. Nessa visão, o populismo contém os elementos centrais de incorporação democrática para além do que permitem as instituições vigentes, o que denotaria seus traços progressistas como fenômeno histórico.

Sem embargo, ainda que no debate acadêmico o populismo seja um fenômeno controverso e sujeito tanto a análises positivas quanto negativas, do ponto de vista do debate público mais amplo essa ambiguidade passa longe. “Populismo” e “populista” são termos que nenhum movimento político popular contemporâneo utiliza para si, mas são aplicados por

seus inquisidores midiáticos. Com o crescimento da função social dos intelectuais no âmbito do desenvolvimento do mercado mundial capitalista, é notório o viés pejorativo e acusatório pelo qual são tratadas as experiências políticas consideradas “populistas”.

Na Europa isso se explica em virtude do passado recente com os fascismos e as guerras mundiais. Ainda assim, a tendência em julgar realidades alheias, sejam elas asiáticas, latino-americanas ou africanas, com base na experiência europeia, sinaliza que o colonialismo continua vivo intelectualmente. No caso dos países latino-americanos, chama atenção que essas perspectivas julgam realidades completamente distintas se comparadas com as da Europa e EUA, de modo a condenarem os momentos históricos em que as lutas populares puderam ao menos alcançar algum nível de institucionalização. Mais do que isso, do ponto de vista da classe trabalhadora, as experiências ditas “populistas” da América Latina se originam a partir de momentos em que o tensionamento do bloco no poder dos países atingiu níveis elevados.

Desse modo, parece pouco apropriado avaliar experiências políticas como o “getulismo”, o “peronismo”, o “cardenismo”, entre outros, na condição de desvios da seta da modernidade. Talvez se observados a partir de modelos teóricos abstratamente concebidos a partir de realidades exteriores às da América Latina esse tipo de avaliação faça sentido. Mas se tais experiências políticas podem ser consideradas conservadoras, como explicar o notório avanço em termos de incorporação política das classes populares historicamente marginalizadas? Ou ainda o fato de que tais experiências enraizaram intencionalmente o desenvolvimento das forças produtivas em seus países?

Mesmo do ponto de vista das organizações sindicais, alguns estudos têm demonstrado que a suposta falta de autonomia das mesmas nas experiências políticas “populistas” não corresponde à realidade se observada para além de “modelos europeu e estadunidense” (MURMIS; PORTANTIERO, [1971] 2004; GOMES [1988] 2005; CAPELATO, 2001, p. 141). Nesse sentido, é preciso avançar na investigação de modo a desconstruir tais interpretações econômicas e compreender as ditas experiências “populistas” pelo que elas foram, não pelo que deveriam ter sido.

Em termos da análise da política econômica, a despolitização da ação estatal nos moldes colocados pelos intérpretes do populismo está longe de ser consenso na história do pensamento econômico. Na verdade, como será mostrado no próximo capítulo, a noção de que a ação econômica de Estado deve ser avaliada cientificamente desde um arcabouço de

escolha racional faz parte do processo histórico de consolidação do marginalismo como teoria econômica separada da política. Esse processo, por sua vez, não é destituído de perspectiva de classe burguesa.

Pelo contrário, é sua própria afirmação, desde que observado em relação à conjuntura da época em que emerge e ao conteúdo intencional de sua teoria da ação governamental, a qual desconsidera as assimetrias de poder entre as classes sociais no modo-de-produção capitalista. Desse modo, para os intérpretes econômicos do populismo a aparência de igualdade na superestrutura jurídico-política da democracia liberal se traduz em igualdade de intencionalidade entre os agentes econômicos no sentido de maximização do bem-estar. Assim sendo, a política econômica se transforma artificialmente em uma questão técnica, a qual esconde sua perspectiva burguesa ao negar a luta de classes que constitui o processo de formulação e execução da política econômica.

### 3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM ECONÔMICA DO POPULISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Marcada por sucessivas conquistas, a América Latina amarga a situação de região mais desigual do mundo (LÓPEZ-CALVA; LUSTIG, 2010, p. 1-2)<sup>63</sup>. Ademais, situa-se em uma posição periférica no mercado mundial, com sua participação comercial ainda centrada em produtos primários e sob uma especialização produtiva de baixa intensidade tecnológica (CEPAL, 2016). Aspectos histórico-estruturais comuns aos países da região, que vão além de meras heranças linguísticas compartilhadas e constituem realidades sociais que se desenvolvem em seus atrasos sociais.

A persistência histórica dessas condições tem dado o tom dos debates e disputas *en nuestra América*, ao menos desde as independências políticas da região no começo do século XIX<sup>64</sup>. Diversas *interpretações* vêm sendo construídas e usadas como instrumentos de ação política, ainda que muitas vezes se mostrem como “ciência neutra”, como é o caso das interpretações econômicas do populismo latino-americano.

Como foi dito no capítulo anterior, é recorrente o viés pejorativo por parte do debate público sobre as experiências políticas consideradas populistas. Classificados como antidemocráticos, demagógicos, economicamente irracionais, tendencialmente autoritários e/ou ideologias da falsa consciência, movimentos sociais, governos e lideranças políticas tem suas ações paulatinamente demonizadas. Como se a soberania popular necessitasse de algum tipo de mediação elitista – ou de vanguarda (?) – para ser corretamente efetivada. Aparentemente, o povo próximo do poder causa medo.

Os consensos históricos que foram apresentados no capítulo anterior embasam as interpretações do populismo na América Latina. Em suas dimensões econômicas, tais análises argumentam que os recorrentes ciclos populistas dos países latino-americanos ao produzirem frustração e desvios da seta da modernidade impactariam no atraso econômico do subcontinente. Isso notadamente em função do arcabouço institucional construído para assegurar os direitos de propriedade, a eficiência e a redução dos custos de transação nos

<sup>63</sup> Embora com consideráveis diferenças entre os países da região, como mostra, por exemplo, o *Panorama Social de América Latina 2016* (CEPAL, 2017).

<sup>64</sup> O primeiro país latino-americano a declarar independência foi o Haiti, em 1804, ainda que o reconhecimento por parte da metrópole francesa só viesse em 1825. Vale notar que a *independência* não significou que o Estado haitiano passou a assumir, em vez de penalizar, sua herança cultural africana (HURBON, 1987, p. 15). Situações análogas viveram os demais países latino-americanos que se independeram ao longo do século XIX, sugerindo questionamentos a respeito do significado efetivo da *independência* na região.

mercados, como defendem as abordagens marginalistas no pensamento econômico sobre o que seriam as bases do desenvolvimento.

Sendo, portanto, a noção de *subdesenvolvimento* substituída pela de *atraso*, os aspectos histórico-estruturais do desenvolvimento econômico são reduzidos a relações mercantis quase-naturais. Desse modo, o processo de formação dos parâmetros/fatores não-econômicos da análise do desenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 71-74) passa a ser visto desde sua aparência naturalizada sob a forma mercantil. Isso, por sua vez, implica ou na negação da violência continuada da acumulação, ou na pressuposição de que se trata de algo do passado. Para o presente restaria a “correta” ou a “errada” política econômica.

Contudo, esse procedimento metodológico não ocorre no vácuo. As transformações da ciência econômica ao longo de sua história revelam também em nível regional as lutas políticas de classe na conformação do mercado mundial capitalista. Nesse sentido, a desideologização da Economia como ciência e a despolitização da política econômica e do desenvolvimento, ambicionadas primeiramente pelos marginalistas no último quarto do século XIX, e mais recentemente a partir dos anos 1970 pelos novos-clássicos, ecoam entre os intérpretes do populismo latino-americano.

A crítica da crítica ao populismo econômico deve, portanto, lidar com os fundamentos teóricos que estruturam essas interpretações, no intuito de esclarecer as disputas políticas de classe inerentes às controvérsias intelectuais que forjaram a ciência econômica. Por isso, proponho neste capítulo uma revisão histórica do pensamento econômico de modo a evidenciar as origens e significados dessa dimensão analítica das interpretações do populismo latino-americano. De maneira específica, esse capítulo procura subsidiar caminhos de resposta para as questões: 1) qual é o lugar da dimensão econômica do conceito de populismo para as interpretações do populismo latino-americano? e 2) quais elementos evidenciam as disputas políticas de classe nas controvérsias intelectuais ao longo da história do pensamento econômico?

Para tanto, parece razoável que essa questão comece a ser respondida a partir de uma retrospectiva histórica das ideias econômicas, no intuito de destacar momentos chaves para a construção dessa dimensão do conceito de populismo no bojo da afirmação social da Economia como disciplina separada da Política. Além disso, como as interpretações econômicas do populismo analisam os governos a partir de suas ações e respectivas consequências, é preciso observar essa história das controvérsias econômicas à luz das teorias

de ação econômica do Estado e sua relação com as crises. Com isso, pretendo argumentar que nas modernas sociedades de classes a compreensão sobre crises econômicas e o papel da ação estatal é uma construção intelectual historicamente condicionada e com sentido político no debate público. O esforço intelectual de apresentar a teoria econômica como “técnica” sem ideologia ou interesse político é a forma intelectual adequada de expressão dos interesses econômicos da hegemonia do bloco no poder, haja visto como tal esforço está intimamente associado com a defesa do neoliberalismo.

Assim sendo, as interpretações econômicas do populismo analisam o que consideram ser um fenômeno concreto (a dimensão econômica do populismo), quando, na verdade, tais *interpretações* são uma construção intelectual forjada pela dinâmica da luta de classes e associada aos interesses da burguesia. Ignoram, portanto, o caráter de classe subjacente à afirmação do marginalismo na história do pensamento econômico, o qual fundamenta as interpretações econômicas do populismo.

### 3.1. ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA NUMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

A história da Economia Política é pautada por vários momentos, e o ano de 1776 representa um dos mais importantes para seu estabelecimento como ciência moderna. Nele, Adam Smith publicou pela primeira vez *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, inaugurando o debate público sobre a produção e distribuição material da vida a partir de uma teoria econômica do valor tipicamente moderna<sup>65</sup>. Pela primeira vez, a ação econômica de Estado foi analisada de modo a construir interpretações próprias de uma sociedade hegemonicamente burguesa.

---

<sup>65</sup> Inspirado na história crítica do pensamento econômico de Marx ([1974] 1987, vol. I), considero *tipicamente moderna* as teorias do valor-trabalho e valor-utilidade, pois por entenderem que se cria valor tanto nos setores primários quanto secundários das economias, são as chaves analíticas de interpretação adequadas às sociedades capitalistas. Embora os fisiocratas possam ter sido os primeiros a formularem uma teoria do valor a partir da esfera da produção, ainda reverberavam reminiscências feudais oriundas do próprio contexto histórico no qual formularam suas ideias, o século XVIII. Daí vem a fisiocrata naturalização da propriedade fundiária como única fonte de valor, ao contrário da moderna produção industrial. “É de fato o primeiro sistema que analisa a produção capitalista e apresenta como leis naturais e eternas da produção as condições nas quais se produz o capital e nas quais o capital produz. Mas tem antes a aparência de uma reprodução burguesa do sistema feudal, do domínio da propriedade fundiária; e as esferas industriais onde o capital tem o primeiro desenvolvimento autônomo apresentam-se como ramos ‘improdutivos’ do trabalho, meros satélites da agricultura” (MARX, 1987, vol. I, p. 25).

Ainda que não exista uma relação de causalidade direta, é impossível dissociar o desenvolvimento capitalista do processo de afirmação da Economia como ciência moderna. Não por acaso ela se origina no âmbito da Renascença europeia, entre os séculos XIV e XVII, sob a condição de *política*, isto é, uma atividade pública secular.

A configuração social capitalista e suas epistemologias racionalista e empirista avançaram simultaneamente sobre as feudais instituições europeias desde uma Inglaterra politicamente centralizada, entre os séculos IX e XVII, a partir dos arranjos entre proprietários de terras relativamente desmilitarizados, arrendatários e trabalhadores rurais (WOOD, 2002, p. 95-109; MARX, [1867] 2013, vol. I, p. 785-819)<sup>66</sup>. Economicamente, cada vez mais o sistema de produção doméstica subcontratada (*putting-out system*) se desenvolvia em direção a um arcabouço ideológico e institucional de constituição e regulação dos fictícios mercados de trabalho, terra e dinheiro (POLANYI, [1944] 2001, p. 71-80). Articulada a essas transformações, tanto o Estado-Nação quanto a *ideia de nação e povo nacional* emergem como expressões político-ideológicas dos tempos modernos (HOBSBAWMN, 2000; ANDERSON, 2006). Através do colonialismo e imperialismo europeus, a sociedade de mercado passa a ser exportada para todos os continentes e paulatinamente vai se tornando a forma hegemônica de produção e distribuição material da vida à medida que se estrutura o mercado mundial capitalista em consequência da Revolução Industrial (MANDEL, 1982, p. 29-49).

Desde sua origem, a Economia Política se pautou pelas controvérsias, o que é razoável visto que uma de suas grandes “descobertas” foi que o trabalho produtivo é a fonte econômica do valor. Dessa maneira, a forma pela qual se estrutura hierarquicamente a divisão social do trabalho acarretará diferentes tipos de remuneração entre as classes sociais do modo-de-produção dominante. No caso do capitalismo, trata-se de *salário*, *renda da terra* e *lucro*. Em

---

<sup>66</sup> “Rei Æthelstan tem uma reivindicação substancial para o epíteto de ‘o primeiro monarca Inglês’, pois nenhum outro governante antes dele governou os reinos Anglo-Saxões como um único reino. Em 924 ele foi bem-sucedido num expandido reino de Wessex, que abrangia toda a Inglaterra ao sul do Rio Humber, e assumiu responsabilidade por um domínio criado pelas conquistas militares de seu avô, Alfred the Great, e pai, Edward the Elder. Ainda, na época de sua morte em 939, Æthelstan governava como rei sobre todos os povos Ingleses da Grã-Bretanha. [...] Necessitando rapidamente elaborar mecanismos efetivos para a retenção e o controle de um estendido reino, Æthelstan criou uma máquina governamental mais centralizada do que a Inglaterra tenha anteriormente visto” (*King Æthelstan has a substantial claim to the epithet ‘the first English monarch’, for no ruler before him governed all the Anglo-Saxon kingdoms as a single realm. He succeeded in 924 to an expanded kingdom of Wessex that encompassed all of England south of the River Humber, and assumed responsibility for a dominion created by the military achievements of his grandfather, Alfred the Great, and father, Edward the Elder. Yet, by the time of his death in 939, Æthelstan ruled as king over all the English peoples of Britain. [...] Needing swiftly to devise effective mechanisms for the retention and control of an extended realm, Æthelstan created a more centralized governmental machine than England had previously seen*) (FOOT, 2011, p. 10, tradução própria).

um mundo onde os imperativos de mercado cada vez mais passam a estruturar a vida social, o conflito econômico se torna uma disputa desigual entre as respectivas classes sociais que se apropriam dessas remunerações: *trabalhadores*, *proprietários de terras* e *capitalistas*.

Não é à toa que na história do pensamento econômico os conflitos teóricos se mostraram também como político-econômicos, ao mesmo tempo que associados a situações de crise e ao próprio desenvolvimento da ciência. Afinal, é quando as escolhas públicas se tornam seculares que se tem condições concretas para analisá-las cientificamente (BIANCHI, 1988, p. 40-46; SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 29-32). Sendo assim,

Desde o ponto de vista do nascimento da economia política, a identificação dos interesses de uma particular classe social, a classe comerciante, com aqueles da coletividade, foi extremamente importante. Nesse sentido, a ciência econômica deixou de ser ‘economia doméstica’ e se tornou ‘política’ (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 35, tradução própria)<sup>67</sup>.

De uma perspectiva crítica às interpretações econômicas do populismo latino-americano, pelo menos quatro momentos dessa história merecem destaque. O primeiro diz respeito ao debate público sobre a Lei dos Cereais, na Inglaterra da primeira metade do século XIX, ilustrado, por exemplo, no embate intelectual travado entre David Ricardo e Thomas Malthus. Em um segundo momento, destaco a chamada Batalha dos Métodos (*Methodenstreit*) sobre a natureza da ciência econômica, ao longo da década de 1880, envolvendo as Escolas Austríaca e Histórica Alemã, e que logrou a consolidação hegemônica de uma Economia “pura”, isto é, aparentemente não-política.

Entrando em terreno latino-americano, a partir de 1948, em Santiago, no Chile, com a formação da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* – a CEPAL – institucionalizaram-se reflexões sobre o desenvolvimento através de uma perspectiva econômica estruturalista, a qual o entende a partir da própria história econômica e social. Pela primeira vez uma tradição crítica do pensamento econômico procura

teorizar-se sobre si do ponto de vista econômico, [partindo] de um reconhecimento do atraso do continente em relação aos países desenvolvidos e da necessidade de industrialização latino-americana como mecanismo de superação de tal subdesenvolvimento” (MORAES, 2016, p. 70, acréscimo próprio).

---

<sup>67</sup> “From the point of view of the birth of political economy, the identification of the interests of one particular social class, the merchant class, with those of the collectivity, was extremely important. In this way, economics ceased to be ‘domestic economy’ and became ‘political’.

O significado dessa novidade intelectual latino-americana diz respeito ao fato de que foi a partir do estruturalismo latino-americano, seja ele cepalino ou das abordagens da dependência, que o debate sobre *desenvolvimento econômico* passou a identificar e tentar compreender o *subdesenvolvimento* como seu epifenômeno. Esse conceito, por sua vez, tem sido expressado “a partir do segundo pós-guerra para caracterizar certas economias ou sociedades visivelmente atrasadas, em relação àquelas cuja industrialização se configurou como mais intensa e adiantada” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 41).

Desse modo, a formação histórica do subdesenvolvimento é localizada espacial e temporalmente na propagação desigual da Revolução Industrial à medida que o mercado mundial capitalista foi se constituindo (FURTADO, 1983, p. 141-146). Contudo, é com a crítica de Cardoso e Faletto ([1967] 2010) que desenvolvimento e dependência passam a ser considerados separadamente da política. Com isso, a ação econômica de Estado foi paulatinamente concebida nos moldes da teoria econômica marginalista, ainda que o método histórico-estrutural de análise do desenvolvimento permanecesse.

Por fim, o último momento a ser destacado corresponde à reação neoliberal articulada com os teóricos da modernização a partir dos anos 1970, notadamente nos EUA, e ilustrada na teoria novo-clássica de política econômica e sua consequente despolíticação da ação estatal como resposta intelectual à crise do capitalismo desse período. A partir de então, a ideia de agente econômico, que emergiu desde a revolução marginalista do último quarto do século XIX, seria naturalizada não apenas em termos econômicos, mas também psicológicos.

As implicações que a articulação desses momentos históricos tem para a formulação de uma gama de interpretações do populismo nos países da América Latina podem ser observadas pelo menos sob duas frentes. A primeira, de caráter elitista, traduz uma dinâmica cultural da dominação colonialista, herdeira desde os *conquistadores* espanhóis, *bandeirantes* luso-brasileiros e tantos outros caçadores de índios, negros e mulheres, e que se sintetiza na resignação com o subdesenvolvimento e a dependência. Já a segunda expressa o caráter classista dessas interpretações, especialmente as economicistas, observada pela abdicação da prioridade das relações de classe em virtude de sua substituição pelo conceito de *agente econômico* e pela absorção dos preceitos econômicos liberais como teoria do desenvolvimento, da ação estatal e das crises.

Dito de outra forma, o elitismo e o classismo das interpretações do populismo na América Latina combinam de maneira variada, porém coesa, olhares que não se resumem a

meras formas distintas de análise da realidade. Pelo contrário, a insistência desses intérpretes em denunciar os movimentos políticos designados como tais – sempre o(a) *Outro(a)* é populista, embora ele(a) não necessariamente assim se defina – revela um padrão analítico que justifica o *status quo* social, naturalizando as relações de forças existentes nas sociedades e a violência da acumulação de capital.

Isso ocorre, por exemplo em Castro; Ronci (1990), quando os autores constroem uma narrativa histórica do Brasil a partir da noção que determinados governos promoveram centralização do poder econômico por meio de ferramentas não-econômicas para atingir fins eleitoreiros. Em qual democracia representativa não ocorre isso?<sup>68</sup> Ou então ao se analisar a relação entre produtividade, salários e crise da indústria brasileira recente a partir do crescimento dos salários acima da produtividade entre 2009 e 2012 (FRANCINI; SOUZA, 2014).

As interpretações do populismo consideram que a especificidade latino-americana que conduz a região para uma tendência populista de tempos em tempos diz respeito à sobreposição da política em relação à economia (de mercado). Quer dizer, no capitalismo dos países da América Latina o que determinaria o curso das ações estatais não seria a racionalidade econômica (de mercado), mas política<sup>69</sup>. No longo prazo, tal especificidade seria a causa do atraso econômico da região por não permitirem a livre ação das forças de mercado.

Ou, como afirma Castro; Ronci (1990, p. 157, tradução própria), “as distorções estruturais geradas pela intervenção total e regulação excessiva teriam eventualmente provocado estagflação no final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980”. Nesse sentido, os autores consideram que a criação de grandes empresas produtivas estatais ao longo da Era Vargas “implicaram o estabelecimento de uma complexa rede de interesses privados que permearam toda a economia”. Isto é, para a interpretação do populismo brasileiro de Castro; Ronci (1990), a danosa origem da privatização dos interesses do setor público no desenvolvimento econômico brasileiro é um problema oriundo dos momentos históricos que a

---

<sup>68</sup> Furtado (1983, p. 195) vai ainda mais longe nessa linha crítica ao afirmar que “nenhum sistema econômico lograria operar se, ao lado dos mecanismos automáticos de coordenação de decisões, não existisse um certo grau de centralização das decisões econômicas”.

<sup>69</sup> Sobre o conceito de racionalidade política instrumental distinta da econômica, ver Conn; Meltz; Press (1973). Apesar da distinção analítica, é notório o instrumentalismo utilitarista tanto na concepção econômica quanto na política de racionalidade. É notório, portanto, que há forte apelo universalizante no que diz respeito à teoria da ação. Observado historicamente, tal apelo se revela negando a violência da colonização, da escravidão e da negação do(a) *Outro(a)*, as quais têm dado o tom da acumulação de capital nos países latino-americanos. Evidentemente isso não é uma opção metodológica politicamente neutra.

classe trabalhadora alcançou certo protagonismo na cena política nacional. Não se trataria, portanto, da gênese do sistema capitalista no país, mas de uma errada ação econômica de Estado que enraizou práticas equivocadas para o crescimento de longo prazo brasileiro.

Por trás dessas análises reside uma história das teorias que embasam seus autores, permeada de disputas e interesses econômicos antagônicos. Em vez de apenas pura aplicação de ciência neutra, como pretendem, são exatamente a expressão intelectual de conflitos econômicos e políticos, mas que não se apresentam explicitamente nas interpretações econômicas do populismo. A razão é que tais interpretações ao se fundamentarem teoricamente na economia marginalista para formularem suas teorias de política econômica, do desenvolvimento e de crises, promove uma generalização reducionista da instância econômica do capitalismo como sendo a economia de mercado.

Na constituição do mundo moderno, em que é crescente o papel da ciência e do cientista no debate público, as consequências desse procedimento metodológico é que se contribui para criar uma imagem intelectual de que a “correta” ação econômica de Estado deve garantir os fundamentos de uma teoria da ação, do desenvolvimento e de crises justificadora do *status quo*. Na América Latina, isso significa justificar as reações antidemocráticas das classes dominantes às experiências políticas que incorporaram os interesses da classe trabalhadora de modo a possibilitar uma radicalização popular do poder político. No fundo, para os intérpretes econômicos do populismo, a culpa pelos trágicos fins que tendem a ter as experiências populistas latino-americanas seria do próprio populismo.

De maneira mais explícita, não haveria, por exemplo, interesses econômicos e políticos particulares por trás de uma análise feita por técnicos patronais da indústria sobre a relação entre crescimento dos salários acima da produtividade e o enfraquecimento da produção industrial recente, como propõem Francini; Souza (2014)?

Segundo Bresser-Pereira (1991a), o tipo de populismo à esquerda do espectro político se caracteriza exatamente pela imprudente redistribuição de renda em favor dos salários. Levando-se em conta que o sentido do desenvolvimento das forças produtivas tem sido até hoje a substituição tecnológica do trabalho, a quem interessa a conclusão de que a distribuição salarial deve ocorrer no mesmo ritmo da produtividade do trabalho: aos proprietários dos meios de produção ou aos(às) assalariados(as)?

Até porque já é bem conhecido que economia e política andam sempre articuladas em torno de um empresariado historicamente bastante ativo em termos políticos, como mostra

Ricupero (2009) e Prado Jr. (2012) para o Brasil no período colonial e na independência política. Dreifuss (1981) detalha de maneira minuciosa a estreita relação entre empresários e ação política por meio de *think tanks* e escritórios de consultoria no apoio ao golpe de 1964 no Brasil, evidenciando que teoria e política vão articuladas<sup>70</sup>.

Como mostra a pesquisa do DIAP (2014) sobre a radiografia do congresso brasileiro eleito para o mandato 2015-2019, os interesses econômicos empresariais e ruralistas dominam politicamente o Legislativo nacional. De acordo com o relatório, entre os temas priorizados pelas bancadas empresarial e ruralista, enfatizam-se exatamente: reforma trabalhista, redução de encargos para seus setores, regulamentação do trabalho escravo, demarcação de terras indígenas e propriedade estrangeira da terra, entre outros temas (DIAP, 2014, p. 94).

Certamente essas bancadas, as quais compõem boa parte dos parlamentos não apenas no Brasil, mas na América Latina, não veem com bons olhos a “ameaça populista” que traz consigo certo protagonismo na cena política de interesses populares da classe trabalhadora. Nem seus intelectuais, haja visto que as interpretações econômicas do populismo corroboram cientificamente os interesses das classes dominantes.

### 3.2. DAVID RICARDO E THOMAS MALTHUS SOBRE A LEI DOS CEREAIS (1815-1846)

A dinâmica da acumulação de capital na Inglaterra adquiriu velocidade sem precedentes com a Revolução Industrial. Do ponto de vista político, isso acarretou tensionamento do bloco no poder inglês, cujo alinhamento de interesses econômicos entre proprietários de terras e capitalistas vinha pelo menos desde a Revolução Gloriosa (1688) (MARX, 2013, vol. I, p. 795-813).

Com o fim das guerras Anglo-Americana (1812-1815) e Napoleônicas (1803-1815), possibilitaram-se condições geopolíticas para uma queda nos preços dos cereais. Como argumenta Adams ([1932] 2006, p. 150-155), o fracasso da invasão francesa da Rússia e o posterior exílio de Napoleão Bonaparte propiciou uma diminuição das barreiras ao comércio internacional e impactou crescimento da importação inglesa de grãos, especialmente em 1814.

---

<sup>70</sup> De maneira análoga, porém a partir de um arcabouço teórico institucionalista, Martin; Swank (2012) mostram o processo de construção e definição dos interesses político-econômicos do empresariado ao longo do desenvolvimento capitalista em países europeus como no Reino Unido, na Alemanha e na Dinamarca.

Frente a esse cenário, em 1815 o governo inglês conseguiu aprovar a primeira das medidas que vieram a ser conhecidas como Leis dos Cereais (*Corn Laws*). Como argumentavam David Ricardo e Thomas Malthus, para os proprietários rurais ingleses a queda nos preços representava uma redução na renda da terra ao mesmo tempo que uma redução nos custos de produção através da redução do valor da cesta de subsistência dos trabalhadores. Porém, se para o primeiro, “o interesse dos proprietários de terras sempre é oposto ao interesse de todas as demais classes da comunidade” (RICARDO, 1965, vol. IV, p. 21 *apud* HEILBRONER, 1996, p. 79-80)<sup>71</sup>, para o segundo, apesar da possível redução nos custos de produção oriunda da importação de trigo mais barato, as consequências disso para a agricultura inglesa acarretariam, por exemplo, um considerável risco geopolítico (SALVADORI; SIGNORINO, 2013). Dessa maneira, Malthus, ao contrário de Ricardo, posicionou-se contra a abolição das barreiras à importação de cereais estrangeiros<sup>72</sup>. Entretanto, em 1846, frente as pressões da Liga Anti-Lei dos Cereais (*Anti-Corn Law League*) e especialmente da eclosão da Grande Fome irlandesa (1845-1849), os argumentos malthusianos não foram suficientes para conter a caneta do Primeiro Ministro Robert Peel, a qual assinou o fim da legislação protecionista que favorecia os proprietários de terras ingleses.

Para os propósitos dessa tese, é interessante notar que a controvérsia Ricardo-Malthus sobre as Leis dos Cereais ilustra um dos primeiros sinais dos novos tempos. Como reconhece Marx (1848, tradução própria) em um discurso sobre a questão do livre comércio, “a revogação das Leis dos Cereais na Inglaterra é o maior triunfo do livre comércio no século 19”<sup>73</sup>. Nesse mundo, cada vez mais a legitimidade da ação econômica de Estado se dá também por meio da atividade pública dos intelectuais modernos, que por sua vez assumem papel importante na organização da hegemonia social e política (GRAMSCI, 1971, p. 12-13). Além disso, especificamente para a América Latina, a revogação das Leis dos Cereais ingleses sinalizou, ao menos simbolicamente, a possibilidade de efetivação de uma estrutura de crescimento da renda nacional a partir da exportação de produtos primários.

---

<sup>71</sup> De maneira mais explícita, Ricardo ([1817] 1996, p. 96) afirma: “Tenho tentado mostrar, ao longo desta obra, que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão”.

<sup>72</sup> “(...) poderemos afirmar com a maior segurança que os interesses de nenhuma outra classe se aproximam tanto e tão necessariamente dos interesses do Estado quanto os dos proprietários de terras” (MALTHUS, [1820] 1996, p. 123).

<sup>73</sup> “*The Repeal of the Corn Laws in England is the greatest triumph of free trade in the 19<sup>th</sup> century*”.

A partir de 1848, as transformações econômicas e sociais assumiram proporções explosivas no sentido de um intenso desenvolvimento produtivo e de comunicações (HOBSBAWM, 1975). Com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália, respectivamente em 1848 e 1851, o desenvolvimento dos transportes e da indústria inglesa, o mundo econômico caminhou cada vez mais para a formação de um mercado mundial. Dessa forma, os vastos campos latino-americanos se tornaram importantes fontes de abastecimento alimentar para as economias em desenvolvimento e, também, concentração de poder para as elites locais (GLADE, 1986).

As crises econômicas repercutiram para além das fronteiras nacionais e cada vez mais em função dos movimentos de preços do que decorrência das flutuações da natureza (HOBSBAWM, 1975, p. 85-86). Em um cenário de desenvolvimento capitalista e centralização política, as disputas político-ideológicas em torno da ação econômica de Estado ganharam cada vez mais contornos nítidos. Evidentemente isso teria impactos profundos no pensamento econômico, como pode ser visto, por exemplo, a partir da década de 1880.

### 3.3. A ‘BATALHA DOS MÉTODOS’ (*METHODENSTREIT*) E TRANSFORMAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA OCIDENTAL (1880-1900)

O século XIX certamente correspondeu a um marco histórico no desenvolvimento do sistema capitalista. Mas à medida que tal processo avançava, inevitavelmente trazia consigo tensões e contradições inerentes à sua dinâmica de funcionamento. Essas, por sua vez, expressavam-se também nas disputas internas à teoria econômica à medida que movimentos de radicalização democrática e socialistas<sup>74</sup> se somavam ao avanço da educação popular por meio dos movimentos de trabalhadores pressionando por reformas sociais, notadamente entre 1875 e 1914 (HOBSBAWM, 1989, p. 263; BACKHOUSE, 2007, p. 317). Em um cenário desse tipo, uma teoria econômica que concebesse a criação de riqueza a partir do trabalho poderia ser considerada potencialmente explosiva. E de fato era, embora não apenas do ponto de vista teórico.

---

<sup>74</sup> O movimento cartista, na Inglaterra das décadas de 1830-40, somado à onda revolucionária da Primavera dos Povos, que em 1848 espalhou-se rapidamente pelos continentes europeu e americano, como foram os casos da Insurreição Praieira, em Pernambuco entre 1848 e 1850, e dos conflitos internos à então República de Nova Granada (atuais Colômbia e Panamá) que desembocaram na abolição da escravidão em 1851.

Isso fica claro ao se observar a transformação dos movimentos operários a partir de 1870, quando a síntese marxista sobre o socialismo – ou *socialismo científico*, nas palavras de Marx e Engels – passou a se tornar influente entre os trabalhadores como uma crítica às relações econômicas dominantes (HOBSBAWM, 2011, p. 44-47). Por outro lado, como destaca Mattick (1974), a teoria do valor-trabalho oferecia pouca importância prática para as frações da burguesia, visto que ao reconhecer em termos objetivos a origem econômica do valor, deixava de se concentrar apenas na análise de mercado.

Com exceção dos marxistas, a teoria do valor-trabalho proposta pelos economistas clássicos “examinou as condições da época e seu futuro desenvolvimento a partir da perspectiva do capital e, portanto, desde a perspectiva da acumulação de capital” (MATTICK, 1974, p. 4). No entanto, ainda que os economistas clássicos naturalizassem as relações econômicas capitalistas, a abordagem holística da sociedade e a importância da história pautava a construção teórica desses autores, com destaque para os da tradição escocesa (BROADIE, 2003).

A crítica marxista da economia política também se centra na teoria do valor-trabalho, mas, diferentemente, coloca o proletariado como sujeito histórico da transformação social, algo que certamente não era bem visto pelas frações da burguesia e proprietários(as) de terras, que percebiam o crescimento de um sindicalismo cada vez mais revolucionário. Portanto, dos pontos de vista teórico e prático, a teoria do valor-trabalho apresentava limites bem demarcados para se afirmar como paradigma hegemônico<sup>75</sup> da ciência econômica nas sociedades de mercado.

Em meio a isso, a própria concepção de *ciência* passou por profundas transformações ao longo do século XIX, a partir da combinação das ideias de progresso e secularização do conhecimento, além de certo evolucionismo inerente às ciências sociais do período (HOBSBAWM, 1989, p. 262-275). Nesse sentido, se as reformas sociais eram uma aspiração do espírito da época, as forças dominantes precisavam conter a radicalização dessas aspirações ou ao menos direcioná-las de modo a não comprometer a estrutura de dominação que lhes privilegiava. E o marginalismo oferecia uma perspectiva teórica *aparentemente* não-classista e pró-reformas sociais. Essa aparência se dá através do conceito de *agente econômico*, o qual, independentemente de sua posição estrutural na hierarquia social, age da

---

<sup>75</sup> Hegemonia compreendida aqui a partir de uma perspectiva gramsciana, quer dizer, trata-se do conjunto de práticas culturais associadas à classe dominante que estabelecem os parâmetros e variáveis que compõem o debate público e a agenda política em determinadas épocas e sociedades.

mesma forma. Isto é, sua consciência de ação seria maximizar individualmente a utilidade, não em função de seu pertencimento de classe.

É evidente que ao se caracterizá-lo como um movimento intelectual e político dentro da ciência econômica não significa compreendê-lo uniformemente. Havia diferenças significativas entre os marginalismos de Cambridge, na Inglaterra, o franco-suíço sediado na fronteira cidade de Lausanne e o da Escola Austríaca (BACKHOUSE, 2007, p. 317-324; SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 189). Porém, emergia entre todas essas tradições intelectuais uma unidade de interpretação social que conceberá a racionalidade econômica (de mercado) como um fenômeno humano individual, natural e, portanto, sujeito a uma avaliação científica objetiva.

Nessa perspectiva, pressupõe-se como inerentes ao ser humano aquilo que Polanyi (1977) caracterizou como a falácia economicista, a qual compreende qualquer sistema econômico como sendo o mercantil. Trata-se de uma mentalidade intelectual, oriunda do mundo burguês do século XIX, que equipara *economia a mercado* e progressivamente passou a pautar “[...] quase todo aspecto de questões que nos confrontam, particularmente a natureza das instituições econômicas, políticas e princípios, à medida que se revelam nas formas passadas de organização do modo de vida” (POLANYI, 1977, p. 5, tradução própria)<sup>76</sup>.

Um dos momentos mais característicos dessa transformação no pensamento econômico ocidental ficou conhecido como Batalha dos Métodos (*Methodenstreit*), disputa intelectual que foi muito além de questões metodológicas (LOUZEK, 2011). Travada principalmente em alemão, envolveu a Escola Histórica Alemã, notadamente na figura de Gustav Schmoller, e a Escola Austríaca, cujo nome mais influente no período era Carl Menger (BACKHOUSE, 2007, p. 208-2013). Em termos gerais, se para Schmoller (1893, p. 976) a economia nacional (*Die Volkswirtschaft*) deveria ser compreendida a partir do seu relacionamento com as transformações sociais e políticas, para Menger ([1883] 1985, p. 23-32) a questão fundamental da economia política residia na demarcação da *teoria econômica* como ciência de compreensão formal do fenômeno econômico em termos de leis psicológicas gerais.

As consequências desse debate para o desenvolvimento da economia política podem ser vistas em pelo menos dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à institucionalização da

---

<sup>76</sup> “[...] almost every aspect of the questions that confront us, notably the nature of economic institutions, policies, and principles as they are revealed in the forms of organization of livelihood in the past”.

*Economia* como disciplina universitária autônoma. Para isso, deveria deixar de ser *Política*, visto que, de acordo com a época, a ciência era compreendida como positiva em oposição às ciências normativas de onde a Economia se emancipava. Como destaca Hobsbawm (1989, p. 269-271) ao analisar o período que vai de 1875 a 1914, esse processo positivista de transformação e constituição das ciências sociais modernas correspondeu a um estreitamento nas possibilidades de desenvolvimento científico da disciplina àquela época. Com isso, pavimentou-se o caminho de uma ciência social que considerava natural à espécie humana a lógica econômico-mercantil de ação, como é o caso das abordagens marginalistas<sup>77</sup>.

Por outro lado, a separação entre história e teoria, associada à ascensão da economia matemática por meio dos autores marginalistas, com destaque na Europa (BACKHOUSE, 2007, p. 201-208), representou a exclusão de “questões de dinâmica histórica, de desenvolvimento econômico e certamente de flutuações econômicas e crises” (HOBSBAWM, 1989, p. 270). A Economia (*Economics*) como ciência positiva possuiria leis gerais e anistóricas de funcionamento, permitindo, de acordo com seus seguidores, compreendê-la e aplica-la puramente (quer dizer, sem ideologia ou política). Num contexto histórico em que reformas sociais e crises econômicas adentravam a vida cotidiana e o vocabulário político, uma interpretação social que oferecesse soluções de mercado para problemas econômicos certamente encontraria adeptos entre as frações burguesa da classe dominante.

Para tanto, a ascensão do marginalismo como ciência econômica dependeu ainda da construção teórica (e ideológica) do conceito de *equilíbrio*. Nesse sentido, Vilfredo Preto, outro dos economistas matemáticos de fins do século XIX, desempenhou papel fundamental ao esculpir a noção de equilíbrio da troca a partir do *princípio da ofelividade* (PARETO, [1906] 1984, vol. 2, p. 16-17). Este representa a capacidade satisfatória de uma *coisa* já possuída pelo indivíduo e que venha a ser aumentada sua quantidade (PARETO, 1984, vol. 1, p. 85)<sup>78</sup>. Em outras palavras, o que Pareto realizou foi um passo decisivo para que a noção utilitarista cardinal fosse substituída para a de tipo ordinal.

Outra contribuição se deu por meio de John Bates Clark com a teoria neoclássica de distribuição da renda. De acordo com ela, a naturalização das relações sociais de produção capitalistas se expressa na busca de Clark por incorporar elementos éticos da natureza humana

<sup>77</sup> Silva (2017), argumenta de maneira análoga que a transformação da filosofia moral utilitarista em método se deu a partir da consagração do *homo economicus* como conduta comportamental padrão do ser humano.

<sup>78</sup> Screpanti; Zamagni (2005, p. 224) argumentam que a origem do termo *ofelividade* vem do grego *ophelos*, que significa “agradável” ou “prazeroso”. Destaca-se a naturalização da mercadoria sob o substantivo *coisa*, mais uma evidência dessa novidade histórico-social que é a produção capitalista e como ela vai se efetivando na linguagem científica.

à teoria econômica. Para Backhouse (2009, p. 227), “Clark propôs uma teoria de distribuição da renda em que cada fator da produção (terra, trabalho e capital) recebia uma retribuição igual ao valor marginal de sua contribuição para a produção”.

Desse modo, pavimentou-se a avenida pela qual o conceito paretiano de bem-estar se estabelecesse como critério básico para as vindouras teorias marginalistas de política econômica. Tal conceito, por sua vez, ao conceber que um estado social qualquer só poderá ser melhorado caso isso não acarrete piora de bem-estar individual, não apenas condicionou as formas pelas quais a ação estatal poderia se dar, mas legitimou o *status quo*. De acordo com Screpanti; Zamagni (2005, p. 227), o que Pareto realizou foi mostrar como um *modelo* de estrutura de mercado de concorrência perfeita alocaria de modo superior (em termos de otimalidade e eficiência) em relação ao monopólio.

A Economia como *Economics* ainda não havia se tornado hegemônica em fins do século XIX, mas a crescente profissionalização e institucionalização universitária da disciplina sinalizava o caminho pelo qual se formariam boa parte dos economistas a partir de então. Na perspectiva de formulação das interpretações do populismo, esse momento histórico foi importante porque consolidou uma teoria econômica que entende a realidade como problemática, não o modelo que a concebe. Se a Economia se resumiria ao sistema mercantil de trocas, os problemas sociais derivavam, portanto, de elementos que atrapalhavam o pleno funcionamento do sistema econômico (de mercado). Desse modo, cristalizou-se no raciocínio dos economistas a ideia de que a ação econômica de Estado deveria buscar a maximização do bem-estar social em uma economia de mercado, aspecto basilar das interpretações econômicas do populismo. Além disso, fixou-se também a noção de que é possível compreender a realidade social a partir do somatório individual dos estudos de suas partes<sup>79</sup>.

Essa última observação se mostra de maneira mais clara em uma das primeiras análises sobre o populismo nos EUA. Em 1896, Hermon Wilson Craven construiu talvez o primeiro estudo econômico sobre populismo. Seu livro, chamado *Errors of Populism* (Erros de Populismo), denunciava os argumentos por ele designados como “populistas”. Já pelo título do livro fica clara a visão do autor a respeito dos intelectuais e congressistas estadunidenses herdeiros dos movimentos sociais que culminaram na formação do partido

---

<sup>79</sup> Lessa (1972) sugere a existência de dois objetos de estudo dos economistas: a *análise econômica*, ou microeconomia, e a *economia política*, que utiliza como instrumento lógico a dialética e opera no âmbito da crítica. Ainda que provocativa a sugestão, a crítica de Polanyi (1977) permanece, enfatizando a natureza histórico-social das abordagens marginalistas, que na antropologia econômica se traduziu no debate entre os *substantivistas* e os *formalistas*. Ver Machado (2012) para uma síntese contemporânea sobre o assunto.

político *People's Party* (Partido do Povo), em 1891. Mais do que isso, é notório que o autor designa como “errados” os argumentos de uma política que se fundamente na coletividade, a qual não se resume a um mero somatório de indivíduos. O uso da preposição ‘de’ (*of*) no título (*Errors of Populism*) quase que anuncia o tom pejorativo pelo qual os movimentos políticos que se consolidariam em experiências políticas populares enfrentariam por parte dos economistas a partir de então.

De acordo com Craven (1896), os argumentos populistas tornavam os banqueiros de Nova Iorque quase como ladrões do tesouro estadunidense em ocasião dos empréstimos feitos entre 1860 e 1861, durante a guerra civil, como meio de financiamento do esforço de guerra<sup>80</sup>. Segundo o autor, para os populistas ianques, “por causa dessa qualidade de moeda corrente [dos *greenbacks*, papel-moeda emitido pelos EUA], eram por meio das vicissitudes da guerra tão bons quanto ouro” (CRAVEN, 1896, p. 13, tradução e acréscimo próprios)<sup>81</sup>.

Nos EUA, uma das características do movimento político que em fins do século XIX e princípios do XX ficou conhecido como populista, era a luta contra o vigente sistema monetário do padrão-ouro e em defesa do bimetalismo (prata e ouro) para conter a queda nos preços agrícolas do período (HAHN, 1983, p. 168). Era uma questão que vinha desde o fim da guerra civil estadunidense e envolvia a relação entre fazendeiros brancos e negros, os arrendatários de terras e o sistema de financiamento produtivo àquela época. Ou seja, a história financeira dos EUA não pode ser analisada sem levar em consideração a unidade contraditória que se constituiu a partir das consequências econômicas, raciais e políticas da guerra civil no país. Como propôs Craven (1896, p. 3) em sua análise do que teriam sido os erros e deturpações “populistas”, a manutenção do sistema monetário baseado no padrão-ouro era um dado da realidade e, por isso, sequer entraria em questão.

A aparente contração monetária denunciada pelos populistas foi, para Craven (1896, p. 46, tradução própria), “[...] simplesmente o honesto pagamento de débitos – essas dívidas estando na forma de notas que nunca foram destinadas como moeda e nunca foram usadas

---

<sup>80</sup> Para Craven (1896, p. 11, tradução própria), “[...] não há dúvida de que não tivessem vindo tão generosamente e patrioticamente os banqueiros e capitalistas, liderados por Wall Street, para o apoio do governo entre 1860 e 1861, a rebelião teria sido um sucesso; e por aquela ação eles são intitulados ao mais alto elogio em vez de serem denunciados como malandros e ladrões” ([...] *there is no doubt that had not the bankers and capitalists, led by Wall street, come so generously and patriotically to the support of the government in 1860 and 1861 the rebellion would have been a success; and for that action they are entitled to the highest praise instead of being denounced as scoundrels and robbers*).

<sup>81</sup> “*Because of this full legal tender quality, they were, through all the vicissitudes of the war, as good as gold*”.

como moedas”<sup>82</sup>. Quer dizer, analisando estritamente do ponto de vista econômico-financeiro, análise entendida por Craven como racional, os banqueiros e capitalistas estadunidenses eram verdadeiros patriotas (p. 11). Teoria econômica “pura” e aplicada, como diriam os marginalistas e seus descendentes teóricos.

Outro impacto importante dessas transformações da ciência econômica se deu sobre a política econômica, área de estudos que ganhou destaque na primeira metade do século XX<sup>83</sup> desde os debates sobre o cálculo econômico em uma economia socialista<sup>84</sup>. O *homo economicus*, constructo fundamental para a revolução marginalista dos anos 1870-1890 (PAULANI, 2005, p. 46-47), permitiu à ciência econômica do período se tornar a única das ciências sociais que se afirmou academicamente por meio de uma naturalização do ser humano moderno, isto é, um ser economicamente racional que toma decisões calculadas visando a maximização de sua utilidade. Concomitantemente, o mundo capitalista do último quarto do século XIX vivia a chamada *Longa Depressão* (1873-1906), a qual como consequência acarretou concentração econômica e o desenvolvimento da gerência científica (HOBSBAWM, 1989, p. 44; BRYER, 2006). Traduzindo: soluções de mercado para problemas econômicos.

Nesse novo mundo corporativo em que a cisão entre propriedade do capital e sua gerência adquire proporções inéditas, a perspectiva interpretativa proposta pelos marginalistas se mostrava bastante adequada aos interesses dominantes. O modelo de ação econômica racional do ser humano deixa de ser apenas um arcabouço analítico hipotético e se torna o fundamento da ciência econômica (agora como *Economics*), inclusive no que diz respeito à ação estatal. Assim como os indivíduos livres<sup>85</sup> agem racionalmente, o Estado também deveria agir de maneira racional sobre as sociedades, independentemente dos interesses políticos existentes. O *dever ser* se confunde com *o que é* de modo a construir uma tradição intelectual que entende a realidade como problemática, não o modelo que a interpreta.

---

<sup>82</sup> “[...] *simply the honest payment of government debts – these debts being in the form of notes that never were intended as money and never were used as money*”.

<sup>83</sup> Um dos primeiros estudos específicos sobre política econômica que partiu do arcabouço analítico oriundo do marginalismo foi o de Tinbergen (1952). Nele, o autor inicia definindo o que chama por política econômica e seus objetos distinguidos entre uma ação “quantitativa” e outra “qualitativa”. A primeira diz respeito às ações direcionadas a partir de um dado arcabouço estrutural (qualitativo). Já a segunda corresponde a alterações desse mesmo arcabouço, destacadamente no que diz respeito às estruturas de mercado (p. 2).

<sup>84</sup> Ver Backhouse (2007, p. 324-328) para uma breve síntese da origem desse debate traduzido para o português. Cotrell; Cockshott (1993) e Adaman; Devine (1996) oferecem também uma revisão dos desdobramentos posteriores das controvérsias.

<sup>85</sup> Isto é, livres de qualquer coerção extra-econômica.

Se a sociedade funcionasse como prevê as abordagens marginalistas, não haveria problemas sociais. Isso também repercutiu sobre os modelos políticos, sendo a democracia liberal-representativa muitas vezes defendida como o sistema político ideal para as sociedades modernas<sup>86</sup>, em virtude de seu pluralismo e procedimentalismo políticos (MÜLLER, 2016). Dessa maneira, o populismo começa a se inserir cada vez mais no debate público como um conceito que identifica os elementos que impedem o pleno funcionamento tanto da economia de mercado quanto da democracia liberal-representativa. Populismo se torna, então, quase como uma “antieconomia” ou uma “antipolítica”.

A experiência da transição socialista na Rússia a partir da revolução trouxe à tona, também, a questão do planejamento econômico e do papel da ação estatal. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 142)

O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o ‘Estado-guarda-noturno’ das piadas políticas, tornou-se tão obsoleto quanto o ‘guarda-noturno’ que inspirou a metáfora.

Planejar racionalmente e de modo a construir uma ação econômica de Estado que elevasse os níveis de bem-estar social sem, no entanto, romper com as estruturas do sistema capitalista se tornou pauta importante no debate público. Na periferia isso não seria diferente. Com a constituição das organizações multilaterais do pós-guerra, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambas criadas em 1944, e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, institucionalizaram-se para além das fronteiras nacionais investigações sobre o desenvolvimento e as possibilidades econômicas dos países. Nesse momento, especialmente no caso da CEPAL, foi possível o “reconhecimento de que trata-se de um corpo analítico específico, aplicável a condições próprias da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16).

---

<sup>86</sup> Marx ([1852] 2011b, p. 63) ao desconstruir a socialdemocracia francesa do século XIX, cujas origens remontavam ao revolucionário ano de 1848, ilustra um aspecto desse debate. Em suas palavras, “reivindicavam-se instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia”. Fica claro, portanto, que os limites dessa perspectiva política residem no pressuposto de naturalização da relação capital-trabalho, visto que é dela que se parte para conceber a moderna concepção de democracia.

### 3.4. TEORIA E POLÍTICA NO PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (1948-1980)

A primeira metade do século XX assinalou a institucionalização da Economia como disciplina acadêmica autônoma e influente no debate público. De maneira até previsível, a pedagogia econômica marginalista foi se afirmando como dominante, ainda que a ascensão dos socialismos reais tenha constituído resistência tanto econômica quanto política a esse avanço intelectual e prático do marginalismo como ciência econômica.

Isso se torna mais evidente no que diz respeito a questões como planejamento e o papel do Estado nesse processo. E do ponto de vista do pensamento econômico latino-americano, a fundação da CEPAL, em fevereiro de 1948, corresponde a um marco temporal importante na institucionalização das reflexões sobre o desenvolvimento na região.

Em termos gerais, dois conjuntos teórico-interpretativos podem ser observados a partir de 1948 em terras latino-americanas. Relacionam-se direta ou indiretamente à CEPAL no que diz respeito à articulação do sistema centro-periferia e a constituição histórica das estruturas econômica e política dos países da região. O primeiro deles corresponde ao próprio pensamento cepalino, cujas origens podem ser traçadas concretamente a partir da introdução de Raul Prebisch para o *Estudio Económico de América Latina*, documento inaugural e publicado em 1949.

O segundo diz respeito às abordagens da dependência, as quais começaram a ganhar forma a partir da influência de livros como os de Vladimir Lenin ([1899] 1988) – *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* –, Rosa Luxemburgo ([1913] 1970) – *A Acumulação de Capital* –, Nikolai Bukharin ([1917] 1984) – *A Economia Mundial e o Imperialismo* – e Paul Baran (1957) – *The Political Economy of Growth*. Apesar das diferentes nuances desses trabalhos, todos tratam de questões a respeito dos significados do imperialismo para o desenvolvimento capitalista nos países atrasados e fundamentam as bases para a posterior consolidação das abordagens da dependência na América Latina (PALMA, 1978).

Em comum a esses conjuntos teórico-interpretativos residem certas características metodológicas, mencionadas anteriormente, as quais conferem ao estruturalismo latino-americano cientificidade própria. Isso significa que, do ponto de vista da teoria econômica, pela primeira vez na região se construiu um arcabouço teórico distinto ao dos marginalistas,

uma vez que os distintos processos de desenvolvimento dos países latino-americanos se manifestam na articulação dos conceitos de *heterogeneidade e especialização estruturais* e de *propagação desigual do progresso técnico*<sup>87</sup>. Nesse sentido, o que está em xeque na crítica estruturalista é a filosofia econômica liberal, eurocêntrica e concretamente observada, por exemplo, na teoria de comércio internacional Heckscher-Ohlin e seus prosseguimentos posteriores<sup>88</sup>. Além, é claro, da teoria das vantagens comparativas proposta desde Adam Smith e David Ricardo.

Apesar das similaridades entre *cepalinos* e *dependentistas*, é preciso mencionar que há divergências fundamentais entre essas escolas de pensamento. Não cabe aqui um exaustivo exame das mesmas, visto que a bibliografia referenciada já apresenta e revisa essas controvérsias de maneira específica. Para os propósitos dessa tese, no entanto, deve-se destacar de que maneira essa produção intelectual latino-americana articulou teoria e política no debate público sobre desenvolvimento abaixo das águas que correm o rio Grande.

À medida que o populismo foi ganhando corpo teórico como conceito-chave nas análises políticas e econômicas sobre a América Latina, especialmente a partir dos anos 1960, os caminhos intelectuais pelos quais assumem os debates sobre as possibilidades de desenvolvimento capitalista na região foram ganhando crescente importância. Isso porque, de acordo com as abordagens do estruturalismo latino-americano, a questão reside em compreender os entraves existentes para o aprofundamento da industrialização e da superação do subdesenvolvimento. Assim sendo, estabelecem-se diferentes análises a respeito da articulação dos aspectos internos e externos que estruturam o subdesenvolvimento, notadamente no que diz respeito ao papel da divisão internacional do trabalho e da correlação de forças políticas em cada país.

Em geral, o estruturalismo latino-americano concorda que a conformação histórica do mercado mundial logrou uma posição periférica e dependente para a América Latina, tanto do ponto de vista de acesso a mercados, de financiamento produtivo e de tecnologia. De acordo com essas escolas de pensamento, tal situação, por sua vez, atua como obstáculo à

---

<sup>87</sup> O pensamento econômico cepalino tem sido sistematicamente analisado desde 1948, mas Bielschowsky (2000) e Rodríguez (2006) são duas das mais importantes referências contemporâneas no assunto. O livro organizado por Bárcena; Prado (2015) corresponde a uma interessante referência, especialmente para o período a partir dos anos 1980, quando se inicia um processo de reformulação intelectual da CEPAL e que culminou no chamado *neoe estruturalismo*. Para uma síntese da visão cepalina sobre desenvolvimento econômico, ver Moraes (2016).

<sup>88</sup> Em texto anterior (MORAES, 2010, p. 7-12), faço uma breve revisão da teoria neoclássica de comércio internacional e alguns de seus desdobramentos, notadamente no que ficou conhecida como teoria Heckscher-Ohlin-Samuelson.

industrialização e convergência aos níveis de desenvolvimento dos países mais adiantados, como os da Europa ocidental, Estados Unidos e Japão, por exemplo.

Mais do que isso, de certo modo, o subdesenvolvimento da periferia se torna condição do desenvolvimento dos países centrais. Seja por meio de transferências de valor via intercâmbio desigual (MARINI, [1973] 2005), seja por meio da deterioração dos termos de troca (PREBISCH, [1949] 1986), o cerne da superação do subdesenvolvimento consiste na transformação das relações econômicas internacionais vigentes<sup>89</sup>. Para os dependentistas a solução advém de uma ruptura sistêmica, ao passo que para os cepalinos a questão é mais uma redefinição dos padrões de inserção externa do que propriamente mudança de sistema econômico.

Entretanto, a partir da crítica elaborada por Cardoso; Faletto ([1967] 2010) – e explícita, por exemplo, em Cardoso (1995) – o papel da política no desenvolvimento econômico passou a ser repensado no âmbito do estruturalismo latino-americano. Para tanto, não se pode, de acordo com os autores, apenas referenciar o desenvolvimento de uma região como um todo a partir de uma determinação unívoca da economia sobre o fenômeno em questão, pois é preciso compreender a dupla relação entre estruturas e processos históricos. Isto é, “a estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade” (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 34).

Com isso, tem-se que a tendência à estagnação, presente em boa parte do pensamento estruturalista latino-americano no que diz respeito ao desenvolvimento da região, é uma possibilidade em vez de imperativo histórico. Como argumentam Cardoso; Faletto (2010, p. 19), para os cepalinos “o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse”. Por outro lado, em linha com Cardoso; Faletto (2010), Palma (1978, p. 903) argumenta que os dependentistas à la Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank constroem um modelo de desenvolvimento de

---

<sup>89</sup> É notória a contribuição de outros autores e autoras ao longo desse debate entre dependentistas e cepalinos. No caso dos primeiros, autores(as) como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra, entre outros(as) fizeram inúmeras contribuições no âmbito de uma teoria da dependência e de seus aspectos internos e externos, tanto políticos quanto econômicos. Por outro lado, entre os cepalinos, o enfoque sobre os *estilos de desenvolvimento* corresponde a um desenvolvimento intelectual dessa escola, nomeadamente sob Aníbal Pinto, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares (PALMA, 1978; RODRÍGUEZ, 2006, cap. 7). Isso mostra que o estruturalismo latino-americano não se resume a uma crítica da economia política internacional, mas evidentemente que o ponto de partida e chegada é esse.

natureza mecânica, formal e anistórica, incapaz de apreender a dinâmica relação entre dependência e desenvolvimento.

Os significados intelectuais dessa crítica para a construção das interpretações do populismo na América Latina viriam a se mostrar posteriormente. O que não significa dizer que seus autores conscientemente assim o fizeram. Como bem colocou Marx ([1852] 2011b, p. 25-26), a história é um processo racional, muito embora os indivíduos que a fazem não tenham necessariamente consciência disso:

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestado os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.

À medida que o debate se deslocava de uma tendência estagnacionista inerente à constituição do capitalismo na América Latina, passível de superação através da socialização dos meios de produção (dependentistas marinistas) ou por meio de uma redistribuição econômica igualitária (cepalinos radicais), a perspectiva inaugurada por Cardoso; Faletto (2010) vislumbra que dependência e desenvolvimento além de não serem incompatíveis, combinam-se adequadamente às novas formas de articulação do mercado mundial a partir dos anos 1960. Configurou-se, então, uma espécie de elo intelectual não-intencional entre o estruturalismo latino-americano e as vindouras interpretações do populismo em nossa região. Em texto posterior, Fernando Henrique Cardoso expressa de maneira mais explícita essa questão:

Os efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que *as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais*. A sensibilidade para o internacional passa a ser um requisito indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que essa sensibilidade se volte para as questões de longo prazo (CARDOSO, 1995, p. 152, destaques próprios).

Ou seja, apoiado nesse tipo de abordagem estruturalista do desenvolvimento latino-americano, fundamentou-se implicitamente a noção de que dependência e desenvolvimento são processos que transcendem a ação política. O populismo aparece nesses autores como um contraditório fenômeno político-ideológico relacionado à “presença das massas” no jogo político da industrialização substitutiva (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 123-125). Nesse

aspecto, destaca-se a carga pejorativa sobre o populismo à medida em que os autores destacam a tentativa de conciliar interesses antagônicos em um equilíbrio subordinado ao setor exportador. Em suas próprias palavras:

O êxito de uma mobilização deste tipo estará condicionado, por um lado, à existência de uma conjuntura favorável dos preços no mercado internacional, que permita, simultaneamente, políticas de sustentação do valor dos produtos de exportação para bem remunerar os exportadores, e alguma forma de retenção cambial, para financiar, com ela, a industrialização (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 124-125).

Salta aos olhos o teor cético pelo qual essa perspectiva avalia as possibilidades de uma intencionalidade industrializante por parte dos países latino-americanos (designada por eles como “populismo desenvolvimentista”). Saindo do âmbito estritamente analítico e entrando em terreno explicitamente normativo, o que resta, portanto, é o direcionamento dos conflitos internos para opções de política econômica que sejam consistentes e coerentes entre si numa perspectiva de futuro (CARDOSO, 1995).

É preciso destacar que não se trata de uma nova vontade teórica que se impõe sobre a ação econômica de Estado. Na verdade, o que, por exemplo, Cardoso; Faletto ([1967] 2010) e Cardoso (1995) percebem é que esse novo momento histórico de desenvolvimento do mercado mundial confere aos países subdesenvolvidos, que não passaram por exitosos processos revolucionários de socialização do poder político e da economia, novos condicionantes para ação estatal. Nesse sentido, assim como os marginalistas ao final do século XIX ofereceram um arcabouço teórico adequado aos interesses da burguesia àquela época, a crise do estruturalismo latino-americano e dos processos de industrialização por substituição de importações permitiu uma reorientação das reflexões sobre desenvolvimento, destacando-se ao mesmo tempo a força e a impotência da política interna frente ao império do capital<sup>90</sup>. A questão fundamental passa a ser internamente posta – correlação de forças políticas –, porém não mais sobre os rumos e possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas, em oposição ao que tanto cepalinos radicais e dependentistas marxistas argumentavam até então.

---

<sup>90</sup> Vale a análise de Palma (2009, p. 255, acréscimo e tradução próprios) sobre a crise das tradições críticas latino-americanas em ciências sociais. “A nova esquerda na AL [América Latina] é caracterizada por ter chegado à conclusão (um pouco muito entusiasmada) que sob os atuais estrangimentos domésticos e internacionais, a construção das necessárias circunscrições eleitorais para agendas progressistas está fora do mapa político. Como resultado, eles desistiram de suas agendas progressistas, abandonaram a economia como lugar fundamental da luta e eventualmente concederam o conjunto dos termos do debate” (*The new left in LA is characterized by having come to the conclusion (a bit too eagerly) that, under the current domestic and international constraints, the construction of the necessary social constituencies for progressive agendas is off the political map. As a result they gave up their progressive agendas, abandoned the economy as the fundamental site of the struggle, and eventually conceded the whole terms of the debate*).

Paralelamente, nos Estados Unidos, desenvolvia-se, a partir da crítica de Lucas, o que ficou conhecido mais recentemente como a *nova teoria de política econômica* (HALLETT; DI BARTOLOMEO; ACOCELLA, 2010). Esta, por sua vez, fundamentada nas abordagens neoclássicas consolidadas desde a ascensão do marginalismo e da “teoria econômica pura” (sic), postula que a “correta” ação econômica de Estado se dá por meio de um modelo microfundamentado das relações macroeconômicas. Não demoraria para que o matrimônio entre a “nova” perspectiva do desenvolvimento e os novos-clássicos ocorresse, de modo a conceber a despolarização da política econômica, ao contrário do que propunha o estruturalismo latino-americano mesmo em suas versões mais reformistas.

### 3.5. CRÍTICA DE LUCAS E DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DESDE OS EUA (1961-?)

O casamento teórico antes mencionado não pode ser observado em seu sentido interpretativo sem que se analise a nova forma de se compreender a ação econômica de Estado no contexto de crise do mercado mundial a partir dos anos 1970. E nesse aspecto, a emergência de um novo paradigma econômico – o dos novos-clássicos – adquire significativa importância histórica.

A partir da década de 1970, o acordo de Bretton Woods inicia seu colapso à medida em que novas tecnologias de informação, processamento e comunicação potencializaram o movimento de fluxos financeiros internacionais. Estes retomavam sua dinâmica desde meados dos anos 1960, após o período de guerra e reconstrução europeia e japonesa (EICHENGREEN, 2008, p. 134-135). Não obstante, em agosto de 1971, por meio de Richard Nixon, o dólar estadunidense deixou de ser conversível tanto em ouro quanto outras moedas estrangeiras, e em abril de 1978 a Segunda Emenda dos Artigos do Acordo de Bretton Woods (*Second Amendment of the Articles of Agreement*) se tornou efetiva, legalizando a flutuação cambial e forçando os países signatários a se adequarem (GOLD, 1978; EICHENGREEN, 2008, p. 138).

As consequências dessa nova dinâmica de fluxos financeiros internacionais foi que, ao contrário do que ocorria desde 1945, a partir dos anos 1960 ganhou peso o financiamento externo privado na América Latina (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 247). Nesse sentido, o

sistema de taxas de câmbio flutuantes inaugurado<sup>91</sup> “oficialmente” pelo FMI em 1978 e os choques do petróleo em 1973 e 1979 impuseram limites externos para a continuidade dos processos de industrialização dos países da região.

Os efeitos dessa reestruturação do mercado mundial se fizeram notar não apenas do ponto de vista econômico e político, mas também em termos ideológicos. Não por acaso que em meio a uma nova crise de proporções internacionais, cuja solução passa a dar o tom dos debates, emergiu um paradigma econômico que oferecia uma reinterpretação teórica neoliberal para as formas de ação econômica estatal<sup>92</sup>. Na perspectiva novo-clássica, o controle dos preços macroeconômicos deve ser o sentido da política econômica. Qualquer intencionalidade para além disso será antecipada pelos agentes, produzindo desequilíbrios fiscais e monetários, que, no longo prazo atrapalhariam o desenvolvimento econômico.

A macroeconomia novo-clássica ganha força na crise do keynesianismo dos anos 1970, especialmente em virtude do contexto histórico adverso, da incapacidade dos modelos keynesianos de previsão e do debate em torno das expectativas. Nesse sentido, Muth (1961), Lucas (1972; 1976) e Sargent; Wallace (1976) constituem os fundamentos teóricos do pensamento econômico novo-clássico, o qual argumenta que o comportamento do setor privado depende das expectativas que os agentes formam sobre as ações do governo, tanto no passado quanto no futuro.

Seguindo a modelagem proposta em Lucas (1976, p. 106)), temos uma economia hipotética e caracterizada pela equação  $y_{t+1} = f(y_t, x_t, \epsilon_t)$ , onde  $t$  corresponde ao período de tempo,  $y_t$  um vetor de variáveis relacionadas à ação estatal,  $x_t$  um vetor de variáveis exógenas e arbitrárias, e  $\epsilon_t$  um vetor de variáveis independentes no tempo. A estimação por parte do(a) economista se dá por meio de  $F = (y, x, \theta, \epsilon)$ , em que  $\Theta$  corresponde a um vetor de parâmetro fixo. Nesse sentido, Lucas (1976, p. 111, tradução própria) é explícito, pois “assumir estabilidade de  $(F, \Theta)$  sob regras alternativas de política é, portanto, assumir que as

---

<sup>91</sup> Em agosto de 1971, os EUA sob Richard Nixon suspenderam a livre convertibilidade do dólar estadunidense em ouro monetário ou outros ativos. Como reconhece o próprio documento do FMI (GOLD, 1978, p. 2), essa mudança unilateral por parte do governo estadunidense, o qual foi o principal fiador do acordo original de Bretton Woods, pressionou decisivamente para que o sistema monetário internacional vigente fosse revisto. É curioso, no entanto, que para manutenção de um sistema estável, “[os] membros estão sujeitos a certas obrigações em relação à suas políticas externa e doméstica, e o Fundo é requisitado para manter vigilância do cumprimento de membros com suas obrigações” (GOLD, 1978, p. 9, acréscimo e tradução própria) ([...] *members are subject to certain obligations in relation to their external and domestic policies, and the Fund is required to maintain surveillance of the compliance of members with their obligations*). Um claro sinal dos tempos vindouros, em que cada vez mais a liberdade só existe por meio da força.

<sup>92</sup> Para uma análise histórica desses desenvolvimentos teóricos, ver Screpanti; Zamagni (2005, p. 340-351) e Backhouse (2007, p. 350-354).

visões dos agentes sobre o comportamento de choques do sistema são invariantes sob mudanças no verdadeiro comportamento desses choques”<sup>93</sup>. Isso porque, como defende Sargent; Wallace (1976, p. 179, tradução própria), “os coeficientes sobre expectativas são geralmente subidentificados econometricamente”<sup>94</sup>.

Além disso, os novos-clássicos entendem que a moeda é neutra seja no curto ou longo prazos e a capacidade de autorregulação dos mercados independe da ação governamental, pois os agentes econômicos são racionais e antecipam quaisquer ações discricionárias por parte do governo. Sendo assim, apenas choques exógenos de oferta têm condições de afetar o produto real, de modo que a macroeconomia novo-clássica se constitui como uma extensão agregada da microeconomia marginalista.

Esses autores, no entanto, estão cientes das dificuldades impostas pelo pressuposto das expectativas racionais para a construção de modelos dinâmicos de política econômica. Não por acaso seus os desdobramentos teóricos no que diz respeito à ação estatal se deu a partir de conceitos como *legitimidade*, *credibilidade*, *reputação* e *compromisso* governamentais (BARRO, 1986). Assim sendo, a reputação histórica dos fazedores de política econômica condiciona sua capacidade de estabelecer compromissos legítimos e críveis por parte das forças de mercado.

Parece notória a adequação teórica dessa perspectiva para legitimar um cenário econômico cada vez mais dominado por interesses privados. Afinal, para a livre circulação de capitais o que se requer é um conjunto de regras claras e consistentes, as quais não sofrem ameaças de alterações discricionárias. A *Crítica de Lucas* – como ficou conhecida no pensamento econômico contemporâneo – se dá diretamente à “antiga” teoria de política econômica e às previsões econométricas relacionadas, exemplificada no trabalho de Tinbergen (1952), o qual ainda compreende papel ativo para a ação estatal para além dos preços macroeconômicos fundamentais. Trata-se, na verdade, de uma crítica às possibilidades de planejamento econômico com vistas à transformação estrutural, pois, se as expectativas econômicas dos agentes são perfeitamente racionais, a ação econômica de Estado deve respeitar os fundamentos microeconômicos do modelo.

Mais do que isso, dada as incertezas quanto aos choques sobre a economia, o melhor a fazer para o longo prazo seria buscar a estabilização dos preços macroeconômicos

---

<sup>93</sup> “To assume stability of  $(F, \Theta)$  under alternative policy rules is thus to assume that agents’ views about the behavior of shocks to the system are invariant under changes in the true behavior of these shocks”.

<sup>94</sup> “the coefficients on expectations are generally underidentified econometrically”.

fundamentais que os agentes utilizam na formação de suas expectativas. Isto é, inflação, juros e câmbio. Qualquer tentativa de ação pública sobre investimentos, tecnologia e empregos, por exemplo, resultaria em desestabilização e detonação de crises.

Essa despolitização da política econômica pode ser vista como condição necessária para a emergência das interpretações econômicas do populismo, e no contexto histórico em que ocorre, também suficiente. Saindo da esfera estritamente teórica e entrando em áreas “aplicadas”, a análise novo-clássica de política econômica reafirmou um olhar sobre o fenômeno da ação estatal que a entende em relação ao modelo marginalista que a concebe. Dessa forma, experiências políticas concretas passaram a ser avaliadas com base na aplicação do modelo teórico de política econômica novo-clássico, cujo caráter normativo reside, em última instância, na definição *a priori* de regras de política econômica que sejam condizentes com os instrumentos de ação por parte das autoridades.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento ocorre quase que naturalmente através do setor privado a despeito da intencionalidade governamental. Sua “mecânica” depende fundamentalmente da acumulação de “capital humano” inclusive para os fluxos internacionais (LUCAS, 1988; 1990). Parece claro, portanto, que um conceito formulado historicamente de maneira pejorativa tal qual é o de *populismo* encontraria campo fértil de aplicação a partir de uma teoria da ação econômica de Estado que naturaliza relações mercantis não apenas do ponto de vista econômico, mas também em termos psicológicos. Assim sendo, o populismo como um conceito já formulado pejorativamente desde as críticas às experiências russa com os *Narodniki* e estadunidense oriunda da *Farmer's Alliance* e do *People's Party*, passa a ser paulatinamente fagocitado pela economia marginalista novo-clássica de modo a conceber sua dimensão econômica como sendo danosas ações estatais.

A partir da *Crítica de Lucas* e suas implicações para a análise de política econômica, a ação estatal passa a ser julgada como problemática e oriunda de momentos históricos em que o balanço político da relação de força entre as classes sociais se mostrou favorável a um intervencionismo pró-classe trabalhadora. Nesse sentido, o debate sobre desenvolvimento que colocava ativo papel ao Estado planejando e atuando na transformação estrutural é substituído pela noção de que a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas ocorre quase que naturalmente, desde que os fundamentos microeconômicos sejam respeitados. Portanto, ao governo caberia papel de estabilizador dos preços fundamentais que orientariam os agentes econômicos.

Esse procedimento metodológico atende aos critérios marginalistas da análise positiva da produção e distribuição material da vida, isto é, de que o modelo teórico deve ser avaliado em função da sua capacidade preditiva (HOLLIS; NELL, 1977, p. 29). Porém, ainda que se possa prever situações futuras com base no conceito de populismo econômico, ao se despolitizar artificialmente a política econômica essas interpretações deixam de lado a importância da determinação estrutural das classes sociais e as assimetrias de poder que constituem as relações sociais de produção em sociedades capitalistas e que se sintetizam nas ações econômicas de Estado.

Com isso, justificam as reações políticas das classes dominantes em conjunturas que a aliança popular-trabalhadora avançou seus interesses na cena política. Na visão dessas interpretações econômicas do populismo, dado que a política econômica dessas alianças tende a ser de tipo populista – quer dizer, “errada” ou economicamente irracional –, logo se percebe que no fundo o que tais interpretações estão fazendo é legitimar o *status quo* e a violência da acumulação. Isto é, distribuição econômica pró-trabalhadores deveria acompanhar o crescimento do grau médio de destreza dos mesmos, que por sua vez tende a reduzir o *tempo de trabalho socialmente necessário* (TTSN)<sup>95</sup> para a produção e, assim, não compete com os lucros.

Dito de outra forma, em um circuito fechado, como o modelo de fluxo circular da renda dos marginalistas onde os lucros são compreendidos como justo pagamento aos capitalistas pelos serviços do fator de produção *capital*, o conflito distributivo visto da ótica de mercado perde seu caráter de exploração e violência. Torna-se artificialmente um mero problema de maximização da função de bem-estar social, como se a hierarquizada relação capital-trabalho se transformasse numa simples troca entre equivalentes.

Parece evidente que essa perspectiva teórica ao despolitizar a política econômica e reduzir o papel do Estado a mero agente maximizador da função de bem-estar social parece bastante favorável aos interesses das classes dominantes. Assim, a política se torna um meio

---

<sup>95</sup> A respeito do conceito de TTSN, ver Marx ([1867] 2013, livro I, p. 116-119). Sobre a relação entre a produtividade do trabalho e a geração de valor a partir do conceito de TTSN vale a reflexão sobre a seguinte passagem: “Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com cada mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (p. 118).

para garantir a liberdade da acumulação de capital em vez de ser a arena de disputa sobre o sentido do desenvolvimento econômico.

### 3.6. AÇÃO ECONÔMICA DE ESTADO, DESENVOLVIMENTO E CRISES

Compreender a intrínseca relação entre a política econômica e os aspectos sociais que se combinam de modo a evidenciar os problemas tanto de desenvolvimento quanto de reprodução do sistema econômico é tema árduo de investigação. Para tanto, é necessário estabelecer como critério fundamental de análise o momento histórico ao qual nos referimos e as diferentes formas de situar e analisar essa problemática.

Shaikh ([1978] 1983, p. 6) oferece uma perspectiva histórica sobre as distintas explicações econômicas para as crises de reprodução capitalista. Em sua avaliação, o autor distingue três linhas de interpretações sobre o assunto, as quais envolvem diferentes escolas de pensamento. As variações interpretativas vão desde quem entende o capitalismo capaz de se autorreproduzir sem limites históricos para sua existência, passando por críticos(as) dessa concepção, os quais enxergam que dada sua dinâmica de funcionamento esse sistema exige permanentemente a conquista de fontes externas de demanda agregada. Há também autores(as) que sustentam posições fundamentadas nos limites internos ao próprio sistema, os quais estão relacionados à queda tendencial da taxa de lucro e a formas de compressão dos lucros (*profit-squeeze*).

Para a primeira dessas linhas interpretativas sugeridas em Shaikh (1983), as crises decorrem ou de flutuações da natureza ou de processos sociais contraditórios. Nesse sentido, problemas econômicos derivariam de igual maneira em função de choques exógenos de oferta ou ciclos psicológicos e políticos adversos. Com o desenvolvimento capitalista, o papel da natureza na eclosão de crises cada vez diminui, visto que, ao menos desde a *Longa Depressão* do século XIX e princípios do XX, são os movimentos da esfera econômica que determinam os ciclos de euforia e depressão associados à produção e distribuição material da vida. A questão, portanto, residiria no papel do Estado como ator capaz de agir “corretamente”, corrigindo eventuais distúrbios na demanda agregada ou estabelecendo as condições para o equilíbrio econômico.

Essa é uma perspectiva sobre as crises que abarca desde keynesianos até neoclássicos, ainda que guardadas as devidas proporções e diferenças<sup>96</sup>. Em comum há a noção de que a regulação do capitalismo é possível, embora as divergências se tornem mais pronunciadas nesse ponto. De modo geral, keynesianos tendem a compreender o capitalismo como uma economia monetária de produção sujeita à incerteza fundamental na qual a história corresponde a uma sucessão dinâmica do tempo, onde o longo prazo não é independente das decisões tomadas no presente. Já os neoclássicos enfatizam que as crises decorrem de erros de ação ou interferências indesejadas sobre a realidade, acarretando problemas de demanda agregada ou choques exógenos de oferta. Porém, dado que o desenho e implementação da política econômica cabe ao Estado, sua ação poderá ser benéfica ou maléfica ao equilíbrio inerente da economia, a depender do quanto se mantém aos fundamentos microeconômicos de racionalidade.

Dessa forma, ainda que, do ponto de vista do pensamento econômico, keynesianos e neoclássicos se afastem, há, por outro lado, um caminho compartilhado no que diz respeito a certa naturalização das relações sociais de produção capitalistas, haja vista a ausência de uma teoria de história em ambas escolas de pensamento. O que há são perspectivas de história que analisam os períodos de tempo logicamente (neoclássicos) ou dinamicamente (keynesianos) (LAVOIE, 2006, p. 13-15).

As outras duas linhas interpretativas sobre as crises distinguidas por Shaikh (1983) correspondem aos teóricos do subconsumo, tanto em suas vertentes mais conservadoras (por exemplo, Thomas Malthus) e radicais (por exemplo Rosa Luxemburgo). Além destes, há perspectivas teóricas que veem o capitalismo como uma acumulação autolimitadora de si e produtora de crises, seja por meio de uma tendência de queda da taxa de lucro inerente ao desenvolvimento do sistema ou como consequência de uma compressão dos lucros pelo aumento de salários (SHAIKH, 1983, p. 27-43).

É importante notar, como destaca Shaikh (1983, p. 44), o que as teorias de crise revelam, especialmente no que diz respeito à relação entre teoria e prática da ação econômica de Estado. Isso se torna claro no caso dos intérpretes econômicos do populismo latino-

---

<sup>96</sup> A partir da ótica da demanda agregada, há duas grandes correntes no pensamento econômico que analisam a ação econômica de Estado, uma desde Kalecki e outra desde Keynes. De acordo com Keen (2015), a escola pós-keynesiana, por exemplo, apresenta duas abordagens a respeito das crises e que vem sendo cada vez mais integradas desde a crise de 2007-2008. Ambas concordam com sua origem no âmbito do circuito financeiro do capital e o papel ativo do governo para uma possível recuperação, desde que implementadas as políticas anticíclicas adequadas. Mesmo entre os neoclássicos há divergências, notadamente no que diz respeito às expectativas dos agentes.

americano, pois é notória nessas interpretações a visão das crises como decorrentes de ações equivocadas de política econômica. Sachs (1989) em termos teóricos, e Larraín; Meller (1990) em termos aplicados, são exemplos concretos disso.

No modelo teórico trabalhado por Sachs (1989, p. 8-9), fatores estruturais intensificam a “tentação populista” em países latino-americanos, tal como elevada desigualdade e uma acentuada divisão econômica entre setores intensivos em trabalho e bens não exportáveis e setores exportadores de *commodities*. Em um contexto desse tipo, governos “populistas” acumulam rapidamente déficits orçamentários perseguindo objetivos distributivos. “O problema, entretanto, é o déficit comercial que acompanha a expansão. O qual deve ser financiado através da perda de reservas cambiais estrangeiras [...]”<sup>97</sup> (SACHS, 1989, p. 13, tradução própria).

Em um modelo de “ciclo populista”, a crise surge em virtude de ações econômicas de Estado que, a despeito de seus méritos éticos, ferem os princípios que regem o equilíbrio do balanço de pagamentos. Como consequência, “sempre há vozes de oposição à excessiva expansão doméstica, as quais *corretamente alertam que os benefícios são provavelmente de vida curta por causa da restrição do balanço de pagamentos*”<sup>98</sup> (SACHS, 1989, p. 15, tradução e destaques próprios).

Para exemplificar concretamente seu modelo teórico, Sachs (1989) elenca uma série de governos latino-americanos que supostamente se encaixariam nesses critérios. Chama atenção a imensa vastidão política e ideológica dessa lista, que inclui desde o socialista Salvador Allende no Chile, entre 1970 e 1973, ao típico oligarca oriundo da ditadura militar brasileira José Sarney, entre 1985 e 1988. Uma estranheza desse tipo viria a ser formalizada matematicamente em um modelo geral de populismo com Acemoglu; Egorov; Robinson (2011).

Larraín; Meller (1990), em contrapartida, analisam a experiência chilena sob a presidência de Salvador Allende e a coalizão de esquerda *Unidad Popular* (UP) considerando que além dos elementos elencados anteriormente, “ideologia Marxista jogou um papel chave no programa econômico da Unidade Popular”<sup>99</sup> [...]” (p. 175, tradução própria). Nesse sentido, ainda que o ano de 1971 tenha representado um sucesso inicial da gestão, os limites

---

<sup>97</sup> “*The problem, however, is the trade deficit that accompanies the expansion. That must be financed by a loss of foreign exchange reserves [...]*”.

<sup>98</sup> “[...] *there are always voice of opposition to excessive domestic expansion, who warn correctly that the benefits are likely to be short lived because of the balance of payments constraint*”.

<sup>99</sup> “*Marxist ideology played a key role in the Unidad Popular economic program [...]*”.

macroeconômicos se acentuaram a partir de 1972 e se intensificaram no ano de 1973. “O declínio e completo colapso do experimento da UP durante os anos 1972-73 é uma clara consequência das políticas excessivamente expansivas implementadas em 1971” (LARRAÍN; MELLER, 1990, p. 199, tradução própria)<sup>100</sup>. Destacam-se em suas análises as incertezas quanto à garantia dos direitos de propriedade, a explosão fiscal e monetária associadas aos desequilíbrios macroeconômicos oriundos do crescimento expansionista do setor público chileno.

A crise chilena que desembocou no golpe de Estado em 11 de setembro de 1973 é interpretada por esses autores como sendo consequência das próprias decisões de política econômica implementadas pela UP. Parecem esquecer, por exemplo, as contínuas demonstrações públicas de Allende no sentido de cumprir com o programa de governo democraticamente eleito em 1970 e o rígido compromisso constitucional que pautou sua presidência até nos momentos mais tensos de crise política. Além disso, no dia 4 de setembro de 1973, às vésperas do golpe militar, uma manifestação pró-Allende calculada em pelo menos 800 mil pessoas marchou sobre Santiago<sup>101</sup>. Não seriam evidências de legitimidade, compromisso e credibilidade, tão ao gosto dos novos-clássicos?

Porém, o que tais análises da experiência chilena considerada “populista” sob Allende argumentam é que um conjunto de medidas equivocadas do ponto de vista econômico levaram a um colapso social e à interrupção democrática. Não há, entretanto, qualquer menção às relações de classe por trás das ações da oposição política, majoritariamente encastelada sob o Partido Demócrata Cristão (PDC), o Partido Nacional (PN) e a organização fascista Pátria e Liberdade (*Patria y Libertad*). O que dizer, então, da comprovada participação estadunidense<sup>102</sup> por meio de sua Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês), cujas ações

envolveram o plantio de propaganda em jornais e publicações locais, apoiando mídia amigável aos Estados Unidos, ganhando influência em instituições chilenas e grupos, assistência partidos políticos amigáveis e facções, e, em instâncias específicas,

<sup>100</sup> “*The decline and full collapse of the UP experiment during the years 1972-1973 is a clear consequence of the ‘successful’ overexpansive policies implemented in 1971*”.

<sup>101</sup> Ver o documentário *La Batalla de Chile* (1975; 1977, partes I e II) para as referências históricas do parágrafo. Nele, o diretor chileno Patricio Guzmán relata *in loco* desde as eleições municipais de 1971 em que a UP reafirmaria sua vitória eleitoral até os eventos que culminaram no golpe de Estado em 1973. Trata-se de um documento histórico de grande valor investigativo, onde se mostra de maneira explícita discursos, fatos e o cotidiano desse período, de modo a evidenciar o forte caráter de classe em torno das forças golpistas.

<sup>102</sup> Ver especialmente o relatório oficial do comitê de investigação do Senado estadunidense a respeito das operações governamentais de Inteligência no Chile entre 1963 e 1973, as quais faziam parte da política externa dos EUA no período (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1975).

apoiando oficiais envolvidos no planejamento de um golpe (BEST JR., 1996, p. 38)<sup>103</sup>.

Como mostram Larraín; Meller (1990), o programa econômico da UP no Chile possuía um diagnóstico coerente com a realidade do país e propostas que abarcavam medidas que já vinham sendo implementadas, tais como as nacionalizações produtivas e a reforma agrária, as quais foram vitoriosas nas eleições de 1970 e 1971.

Na verdade, como penso ter ficado explícito em linhas anteriores desse capítulo, a mudança paradigmática ocorrida nos anos 1970 se deu em meio à profunda crise do mercado mundial. Para retomar a acumulação em níveis avançados, era preciso que a burguesia implementasse não apenas seu programa econômico liberal, mas também se livrasse de possíveis distúrbios que ameaçasse sua hegemonia. E o caso chileno representa um momento crucial para isso. Não é legítimo a vontade popular decidir democraticamente o que quer e o governo eleito assim proceder?

Após o fatídico 11 de setembro chileno em que as forças da burguesia derrubaram a democracia e a vontade popular expressada nas urnas, inicia-se a difusão da “nova” ideologia burguesa em termos econômicos por meio dos *Chicago Boys* e seus *think tanks* promotores (KLEIN, 2007, cap. 3)<sup>104</sup>. Era preciso conter ideias que ambicionassem tanto a soberania nacional sobre o desenvolvimento das forças produtivas quanto quaisquer pretensões de socialização do poder político e da economia. Uma necessidade para quem?

---

<sup>103</sup> “[...] involved propaganda--planting articles in local newspapers and journals, supporting media friendly to the United States, gaining influence in Chilean institutions and groups, aiding friendly political parties and factions, and, in specific instances, supporting officers involved in planning a coup”.

<sup>104</sup> Curiosamente, um dos mais ativos intérpretes do populismo latino-americano – Sebastian Edwards – tenta desvincular a terapia de choque neoclássica promovida no Chile após o golpe contra o governo da UP de qualquer interesse político por parte dos *Chicago Boys*, como ficaram conhecidos os economistas que desembarcaram no Chile após as perseguições contra qualquer pensamento crítico às forças de mercado. Em suas palavras, “as políticas do Chile desde meados dos anos 1970 transformaram um país atrasado, assolado por descontrolada inflação, estagnação e generalizada pobreza, em uma nação moderna solidamente caminhando em direção à prosperidade” (*Chile’s policies since the mid-1970s have transformed a backward country plagued by runaway inflation, stagnation, and widespread poverty into a modern nation solidly moving toward prosperity*) (EDWARDS, 2010, p. 106). Por outro lado, Schatan (2001) oferece uma argumentação bem menos adjetivada e muito mais centrada em dados empíricos sobre a realidade chilena durante 25 anos de neoliberalismo aplicado desde 1975, mostrando que o desmonte público promovido após o golpe e a consequente privatização econômica generalizada do país privilegiaram os setores mais ricos da sociedade chilena. Novamente a pergunta: prosperidade antipopulista para quem?

\*\*

Essa pergunta nos leva, por um lado, à reflexão sobre os significados por trás das teorias de crise que naturalizam as relações sociais de produção hegemônicas. Por outro, traz à tona a problemática pela qual se construirá o arcabouço teórico das *interpretações do “populismo”*, que por sua vez tomam o desenvolvimento como um processo natural oriundo do setor privado. Além disso, à ação econômica de Estado resta papel de mero facilitador do equilíbrio econômico e impulsionador dessa naturalidade chamada *desenvolvimento* através de incentivos econômicos à formação de capital humano. De preferência, é claro, por meio de incentivos econômicos privatistas.

Os teóricos novo-clássicos e os intérpretes econômicos do populismo parecem ignorar o ativo papel da ação estatal na constituição, consolidação e desenvolvimento do modo-de-produção capitalista desde suas origens. Basta ver, como já foi argumentado, que a construção dos fictícios mercados de terra, trabalho e dinheiro não ocorreram por obra divina ou da natureza. Foi necessária uma série de leis aprovadas e enforçadas pelo parlamento inglês desde o século XIII para que a terra, a força de trabalho e o dinheiro pudessem ser comprados e vendidos como mercadorias<sup>105</sup>. Onde está a naturalidade desse processo, senão um complexo conjunto de forças políticas que vão impondo seus interesses sobre os demais a partir de conflitos de classe? Ou então, o que dizer sobre o ativo papel do Estado nos processos de industrialização em diferentes países?<sup>106</sup>

Mészáros (2004, p. 75) parece ter captado essa tendência intelectual tão presente não apenas nas teorias como também nos discursos científicos e políticos contemporâneos, de modo que:

Caracteristicamente, os ministros da Economia e vários outros políticos e intelectuais defensores da “modernidade” capitalista reagem do modo que Max Weber aos sinais de crise que se apresentam, independentemente do fato de serem seus seguidores declarados ou, ao contrário, nunca terem lido uma única linha de seus escritos. Sempre que são chamados a explicar algo como “um pânico na bolsa de valores” (a “Segunda-Feira Negra”, por exemplo), invariavelmente falam sobre a “alta no mercado” que se transforma em “baixa no mercado” como resultado do “comportamento irracional deplorável” (a “pura loucura”, etc.) de alguns indivíduos que interpretaram mal as “flutuações temporárias” do sistema financeiro internacional.

<sup>105</sup> Destacam-se a lei *Quia Emptores (Quia Emptores Statute)*, de 1290, que garantiu a alienação da terra sem consequente subenfeudação. Essa legislação inaugurou a possibilidade de mercantilização da terra. Posteriormente, em 1351, o Estatuto dos Trabalhadores (*Statute of Labourers*), antecipado em 1349 como *Ordinance of Labourers* e as “leis contra a vadiagem”, dos séculos XVI e XVII, foram fundamentais para a constituição do mercado de trabalho inglês. No que diz respeito ao mercado monetário, a criação do Banco da Inglaterra, em 1694, representa um primeiro passo institucional nesse sentido. Ver Marx (2011a, p. 417) e o site oficial do legislativo britânico [www.legislation.gov.uk](http://www.legislation.gov.uk).

<sup>106</sup> Ver Moraes (2014, cap. 2).

As consequências dessas mudanças paradigmáticas no pensamento econômico lograram constituir as bases para as interpretações econômicas do populismo, especialmente para a América Latina. Esses(as) autores(as) partiram de dados das realidades latino-americanas (elevadas desigualdade e especialização produtiva) para analisar a relação entre política e economia de modo a conceber a origem das crises e do consequente atraso econômico (não mais subdesenvolvimento) na região.

Contudo, ao procederem dessa maneira, naturalizaram relações mercantis como sendo a esfera econômica por definição, algo que revela as intenções de seus formuladores. Ainda, tais análises do populismo não escrutinam a substância dessas especificidades, tomando-as como dados da realidade, de forma que o colonialismo e a escravidão, gêmeos fundadores da América Latina, passam implícita ou explicitamente relativizados.

A separação analítica entre política e economia (de mercado) como instâncias independentes do Real, como propõem as interpretações econômicas do populismo, justifica as reações das classes dominantes contra as experiências políticas populares na América Latina. Isso porque ao analiticamente fragmentarem a realidade e, assim, procurarem explicar independentemente as causas econômicas e políticas das crises, naturalizam o *status quo*. Quer dizer, em sociedades cujas formações sociais foram endogenamente forjadas a partir do colonialismo, da escravidão e da negação do(a) Outro(a), o processo de construção e consolidação do capitalismo moldou elites que entendem o poder político como sua *propriedade* de direito. Esse aspecto se consubstancia nas instituições e práticas sociais, nas estruturas políticas e econômicas dessas sociedades, e nos liberais intelectuais orgânicos das classes dominantes.

A menos que seja assumida uma perspectiva marginalista de análise, a qual se mostra extremamente limitada para compreender a relação entre economia e política no âmbito da ação estatal, associar crises econômicas com supostos erros de política econômica significa julgar a realidade a partir de um modelo hipotético. Ora, diriam os intérpretes econômicos do populismo, se no modelo todos somos iguais, estamos em condições iguais de intercâmbio e a violência da acumulação é um jogo de soma zero, onde há luta de classe? Não à toa que a experiência popular sob Allende e a neoliberal chilena a partir do golpe de 1973 se tornaram, respectivamente, exemplos de “insucesso” e “sucesso” em termos de ação estatal para boa parte dos intérpretes econômicos do populismo.

Entretanto, isso não significa dizer que a análise positiva da política econômica não possui papel algum. A descrição e explanação da ação estatal sobre a produção e distribuição material da vida auxilia a compreensão da realidade. Mas, por outro lado, numa sociedade hierarquicamente estruturada em classes sociais, qualquer tentativa de julgamento da realidade com base na avaliação do sucesso ou fracasso da ação econômica de Estado assume uma perspectiva de classe. O que por sua vez revela o sentido político da análise.

Parece claro, portanto, que não se trata de mera ciência “pura” aplicada, mas de perspectivas analíticas associadas a projetos econômicos de classe, o que não significa dizer que toda análise marginalista da relação entre economia e política intenciona algum engajamento consciente de classe. Apesar disso, em virtude do papel do(a) intelectual nas sociedades capitalistas, a suposta neutralidade política das análises econômicas se mostra muito mais como falácia politicamente interessada do que ciência.

De maneira objetiva, procurarei no próximo capítulo analisar a política econômica dos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina sem, no entanto, cair no maniqueísmo “boa” ou “má” ação estatal. Para tanto, analisarei o sentido da ação econômica de Estado a partir do balanço político da relação de forças entre as classes sociais. Isto é, partindo da luta de classes para compreender a intencionalidade governamental expressada pela formulação e execução da política econômica e os limites estruturais da democracia representativa numa sociedade de classes.

#### 4 POLÍTICA ECONÔMICA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NOS GOVERNOS DE JUAN DOMINGO PERÓN (1946-55)

Parece razoável dizer que as primeiras formulações do populismo latino-americano o encararam como um fenômeno responsável por certo adestramento da classe trabalhadora e de suas organizações de classe. Seja no âmbito ideológico (“falsa consciência”), político (peleguismo sindical) ou econômico (crescimento e distributivismo “ingênuos”), o populismo tem sido historicamente considerado um fenômeno desviante da seta da modernidade e, por isso, fonte de crises e atraso econômico.

As primeiras avaliações críticas do populismo buscaram “testar” se a relação política e ideológica entre as organizações de classe dos trabalhadores(as) e os Estados Nacionais se dava de maneira efetivamente passiva tal qual os formuladores do conceito tradicionalmente argumentam (CAPELATO, 2001)<sup>107</sup>. Os autores e autoras mais críticos que focam na dimensão político-ideológica do populismo buscam mostrar que não se trata de uma relação passiva e/ou meramente clientelista entre o Estado e as classes sociais. Na verdade, “os novos estudos sobre os referidos governos denominados populistas permitem afirmar que um traço comum os caracteriza: a introdução de uma nova cultura política baseada no papel interventor do Estado nas relações sociais” (CAPELATO, 2001, p. 163).

A partir os anos 2000, com o crescimento das análises econômicas do populismo latino-americano, aparecem os primeiros estudos críticos aos intérpretes economicistas do fenômeno na região. Loureiro (2009), Fonseca (2010; 2011), Monteiro; Fonseca (2012) e Varaschin (2013) são exemplos dessa literatura econômica mais recente e crítica à aplicação generalizada do conceito de populismo ao estudo da condução da política econômica. Em particular, esses trabalhos buscaram testar a adequação do conceito de populismo econômico aos governos de Juan Domingo Perón, na Argentina, e Getúlio Vargas e João Goulart, no Brasil.

---

<sup>107</sup> Na Argentina, Murmis; Portantiero ([1971] 2004) pode ser visto como um dos primeiros trabalhos críticos às análises sociológicas que compreendem uma distinção ideológica entre os “novos” e os “velhos” trabalhadores urbanos. Del Campo ([1983] 2012) analisa os vínculos do sindicalismo com o peronismo de modo a evidenciar a racionalidade histórica dessa relação. No Brasil, destacam-se os, por exemplo, os estudos críticos de Angela de Castro Gomes ([1988] 2005; 2002) sobre a lógica do projeto político trabalhista e a associação com o populismo e Boito Jr. (1983) sobre o caráter de classe do populismo brasileiro.

#### 4.1. O CARÁTER POLÍTICO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Tomando como ponto de partida os esforços críticos acima destacados, procurarei analisar a política econômica dos governos Perón I e II (1946-55) com o objetivo de compreender o *balanço político da relação de forças entre as classes sociais*. Entendo que essa expressão condensa o significado que o processo de estratificação existente nas sociedades, ao construir interesses econômicos distintos, hierarquizados e contraditórios, coloca-os em confronto constante, de maneira a ser possível uma avaliação qualitativa dessa disputa em uma conjuntura histórica. Portanto, é possível compreender não apenas qual estratégia de desenvolvimento se afirmou, mas também de que maneira isso ocorreu.

A análise do sentido assumido pela condução da política econômica em determinada conjuntura histórica é uma maneira de compreender como o *balanço político da relação de forças entre as classes sociais* determinou a estratégia de desenvolvimento que se impôs sobre as demais. Pode-se, então, apreender o caráter político da política econômica e não apenas sua “consistência técnica”, visto que a técnica também é produto das formas de sociabilidade e, portanto, das relações sociais que estruturam economicamente a existência (MARX, [1859] 2008, p. 47; RIBEIRO, 1985, p. 39)<sup>108</sup>.

Entendo que essa maneira de analisar a política econômica contrasta com as abordagens neoclássicas pelo fato de que nessa a ação econômica de Estado é compreendida a partir da dinâmica relação entre *classes sociais*, não *indivíduos*<sup>109</sup>. A distinção é importante, visto que qualquer ação estatal é, por definição, uma expressão concreta da política, não fruto de meras necessidades técnicas das sociedades. Até porque, se assim fosse não seria necessária a institucionalização do monopólio da violência sob o Estado, nem os Ministros de governo, presidentes de Banco Central, deputados e senadores – todos formuladores e executores de políticas – serem eleitos(as) indireta ou diretamente. Dessa maneira, é razoável

<sup>108</sup> Vale também a resposta dada por Marx ([1867] 2013, p. 156-157, nota de rodapé 33), entre outros comentários, a um crítico de seu texto de 1859 onde o autor reafirma a primazia da estrutura econômica sobre a jurídica e política. Sobre esse assunto, ver também Althusser ([1965] 2005, p. 85-116).

<sup>109</sup> A literatura neoclássica corresponde, por exemplo, aos trabalhos de Tinbergen (1952), Lucas (1976), Sargent; Wallace (1976), Persson; Tabellini (2000) e Acocella (2005). Bénassy-Quéré *et al.* (2010) representam uma perspectiva analítica um pouco mais cética a respeito dos critérios hegemônicos de avaliação da política econômica. Ainda que esses trabalhos possuam divergências entre si, é notória a aproximação metodológica utilitarista entre todos. Reconheço a importância metodológica desse tipo de análise de política econômica para o estudo do desenvolvimento. No entanto, para a avaliação qualitativa do balanço político da relação de forças entre as classes sociais, uma análise utilitarista *ex-ante* ou *ex-post* da política econômica limita o pesquisador para apreender os distintos interesses entre as classes sociais e como essas disputas se materializaram em ações econômicas de Estado.

que a análise de qualquer política pública deva ser feita como um processo politicamente construído – e, portanto, conflituoso –, visto que é assim efetivamente como ocorre (POULANTZAS, [1978] 2000, p. 167-194; ACEMOGLU; ROBINSON, 2013). No caso da política econômica, isso ganha mais intensidade, pois é a partir dela que os incentivos econômicos e a distribuição material da vida se mostram de maneira clara entre as classes.

Uma implicação dessa metodologia de análise é que o papel do Estado passa a ser visto como sendo historicamente construído e em relação ao conflito de classes, visto que depende da materialidade institucional existente e como ela se configura nos aparelhos estatais nos contextos de ação. Nesse sentido, os debates e debatedores públicos sobre política econômica adquirem conotação política, seja implícita ou explicitamente, em linha do que Gramsci (1971, p. 5-23) argumentou sobre a função social dos intelectuais<sup>110</sup>.

Para tanto, proponho como metodologia de análise do sentido da política econômica uma revisão fundamentada em três níveis, isto é, as políticas *instrumentais*, *fim* e *institucional* (FONSECA, 2003; MORAES, 2014). O objetivo é responder as seguintes questões:

- a) qual era a conjuntura econômica e institucional no contexto da construção da política econômica?
- b) qual era a relação entre debates econômicos e práticas governamentais na conjuntura?
- c) qual é a intencionalidade da ação econômica de Estado?<sup>111</sup>

Essa estratégia metodológica busca uma análise da política econômica para além do economicismo típico das abordagens neoclássicas. Dessa maneira, a ação econômica do Estado passa a ser vista como expressão concreta dos interesses políticos em disputa, e não apenas como mera expressão técnica ou sujeita a maniqueísmos do tipo “boa” ou “má” política. Na verdade, “boa e/ou má para quem?” é o que busco responder, dado que a política

---

<sup>110</sup> “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é tão direta quanto com os grupos sociais fundamentais, mas é em muitos graus ‘mediada’ pelo tecido social e pelo complexo de superestruturas, das quais os intelectuais são, precisamente, os ‘funcionários’”. (*The relationship between intellectuals and the world of production is not as direct as it is with the fundamental social groups but is, in varying degrees, ‘mediated’ by the whole fabric of society and by the complex of superstructures, of which the intellectuals are, precisely, the ‘functionaires’*) (GRAMSCI, 1971, p. 12, tradução própria).

<sup>111</sup> Ver Fonseca (2003) e Moraes (2014, p. 43-58) sobre a relação entre intencionalidade e política econômica no âmbito da ação estatal. “As políticas fins e institucionais traduzem a condensação da luta política de classes ao materializarem os interesses da hegemonia que se constitui no seio do Estado, pois são elas que possibilitam alterar, ou pelo menos vislumbrar mudanças, no modelo de desenvolvimento em curso” (MORAES, 2014, p. 57). Nesse sentido, analisarei as políticas econômicas *fim* e *institucional* direcionadas às relações de trabalho, constituição de marcos regulatórios e de financiamento produtivo como elementos concretos de uma intencionalidade governamental na luta de classes e expressa pela condução da política econômica.

não é um jogo de soma zero. Além disso, as ações não são mais entendidas como racionais por se adequarem a certos modelos teóricos de análise – quais sejam, os das abordagens econômicas neoclássicas sobre o “populismo” –, mas porque a racionalidade é um atributo do Real e suas teorias. Muito menos como “desvios” da norma moderna ou tentativas de “surpreender” as forças de mercado. Ao contrário, permite-se uma compreensão do caráter político da política econômica por meio de uma avaliação qualitativa.

A primeira questão trata de uma leitura de conjuntura no contexto de formulação e execução da política econômica. Já a segunda enfoca na relação histórica entre teoria e prática da ação estatal. Por fim, a última das questões compreende uma investigação sobre o sentido assumido pela política econômica, visto que, como argumenta Poulantzas ([1978] 2000, p. 171), o sentido político da ação estatal sobre as variáveis econômicas no intuito de favorecer a acumulação manifesta também os interesses da fração hegemônica do bloco no poder. Responder essas questões é um passo para o que sugere Lenin (1920) sobre a importância da análise concreta de uma situação concreta.

Com isso, o objetivo desse procedimento analítico em relação às interpretações do populismo latino-americano corresponde a uma espécie de “teste” da hipótese geral construída ao longo dessa tese. Isto é, de que os fenômenos interpretados como “populistas” na América Latina se inserem no escopo da dupla revolução moderna, quer dizer, as revoluções industrial e francesa (HOBSBAWM, 1996). Nesse sentido, o estudo da política econômica e seu sentido pretende avaliar em que medida suas reformas são herdeiras diretas ou indiretas dessa tradição revolucionária inaugurada pela Inglaterra (a partir de 1780) e pela França (a partir de 1789).

Isso significa que, “confirmada” essa hipótese, as crises econômicas da região correspondem a típicas crises de um mundo burguês em construção, isto é, da dinâmica contraditória de desenvolvimento do capitalismo como sistema econômico na região. São, portanto, tão racionais quanto o é o sistema capitalista. De maneira mais específica, esse procedimento analítico permite compreender concretamente a relação entre estratégias de acumulação e projetos hegemônicos, em linha do que argumenta Jessop (1991).

De acordo com esse autor, uma estratégia de acumulação especifica o modo pelo qual o crescimento das economias relaciona aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Porém, estes não se articulam naturalmente, pois antes dependem do que Jessop (1991, p. 143) classifica como precondições extraeconômicas, as quais dizem respeito à própria formação

social em questão<sup>112</sup>. A partir do Estado, e sua capacidade de organizar e constituir o bloco no poder, tal estratégia se efetiva como hegemonia ou dominação econômica, a depender da capacidade em que alguma(s) fração(ões) do bloco no poder tenha(m) para liderar ou impor seus interesses sobre as demais.

O estabelecimento de uma estratégia de acumulação por meio de hegemonia econômica tende a caracterizar maior integração no circuito do capital e, por isso, um equilíbrio instável de compromisso mais duradouro. Por outro lado, isso pode ocorrer pela dominação econômica de uma fração do capital caso ela possa se impor sobre as demais, como se observa, por exemplo, no caso das economias dependentes de tipo enclave. “Uma estratégia pode ser verdadeiramente ‘hegemônica’ apenas onde ela é aceita pelas classes subordinadas assim como pelas classes e frações não-hegemônicas no bloco no poder” (JESSOP, 1991, p. 146, tradução própria)<sup>113</sup>.

A consolidação de um projeto hegemônico depende de sua determinação estrutural, sua orientação estratégica e o modo pelo qual se relaciona com a acumulação de capital (JESSOP, 1991, p. 154). Nesse sentido, a história da formação social importa, pois oferece os parâmetros de constituição do Estado Nacional e do desenvolvimento econômico. Mas também é fundamental a conjuntura da época, visto que nem a orientação estratégica nem o modelo de acumulação se formam no vácuo. Ao contrário, são determinados historicamente em nível tecnológico e ideológico.

#### 4.2. CONJUNTURA ECONÔMICA E INSTITUCIONAL NA ARGENTINA, 1930-1943

A partir do colapso da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, aprofunda-se a crise das estratégias hegemônicas de *desenvolvimento para fora* nos países periféricos. O preço das *commodities* agrícolas despencou abruptamente (KINDELBERGER, 1975, p. 124-125), impactando de maneira severa sobre as economias latino-americanas por meio de uma brusca alteração nos preços relativos das exportações e importações, assim como nos fluxos de

<sup>112</sup> A escravidão, por exemplo, é um aspecto determinante da formação social de algumas economias latino-americanas, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia. Já na Argentina a herança escravista se mostra presente, porém sob outras formas. Desse modo, o significado do racismo em países cuja herança escravista se dá nos moldes brasileiros e colombianos impõe características específicas para o capitalismo nesses países, ainda que todos compartilhem da mesma essência. Para uma análise econômica da escravidão na América Latina, consultar Cardoso; Pérez Brignoli (1983, cap. 2, p. 94-118; cap. 3, p. 139-160).

<sup>113</sup> “A strategy can be truly ‘hegemonic’ only where it is accepted by the subordinate economic classes as well as by non-hegemonic fractions and classes in the power bloc”.

capitais para a região (DÍAZ-ALEJANDRO, 1980, p. 354-356). Como argumenta Furtado (2007), um dos impactos da crise de 1929 sobre o setor público se deu por meio de queda nas receitas, fortemente dependente das exportações primárias, ainda que as condições de demanda externa pelos produtos latino-americanos não fossem iguais para todos os países (DÍAZ-ALEJANDRO, 1980, p. 355).

No caso da Argentina, três episódios desse período ilustram o sentido da correlação de forças políticas no país a partir de 1930. O primeiro foi o golpe de Estado contra Hipolito Yrigoyen, em 1930, de caráter reacionário. O segundo deles foram os acordos comerciais conhecidos como pactos Roca-Runciman e Eden-Malbrán, assinados respectivamente em 01/05/1933 e 01/12/1936 com o Reino Unido. O último episódio foi o plano Pinedo, de viés industrializante, o qual foi apresentado ao congresso argentino em 1940 e rejeitado<sup>114</sup>.

A sequência dos atos ajuda evidenciar o sentido da ação estatal. Isso porque, em primeiro lugar, um golpe de Estado não seria necessário se não houvesse tensionamento no seio do bloco no poder. Em segundo lugar, esse golpe representa uma reafirmação política do modelo primário-exportador de desenvolvimento em detrimento de outras possibilidades, visto que a política econômica executada ao longo dos anos 1930 foi muito mais voltada para as circunstâncias do que para uma mudança estrutural (MORAES, 2014, p. 75-85). Por fim, a rejeição parlamentar de um plano de ação estatal com viés industrializante, somada a uma política econômica conservadora, sugere que a fração industrial dos capitalistas argentinos ainda não tinha conseguido ser capaz de orientar o sentido da ação econômica do Estado, apesar do tensionamento oriundo da Grande Depressão dos anos 1930<sup>115</sup>.

Murmis; Portantiero ([1971] 2004) argumentam que no período conhecido como *década infame* (1930-1943), os setores industriais promoveram uma aliança de classes com a oligarquia rural do país. O que se observa em suas análises é um crescimento industrial controlado pela oligarquia, sem revolução industrial (p. 62-63). Porém, esse arranjo de forças do bloco no poder encontraria seus limites.

---

<sup>114</sup> Llach (1984) prefere designar o plano Pinedo como “mercado-centrista” em vez de “industrializante”. Questões semânticas à parte, dificilmente uma orientação econômica para o mercado interno na primeira metade do século XX poderia ocorrer sem um viés industrializante da produção e distribuição material da vida. De qualquer maneira, o autor parece estar de acordo com a ideia de que o plano Pinedo foi “(...) o primeiro documento do Estado no qual se considera a possibilidade de modificar parcialmente a estratégia de desenvolvimento econômico vigente” (*el primer documento del Estado en el que se considera la posibilidad de modificar parcialmente la estrategia de desarrollo económico vigente*) (LLACH, 1984, p. 517).

<sup>115</sup> Nos termos colocados por Jessop (1991, p. 143), a *hegemonia econômica* cedeu lugar a uma *dominação econômica* do modelo primário-exportador de desenvolvimento.

O temor mais sério derivava dos compromissos a respeito da redução das tarifas para a importação de manufaturas inglesas, que ameaçavam lançar por terra com o aumento de 10% de imposto às importações, estabelecido pelo governo de Uriburu. Entre maio e dezembro de 1933 a UIA [Unión Industrial Argentina] desenvolveu uma agitada campanha em defesa dos interesses dos industriais, que culminou com uma sorte de pacto tácito com o governo (MURMIS; PORTANTIERO, 2004, p. 70, acréscimo e tradução própria)<sup>116</sup>.

Observando a partir da ótica das remunerações das classes sociais dominantes, entre 1930 e 1945, a parcela da renda da terra apropriada pelos próprios proprietários cresceu relativamente às décadas anteriores (CARRERA, 2008). Não por acaso, como mostra a tabela 6, nos anos vigentes às assinaturas dos pactos comerciais com o Reino Unido, notadamente 1933-34 e 1936-37 respectivamente, correspondem àqueles anos de extraordinária apropriação de renda da terra por parte da classe proprietária.

Isso sugere que a assinatura de tais tratados – que de livre-cambismo evidentemente nada têm – apesar de economicamente coerente com a conjuntura, sua assimetria distributiva revela o caráter político da ação estatal. Porém, se analisarmos o período como um todo, é notória a perda de participação dos proprietários de terras na apropriação da renda ( $\Delta\%$  - 132%) e, ao mesmo tempo, um crescimento na remuneração dos capitalistas industriais. De certo modo, isso sinaliza a ascensão de um novo conjunto de interesses econômicos na política argentina, isto é, os do empresariado industrial.

---

<sup>116</sup> “El temor más serio derivaba de los compromisos acerca de rebaja de aranceles para la importación de manufacturas inglesas, que amenazaban echar por tierra con el aumento del 10% de impuesto a las importaciones, establecido por el gobierno de Uriburu. Entre mayo y diciembre de 1933 la UIA desarrolló una agitada campaña en defensa de los intereses de los industriales que culminó con una suerte de pacto tácito con el gobierno”

Tabela 7 – Variação percentual das remunerações das classes sociais dominantes na Argentina, 1929-1943

	$\Delta\%$		
	Renda da Terra (Proprietários)	Lucro Agrário	Lucro Industrial
1929-1930	-48,93	-6,30	-0,40
1930-1931	-52,72	-4,10	-0,30
1931-1932	31,57	1,10	-0,20
1932-1933	4,97	0,40	0,00
1933-1934	121,91	6,30	2,50
1934-1935	9,87	1,10	0,80
1935-1936	-7,78	1,30	1,60
1936-1937	96,04	6,60	-0,60
1937-1938	-44,86	-6,00	1,00
1938-1939	-50,02	-3,00	1,50
1939-1940	25,42	-1,90	-2,60
1940-1941	-48,28	-1,00	1,50
1941-1942	-107,71	1,30	3,70
1942-1943	1490,16*	-0,60	1,80
<b>1929-1943</b>	<b>-132,22**</b>	<b>-0,34</b>	<b>0,74</b>

Fonte. Carrera (2008, p. 23-25). Elaboração própria.

\* Em milhões de pesos de 2004 (\$), os anos de 1942 e 1943 foram de apropriação negativa de renda por parte dos proprietários (\$-122 e \$-1940, respectivamente). Por isso a variação percentual tão discrepante.

\*\* O cálculo da variação percentual média da renda da terra apropriada pela classe proprietária foi realizado a partir dos dados fornecidos pelo autor, em milhões de pesos de 2004 (\$). Em 1929 esse número foi de \$6021.

Esse novo grupo emergente não ascende unilateralmente. Concomitantemente há o crescimento dos trabalhadores assalariados, notadamente no meio urbano. Observando a distribuição funcional da renda a preços de mercado, fica evidente a emergência do assalariamento como relação de trabalho preponderante no país. Em 1910, os salários correspondiam a 23,6% do PIB argentino, mas em 1943 essa fatia subiu para 30,4% (MAITO, 2013a). O que não significa dizer ter sido um crescimento igualitário entre os setores econômicos ou ainda que tenham desaparecido outras formas de relações trabalhistas. Mas é evidente que à medida que a burguesia industrial crescia e a substituição de importações ganhava força, inclusive a partir da crise de 1929, tenderia a crescer também a relação de trabalho própria da indústria nesse período.

Na verdade, a situação da classe trabalhadora assalariada argentina – e das classes populares como um todo – tendeu a piorar com os anos posteriores à derrocada econômica internacional. Observando a partir dos salários, Del Campo (2012, p. 66-70) mostra que a tendência de crescimento salarial entre 1929 e 1942 sempre se deu em descontinuidade com o crescimento do custo de reprodução da força de trabalho.

A geral insuficiência dos salários era reconhecida pelos mesmos organismos oficiais: em 1933, por exemplo, o Departamento Nacional de Trabalho calculava o orçamento da família típica em 130,15\$ ao mesmo tempo que o salário médio era de 119,89\$; em 1937 as mesmas rubricas se estimavam em 164,19\$ e 127,26\$ respectivamente, e em 1943 a relação seguia sendo deficitária: 176,75\$ de orçamento frente a um salário de 157,85\$ (DEL CAMPO, 2012, p. 70, tradução própria)<sup>117</sup>.

Por outro lado, como evidencia Ferrari (2008b) sobre o crescimento industrial argentino, “a quantidade de estabelecimentos aumentou quase 20% entre 1935 e 1941, enquanto a quantidade de pessoas empregadas na manufatura aumentou em quase 50% e o valor de sua produção se aproximou ao dobro” (p. 64). Porém, “entre 1930-1944, a taxa de lucro real cresce 1,3% anual, enquanto que os preços relativos do investimento o fizeram em 3,5%, resultando em uma contração anual da taxa de lucro nominal de 0,9%” (MAITO, 2013a, p. 141-142, tradução própria)<sup>118</sup>. Portanto, parece razoável afirmar que a assim chamada *década infame* (1930-1943) correspondeu a um momento histórico de acirramento da luta de classes, ao mesmo tempo que sinalizava a consolidação das relações sociais de produção capitalistas no país<sup>119</sup>.

Algo do tipo já se anunciava desde o início do século XX. Não por acaso a organização patronal *Unión Industrial Argentina* (UIA) pressionou o congresso até o ponto que em 1902 se aprovasse a *Ley de Residencia* (Lei 4.144). Por meio dessa lei, trabalhadores estrangeiros legalmente incriminados poderiam ser expulsos do país (CHERESKY, 1981, p. 8). Isso porque já se percebia agitações anticapitalistas em território argentino desde o final do século XIX, onde imigrantes europeus politizados traziam ideias socialistas e anarquistas junto com suas forças de trabalho (ADAMOVSKY, 2012, p. 89)<sup>120</sup>.

<sup>117</sup> “La general insuficiencia de los salarios era reconocida por los mismos organismos oficiales: en 1933, por ejemplo, el Departamento Nacional del Trabajo calculaba el presupuesto de la familia tipo en 130,15\$ mientras el salario medio era de 119,89\$; en 1937 los mismos rubros se estimaban en 164,19\$ y 127,26\$ respectivamente y en 1943 la relación seguía siendo deficitaria: 176,75\$ de presupuesto frente a un salario de 157,85\$”.

<sup>118</sup> “Entre 1930-1944, la tasa de ganancia real crece un 1,3% anual, mientras que los precios relativos de la inversión lo hicieron en un 3,5%, resultando en una contracción anual de la tasa de ganancia nominal del 0,9%”.

<sup>119</sup> Tanto as primeiras associações de trabalhadores quanto patronais surgiram ainda no século XIX. Do lado dos primeiros, a *Sociedad Tipográfica Bonaerense*, de 1857, que em 1871 se vinculou à Associação Internacional dos Trabalhadores, pode ser considerada uma das precursoras (ADAMOVSKY, 2012, p. 81). No caso das patronais, a *Unión Industrial Argentina*, de 1887, e a *Cámara Argentina de Comercio*, de 1924, correspondem a duas importantes organizações de classe burguesa. Nunca é demais lembrar que a *Sociedad Rural Argentina* agrupa desde 1866 os interesses agropecuários do latifúndio argentino.

<sup>120</sup> “Nas primeiras décadas de sua existência, não eram apenas melhorias salariais ou trabalhistas o que tinham em mente a maioria dos que se envolviam na organização sindical. Pelo contrário, o movimento nasceu fortemente animado por uma visão política mais geral, firmemente classista e anticapitalista” (*En estas primeras décadas de su existencia, no eran sólo mejoras salariales o laborales lo que tenían en mente la*

Como ilustração desse período, é significativo notar o crescimento da adesão sindical por parte dos trabalhadores. Em 1936, eram 369.969 o total de trabalhadores sindicalizados. Já em 1941, esse número aumenta para 441.412. Um crescimento da ordem de 16% na sindicalização total em cinco anos (CHERESKY, 1981, p. 37). Além disso, chamam atenção o número de greves e o percentual de jornadas de trabalho perdidas no período entre os setores industriais. Foram um total de 558 greves envolvendo manufatura, construção civil e outros, ao passo que, por exemplo, 48,7% da jornada de trabalho na produção manufatureira foi “perdida” (CHERESKY, 1981, p. 38).

No campo a situação não era menos intensa. Por exemplo, em 1927, entre os canaviais da província de Tucumán camponeses e trabalhadores rurais se juntaram em uma greve por melhores preços de colheita (ADAMOVSKY, 2012, p. 112; BRAVO, 2008, p. 47-52). Em 1936, na província de Misiones houve confronto entre comerciantes junto à polícia local contra camponeses imigrantes na região, que se manifestaram por melhores preços para suas pequenas produções agrícolas, mas foi descrito como “um ataque de comunistas” (ADAMOVSKY, 2012, p. 101).

Em termos institucionais, apesar do conjunto de leis que ficaram conhecidas como Reforma Eleitoral Saénz Peña, entre 1911 e 1912, a qual oficializou o voto secreto, universal e obrigatório, a bem da verdade é que entre 1930 e 1942 o percentual de votantes em relação à população total nunca ultrapassou os míseros 20,7% do ano de 1942 (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, vol. II, p. 68). Cabe destacar que as mulheres só conquistaram o direito de voto por meio da Lei 13.010, de 1947, a qual se deve em grande parte à luta das feministas e consagradas com a ação política de Eva Duarte de Perón – mais conhecida como *Evita* – (ADAMOVSKY, 2012, p. 217-218)<sup>121</sup>. O que torna a situação do sufrágio universal vislumbrado em 1912 meramente retórico, ainda que importante do ponto de vista histórico, dado que na prática apenas homens das classes dominantes e de setores a elas ligados continuavam exercendo o direito a voto.

Há de se destacar também o papel desempenhado pelo racismo e o elitismo na sociedade, desde que os afroargentinos se tornaram “invisíveis”, ainda no século XIX, e os indígenas sistematicamente marginalizados. Além disso, com a expansão do mercado de

---

*mayoría de los que se involucraban en la organización sindical. Por el contrario, el movimiento nació fuertemente animado por una visión política más general, firmemente clasista y anticapitalista*) (ADAMOVSKY, 2012, p. 86-87, tradução própria).

<sup>121</sup> Ver, também, a nota sobre o assunto disponível no site do *Instituto Nacional Juan Domingo Perón*: <http://www.jdperon.gov.ar/2015/09/23-de-septiembre-de-1947-promulgacion-de-la-ley-13010-2/>

trabalho, destacadamente a partir de 1910, “cada vez mais os empregadores exigiam ‘boa aparência’ como condição para acessar postos de melhor remuneração” (ADAMOVSKY, 2012, p. 34-37; 127). Desse modo, como destaca Ezequiel Adamovsky,

[...] o mercado de trabalho reforçava as hierarquias que existiam entre as classes populares: na competição pelos melhores postos de trabalho, era quase inevitável que muitos dos que possuíam (ou acreditavam possuir) as qualidades da ‘boa presença’ fizeram todo o possível para se distinguirem dos que não as tinham, alimentando desse modo o preconceito social em direção às pessoas mais pobres e de peles mais escuras (ADAMOVSKY, 2012, p. 127, tradução própria)<sup>122</sup>.

Essa situação das classes populares, com destaque para as mulheres e os herdeiros culturais e genéticos dos negros e indígenas, resultou fundamental para a aproximação desses grupos com o peronismo em construção<sup>123</sup>. “Se reconhecia um peronista, antes de tudo, por seu não-preconceito em se misturar e *se mostrar* com pessoas de estilo e aparência plebeus (ADAMOVSKY, 2012, p. 209, tradução própria, destaque do autor)<sup>124</sup>.”

Entre as mudanças institucionais ocorridas ao longo da *década infame*, cabe destacar que a intensa atividade sindical do período logrou algumas conquistas, ainda que sob muita repressão. Entre elas, destacam-se a conquista do “sábado inglês” por meio da Lei 11.640, de 1932, a qual garantia fim de expediente de trabalho aos sábados a partir das 13h (MATSUSHITA, 2006, p. 347); a Lei 11.729, de 1933, a qual teoricamente regulamentou indenizações oriundas de demissão e licença para tratamentos médicos ou de acidentes de trabalho no comércio, mas na prática deixou a cargo dos empregadores seu cumprimento (CHERESKY, 1981, p. 21; QUEIROLO, 2016); a Lei 12.386, de 1938, que proibia demissões em virtude do matrimônio entre trabalhadores (MATSUSHITA, 2006, p. 347); e a Lei 12.713, de 1941, cujos objetivos versavam sobre a regulamentação do trabalho domiciliar (CHERESKY, 1981, p. 21).

Ademais, por meio da Lei 12.156, de 1935, criou-se o *Banco Central de la República Argentina* (BCRA), por meio da qual centralizou sob o Estado, com destaque para o Poder

<sup>122</sup> “[...] *el mercado laboral reforzaba las jerarquías que existían entre las clases populares: en la competencia por los mejores puestos de trabajo, era casi inevitable que muchos de los que poseían (o creían poseer) las cualidades de la ‘buena presencia’ hicieran todo lo posible por distinguirse de los que no las tenían, alimentando de ese modo el prejuicio social hacia las personas más pobres y de pieles más oscuras*”.

<sup>123</sup> Os indígenas, no entanto, nunca conseguiram qualquer protagonismo na cena política argentina, nem com o peronismo sob Perón no poder. Por exemplo, no Massacre de la Bomba, na província de Formosa em outubro de 1947, Perón nunca designou alguma investigação sobre o ocorrido. Assim como pouco se preocupou, além de fotografias e registros históricos nada efetivos, a respeito da marcha denominada *Malón de la Paz* realizada por indígenas que reclamavam a demarcação de suas terras (ADAMOVSKY, 2012, p. 196-204).

<sup>124</sup> “*Se reconocía a un peronista, ante todo, por su desprejuicio para mezclarse y mostrarse con personas de estilo y apariencia plebeyos*”.

Executivo, as responsabilidades de fiscalização e controle das operações financeiras no país (MORAES, 2014, p. 84; Ley 12.156 – *Ley de Bancos*<sup>125</sup>). Como mostra Díaz-Alejandro (1970, p. 98), desde sua criação o BCRA acomodou a oferta monetária em linha com a ação fiscal do governo federal de modo a manter estáveis as taxas de juros, ao contrário do que aconteceu nos anos mais agudos da Grande Depressão.

As conquistas institucionais dos trabalhadores nesse período se deram mais em aspectos pontuais e pautas localizadas do que propriamente em termos de avanços sistemáticos enquanto classe. Vale notar que nesse período o direito à greve ainda não havia se instituído, nem os sindicatos eram considerados atores da cena política. Apesar do crescimento na intensidade organizacional dos trabalhadores, a repressão oriunda da ditadura, instalada após o golpe contra Yrigoyen em 1930, somada às disputas internas entre socialistas, comunistas e sindicalistas no que diz respeito às direções do movimento dos trabalhadores, foram decisivas para os desdobramentos da luta de classes no período.

O ano de 1943 evidenciou o acirramento das tensões sociais em meio a denúncias de fraudes eleitorais contra a chapa eleita em 1937 e formada por Roberto Ortiz e Ramón Castillo, respectivamente como presidente e vice. Com a morte do primeiro, em 1942, Castillo assumiu a presidência para ser derrubado pelo golpe militar em junho de 1943. Em dezembro desse ano, Juan Domingo Perón se apresentaria pela primeira vez ao mesmo tempo como político e figura pública ao assumir a chefia da Secretaria de Trabalho e Previdência (*Secretaría de Trabajo y Previsión*) – STP.

De maneira geral, como sintetiza Adamovsky (2012, p. 165-168), o programa econômico e social do golpe de 1943 se traduzia na busca pela industrialização como forma de defesa militar, haja visto que se vivia uma guerra de proporções mundiais ainda indefinida; a unidade nacional por meio de uma regulação das relações de trabalho no intuito de controlar a subversão; e a deslaicização do Estado, reforçando o papel conservador da Igreja no país. A “justiça social”, peça chave do movimento peronista, sequer figurava como intenção política das forças golpistas.

Perón à frente da STP foi recebido com desconfianças por parte dos sindicatos, ainda que tenha sancionado algumas mudanças institucionais favorecendo às classes populares. Ressaltam-se, por exemplo o Decreto 28.169 – também conhecido como *Estatuto del Peón* –, de 1944, regulamentando o trabalho rural em linha com o que se praticava na legislação do

---

<sup>125</sup> Ver: [https://es.wikisource.org/w/index.php?title=Ley\\_12.156\\_-\\_Ley\\_de\\_Bancos&oldid=870818](https://es.wikisource.org/w/index.php?title=Ley_12.156_-_Ley_de_Bancos&oldid=870818)

trabalho urbano, e a regulamentação ampliada para negociações coletivas por setor de atividade (ADAMOVSKY, 2012, p. 173-174). Ao mesmo tempo, Perón decretava, em maio e junho do mesmo ano, ilegal duas greves trabalhistas (DEL CAMPO, 2012, p. 204).

Tal ambiguidade nas ações desempenhadas pela STP entre 1943 e 1945 revelam, também, a resignificação do papel do Estado nesse período de modo a tanto construir politicamente o sujeito político peronista “povo”, quanto à redefinição do “inimigo”. O discurso de Perón na *Bolsa de Comercio* no conturbado ano de 1944 ilustra isso de maneira precisa. Nele, analisa o “risco” que o fim dos conflitos mundiais poderia acarretar desestabilização social e, portanto, a necessidade de coesão nacional mediada pelo Estado, direcionando os interesses do capital e do trabalho através de um sindicalismo “não-político”:

É um grave erro crer que o sindicalismo trabalhista é um prejuízo para o patrão. De maneira alguma é assim. Pelo contrário, é a forma de evitar que o patrão tenha que lutar com seus trabalhadores, que sua sociedade patronal que o representa lute com a sociedade operária que representa a agremiação. Em síntese, é o meio para que cheguem a um acordo, não a uma luta.

Assim se suprimem as greves, os conflitos parciais, ainda que, indubitavelmente, as massas operárias passam a ter o direito de discutir seus próprios interesses, desde uma mesma altura com as forças patronais, o que analisado, é de uma absoluta justiça. A ninguém se pode negar o direito de associar-se licitamente para defender seus bens coletivos ou individuais: nem ao patrão, nem ao trabalhador. E o Estado está na obrigação de defender uma associação como a outra, porque lhe convém ter forças orgânicas que podem controlar e que podem dirigir; e não forças inorgânicas que escapam à sua direção e controle. Por isso nós temos propiciado desde lá [Secretaria de Trabalho e Previdência] um sindicalismo, mas um verdadeiro sindicalismo gremial. Não queremos que os sindicatos estejam divididos em frações políticas, porque o perigo é, casualmente, o sindicalismo político (PERÓN, 25/08/1944, p. 6-7, tradução e acréscimo próprios)<sup>126</sup>.

Um discurso que buscava claramente o apoio da burguesia argentina àquela época. Não no intuito de combater ou abolir os sindicatos. Mas reconhecer suas atividades tanto quanto se reconheciam as organizações patronais. Na visão de Perón expressada em suas palavras na *Bolsa de Comercio*, cabia ao Estado coibir não a ação sindical que defendia seus

---

<sup>126</sup> “Es grave error creer que el sindicalismo obrero es un perjuicio para el patrón. En manera alguna es así. Por el contrario, es la forma de evitar que el patrón tenga que luchar con sus obreros, que su sociedad patronal que lo representa luche con la sociedad obrera que representa al gremio. Em síntesis, es el medio para que lleguen a un acuerdo, no a una lucha. Así se suprimen las huelgas, los conflictos parciales, aunque indudablemente, las masas obreras pasan a tener el derecho de discutir sus propios intereses, desde una misma altura con las fuerzas patronales, lo que analizado, es de una absoluta justicia. A nadie se le puede negar el derecho de asociarse licitamente para defender sus bienes colectivos o individuales: ni al patrón, ni al obrero. Y el Estado está en la obligación de defender una asociación como la otra, porque le conviene tener fuerzas orgánicas que puede controlar y que puede dirigir; y no fuerzas inorgánicas que escapan a su dirección y a su control. Por eso nosotros hemos propiciado desde allí [Secretaría de Trabajo y Previsión] un sindicalismo, pero un verdadero sindicalismo gremial. No queremos que los sindicatos estén divididos en fracciones políticas, porque lo peligroso es, casualmente, el sindicalismo político”.

interesses, mas o “sindicalismo político”, em uma clara referência aos comunistas e anarquistas. Não por casualidade o mesmo Perón faz inúmeras referências a episódios históricos em que a deterioração do capitalismo trazia consigo o avanço comunista, tido como o grande “perigo”.

O pós-guerra trará, inexoravelmente, uma agitação das massas, por causas naturais; uma lógica paralização, desocupação, etc, que combinadas produzem paulatino empobrecimento. Essas serão as causas naturais de uma agitação das massas, mas separada dessas causas naturais, existirão também numerosas causas artificiais, tais como: a penetração ideológica, que nós temos tratado em grande parte de atenuar; dinheiro abundante para agitar, que sabemos circula já desde muito tempo no país, e sobre cujas pistas estamos perfeitamente bem orientados; um surgimento do comunismo adormecido, que germina como todas as enfermidades endêmicas dentro das massas; e que voltará, sem dúvida, a ressurgir com o pós-guerra, quando os fatores naturais se façam presentes.

Na Secretaria de Trabalho e Previdência já funciona o Conselho do Pós-Guerra, que está preparando um plano para evitar, suprimir, ou atenuar os efeitos, fatores naturais da agitação (PERÓN, 25/08/1944, p. 11, tradução própria)<sup>127</sup>.

A guerra mundial ainda não havia terminado, mas uma série de conferências entre os países aliados contra as forças do Eixo começaram a ser realizadas, especialmente entre 1943 e 1945. O objetivo era definir as novas fronteiras políticas da Europa, à medida que se desenhava o desfecho do conflito por meio especialmente do Exército Vermelho (HOBSBAWM, 1995, p. 224). Evidentemente que esse contexto influenciava grande parte das preocupações de Perón, visto que apesar da crescente possibilidade de vitória aliada, a situação geopolítica permanecia indefinida e com uma URSS cada vez mais preponderante no cenário internacional. A “ameaça” comunista se mostrava mais real do que nunca para os conservadores do período.

---

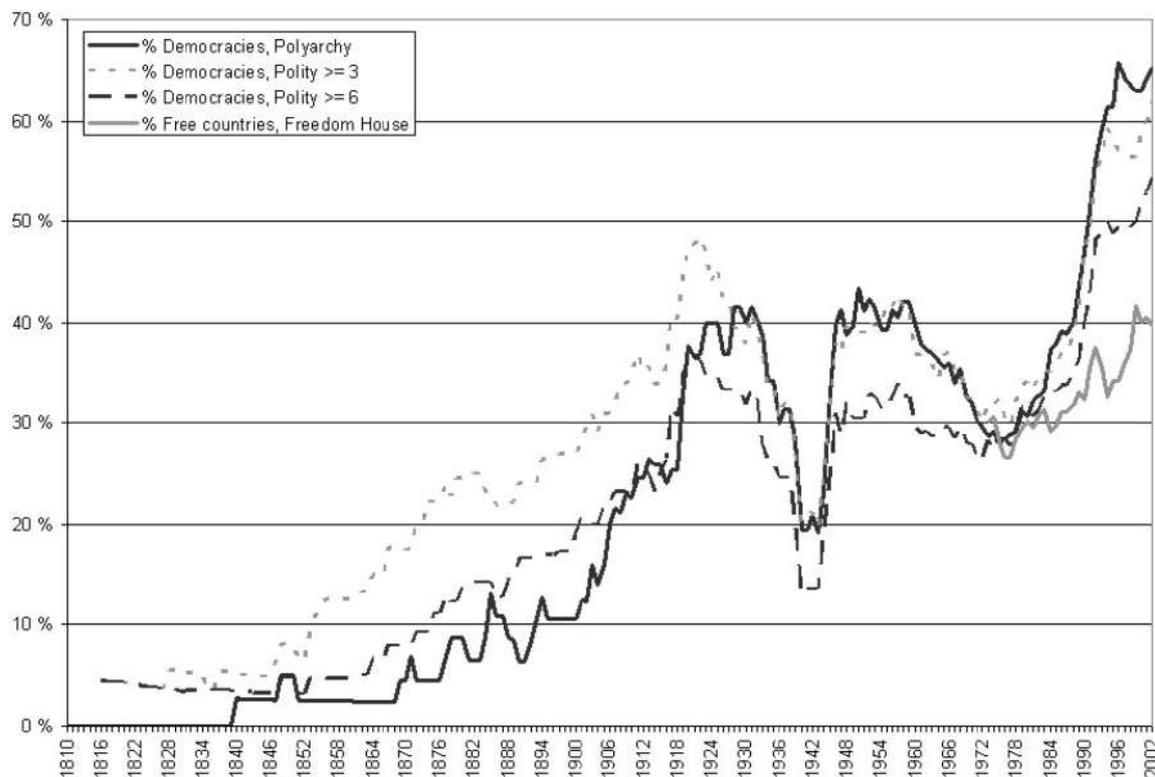
<sup>127</sup> “La posguerra traerá, indefectiblemente, una agitación de las masas, por causas naturales; una lógica paralización, desocupación, etcétera, que combinadas producen empobrecimiento paulatino. Ésas serán las causas naturales de una agitación de las masas, pero aparte de estas causas naturales, existirán también numerosas causas artificiales, como ser: la penetración ideológica, que nosotros hemos tratado en gran parte de atenuar; dinero abundante para agitar, que sabemos circula ya desde hace tiempo en el país, y sobre cuyas pistas estamos perfectamente bien orientados; un surgimiento del comunismo adormecido, que pulula como todas las enfermedades endémicas dentro de las masas; y que volverá, indudablemente, a resurgir con la posguerra, cuando los factores naturales se hagan presentes. En la Secretaría de Trabajo y Previsión ya funciona el Consejo de posguerra, que está preparando un plan para evitar, suprimir, o atenuar los efectos, factores naturales de la agitación”.

#### 4.3. DEBATES ECONÔMICOS E PRÁTICAS GOVERNAMENTAIS NA CONJUNTURA DA ÉPOCA

No capítulo anterior procurei resgatar a história das controvérsias intelectuais no pensamento econômico no que diz respeito à relação entre ação estatal e crises em momentos-chaves para a formulação das interpretações econômicas do populismo. De certo modo, essa seção retoma algumas dessas questões, visto que o propósito é articular os debates econômicos e as práticas governamentais referentes ao período em questão. Uma vez que a política econômica não é concebida nem executada no “vácuo”, como bem deixou claro o discurso de Perón na *Bolsa de Comercio* em 1944 e comentado anteriormente, o que acontece no mundo, tanto do ponto de vista intelectual quanto prático, relaciona-se com a elaboração interna de ações econômicas de Estado.

Isso se torna mais explícito em conjunturas de intensificação da concorrência internacional, visto que o contexto da primeira metade do século XX foi notadamente um período atribulado na história do mercado mundial capitalista. A escalada dos conflitos entre as potências mundiais demonstrou não apenas que ciência e tecnologia seriam intensamente utilizadas a partir de então, mas também a importância do planejamento na resolução dos conflitos (MANDEL, 1986, p. 80). E nesse sentido, economistas e estatísticos desempenharam papel importante, notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial (CAIRNCROSS, 1996, p. 33-46).

Ao mesmo tempo, é notório o recuo tanto das instituições políticas liberais, quanto dos fluxos econômicos internacionais. Em termos políticos, o gráfico 2 é extremamente ilustrativo, pois é notória a queda no percentual de países sob regimes político-democráticos entre meados da década de 1920 e o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em termos econômicos, se entre 1870 e 1913, o crescimento no volume das exportações de mercadorias da América Latina foi de 3,29% ao ano, entre 1913 e 1950 caiu para 2,29% ao ano. Na Europa Ocidental, a queda foi ainda mais abrupta, visto que para o primeiro intervalo de tempo analisado correspondeu a um crescimento anual de 3,24%, já no segundo foi negativo em -0,14% (MADDISON, 2006, p. 127).

Gráfico 2 – Percentual de democracias no mundo, 1816-2002<sup>128</sup>

Fonte: Wilhelmsen (2006, p. 38)

Outra medida do recuo econômico do liberalismo pode ser vista a partir do estoque de capital estrangeiro na Ásia (exceto Japão), África e América Latina. Em 1870 correspondia a 8,6% do PIB dos países dessas regiões, em 1914 subiu para 32,4%, mas em 1950 correspondia a 4,4% do mesmo. Evidências que sugerem um refluxo do liberalismo especialmente no período 1914-1945 (MADDISON, 2006, p. 128).

Um dos grandes motivos para essa retração econômica e política generalizada foram os efeitos da Grande Depressão, eclodida em outubro de 1929 nos EUA. O padrão-ouro, que

<sup>128</sup> “Democracia é concebida como três elementos essenciais interdependentes. Um é a presença de instituições e procedimentos através dos quais cidadãos podem expressar efetivamente preferências sobre líderes e políticas alternativas. Segundo é a existência de constrangimentos institucionalizados no exercício do poder pelo executivo. Terceiro é a garantia de liberdades civis para todos cidadãos em suas vidas diárias e em atos de participação política” (*Democracy is conceived as three essential, interdependent elements. One is the presence of institutions and procedures through which citizens can express effective preferences about alternative policies and leaders. Second is the existence of institutionalized constraints on the exercise of power by the executive. Third is the guarantee of civil liberties to all citizens in their daily lives*<sup>16</sup> and in acts of political participation) (WILHELMSSEN, 2006, p. 27, tradução própria). Em meio a essa conceituação elaborada a partir da metodologia de construção e utilização dos dados pelas fontes do autor, é notória a conotação liberal nessa formulação, ainda que não haja qualquer menção explícita no texto em questão.

servia como sistema monetário internacional *de facto*, demonstrava suas incapacidades de acomodação de choques e com a detonação da crise a situação se deteriorava a passos largos. “Em 1931-2, a Grã-Bretanha, Canadá, toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, [...], e em 1936 haviam-se juntado a eles os fiéis apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses” (HOBSBAWM, 1995, p. 99).

As respostas dos países capitalistas à crise do mercado mundial se deram notadamente em termos nacionais, como parece evidente por meio dessas evidências. Os EUA, por exemplo, embora desde a presidência de Herbert Hoover (1929-1933) já iniciassem políticas protecionistas, como, por exemplo, a Tarifa Hawley-Smoot (1930), apenas com Franklin D. Roosevelt (1933-1945) seriam buscadas soluções mais articuladas para os efeitos da depressão através do *New Deal*. Esse abarcava um conjunto de medidas intervencionistas sobre os mercados de trabalho e monetário, no intuito de fomentar a recuperação econômica, a qual foi impulsionada pela mobilização de guerra (RAUCHWAY, 2008).

Entre as medidas tomadas, destaca-se o *Emergency Banking Act* (1933), que aumentou a capacidade de regulação do *Federal Reserve Board* sobre o sistema bancário do país separando entre bancos públicos e de investimento (RAUCHWAY, 2008, p. 59). Além dessa medida, o *National Industrial Recovery Act* (1933) permitiu, entre outras atribuições, a construção de obras públicas por parte do governo federal. Outra medida de destaque foi a criação da *Social Security Administration* (Lei de Seguridade Social) (1935), a qual atuou, ainda que de maneira limitada, no sentido de proteger os trabalhadores desempregados (RAUCHWAY, 2008, p. 96-100). Mesmo a agricultura recebeu novos incentivos a partir de 1933 por meio de subsídios governamentais ou compras diretas de excedente (HOBSBAWM, 1995, p. 99).

O conjunto de medidas articuladas pelo *New Deal* evidenciam um processo de centralização decisória nas mãos do Executivo estadunidense no que diz respeito à política econômica. Algo que o próprio Perón, manifestava aberta simpatia e identificava sua política social como uma versão argentina da desempenhada pelos EUA sob o governo de Franklin D. Roosevelt (DEL CAMPO, 2012, p. 237). Destaca-se, ainda, a criação do *National Labor Relations Board* – NLRB (Conselho Nacional de Relações de Trabalho), em 1935, cujo objetivo era centralizar nas mãos do governo federal a regulação dos processos de negociação coletiva e controle da intensa atividade sindical do período (GROSS, vol. 1, 1974; ZINN, 1980, p. 384-392).

Na Inglaterra, ainda que a Segunda Guerra Mundial tenha impactado no que diz respeito às ideias sobre planejamento econômico e nacionalizações no pensamento e programa do Partido Trabalhista, esse impacto foi mais no sentido de cristalizar uma tendência já observada em anos anteriores (TOMLINSON, 1997, p. 21). Essas se complementavam com a concepção geral de que os problemas no balanço de pagamentos do país seriam solucionados por meio de um amplo incentivo à produção nacional (TOMLINSON, 1997, p. 69). Como mostra Hobsbawm (1995, p. 99-100), o trauma da Grande Depressão somado à possibilidade da revolução social tal qual experimentada na Rússia em 1917, pautou as políticas de pleno emprego impulsionadas pelos governos capitalistas reformados, assim como a construção dos sistemas de bem-estar social com destaque a partir dos anos 1940.

Na América Latina, o perfil da ação econômica de Estado apresentou semelhanças com o movimento histórico acima observado, ainda que observadas suas próprias particularidades. Políticas anticíclicas deram o tom da ação estatal, mas se observam casos de busca intencional pela transformação estrutural das economias, como, por exemplo, os casos de Brasil e México (FONSECA, 2003; MORAES, 2014). Planejamento e o nacionalismo econômicos se observam em inúmeros momentos, com destaque, por exemplo, na elaboração do *Plan Sexenal*, e uma série de instrumentos de financiamento da produção na gestão de Lázaro Cárdenas del Río, no México, ou o Plano de Obras e Equipamentos (POE), criado em 1943 sob Getúlio Vargas visando cinco anos de racionalização dos investimentos públicos no Brasil (BASTOS, 2011, p. 352).

Deve-se destacar ainda a proliferação de bancos nacionais de desenvolvimento entre os países latino-americanos. Tratou-se de uma tendência com destaque na primeira metade do século XX. Exemplos são inúmeros, mas destacam-se a Nafinsa e o Banco Nacional de Crédito Industrial, ambos criados no México respectivamente em 1934 e 1937; a Carteira de Crédito Agrícola, no Brasil em 1937; a Corfo, estabelecida no Chile desde 1939; o Instituto de Fomento Industrial, criado em 1940 e extinto em 2003 na Colômbia; o Banco de Crédito Industrial Argentino, ainda na etapa pré-peronista em 1944; e o brasileiro BNDE, de 1952, que nasceu sem a letra S (de social) pela qual hoje em dia o conhecemos. Mesmo fora da América Latina esse padrão de agências estatais criadas para estimular créditos industriais se fez presente. Basta observar o caso do Banco de Desenvolvimento do Japão, estabelecido em 1951, ou o Banco Coreano de Desenvolvimento, na Coreia do Sul em 1954. Todas agências públicas voltadas ao financiamento de setores industriais.

O governo como árbitro ativo nas relações trabalhistas não foi apenas uma prerrogativa ianque com o *New Deal*. No Brasil, em 1943 Getúlio Vargas sancionou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em linha com a perspectiva de constituição de marcos regulatórios e institucionais sobre o mercado de trabalho urbano. Na Itália, em 1927, sob o governo de Benito Mussolini se promulgava a *Carta del Lavoro*<sup>129</sup>, cujas influências sobre as ações de Perón e Vargas no que diz respeito à regulação do trabalho tem sido tema de muita controvérsia (CAMPANA, 2008). Independentemente disso, certo é que se trata de um momento histórico do mercado mundial capitalista em que os governos atuaram ativamente não apenas na coerção, mas fundamentalmente na constituição da regulação trabalhista tripartite envolvendo Estado, capital e trabalhadores. Evidentemente sob formas nacionais desse sentido comum na dinâmica internacional.

A reestruturação das finanças e das relações de trabalho ditaram o rumo dos acontecimentos em termos de política econômica ao longo das décadas de 1920 a 1940 em âmbito internacional. Uma mistura de greves, crise econômica e medo revolucionário por parte das classes dominantes pautou o rumo dos acontecimentos. Mesmo em regiões ainda não independentes politicamente, como partes do Caribe e da África Central e Setentrional observaram mudanças no sentido de conter as recorrentes greves de trabalhadores entre 1935 e 1940 (HOBSBAWM, 1995, p. 213).

A partir de 1945, um novo conjunto institucional foi construído entre os países capitalistas e que pode ser compreendido à luz de duas novas organizações estabelecidas desde então: O FMI e o Banco Mundial. Desse modo, por um lado, fundamentou-se um sistema monetário internacional a partir de taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis, controles de capitais e o monitoramento das políticas econômicas em nível nacional por parte do FMI, que também funcionaria como prestador de última instância para países com riscos de problemas em seus balanços de pagamentos (EICHENGREEN, 2008, p. 91). Por outro, o financiamento do desenvolvimento nos países alinhados aos EUA se daria por meio do Banco Mundial, ainda que, em seus primeiros anos, o foco de seus empréstimos tenha sido aos países europeus (EICHENGREEN, 2008, p. 106).

Entretanto, a Argentina apenas adentrou ao acordo de Bretton Woods a partir de 1956, após a saída de Perón da presidência. Isso pode ser visto como uma clara consequência da posição de neutralidade do país no conflito mundial e das críticas de Juan Domingo Perón ao

---

<sup>129</sup> Sobre a promulgação da *Carta del Lavoro*, de 1927, ver Knight (2003, p. 71-76).

imperialismo, notadamente ao governo dos EUA (KEDAR, 2010). Os efeitos práticos dessa situação argentina acarretaram dificuldades de financiamento das ações estatais, de modo que a repatriação da dívida externa se tornou um dos pilares da política externa de Perón ao assumir a presidência em 1946 (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 1h10min-1h16min20s).

O sentido das ações econômicas de Estado no intuito de intensificar o papel ativo e nacionalista do governo se deu também articuladas com as transformações no pensamento econômico desse período. Nesse sentido, se o final do século XIX concebeu uma Revolução Marginalista, não seria forçoso reconhecer que a primeira metade do século XX produziu também uma Revolução Heterodoxa nas ideias econômicas. O cerne das questões residia sobre a realização da mais-valia em um contexto de deterioração do sistema monetário internacional centrado no padrão-ouro após a Primeira Guerra Mundial e elevado desemprego (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 245-249).

Um dos pontos centrais que dava o tom dos debates econômicos era a crítica ao liberalismo econômico tanto como teoria quanto prática. Em meio à Grande Depressão inaugurada em 1929 e seus desastrosos efeitos sobre a economia, cujas repercussões em um país como os EUA podem ser vistas no clássico filme *Vinhas da Ira*, dirigido por John Ford e baseado na obra de John Steinbeck, “o que fazer?” se impunha como necessidade. Especialmente para as classes dominantes do mercado mundial, que viam a efervescência das agitações populares ganharem cada vez mais intensidade.

Dois autores merecem destaque nesse período: John Maynard Keynes e Michal Kalecki. Contudo, desde os debates marxistas sobre o imperialismo com Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin e Rudolf Hilferding, a questão das condições de reprodução do capitalismo e de suas tendências à concentração e centralização de capital já anunciavam as contradições do desenvolvimento combinado, desigual e desproporcional desse sistema (MARIUTTI, 2013). De qualquer forma, é com Kalecki ([1933] 1935) e Keynes ([1936] 2013) que se inaugura uma análise macroeconômica das flutuações em uma economia capitalista.

A questão monetária é aspecto fundamental no pensamento de Keynes, que desde seu *A Treatise on Money*, de 1930, já pontuava sobre a instável relação entre moeda e instabilidade da economia não apenas no longo prazo. A política monetária adquire papel central no processo, pois é por meio dela que as decisões de gasto e demanda monetária são

afetadas, dado que a moeda é endogenamente determinada e há dimensões psicológicas distintas sobre a mesma. A moeda, portanto, é vista por Keynes como uma instituição social capaz de ser representativa da riqueza.

A economia capitalista na visão de Keynes pode ser definida como sendo uma economia monetária da produção, a qual por sua vez não se configura em um único equilíbrio de pleno emprego, tal qual apregoavam os marginalistas, mas em situações de equilíbrio abaixo desse ponto, sendo possíveis, portanto, múltiplos tipos de equilíbrio. Nesse sentido, as incertezas em relação ao futuro acarretam decisões defensivas dos agentes e dificultam o sistema alcançar o pleno emprego.

O dinheiro assume uma característica específica numa economia monetária de produção, visto que ele é fundamentalmente reserva de valor, conectando-se com o caráter instável da economia capitalista em função da preferência pela liquidez, isto é, o grau de confiança dos agentes. Dessa maneira, o ponto central do desemprego para Keynes se centra na insuficiência de demanda efetiva, a qual apesar de poder ser resolvida pelo próprio funcionamento do sistema, acarretaria grandes custos sociais. Portanto, cabe ao governo papel central na impulsão da demanda efetiva em momentos de crise. Foi o que fez, por exemplo, Getúlio Vargas ao comprar e destruir os estoques excedentes de café entre 1931 e 1944 (FONSECA, 1999, p. 155). Uma espécie de “keynesianismo pré-Keynes”.

Embora politicamente distintos, em termos de teoria econômica é possível perceber certa sintonia fina entre Keynes e Kalecki. Porém, o último constrói seu arcabouço teórico a partir de categorias marxistas e, portanto, incorpora questões de classe de maneira mais clara em seu trabalho. Em todo caso, a preocupação central de ambos diz respeito à instabilidade inerente das economias capitalistas.

Em obra posterior, Kalecki ([1954] 1977) sintetiza de maneira clara, a partir do problema da realização da produção observado por Marx, suas ideias desenvolvidas desde o artigo de 1933 a respeito da instável dinâmica capitalista. Nesse sentido, a decisão de gastos dos capitalistas é central para a determinação dos lucros e das decisões de investimento. A taxa de lucro, portanto, constitui-se no aspecto determinante das economias capitalistas, ainda que a acumulação interna de capital e as variações no estoque de capital fixo se relacionem tanto com a poupança quanto com os lucros.

Na construção de seu modelo, Kalecki (1977) parte do esquema departamental marxista e o modifica de modo concebê-lo em três no seu modelo simplificado: o D1,

referente à produção de bens de capital; o D2, concernente à produção de bens de consumo capitalistas; e o D3, que diz respeito à produção de bens de consumo assalariados. “Dessa forma, o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os ‘fatores de distribuição’, determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional” (p. 67).

Dentro da concepção kaleckiana, a poupança não precede o investimento tal qual apregoavam os apologetas do livre-mercado. Em suas palavras, “o investimento, uma vez realizado, automaticamente fornece poupança necessária para financiá-lo” (KALECKI, 1977, p. 39). Isto ocorre, por exemplo, à medida que certos capitalistas utilizam suas reservas líquidas para investirem. Estas, por sua vez, passarão para outros capitalistas através das trocas interdepartamentais e serão também impelidos a investirem. Outro mecanismo é a concessão de crédito bancário que pagará o investimento precedente, não havendo razão para poupança prévia. Sendo assim, a taxa de juros tem papel secundário nesse processo, pois o investimento se autofinancia e se determina por decisões do passado.

Não obstante, é um trabalho de 1943 que Kalecki evidencia uma de suas contribuições fundamentais para os propósitos dessa tese. Em *Political Aspects of Full Employment* (Aspectos Políticos do Pleno Emprego), o autor analisa de maneira mais específica a economia política por trás dos determinantes do lucro e do pleno emprego dos meios de produção. Se um dos pré-requisitos para se tornar empresário é a prévia propriedade do capital e os lucros dependem das próprias decisões de gastos dos capitalistas, o que poderia afetar a oposição de líderes industriais às políticas governamentais de pleno emprego? Em suas palavras,

As razões para a oposição dos ‘líderes industriais’ ao pleno emprego alcançado pelo gasto governamental podem ser subdivididas em três categorias: (i) desgosto pela interferência do governo no problema do emprego enquanto tal; (ii) desgosto da direção do gasto do governo (investimento público e consumo subsidiado); (iii) desgosto das mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego (KALECKI, 1943, p. 2-3, tradução própria)<sup>130</sup>.

Isto é, o pleno emprego não é uma questão meramente técnica, mas fundamentalmente política e de classe. Em uma economia capitalista, o conflito distributivo se constitui aspecto

---

<sup>130</sup> “The reasons for the opposition of the ‘industrial leaders’ to full employment achieved by government spending may be subdivided into three categories: (i) dislike of government interference in the problem of employment as such; (ii) dislike of the direction of government spending (public investment and subsidizing consumption); (iii) dislike of the social and political changes resulting from the maintenance of full employment”.

central da política. Por um lado, o aumento de gastos através de endividamento público a fim de estimular a demanda efetiva enfrentará oposição conservadora. Há também o risco de investimentos públicos passarem a concorrer com os capitais privados, algo que não é do interesse da burguesia. Por outro lado, o aumento de gastos governamentais subsidiando o consumo dos trabalhadores correria o risco de aumentar o poder de barganha e consciência de classe desses, acirrando o conflito trabalho-capital. Nesse sentido, vale observar a situação argentina concreta dos anos 1940 e as restrições capitalistas expressadas de maneira clara em relação às ações de Perón na STP:

Acrescente-se a indisciplina que necessariamente gera nos estabelecimentos o uso sempre mais generalizado de certa terminologia que apresenta os empregadores em uma posição de prepotência e a cada acordo, não como um ato de justiça, senão como uma “conquista” que por ser necessária os trabalhadores saberiam defender ainda com a força. Trata-se de palavras e de conceitos mal assimilados, semelhantes aos que usavam os velhos organizadores socialistas durante a primeira fase do sindicalismo operário, nos países em que uma velha e ultrapotente organização e concentração industrial parecia ter criado um abismo entre empregadores e operários, mas que tem sido substituídos ultimamente, também nesses países, por uma nova concepção que considera tanto os trabalhadores como os industriais dois elementos igualmente meritórios que concorrem com sua atividade para o progresso da produção e ao bem-estar do país (La Nación, 22/12/1944 *apud* Del Campo, 2012, p. 234, tradução própria)<sup>131</sup>.

Parece claro, por meio dessa longa declaração dos industriais argentinos através de um periódico tipicamente associado aos interesses da burguesia no país, como é o jornal *La Nación*, que os conflitos entre trabalho e capital poderiam ser resolvidos “amigavelmente”, desde que não se entendesse como “conquista” dos trabalhadores. Tais percepções danosas causariam “indisciplina”, o que certamente não era desejável por parte de quem enxergava nessa época a consolidação da URSS como alternativa ao sistema capitalista.

É em meio a problemas de realização da mais-valia e reprodução capitalista concomitantes à “ameaça” de avanço comunista que as classes dominantes buscavam soluções práticas. Ao mesmo tempo, as organizações e partidos de trabalhadores intensificavam suas ações e reivindicações, ainda que sob diferentes circunstâncias e

---

<sup>131</sup> “Agréguese la indisciplina que necesariamente engendra en los establecimientos el uso siempre más generalizado de cierta terminología que hace presentar a los patronos en una posición de prepotencia y a cada arreglo, no como un acto de justicia, sino como una ‘conquista’ que de ser necesario los trabajadores sabrían defender aun con la fuerza. Trátase de palabras y de conceptos mal asimilados, semejantes a los que usaban los viejos organizadores socialistas durante la primera faz del gremialismo obrero, en los países en que una vieja y ultrapotente organización y concentración industrial parecía haber creado un abismo entre empleadores y obreros, pero que han sido sustituidos últimamente, también en esos países, por una nueva concepción que considera tanto a los obreros como a los industriales dos elementos igualmente meritorios que concurren con su actividad al progreso de la producción y al bienestar del país”.

condições. Como já foi dito, na Argentina, por exemplo, o direito de greve sequer havia sido conquistado, assim como a cena política se mantinha restritiva à entrada de partidos populares ou de uma agenda mais democrática. Em meio a isso, Perón era recebido com desconfianças tanto por parte das classes dominantes quanto das populares.

A crescente radicalização de seus discursos, a partir de 1945, na redefinição do “inimigo comum” como sendo a “oligarquia” deve ser vista à luz dessa conjuntura (ADAMOVSKY, 2012, p. 180). Nesse sentido, a aposta trabalhista parecia um caminho possível para conter a explosão de greves e conflitos pelo país, a partir de 1946, assim como possibilitava abertura para as forças sindicais pressionarem desde o interior do Estado por seus interesses (ADAMOVSKY, 2012, p. 186). Uma saída que envolvia necessariamente rompimento com a tradicional defesa do liberalismo econômico por parte dos setores economicamente dominantes na Argentina.

#### 4.4. A INTENCIONALIDADE DA AÇÃO ECONÔMICA DE ESTADO

“Intencionalidade’, como filósofos usam a palavra, refere àquele aspecto de estados mentais pelo qual estão direcionados, ou a respeito de, ou de situações no mundo além delas mesmas” (SEARLE, 2001, p. 34, tradução própria)<sup>132</sup>. Essa típica definição da filosofia analítica sobre *intencionalidade*, ainda que atípica em relação aos fundamentos metodológicos dessa tese, ajuda compreender como esse conceito pode ser útil na análise do sentido da política econômica. Até porque, como destaca logo à frente o mesmo autor, *intencionalidade* não se resume a uma *pretensão* sobre algo, ainda que a última esteja contida na primeira. “Intenções, como desejos, não são verdadeiras ou falsas, mas são realizadas ou não realizadas, dependendo se o comportamento da pessoa com a intenção vem a corresponder ao conteúdo da intenção” (SEARLE, 2001, p. 37, tradução própria)<sup>133</sup>.

Por outro lado, com base em Fonseca (2003), pode-se dizer que, do ponto de vista da economia política, a intencionalidade não existe como exterior ao fenômeno que diz respeito. Não é uma coisa-em-si, como aparentemente argumenta John Searle, mas se apreende por meio de atos deliberados que revelam intenções de si. Porém, mesmo o filósofo analítico

<sup>132</sup> “‘Intentionality’, as philosophers use the word, refers to that aspect of mental states by which they are directed at, or about, or of states of affairs in the world beyond themselves”.

<sup>133</sup> “Intentions, like desires, are not true or false but are carried out or not carried out, depending on whether the behavior of the person with the intention comes to match the content of the intention”.

Searle parece depois flertar com a dialética, pois, como afirma na citação anterior, a *intencionalidade* se realiza em relação a algo que está em movimento. Isto é, depende do conteúdo intencional, cuja substância advém da conjunção entre o ser e sua interação com o ambiente que o constitui. E é exatamente sobre isso que procurarei tratar nessa seção, quer dizer, de que modo se pode revelar a intencionalidade da ação econômica de Estado sob o peronismo de Perón na prática?

Para isso, evidentemente não basta apenas apontar o conjunto de desejos ou crenças individuais de Juan Domingo Perón, seja como militar, político ou intelectual, ou ainda de outras pessoas envolvidas diretamente em seus governos. O sentido da política econômica emerge através da sincronia coesa e coerente, ainda que contraditória, entre manifestas intenções e movimentos do Real. Com isso, uma série de mediações simbólicas e imaginárias condicionam e constroem as agências individuais de modo a conformar sentido psicanalítico para a ação estatal. No entanto, ainda que se reconheça o impacto dessa perspectiva sobre o social, o foco da análise procurará evidenciar a articulação entre estratégia de acumulação e projeto hegemônico na relação entre economia e política da ação econômica de Estado na Argentina, entre 1946 e 1955.

Concretamente, revelar a intencionalidade dos governos de Perón passa por uma análise dos discursos proferidos pelo General desde quando foi secretário da STP, entre 1943 e 1945, até seu período como presidente eleito a partir de 1946. Além disso, o destacado papel de Evita também merece destaque, notadamente no que diz respeito à construção do Partido Peronista Feminino e da luta pelo direito legal ao voto das mulheres. Outrossim, tais discursos não devem ser tomados como dotados de absoluta autonomia sobre a realidade (FONSECA, 1999, p. 22). É preciso contrapô-los às ações governamentais efetivamente tentadas, embora não necessariamente realizadas, visto que as intenções concretizadas dependem da dinâmica política para se realizarem. Essas ações se traduzem em Leis, Decretos, documentos técnicos que expressam planos de governo, etc.

Durante o período em que foi secretário, Perón deu os primeiros sinais sobre como entendia o papel do setor público na busca da coesão social. Em um dos primeiros discursos onde fala sobre a política social do Estado caracteriza os atores fundamentais – “patrões, trabalhadores e o Estado constituem as partes de todo problema social (PERÓN, 01/12/1943,

tradução própria)<sup>134</sup> – e como a ação estatal deveria buscar a justiça entre capital e trabalho, evitando, assim, o conflito entre as classes.

O Estado se mantinha afastado da população trabalhadora. Não regulava as atividades sociais como era seu dever, apenas tomava contato de forma isolada quando o temor de ver perturbada a ordem aparente da rua o obrigava a descer da torre de marfim de seu abstencionismo suicida. Não percebiam os governantes de que a indiferença adotada frente as contendas sociais, facilitava a propagação dessa rebeldia porque era precisamente o ouvido e os deveres patronais que, livres da tutela estatal, submetiam aos trabalhadores a única lei de sua conveniência. Os operários por sua parte, ao conseguirem o predomínio das agrupações sindicais, enfrentavam a própria autoridade do Estado, pretendendo disputar o poder político. O progresso social tem levado todos os países cultos a suavizar o choque de interesses e converter em medidas permanentes de justiça, as relações que antes eram deixadas ao azar das circunstâncias provocando conflitos entre o capital e o trabalho (PERÓN, 01/12/1943, tradução própria)<sup>135</sup>.

Para buscar essa coesão, Perón foi até a *Bolsa de Comercio*, cujo discurso já foi em parte comentado anteriormente, para primeiro desmentir as acusações que o colocavam como um “inimigo dos capitais”. Tal atitude se justifica em virtude da mobilização patronal articulada entre 321 entidades que produziram um Manifesto do Comércio e da Indústria, encaminhado à presidência da república em 16 de junho de 1945. “Assinalava o documento o alerta produzido pelo projeto de salário mínimo vital e móvel, aumento de salários e participação nos lucros” (DEL CAMPO, 2012, p. 246, tradução própria)<sup>136</sup>. Em agosto, Perón foi à *Bolsa de Comercio* e negou ser anticapitalista, “porque sei que a defesa dos interesses dos homens de negócios, dos industriais, dos comerciantes, é a defesa mesma do Estado” (PERÓN, 25/08/1944, tradução própria)<sup>137</sup>.

Por isso, após longo discurso, pedia duas coisas à burguesia argentina ali reunida: “primeiro, uma obra social de colaboração em cada ateliê, em cada fábrica, ou em cada

<sup>134</sup> “*Los patrones, los obreros y el Estado constituyen las partes de todo problema social*”.

<sup>135</sup> “*El Estado manteníase alejado de la población trabajadora. No regulaba las actividades sociales como era su deber, sólo tomaba contacto en forma aislada cuando el temor de ver turbado el orden aparente de la calle le obligaba a descender de la torre de marfil de su abstencionismo suicida. No se percataban los gobernantes de que la indiferencia adoptada ante las contiendas sociales, facilitaba la propagación de esta rebeldía porque era precisamente el olvido de los deberes patronales que, libres de la tutela estatal, sometían a los trabajadores a la única ley de su conveniencia. Los obreros por su parte, al lograr el predominio de las agrupaciones sindicales, enfrentaban a la propia autoridad del Estado, pretendiendo disputar el poder político. El progreso social ha llevado a todos los países cultos a suavizar el choque de intereses y convertir en medidas permanentes de justicia, las relaciones que antes quedaban libradas al azar de las circunstancias provocando conflictos entre el capital y el trabajo*”.

<sup>136</sup> “*Señalaba el documento la alarma producida por el proyecto de salario mínimo vital y móvil, aumento de los salarios y participación em las ganancias*”.

<sup>137</sup> “*Se ha dicho, señores, que soy un enemigo de los capitales, y si ustedes observan lo que les acabo de decir no encontrarán ningún defensor, diríamos, más decidido que yo, porque sé que la defensa de los intereses de los hombres de negocios, de los industriales, de los comerciantes, es la defensa misma del Estado*”.

oficina, mais humana que nenhuma outra; segundo, a nomeação de uma comissão composta pelos senhores, para que possa trabalhar conosco” (PERÓN, 25/08/1944, tradução própria)<sup>138</sup>. Vale destacar que a palavra “revolução” foi enunciada apenas três vezes em todo o discurso na *Bolsa de Comercio*, e apenas para falar sobre o golpe militar que em 1943 pôs fim ao período conhecido como *década infame*. Perón sabia onde pisava e para quem falava, de modo que ao se dirigir para trabalhadores ou *descamisados* suas palavras tendiam a ter um tom mais radical, ainda que o sentido permanecesse o mesmo: justiça social entre capital e trabalho por meio do Estado. Já em solo tipicamente burguês, alertava sobre o perigo da “agitação das massas”, especialmente no vintouro pós-guerra.

Em outra oportunidade, no dia do trabalhador de 1945, Perón em uma mensagem de rádio expõe entre outras coisas como a STP vinha trabalhando para buscar essa resolução pacífica de conflitos. Entre dezembro de 1943 e aquele dia, Perón elencou detalhadamente “a sanção de 29 decretos e a realização de 319 convênios e 174 gestões conciliatórias” que haviam sido acordadas junto à STP, de modo que “se beneficiou a 2.582.400 pessoas” (PERÓN, 01/05/1945, tradução própria)<sup>139</sup>. Não cabe aqui listar a longa lista de ações promovidas e por ele proferidas em seu discurso, sendo que algumas delas inclusive já foram expostas anteriormente ao longo do capítulo. Basta notar-se o sentido das ações tomadas sob o comando de Perón na STP: resolver questões trabalhistas de maneira rápida e evitar ao máximo a politização das disputas rumo ao confronto direto.

Em meio a forte campanha das classes dominantes, de sindicatos “independentes” e o apoio estratégico do governo estadunidense sob o Embaixador Spruille Braden, Perón se viu forçado a renunciar ao cargo da STP. Não antes sem denunciar o imperialismo e seus interesses associados à “oligarquia” do país e se declarar junto à luta dos trabalhadores. “Dentro dessa fé democrática fixamos nossa posição incorruptível e indomável frente à oligarquia. Pensamos que os trabalhadores devem confiar em si mesmos e recordar que a emancipação da classe operária está no próprio operário” (PERÓN, 10/10/1945, tradução própria). É nesse momento que as forças opositoras começaram a denunciar seu suposto caráter fascista, um mito propagado em grande parte pelo diplomata estadunidense (PERÓN, 1946).

<sup>138</sup> “[...] *primero, una obra social de colaboración en cada taller, en cada fábrica, o en cada oficina, más humana que ninguna otra cosa; segundo, el nombramiento de una comisión compuesta por los señores, para que pueda trabajar con nosotros*”.

<sup>139</sup> “[...] *la sanción de 29 decretos y la realización de 319 convenios y 174 gestiones conciliatorias, se ha beneficiado a 2.582.400 personas*”. Curiosamente, entre as profissões beneficiadas estavam a dos economistas, contadores e atuários, que com o Decreto 5.103, de março de 1945, passavam a ser regulamentadas.

A resposta popular se deu sob mobilização em 17 de outubro de 1945 e uma greve geral convocada pela central sindical *Confederación General del Trabajo* (Confederação Geral do Trabalho – CGT). Parecia claro que as eleições de 1946 não poderiam ocorrer sem o nome de Perón, o qual as venceu com 53,7% dos votos (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, p. 110).

Em seu discurso de posse, Perón explicita suas intenções como presidente popular. Em termos especificamente econômicos, destacam-se as passagens transcritas:

Não consentirei desandar o caminho percorrido pela revolução em ponto a reivindicações dos trabalhadores; pelo contrário: será perseguida a rota de melhoramento social de todos os habitantes de nossa pátria. Mas *tampouco poderá limitar-se a livre iniciativa individual e a livre atuação do capital privado, sempre que a primeira respeite a liberdade dos demais e o capital não pretenda erguer-se em instrumento de dominação econômica.* [...]. O imperativo dever que me atribui a Constituição de promover o bem-estar geral implica, antes de tudo, construir e manter em boa ordem uma sadia estrutura social e econômica. *Os recursos naturais constituem os cimentos dessa estrutura. Seu aproveitamento requer estimular a produção. Daí que tenha propagado a industrialização do país. Agora não se deve dar um sentido exagerado a esse propósito. Para realizar uma industrialização adequada, se determinarão as atividades que requerem o apoio do Estado [...]* Atribuo transcendental importância a diversas iniciativas em preparação, que serão submetidas a vossa honorabilidade com caráter de urgência, tendentes a futura intervenção do poder público na solução dos problemas relativos à proteção e fomento da indústria, abastecimento de recursos energéticos, incremento das vias de comunicação e regulação do transporte (PERÓN, 04/06/1946, destaques e tradução próprios)<sup>140</sup>.

Sua fala deixa claro que buscará a já explicitada “justiça social” para com o povo argentino, sem, no entanto, desordem social ou vinganças. Além disso, anuncia claramente que um dos pilares da ação econômica governamental em sua gestão será o intervencionismo planejado, porém seletivo, em relação às atividades industriais. Na visão de Perón, justiça social se alcança também com equilíbrio regional e setorial no desenvolvimento econômico.

---

<sup>140</sup> “No consentiré desandar el camino recorrido por la revolución en punto a reivindicaciones de los trabajadores; por el contrario: será proseguida la ruta de mejoramiento social de todos los habitantes de nuestra patria. Pero tampoco podrá limitarse la libre iniciativa individual y la libre actuación del capital privado, siempre que la primera respete la libertad de los demás y el capital no pretenda erigirse en instrumento de dominación económica. [...]. El imperativo deber que me asigna la Constitución de promover el bienestar general implica, ante todo, construir y mantener en buen orden una sana estructura social y económica. Los recursos naturales constituyen los cimientos de esa estructura. Su aprovechamiento requiere estimular la producción. De ahí que haya propalado la industrialización del país. Ahora que no debe darse un sentido exagerado a este propósito. Para lograr una industrialización adecuada, se determinarán las actividades que requieren el apoyo del Estado [...]. Asigno trascendental importancia a diversas iniciativas en preparación, que será sometidas a vuestra honorabilidad con carácter de urgencia, tendientes a robustecer y perfeccionar hasta el límite compatible con legítimos intereses, la futura intervención del poder público en la solución de los problemas relativos a la protección y fomento de la industria, aprovisionamiento de recursos energéticos, incremento de las vías de comunicación y regulación del transporte”.

Quatro meses após seu discurso frente a Assembleia Legislativa do país, Perón encaminha ao Congresso o Primeiro Plano Quinquenal (PPQ) de seu governo, o qual versaria sobre o período de 1947 a 1951. Na mensagem junto ao plano, explica:

A finalidade que se perseguiu é substancialmente de caráter social; situar a economia do país a serviço de todos os habitantes, *para que todos sejam coparticipes de suas riquezas em proporção a sua capacidade e ao esforço que ao bem da comunidade realizem*, ao mesmo tempo que se aumente a renda nacional como consequência da mobilização da riqueza e da produção e também da elevação do nível econômico dos cidadãos que há de se traduzir em maior consumo (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 67 tradução própria)<sup>141</sup>.

Alguns comentários preliminares parecem necessários em virtude do conteúdo dessa mensagem e especialmente do trecho acima por mim destacado. Em primeiro lugar, Perón insiste que o plano de governo possui “caráter social”, isto é, visa a justiça social já há muito defendida. Chama atenção a inusitada semelhança do trecho destacado em itálico com a famosa frase de Marx ([1875] 2012, p. 33) em sua Crítica ao Programa de Gotha: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. Perón nunca foi marxista, pelo contrário, sempre rejeitou o que considerava ideologias estrangeiras, que em sua opinião visavam a desestabilização nacional. Em todo caso, é notório o sentido igualitário de suas palavras introdutórias ao PPQ para os parlamentares argentinos.

Em segundo lugar, vale destacar que o “social” aparece antes do “econômico”. Dito de outra forma, nas palavras de Perón parece claro que a intenção do plano é colocar o crescimento econômico como consequência do processo de construção da política social do Estado, não como o objetivo em si do planejamento estatal em seu governo. Essa observação é importante, pois nos ajudará apreender o sentido da política econômica em relação à estratégia de acumulação vigente.

De modo geral, o PPQ se resume a 27 mudanças legais, que versam desde a reorganização administrativa do Estado, passando pela educação nacional em todos os níveis, incremento do sufrágio universal através da garantia de voto às mulheres e suboficiais das forças armadas, até questões especificamente econômicas (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 69-71). Sobre essas, sobressaem o projeto de lei a respeito de arrendamentos rurais, o qual

---

<sup>141</sup> “*La finalidad que se ha perseguido es substancialmente de carácter social social; situar la economía del país al servicio de todos los habitantes, para que todos sean coparticipes de sus riquezas en proporción a su capacidad y al esfuerzo que en bien de la comunidad tealicen, al mismo tiempo que se aumente la renta nacional como consecuencia de la movilización de la riqueza y de la producción y también de la elevación del nivel económico de los ciudadanos que ha de traducirse en mayor consumo*”.

“facilitará a exploração em pequena escala de propriedades fora do raio urbano com destino à produção agropecuária em qualquer de suas especializações” (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 49, tradução própria)<sup>142</sup>. Perón inclusive repete um trecho de seu discurso de posse, onde afirma que a terra se destina a quem nela trabalha (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 50). O que certamente não deve ter deixado contente os correligionários da Sociedade Rural Argentina.

Ainda em termos estritamente econômicos, que no PPQ é considerado no capítulo 5 sobre a produção, o plano é explícito quanto à urgência do suporte à indústria nacional argentina. “Em tal sentido o país deve se organizar para evitar o possível que os produtos primários do mesmo saiam como matéria sem elaborar e voltem depois em forma de produtos manufaturados que deixam o trabalho e o benefício no exterior” (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 407, tradução própria)<sup>143</sup>. Para tanto, o PPQ define um conjunto de ações como projeto de lei sobre setores industriais, com destaque para alimentícios, florestal e minérios.

Mas, como o próprio plano destaca claramente na parte sobre *politica de la industrialización*, “em primeiro lugar deverão se consolidar as indústrias já instaladas que elaboram matérias primas nacionais para satisfazer necessidades de consumo, tanto derivadas da agricultura e pecuária, como as que provém da produção florestal e mineira” (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 358, tradução própria)<sup>144</sup>. Tal ressalva deixa claro que o objetivo industrial principal do PPQ não é internalizar um departamento produtor de bens de capital, mas coordenar a expansão já existente de modo a aprofundar conscientemente a substituição de importações. Não se trata, portanto, de uma consciência de atraso explicitada pelo plano, porém contra práticas desleais de concorrência estrangeira “ou quando a concorrência do exterior faça ameaçar atividades produtoras cuja continuidade e desenvolvimento sejam convenientes para a economia do país” (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 358, tradução própria)<sup>145</sup>.

A pertinência dessa observação se justifica em virtude das recorrentes comparações com outras experiências nacionalistas latino-americanas, notadamente as desenvolvimentistas,

---

<sup>142</sup> “El proyecto de ley de arrendamientos rurales facilitará la explotación en pequeña escala de propiedades fuera del radio urbano con destino a la producción agropecuaria en cualquiera de sus especializaciones”.

<sup>143</sup> “En tal sentido el país debe organizarse para evitar en lo posible, que los productos primarios del mismo salgan como materia sin elaborar y vuelvan después en forma de productos manufacturados que dejan el trabajo y el beneficio en el exterior”.

<sup>144</sup> “En primer lugar deberán consolidarse las industrias ya instaladas que elaboran materias primas nacionales para satisfacer necesidades de consumo, tanto las derivadas de la agricultura y la ganadería, como las que provienen de la producción forestal y minera”.

<sup>145</sup> “[...] o cuando la competencia del exterior haga peligrar actividades productoras cuya continuidad y desarrollo sea conveniente para la economía del país”.

como foi o caso dos governos de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945; 1951-1954). Apesar da existência de um planejamento que coloque a indústria como eixo importante de sua articulação, o PPQ não estabelece suas ações a partir da industrialização por visar superação da condição de atraso. Na verdade, as intenções expressadas no PPQ parecem sugerir que antes de “desenvolver” os setores industriais, era preciso “consolidar” a produção industrial já existente. Desse modo, ao menos nesse momento, a intencionalidade da política econômica peronista não parece seguir uma estratégia desenvolvimentista<sup>146</sup>.

No âmbito da obra social do PPQ, o projeto de lei sobre a possibilidade dos trabalhadores se tornarem acionistas das empresas em que estavam associados deve ter dado dor de cabeça à fração industrial dos capitalistas argentinos. Até porque, esses já haviam se posicionado veementemente contra esse tipo de possibilidade por meio do Manifesto patronal de 1945, mencionado um pouco antes no capítulo. No âmbito jurídico, salienta-se a proposta de ampliação dos Foros do Trabalho para todo território nacional, cujo propósito era a unificação legislativa da justiça trabalhista.

Ferrari (2008a, p. 82-99) analisa pormenorizadamente os aspectos centrais dos instrumentos de política econômica peronista utilizados entre 1946 e 1955. O controle do sistema financeiro, iniciado ainda em 1946 por meio do Decreto 8.503 que nacionalizou o BCRA e permitiu maior capacidade de direcionamento público dos recursos financeiros no país foi uma das primeiras medidas nessa direção. No âmbito da estrutura bancária, sublinhou-se papéis diferenciados entre o *Banco de la Nación*, o *Banco Hipotecario Nacional*, o *Banco de Crédito Industrial Argentino* (BCIA) e a *Caja Nacional de Ahorro Postal*. Os bancos comerciais privados não foram estatizados, mas se redesenhou o sistema financeiro de modo a favorecer a indústria e o emprego, mudando o sentido de atuação do BCRA, que em suas origens visava apenas o equilíbrio entre crédito e volume de negócios (ROUGIER, 2012, p. 49).

Ainda na esfera da reforma financeira, cabe salientar a criação de duas instituições nesse período. A primeira foi o *Instituto Mixto Argentino de Reaseguros* (IMAR), sancionado por força da Lei 12.988, de 24/06/1947, e posteriormente nacionalizado em 1952. Como argumenta Rougier (2012) “tinha o objetivo de organizar, regular e ter um maior controle nacional do mercado de seguros, até então principalmente nas mãos de companhias

---

<sup>146</sup> “o desenvolvimentismo passa a ser um guia de ação cuja ideologia concebe o desenvolvimento não mais apenas como meio para atingir um fim, mas como fim em si mesmo, pois incorpora em seu conceito os próprios valores perseguidos. Na prática, o Estado desenvolvimentista típico tenderá a subordinar toda ação estatal a este propósito [...]” (FONSECA, 2014, p. 49).

estrangeiras que drenavam divisas ao exterior” (p. 56-57, tradução própria)<sup>147</sup>. Já a segunda mudança institucional se deu com a criação do *Instituto Mixto de Inversiones Mobiliarias* (IMIM) através do Decreto 15.625, em 1947. Visava a consolidação de um mercado regulamentado e privado de capitais para garantir fomento industrial de longo prazo e o aburguesamento dos interesses econômicos de amplos setores da sociedade argentina<sup>148</sup>.

Outro instrumento de política econômica nesse período se deu por meio do controle sobre o comércio internacional. Para tanto, ressalta-se o importante papel do *Instituto Argentino Mixto para la Promoción del Intercambio* (IAPI), criado em maio de 1946 como parte da reforma financeira em curso<sup>149</sup>. Entre suas atribuições residia a administração da balança comercial do país, de forma que “o governo comprava a um preço fixo dos produtores e revendia aos preços internacionais, que nesse contexto do imediato pós-guerra, [...], encontravam-se excepcionalmente altos” (ROUGIER, 2012, p. 54, tradução própria)<sup>150</sup>. Desse modo, o IAPI funcionou como peça fundamental para os propósitos de justiça social definidos por Perón, visto que ao monitorar os preços agropecuários em um contexto de melhora dos termos de troca centralizava no Estado a capacidade de gerenciar e direcionar esses recursos de acordo com sua política social.

Um terceiro instrumento de ação econômica peronista se deu por meio do incremento das atividades estatais, com destaque para as nacionalizações dos serviços públicos e a criação da marinha mercante argentina. Como o próprio Perón afirmou em entrevista filmada em 1971, o objetivo dessas ações era reduzir os gastos com frete e serviços financeiros pagos ao exterior (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 1h17min a 1h25min30s). Desse modo, nacionalizaram-se uma série de empresas estrangeiras responsáveis pela distribuição

---

<sup>147</sup> “[...] tenía el objetivo de organizar, regular y tener un mayor control nacional del mercado de seguros, hasta entonces principalmente en manos de compañías extranjeras que drenaban divisas al exterior”.

<sup>148</sup> “Não existiam antecedentes de uma instituição com essas características, salvo o *Instituto Mobiliare Italiano*, criado pelo regime fascista em 1931 com o fim de resgatar algumas empresas falidas durante a particular conjuntura da crise econômica internacional, e que logo incorporado à *holding* estatal *Instituto per la Ricostruzione Industriale* (IRI) assumiria o financiamento das empresas industriais através da emissão de ações e empréstimos” (*No existían antecedentes de una institución con estas características, salvo el Instituto Mobiliare Italiano, creado por el régimen fascista en 1931 con el fin de rescatar algunas empresas en quiebra durante la particular coyuntura de la crisis económica internacional, y que luego de incorporado al holding estatal Instituto per la Ricostruzione Industriale (IRI) asumiría el financiamiento de las empresas industriales a través de la emisión de acciones y prestamos*) (ROUGIER, 2012, p. 58, tradução própria).

<sup>149</sup> “o IAPI foi uma instituição chave na gestão peronista. Caído o regime, em 1955 foi declarado em liquidação até ser fechado em 1958” (*el IAPI fue una institución clave en la gestión peronista. Caído el régimen, en noviembre de 1955 fue declarado en estado de liquidación hasta ser cerrado en 1955*) (FERRARI, 2008a, p. 88, tradução própria).

<sup>150</sup> “el gobierno compraba a un precio fijo a los productores y revendía a los precios internacionales que en ese contexto de la inmediata posguerra, [...], se encontraban excepcionalmente altos”.

de gás, ferrovias, transportes e comunicações, e a criação, em 1941, da Marinha Mercante Argentina por meio do Decreto 103.316 (FERRARI, 2008a, p. 88).

Nesse aspecto, a relevante atribuição cabível ao IAPI se fez presente, visto que, como afirmou Perón na mesma entrevista, por meio dos estoques agrícolas acumulados “as estradas de ferro as pagamos com trigo” (PERÓN, *LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 1h24min36s, tradução própria)<sup>151</sup>. De acordo com dados de Orlando Ferreres citados em informativo da *Bolsa de Comercio de Rosario*, entre 1946 e 1957 as operações do IAPI controlaram entre 60% e 90% das exportações totais, com destaque para 1949 em que esse percentual alcançou a marca de 98,3% do total (BOLSA DE COMERCIO DE ROSARIO, 30/12/2010, p. 5).

Convém realçar que no discurso de posse frente a Assembleia Legislativa do país anteriormente referenciado, Perón explicitamente afirmou que a regulação dos transportes seria um dos objetivos de seu governo. Tais ações indicam coerência entre intenção e prática, de modo que dificilmente se pode argumentar que sua gestão tentou “surpreender” os agentes econômicos. As medidas tomadas foram previamente anunciadas e articuladas entre si, evidenciando a racionalidade e a coerência em torno delas.

Observa-se essa característica também por meio das ações voltadas à promoção e defesa da indústria nacional, outro dos instrumentos de política econômica levados à frente nesse período (FERRARI, 2008a, p. 89). Desde seletivos controles quantitativos e qualitativos sobre as importações de acordo com a designação das indústrias de interesse nacional, até políticas de fomento industrial incentivadas desde o BCIA. Mesmo antes da primeira eleição de Perón esse mecanismo seletivo já se desenhava, haja visto o Decreto 14.630, de 1944, que definiu 40 setores industriais como sendo de interesse nacional (FERRARI, 2008a, p. 89). Além disso, a Lei 12.987 visou a produção nacional de aço ao definir um plano siderúrgico para o país em 1947. Este estabeleceu parâmetros privados e de parcerias público-privadas visando o fornecimento da indústria de transformação como “a *Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina* (SOMISA), sob o comando da Direção Geral de Fábricas Militares e com financiamento do IAPI” (FERRARI, 2008a, p. 90, tradução própria)<sup>152</sup>.

Desde a constituição do Conselho Nacional de Pós-Guerra (*Consejo Nacional de Posguerra*), em 1944, definiram-se elementos de planejamento econômico do país para

---

<sup>151</sup> “Los ferrocarriles los pagamos con trigo”.

<sup>152</sup> “la Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina (SOMISA), bajo el comando la Dirección General de Fabricaciones Militares y con financiamiento del IAPI”.

depois do encerramento do conflito mundial a partir de perspectiva teórica subconsumista (BRENNAN; ROUGIER, 2013). Nesse sentido, o foco na redistribuição da riqueza a partir do crescimento dos salários e do emprego foi um instrumento fundamental para isso. Como pontua Rougier (2012, p. 43, tradução própria), “através de distintos mecanismos, as políticas públicas tenderam a modificar os preços relativos de forma tal que acentuaram o poder de compra dos salários [...]”<sup>153</sup>. Isso se fez presente por meio de controles de preços sobre serviços públicos, impulsionados desde as nacionalizações anteriormente comentadas, e também incentivos creditícios ao consumo das famílias.

Um exemplo disso se ilustra na data 16 de fevereiro de 1950, dia em que Evita Perón discursou para 427 famílias sorteadas que haviam recebido o direito à moradia no bairro Juan Perón, homenagem ao General Perón na cidade autônoma de Buenos Aires. “Fez-se um estudo perfeito no Ministério da Fazenda e a Fundação [Eva Perón] conserva essas planilhas para poder ir colocando as famílias restantes. Tivemos a sorte de que nesse sorteio as 427 famílias resultaram ser descamisadas e autenticamente peronistas” (DUARTE DE PERÓN, 16/02/1950, tradução e acréscimo próprios)<sup>154</sup>.

Nesse mesmo ano de 1950, Evita foi bastante ativa politicamente. Frente às mulheres reunidas no Partido Peronista Feminino (*Partido Peronista Femenino*), Evita lembrou a mobilização popular do 17 de outubro de 1945, a qual garantiu a força da candidatura de Perón à presidência no ano seguinte, e o papel das mulheres no governo de Perón. “E já que ele tem como coluna vertebral a classe trabalhadora, nós queremos ser uma de suas vértebras dessa maravilhosa coluna sobre a qual se apoia, respalda e com a qual trabalha tão tranquilo o General Perón” (DUARTE DE PERÓN, 04/05/1950, tradução própria)<sup>155</sup>.

Perón em suas manifestações públicas havia deixado claro sua busca por uma institucionalização da luta de classes, reconhecendo a distinção de interesses entre capital e trabalho, mas procurando uma resolução pacífica por meio do Estado. Para a burguesia argentina, conter o possível avanço comunista era fundamental e o General sinalizava claramente suas intenções nesse sentido. Ao mesmo tempo, a viabilização de uma sociedade

<sup>153</sup> “a través de distintos mecanismos, las políticas públicas tendieron a modificar los precios relativos de forma tal que acentuaron el poder de compra de los salarios [...]”.

<sup>154</sup> “Se ha hecho un estudio perfecto en el Ministerio de Hacienda y la Fundación [Eva Perón] conserva esas planillas para poder ir ubicando a las familias restantes. Hemos tenido la suerte de que en este sorteo las 427 familias han resultado ser descamisadas y auténticamente peronistas”.

<sup>155</sup> “Y ya que él tiene como columna vertebral a la clase trabajadora, nosotras queremos ser una de las vértebras de esa columna maravillosa sobre la cual se apoya, respalda y con la cual trabaja tan tranquilo el General Perón”.

industrial controlada fortalecia politicamente os interesses da fração industrial dos capitalistas argentinos.

Observadas em conjunto, as ações tomadas nos governos de Perón visavam aumentar a disponibilidade de crédito industrial no país e redirecionando-o por meio do Estado. Contudo, o desenvolvimento econômico não seria colocado como fim, mas como meio para atingir a justiça social. A estratégia de acumulação continuaria sendo a substituição de importações, condicionada aos anseios da política social do Estado.

Brennan; Rougier (2013) argumentam que além do redirecionamento houve também subsídio monetário para a burguesia industrial, visto que, do ponto de vista financeiro, “[...] em particular as taxas diferenciais de juros estabelecidas pelo Banco Central para aquelas atividades industriais que buscava promover, resultaram ser menores do que a taxa de inflação experimentada naqueles anos” (p. 83, tradução própria). Esse subsídio pode ser visto como uma compensação ao aumento real dos salários, que nominalmente superaram a inflação e corresponderam a um crescimento de 60%, entre 1945 e 1948 (ROUGIER, 2012, p. 43).

Em 1949, o Congresso sancionou a proposta de reforma constitucional, a qual em linhas gerais já figurava como possibilidade no PPQ em virtude de sua proposta de reorganização administrativa do Estado. No discurso de posse frente à Assembleia Legislativa em junho de 1946, Perón afirmou:

A necessidade destas realizações não deve se confundir com o afã de inovar caprichosamente ou edificar novas estruturas pelo simples prazer de criar organismos inúteis ou estabelecer instituições supérfluas. [...] devo admitir que considero prejudicial avançar um só passo sem que esteja bem cimentado o anterior. Estou convencido de que nada prejudica tanto os cimentos da vida econômica, como as mudanças bruscas na legislação [...] *A adaptação dos princípios revolucionários ao corpo nacional de leis, deverá se fazer pausadamente, a seu tempo e época, se quer-se alcançar a máxima estabilidade na condução da nave do Estado* (PERÓN, 04/06/1946, tradução e destaque próprios)<sup>156</sup>.

Ainda em 1946, Perón encaminhou ao Congresso o PPQ, o qual em uma de suas primeiras iniciativas ambicionava a reorganização administrativa ministerial do poder Executivo. Nesse sentido, de maneira clara expunha a necessidade de uma reforma

---

<sup>156</sup> “*La necesidad de estas realizaciones no debe confundirse con el afán de innovar caprichosamente o edificar nuevas estructuras por el simple placer de crear organismos inútiles o establecer instituciones superfluas. [...] debo advertir que considero perjudicial avanzar un solo paso sin que esté bien cimentado el anterior. Estoy convencido de que nada perjudica tanto los cimientos de la vida económica, como los cambios bruscos en la legislación [...] La adaptación de los principios revolucionarios al cuerpo nacional de leyes, deberá hacerse pausadamente, a su tiempo y sazón, si se quiere lograr la máxima estabilidad en la conducción de la nave del Estado*”.

constitucional para que as mudanças ministeriais não ocorressem com frequência a ponto de desestabilizar o funcionamento das instituições. Portanto, a proposta encaminhada pelo PPQ falava em “mudanças” que seriam postas à “experiência” e, após esse tempo, buscar garantir sua “permanência” por meio de uma reforma constitucional.

[...] não é conveniente dar à organização ministerial frequentes mudanças por meio das correspondentes leis e, por isso, considerou-se melhor conseguir um período de experiência para uma vez obtido, apresentar ao Honorable Congresso um projeto que responda bem às necessidades do país e que possa ter um caráter de certa permanência, salvo a possível reforma constitucional (ARGENTINA, 1946, tomo 1, p. 86, tradução própria)<sup>157</sup>.

Ou seja, não houve tentativa de surpreender os agentes econômicos, visto que desde sua posse Perón anunciava em seu discurso a necessidade de mudanças legais paulatinamente ajustadas às transformações democraticamente vitoriosas nas eleições. Tampouco tais adaptações se deram de maneira imediata, seguindo a coerência anunciada pelo próprio Perón, o que fica claro no hiato de 3 anos até a tramitação de reforma constitucional no Congresso argentino.

Entre as mudanças institucionais proporcionadas através dessa reforma – as quais figuram nos Anexos dessa tese –, quatro conjuntos de mudanças merecem atenção do ponto de vista político-econômico. No artigo 37, por exemplo, garantia-se constitucionalmente que os trabalhadores teriam direito ao trabalho e a greve, à redistribuição justa, à capacitação profissional, a condições dignas de trabalho, à preservação da saúde, ao bem-estar, à seguridade social e a defesa de seus interesses profissionais.

Houve, também, mudanças no que diz respeito à família, as quais certamente agradaram os setores mais conservadores e à Igreja, com a designação da proteção matrimonial por parte do Estado, mas com igualdade jurídica entre os cônjuges. Ainda nesse conjunto de mudanças, destacava-se a atenção e assistência da mãe e dos filhos privilegiada pelo Estado, ainda que de maneira um tanto quanto genérica. Do ponto de vista cultural e educacional, salienta-se também a divisão territorial em regiões universitárias, de modo a tentar articular os projetos de desenvolvimento com a capacitação técnica para os mesmos. Por fim, a questão da função social da propriedade privada, a qual apareceu pela primeira vez na Constituição mexicana de 1917 e também na Alemanha sob o período da “República de

<sup>157</sup> “[...] no es conveniente dar a la organización ministerial frecuentes cambios por medio de las correspondientes leyes y por eso se ha considerado mejor conseguir un periodo de experiencia para una vez obtenido, presentar al Honorable Congreso un proyecto que responda bien a las necesidades del país y que pueda tener un carácter de cierta permanencia, salvo la posible reforma constitucional”.

Weimar”, em 1919. Ou seja, não se trata de uma invenção peronista descabida em relação ao contexto histórico.

Na exposição do *Segundo Plan Quinquenal (1953-1957)* – SPQ –, Perón, buscou inicialmente realizar uma síntese do que teria sido o PPQ e os objetivos com a nova proposta de planejamento econômica para o país.

O 1º Plano Quinquenal realizou fundamentalmente a reforma econômica, lançando as bases da Independência e da Economia Social, para garantir a Justiça Social e reafirmar a Soberania Política. O 2º Plano Quinquenal tem como objetivo fundamental consolidar a Independência Econômica, para assegurar a Justiça Social e manter a Soberania Política (ARGENTINA, 1953, p. 15, tradução própria)<sup>158</sup>.

Entre os objetivos do SPQ, enfatizou-se como objetivo fundamental em termos de questões trabalhistas colocar em prática o artigo 37 da reforma constitucional de 1949 e anteriormente comentado, sendo que o pleno emprego figurava como eixo central (ARGENTINA, 1953, p. 51). Evidencia-se com destaque a proposta de criação do *Fuero Sindical* (Foro Sinical), “que terá por objeto garantir a livre atuação dos sindicatos estabelecendo as imunidades correspondentes aos trabalhadores que exerçam cargos diretivos” (ARGENTINA, 1953, p. 61, tradução própria)<sup>159</sup>.

A partir do capítulo 10 do SPQ adentra-se em questões referentes à “ação econômica”, segundo as próprias palavras do documento. Sobre a “ação agrária”, ganhou destaque o papel do camponês e o objetivo fundamental de consolidar seu lugar na estrutura social do país (ARGENTINA, 1953, p. 163). Com base na cláusula de função social da propriedade, garantida na reforma constitucional de 1949, aplicou-se no documento em questão sobre a terra. Essa era uma prerrogativa já lançada por Perón desde seus discursos iniciais no governo, quando destacava que a terra é para trabalho, não rentismo. Do ponto de vista do Estado, o documento designa como “ação impositiva do Estado em matéria agrária”, no sentido de onerar mais as terras improdutivas e facilitar o uso produtivo por meio de créditos agrícolas de acordo com seus índices de produtividade (ARGENTINA, 1953, p. 164).

Na ótica da produção industrial propriamente dita, o SPQ especificava no capítulo 17 o que designou como *Plan Industrial*, que “terá como objetivo fundamental o máximo

<sup>158</sup> “El 1er. Plan Quinquenal realizó fundamentalmente la reforma económica, echando las bases de la Independencia y de la Economía Social, para afianzar la Justicia Social y reafirmar la Soberanía Política. El 2º Plan Quinquenal tiene como objetivo fundamental consolidar la Independencia Económica, para asegurar la justicia Social y mantener la Soberanía Política”.

<sup>159</sup> “que tendrá por objeto garantizar la libre actuación de los sindicatos estableciendo las inmunidades correspondientes a los trabajadores que ejerzan cargos directivos”.

desenvolvimento compatível com o equilíbrio econômico e social” (ARGENTINA, 1953, p. 279, tradução própria)<sup>160</sup>. Para tanto, especificou-se detalhadamente questões como fomento industrial, descentralização da produção industrial, o papel do Estado como produtor direto, a necessidade de capacitação da mão-de-obra, tecnologia e coordenação produtiva entre os setores (p. 281-282).

A questão da independência econômica aparece pela primeira vez do ponto de vista oficial do governo, ainda que tenha sido proferida como objetivo político no ano de 1947 em San Miguel de Tucumán (Anexo B). Nota-se, no entanto, que já no PPQ se esboçava tal ideia, quando se afirmava as justas reivindicações ao longo da *década infame* sobre a necessidade de maior industrialização, porém nunca atendidas pelo BCRA (ARGENTINA, 1946, tomo 1, p. 12). Entretanto, é no SPQ que essa questão se torna um objetivo central a ser perseguido, sugerindo uma mudança na intencionalidade governamental no que diz respeito à estratégia de acumulação.

Se no PPQ a industrialização era justificada em termos políticos, sociais e econômicos, como o mecanismo pelo qual se aumentaria a independência econômica, evitaria a desocupação e possibilitaria aumentar a renda e, assim, propiciar uma melhor distribuição da mesma (ARGENTINA, 1946, tomo 1, p. 359), no SPQ a questão da independência econômica se tornaria o eixo central das ações. Isso já foi mostrado pelo próprio discurso de Perón nesse período. Mas essa nova orientação intencional no que tange à industrialização se evidencia concretamente pelo grande detalhamento e complexidade expostos ao longo do capítulo 17 do SPQ. Por meio dele é possível observar, por exemplo, que se consolida na mentalidade do governo peronista a ideia de que o país é economicamente dependente e isso só mudará por meio de um intenso, coordenado e racional processo de desenvolvimento industrial consciente.

Vale notar que para alcançar esse novo objetivo expressado no documento em questão, até mesmo a radicação de indústrias estrangeiras de alta eficiência técnica seria promovida pelo Estado (ARGENTINA, 1953, p. 291). Isso se daria por meio de ações como “liberação de direitos aduaneiros, isenções fiscais, vantagens cambiais adequadas, créditos adequados para o desenvolvimento normal das empresas, sem prejuízo dos interesses legítimos das

---

<sup>160</sup> “[...] *tendrá como objetivo fundamental el máximo desarrollo compatible con el equilibrio económico y social*”.

empresas nacionais” (ARGENTINA, 1953, p. 291, tradução própria)<sup>161</sup>. E para alcançar esses objetivos, o Estado promoveria o desenvolvimento energético do país, especialmente por meio de termelétricas e hidrelétricas (p. 291-292).

Ao todo foram elencados no SPQ 10 setores industriais prioritários para a ação econômica de Estado, sendo eles, na ordem de exposição do documento, siderurgia, metalurgia, alumínio, química, mecânica, elétrica, construção, florestal, têxteis e couros e alimentícia (ARGENTINA, 1953, p. 293). Desse modo, claramente os objetivos do governo peronista com essa lista se dava na internalização da produção interna de bens de capital antes da expansão das demais indústrias. Não se trata de uma mera continuidade na substituição de importações, porém em seu aprofundamento de tal modo que parece razoável sugerir uma alteração na intencionalidade da estratégia de acumulação.

É claro que nos anos 1950 qualquer política industrial em contexto latino-americano se daria por meio de uma substituição de importações. Porém, a diferença entre o PPQ e o SPQ sugere que essa dinâmica assumiria novos contornos que exigiriam uma prioridade para o desenvolvimento industrial que não se observa tão claramente no PPQ. Até porque, se muda-se tão profundamente a forma é sinal de que se alterou a própria essência do fenômeno.

Como ilustração dessa distinção, tomemos o termo *independência econômica* ou apenas *independência* utilizado no intuito de designar algum tipo de soberania nacional sobre produção material da vida. No PPQ, essa noção aparece explicitamente em três oportunidades. A primeira se dá na página 62 desse documento, quando Perón expõe as finalidades políticas do fomento industrial. Nessa mesma página, expressa outra vez o termo *independência* como elemento central de soberania econômica do país, porém especificamente no que diz respeito às razões financeiras da industrialização. Portanto, há uma sutil diferença, ainda que se possa afirmar que dizem respeito ao mesmo sentido. Por fim, o documento do PPQ repete esse mesmo termo na página 359 para reafirmar as razões financeiras do fomento industrial. Todas as demais menções ao termo *independência* ao longo do documento dizem respeito a questões jurídicas, educacionais, administrativas ou históricas.

Já no SPQ as coisas adquirem sentido bastante distinto. A quantidade de vezes em que o termo *independência* aparece com sentido de soberania nacional sobre a produção e distribuição material excede e muito as meras três vezes do PPQ. Além disso, a própria

---

<sup>161</sup> “*liberación de derechos aduaneros, exenciones impositivas, ventajas cambiarias adecuadas. créditos adecuados para el desenvolvimiento normal de las empresas, sin perjuicio de los intereses legítimos de las empresas nacionales*”.

construção do SPQ se dá tendo a *independência econômica* como objetivo fundamental, expressado, por exemplo, no artigo 2º da mensagem presidencial ao Congresso referente ao projeto de lei. “Art. 2º - Fixa-se como objetivo fundamental para o Governo, o Estado e o Povo argentinos, para o 2º Plano Quinquenal: ‘**Consolidar a independência econômica para assegurar a justiça social e manter a soberania política**’” (ARGENTINA, 1953, p. 29, destaque do documento e tradução própria)<sup>162</sup>. Nesse caso, o econômico vem antes do social.

Cabe ainda algumas considerações sobre um outro instrumento de política econômica do peronismo sob Perón: a política externa. Entendê-la passa necessariamente pelo contexto internacional em que não apenas as ideias de Perón foram ganhando corpo teórico e prático, mas também em relação às circunstâncias da época. Afinal, como foi dito em seção anterior do capítulo, a Argentina ficou excluída da conferência de Bretton Woods que estabeleceu os critérios e parâmetros do sistema monetário internacional no pós-guerra.

Uma situação que se deve desde antes Perón assumir a presidência, mas que talvez seu nome em ascensão política no país tenha tido alguma contribuição para a deterioração das relações entre EUA e Argentina. Isso porque além de sua perspectiva econômica nacionalista, algo que nunca fez com que seu governo proibisse ou perseguisse capital estrangeiro, foi sob a presidência de Edelmiro Julián Farrell que Perón começou a assumir protagonismo na cena política. Além de secretário da STP, acumulou também o cargo de vice-presidente da República, entre 1944 e 1945. No entanto, os EUA não reconheceram o governo de Farrell (KEDAR, 2010, p. 205). O que sugere, evidentemente, que o nome de Perón já não circulava entre os latino-americanos preferidos de Washington.

Essa postura estadunidense se explica pelo posicionamento de neutralidade por parte dos governos argentinos ao longo da Segunda Guerra Mundial, algo que com o Golpe de 1943 tendeu a se intensificar. Para a Argentina, a decisão de declarar guerra aos países do Eixo apenas em março de 1945, por meio do Decreto 6.945, tinha íntima conexão com sua dependência dos mercados europeus para exportações agropecuárias (KEDAR, 2010, p. 205). Era lógico, embora incerto, que com a intensificação dos conflitos e a consequente mobilização militar na Europa poderia se constituir uma janela de oportunidades para os latifúndios argentinos. Além disso, a longa relação de complementaridade econômica com o

---

<sup>162</sup> Art. 2º – Fijase como objetivo fundamental para el Gobierno, el Estado y el Pueblo argentinos, para el 2º Plan Quinquenal: ‘*Consolidar la independencia económica para asegurar la Justicia social y mantener la soberanía política*’”.

Reino Unido dava a sensação para os governantes da época que contariam com apoio britânico quando preciso. Não foi o caso.

Outro episódio importante na contextualização da política externa argentina sob Perón diz respeito ao caso envolvendo o Embaixador Braden no país e as forças antiperonistas. Desse modo, a admissão do país ao sistema Bretton Woods parecia ainda levar um tempo para se resolver. Algo que certamente influenciou para o posicionamento de Perón contra o imperialismo àquela época e em sua busca pela soberania política e econômica do país culminada politicamente como *Tercera Posición*.

No PPQ, o regime aduaneiro recebeu tratamento específico ao longo o capítulo 6. Nesse sentido, havia uma clara preferência pela integração sul-americana como possibilidade a ser buscada (ARGENTINA, 1946, tomo 1, p. 415). Essa postura se tornaria mais explícita ainda no SPQ, de modo que no capítulo 18, sobre comércio externo, tratava-se não apenas das nações vizinhas, mas em termos de América Latina (ARGENTINA, 1953, p. 322).

Ainda nesse aspecto, o SPQ define de maneira explícita a relação entre comércio internacional e independência econômica para a doutrina peronista. No mesmo capítulo 18, caracterizam-se os princípios gerais da política comercial externa a ser perseguida pela Argentina, sendo que:

O comércio internacional deve contribuir para a consolidação da independência econômica das nações dentro do marco de uma harmônica cooperação internacional.

**Entende-se por independência econômica a livre autodeterminação dos Estados na adoção e execução de suas próprias decisões econômicas** (ARGENTINA, 1953, p. 323, destaque do documento e tradução própria)<sup>163</sup>.

Ferrari (2008a, p. 98) destaca ainda que a chamada *Tercera Posición* em política internacional por parte de Perón não se limitou a questões ideológicas, tendo restabelecido, por exemplo, relações diplomáticas e econômicas com a URSS ainda em 1946, algo que não deve ter soado bem nos corredores da Casa Branca em Washington. Em todo caso, essa atitude revela o sentido de sua busca autônoma de gestão, inclusive frente a constrangimentos geopolíticos como o que se passou com Bretton Woods.

---

<sup>163</sup> “*El comercio internacional debe contribuir q la consolidación de la independencia económica de las naciones dentro del marco de una armónica cooperación internacional.*

*Se entiende por independencia económica la libre autodeterminación de los Estados en la adopción y, ejecución de sus propias decisiones económicas”.*

#### 4.5. DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E GOLPE MILITAR EM 1955

Segundo os intérpretes econômicos do populismo latino-americano, as experiências adjetivadas como “populistas” possuem em comum certos padrões de comportamento, os quais se originariam a partir das características desses países. Desse modo, argumentam ser possível distinguir “fases” usualmente recorrentes entre as experiências, algo que por sua vez denotaria uma “macroeconomia do populismo na América Latina”, como defendem Sachs (1989) e Dornbusch; Edwards (1991).

Após vencerem as eleições, esses governos “populistas” colocariam em prática aquilo que prometeram: “crescimento da produção, de salários reais, e emprego são elevados, e as políticas *macroeconômicas* são nada menos do que bem-sucedidas” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 11, destaque do autor e tradução própria)<sup>164</sup>. Essa seria a primeira fase.

Na segunda fase do “ciclo populista”, a expansão macroeconômica dá seus primeiros sinais de problemas, ainda que os impactos sobre os salários sejam mantidos. “Inflação aumenta significativamente, mas os salários se mantêm. O déficit orçamentário piora tremendamente como um resultado de subsídios generalizados sobre os bens de salário e intercâmbio estrangeiro” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 11, tradução própria)<sup>165</sup>.

A terceira fase corresponderia à deterioração das contas públicas acompanhada de tentativas governamentais de estabilização econômica, as quais apenas revelam o caráter instável das políticas propostas. “Torna-se claro que o governo está em uma situação desesperada” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 11, tradução própria)<sup>166</sup>. Nesse caso, geralmente apareceriam os primeiros sinais de crise política mais aguda sobre a atual gestão governamental.

Por fim, na quarta fase do “ciclo populista”, o governo recorreria a uma estabilização econômica ortodoxa, o que comumente ocorre já sob nova gestão do Poder Executivo. “O definitivo desmantelamento geralmente é acompanhado por importantes mudanças políticas, incluindo violenta derrubada do governo. A classe-média sanciona esses desenvolvimentos por causa da ameaça econômica de populismo” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 12,

---

<sup>164</sup> “*growth of output, real wages, and employment are high, and the macroeconomic policies are nothing short of successful*”.

<sup>165</sup> “*Inflation increases significantly, but wages keep up. The budget deficit worsens tremendously as a result of pervasive subsidies on wage goods and foreign exchange*”.

<sup>166</sup> “*It becomes clear that the government is in a desperate situation*”.

tradução própria)<sup>167</sup>. Observações semelhantes podem ser vistas em Sachs (1989, p. 11-16). Ou seja, esses autores justificam os recorrentes golpes de Estado e intervenções militares na América Latina como sendo uma reação ao “irracionalismo” e desvio do que seria a “correta” ação econômica de Estado.

Cabe a pergunta: esse modelo se “aplica” à experiência política argentina sob Perón, entre 1946 e 1955? Loureiro (2009) foi um dos primeiros trabalhos em português a lidar com essa questão, como já foi mencionado no começo desse capítulo. Por meio de uma revisão de literatura sobre a política econômica peronista desse período, o autor separou em quatro momentos, no intuito de testar o modelo acima descrito. Em termos gerais, suas conclusões foram:

Ao longo do artigo, argumentou-se que se, por um lado, Perón aplicou, nos primeiros anos de sua administração, um programa que privilegiava o crescimento econômico imediato e a redistribuição de renda em prol dos trabalhadores, por outro, ele realizou, em 1952, uma das políticas ortodoxas mais rígidas da história argentina, diminuindo significativamente os desequilíbrios do setor público e a inflação ao final de seu governo. O primeiro conjunto de medidas peronistas foi, de fato, contemplado pelo modelo de Dornbusch e Edwards, mas o segundo, tão importante quanto, não o fora (LOUREIRO, 2009, p. 21).

Isso se observa de maneira mais clara a partir do comportamento inflacionário e do desempenho econômico ao final do período. “A inflação atingiu, em 1954, seu nível mais baixo durante todo governo peronista, apenas 3,1%. O produto doméstico voltou a crescer a taxas razoáveis entre 1953 e 1955 (média de 5,5%)” (LOUREIRO, 2009, p. 10). Desse modo, o modelo de “ciclo populista” não explica o golpe militar contra o governo de Perón no ano de 1955, visto que dificilmente se pode observar descontrole de preços ou “desespero” governamental em busca de estabilização ortodoxa.

Assim, como explicar o golpe de 1955 contra um governo eleito democraticamente e que não praticava “descontrole” econômico? Teriam sido causas mais políticas do que econômicas? Em parte, sim. Porém, ao mesmo tempo, as causas políticas não são também econômicas? Ou por acaso o atentado de 1953 contra o ato sindical organizado pela CGT não tem motivações econômicas, o qual fora praticado por grupos antiperonistas na mesma *Plaza de Mayo* que cerca de dois anos depois assistiria à queda do governo peronista sob bombas e tiros?

---

<sup>167</sup> “*The ultimate dismantling is often accompanied by major political change, including violent overthrow of the government. The middle-class sanctions these developments because of the economic threat of populism*”.

Em todo caso, antes de adentrar especificamente sobre essas questões, é preciso avaliar a dinâmica da acumulação de capital nesse período, observando de que maneira as mudanças na estratégia de acumulação se articularam com o projeto hegemônico na Argentina dessa época. Com base nessa análise proponho uma alternativa para explicar a violenta ruptura pela qual enfrentou o segundo governo de Juan Domingo Perón.

Rougier (2012) avalia o desempenho econômico argentino ao longo dos governos de Perón separando em três momentos. O primeiro, entre 1946 e 1948, bastante exitoso, cujo crescimento da produção, apesar de flutuante na avaliação dos subperíodos, ultrapassou em média cerca de 8% ao ano. Além disso, “a disponibilidade de bens e serviços, isto é, a soma do PIB mais as importações menos as exportações, cresceu cerca de 45%” (ROUGIER, 2012, p. 100, tradução própria)<sup>168</sup>. Por outro lado, esse período se destaca por um resultado positivo da balança comercial, em que os preços internacionais de *commodities* agrícolas se encontravam bastante favoráveis no contexto do pós-guerra.

Ainda entre 1946 e 1948, Ferrari (2008a, p. 100) observa o significativo aumento real dos salários da ordem de 12%, o que ajuda explicar o forte apoio recebido pelo governo de Perón por parte das organizações sindicais também em sua reeleição. Por outro lado, a relação lucros-salários, que é uma indicação do conflito distributivo entre as classes, apresenta trajetória de queda até 1950. De acordo com dados de Maito (2013a) sobre a distribuição funcional da renda, em 1946 percentualmente essa relação era de 177, caiu para 163 no ano seguinte, seguiu trajetória de queda nos dois anos posteriores, alcançando a cifra de 114% em 1950. Em 1951, essa relação subiria para 120%.

Do ponto de vista da indústria e do emprego das forças produtivas, Rougier (2012, p. 103-104) observa que se em 1945 a ocupação industrial era da ordem 21% da população economicamente ativa, em 1948 essa magnitude alcançou 29%. Porém, isso evidenciava, por outro lado, os limites existentes para os encadeamentos a jusante e a montante da cadeia produtiva. “Mais cedo que tarde, esta ausência de integração do setor industrial teria efeitos negativos sobre as contas externas” (ROUGIER, 2012, p. 104, tradução própria)<sup>169</sup>.

Desde os censos industriais de 1946 e 1954 é possível realizar uma comparação estática sobre o estado das artes industriais na Argentina nesse período, de modo a perceber

---

<sup>168</sup> “La disponibilidad de bienes y servicios, esto es la suma del PBI más las importaciones menos las exportaciones creció un 45%”.

<sup>169</sup> “Más temprano que tarde, esta ausencia de integración del sector industrial tendría efectos negativos sobre las cuentas externas”.

alterações não apenas na produção, mas também na capacidade produtora do país. Em termos de potência industrial, medida em H.P. (*horse-power*, em inglês), a tabela 8 ilustra o cenário.

**Tabela 8 – Medida de Potência Industrial (em H.P.) na indústria argentina**

	Máquinas a vapor	Turbinas a vapor	Motores de combustão interna	Rodas e turbinas hidráulicas	Motores elétricos	Total
<b>1946</b>	253.416	1.614.777	686.995	76.804	1.526.124	<b>4.158.116</b>
<b>1954</b>	253.074	380.415	865.009	49.236	2.571.082	<b>4.118.816</b>
<b>Δ%</b>	<b>-0,13%</b>	<b>-76,44%</b>	<b>25,91%</b>	<b>-35,89%</b>	<b>68,47%</b>	<b>-0,95%</b>

Fonte: Censo Industrial de 1946; Censo Industrial de 1954. Elaboração própria

Os dados da tabela 8 desafiam aqueles que defendem ter sido a política econômica peronista do período intencionalmente desenvolvimentista. Afinal se comparado o ano de 1946 com o de 1954, a potência industrial medida em H.P. registra queda de cerca de 1%. Mesmo que a vontade governamental possa ter sido direcionada à industrialização, isso não parece ter se traduzido em aumento de capacidade industrial em termos de potência.

Contudo, há também que se notar o momento histórico da indústria argentina em relação ao paradigma dominante de força motriz industrial, além de sua relação com a *independência econômica* buscada pelo SPQ. Como fica claro no documento, o Estado estimulava a integração dos setores industriais em diferentes níveis. Do ponto de vista tecnológico o Estado também se comprometia a promover progresso nas indústrias no intuito de reduzir custos, aumentar volume e qualidade da produção, melhorar condições de trabalho e aproveitar resíduos (ARGENTINA, 1953, p. 282).

Tendo como referência a sistematização esquemática da história das modernas revoluções tecnológicas revisada em Castelli (2013, p. 55, quadro 1), parece razoável considerar que ao longo dos governos de Perón a fronteira técnico-científica de produção industrial provinha do petróleo. Tendo o SPQ explicitamente ambicionado uma planificação econômica sob bases científicas muito mais consolidadas para a busca da independência econômica (ARGENTINA, 1953, p. 12), era esperado que os resultados após o primeiro ano de execução do plano também indicassem essa transição técnico-científica na indústria.

Cada vez mais os campos petrolíferos eram disputados internacionalmente, e os Estados Nacionais visavam a soberania energética entre suas fronteiras ou ao menos rever os

contratos de exploração existentes. “No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, as companhias de petróleo e os governos engalfinhavam-se continuamente por causa das condições financeiras que serviriam de base para a ordem do petróleo no pós-guerra” (YERGIN, 2012, p. 285). Na Argentina da época, que desde 1922 com a criação da YPF, possuía uma das primeiras empresas petrolíferas estatais, o governo reeleito de Perón agiria coerentemente com o momento histórico ao buscar independência econômica definindo que o “objetivo fundamental da Nação será alcançar o autoabastecimento do país na medida exigida pela sua expansão econômica e as necessidades de bem-estar da população e da seguridade nacional” (ARGENTINA, 1953, p. 231, tradução própria)<sup>170</sup>.

Novamente recorrendo aos censos industriais de 1946 e 1954, através da tabela 8 percebemos a alteração no consumo de combustíveis por parte dos setores industriais instalados no país. É significativo o concomitante aumento no consumo de combustíveis derivados do petróleo ao mesmo tempo que reduziu o consumo de combustíveis vegetais. Em contrapartida, o consumo de aço forjado, que se associa à terceira revolução tecnológica iniciada por volta de 1875 e ao paradigma técnico-científico de estruturas industriais gigantescas e integração vertical da produção, aumentou pouco no período. Com base nessas informações, é possível sugerir que, nos termos colocados por Ribeiro (1985)<sup>171</sup>, a base industrial argentina caminhava para uma aceleração evolutiva.

---

<sup>170</sup> “*En materia de combustibles el objetivo fundamental de la Nación será lograr el autoabastecimiento del país en la medida exigida por su expansión económica y las necesidades del bienestar de la población y la seguridad nacional*”.

<sup>171</sup> “Por *aceleração evolutiva*, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sócio-cultural, como povos que existem para si mesmos. [...]. O conceito de *aceleração evolutiva* será utilizado para indicar os procedimentos diretos, intencionais ou não, de indução do progresso com a preservação da autonomia da sociedade que o experimenta [...]” (RIBEIRO, 1985, p. 55-56).

Tabela 9 – Consumo de combustíveis pela indústria instalada na Argentina

	Quantidade por ano		Unidade de medida
	1946	1953	
Aço forjado	30.194	31.703	ton
Carvão vegetal	249.487	88.882	ton
Carvão mineral e asfaltita	483.661	724.103	ton
Coque	91.693	99.223	ton
Gás e óleo diesel	231.806	518.245	ton
Óleo combustível	2.045.910	3.339.059	ton
Gás em distintas formas	505.969	540.474	milhares m <sup>3</sup>
Querosene	23.351	29.553	m <sup>3</sup>
Lenha	2.903.328	2.428.229	ton
Gasolina	24.075	45.939	m <sup>3</sup>

Fonte: Censo Industrial de 1946; Censo Industrial de 1954. Elaboração própria

É debatível o quanto que essa alteração no consumo industrial de combustíveis ocorreu em virtude da política econômica executada no período. Ao mesmo tempo, é relevante notar a compreensão das circunstâncias expressada pelo trecho transcrito do SPQ sobre a autossuficiência energética do país e o fato de que o percentual estrangeiro do valor das matérias-primas no consumo das indústrias extrativas tenha diminuído de 32,1% no censo industrial de 1946, para 11,7% em 1953 de acordo com o censo industrial de 1954. Por outro lado, o valor das nacionais aumentou de 67,9% para 88,3%, respectivamente nos censos para as indústrias extrativas do país.

Mesmo no *Primer Plan Quinquenal* (PPQ), essa perspectiva já se mostrava presente com a missão atribuída à Direção Nacional da Energia (*Dirección Nacional de la Energía*) para que “ampliem o raio de ação de seu conjunto e assegurem a mais estreita unidade entre o pensamento político que anima os planos econômicos do Poder Executivo e sua execução prática em matéria de energia” (ARGENTINA, 1946, tomo I, p. 325, tradução própria)<sup>172</sup>. Portanto, ainda que a potência industrial do país possa não ter incrementado como se esperaria em termos de um Estado desenvolvimentista, considerando o significado do

<sup>172</sup> “La estructura que a grandes rasgos queda descripta requiere algunas modificaciones que, sin alterar sus bases esenciales, ni los propósitos que informaron la creación de la Dirección Nacional de la Energía, acentúen la especialización funcional de sus diversos organismos, amplíen el radio de acción de su conjunto y aseguren la más estrecha unidad entre el pensamiento político que anima los planes económicos del Poder Ejecutivo y su ejecución práctica en materia de energía”.

momento histórico em relação à transição de força motriz dominante na produção industrial, a independência energética correspondia a uma expressão de independência econômica<sup>173</sup>.

Como destaca Rougier (2012, p. 101-102), à medida que o crescimento produtivo impulsionava novas demandas sobre bens de capital, peças de reposição e matérias-primas específicas, as reservas em ouro monetário e divisas conversíveis em dólar-ouro do BCRA diminuam. Essa situação teria impactos no momento posterior, entre 1949 e 1952, que se somou a uma crise de comércio exterior a partir da queda dos termos de troca (ROUGIER, 2012, p. 110-111; FERRARI, 2008a, p. 102, quadro 20).

Apesar da reforma financeira implementada e dos inúmeros instrumentos de créditos desenhados desde o PPQ, a taxa de crescimento dos meios de pagamentos não explodiu ao longo dos governos de Perón. Especificamente, nesse primeiro momento analisado houve inclusive queda, saindo de 32,1% em 1946 para 30,2% em 1948 (RAPOPORT, 2005 *apud* LOUREIRO, 2009, p. 8). Nessa linha, Ferrari (2008a, p. 102) apresenta dados sobre a relação papel moeda em poder do público-PIB, em valor médio desde 1940 até 1958, e mostra que não ocorreu descontrole monetário, sendo na verdade tendencialmente de queda. O que sugere que a explosão creditícia apregoada se deu menos em termos de “invenção” monetária ilusória e mais como redirecionamento do crédito.

A partir de 1949 os resultados pujantes obtidos até então seriam refreados a partir da combinação de um cenário externo desfavorável no que diz respeito aos termos de intercâmbio do país com os limites da substituição de importações naquele momento. Para se ter ideia dessa inversão ocasionada pela dinâmica do mercado mundial, o gráfico 3 ilustra de maneira clara. De 1945 até 1948, o valor unitário das exportações argentinas (VUE) se mostrou crescente em nível muito acima do valor unitário das importações (VUI). Porém, entre 1948 e 1949 o VUE (linha azul escura) apresentou queda ao passo que o VUI (linha azul clara) continuava a crescer. Mesmo entre 1949 e 1950, quando ambos mostram tendência de queda, o elevado hiato favorável entre as séries observado nos primeiros tempos de Perón na presidência não mais se mostraria do mesmo modo.

---

<sup>173</sup> Nesse sentido, o crescimento da produção industrial se faz presente através do aumento na corrente elétrica consumida industrialmente ( $\Delta\uparrow 55,89\%$ ), seja ela gerada nos próprios estabelecimentos ( $\Delta\uparrow 70,86\%$ ) ou comprada ( $\Delta\uparrow 46,53\%$ ), no intervalo dos censos industriais de 1946 e 1954.

**Gráfico 3 – Valor unitário das exportações e importações, 1930-1970**



Fonte: MOxLAD

Frente a esse cenário, era necessário mudar, no curto prazo, os rumos instrumentais da política econômica e, no longo prazo, buscar alternativas de diversificação produtiva. Entre as respostas adotadas, a desvalorização cambial foi uma primeira saída, porém mantendo as taxas múltiplas. “Para as importações, as taxas de câmbio se estabeleceram segundo o grau de industrialização, o volume da produção nacional e as necessidades do produto” (ROUGIER, 2012, p. 114, tradução própria)<sup>174</sup>. Por outro lado, em discurso proferido aos presidentes de cooperativas agrárias da província de Buenos Aires, Perón amenizava o tom contra as oligarquias rurais do país:

Algumas vezes tenho carregado um pouco a mão sobre o capitalismo ao falar da exploração dos homens do trabalho. Nossos capitalistas têm culpa, mas pouca. O que tem toda a culpa é o capitalismo internacional, que é o que a explorou. Na República Argentina havia dois tipos de exploração; um era a exploração pelo capitalismo internacional, representado pelos monopólios que me referi, já que ninguém nos fará crer que os monopólios que exploraram o agro durante cem anos são argentinos: são todos capitais estrangeiros, e quando tentamos empreender uma ação judicial, começaram a gritar lá, onde eles têm o ninho, e não aqui. Essa exploração de ordem internacional é a que tem pesado sobre os homens de trabalho argentinos (PERÓN, 23/02/1950, destaques e tradução própria)<sup>175</sup>.

<sup>174</sup> “Para las importaciones las tasas de cambio se establecieron según el grado de industrialización, el volumen de la producción nacional y las necesidades del producto”.

<sup>175</sup> “Algumas veces yo he cargado un poco la mano sobre el capitalismo al hablar de la explotación de Los hombres de trabajo. Nuestros capitalistas tienen culpa, pero poca. El que tiene toda la culpa es el capitalismo internacional, que es el que ha explotado. En la República Argentina había dos tipos de explotación; uno era

Com as medidas de desvalorização cambial seletiva, o governo de Perón buscava diminuir os efeitos negativos esperados sobre os salários via aumento de preços. Além disso, sinalizava que para alcançar a independência econômica, anunciada no ano de 1947 em documento de intenções assinado na província de Tucumán, era preciso aprofundar o processo de desenvolvimento produtivo. Por isso, a distinção no tratamento da desvalorização monetária, pois se priorizava de acordo com o nível de industrialização do setor.

Em contrapartida, ao discursar para representantes cooperativados argentinos, Perón ameniza o tom sobre os antigos inimigos declarados. Dessa vez, a culpa não vem de dentro, mas fundamentalmente de fora. Nesse sentido, é notória a radicalização de seus discursos sobre o imperialismo e a necessidade de independência econômica do país no intuito de que a continuidade da Revolução Justicialista não fosse ameaçada por questões externas.

Perón não estava equivocado, ainda que o uso do conceito de “imperialismo” suscite grande debate. Ao contrário do que argumentam os intérpretes econômicos do populismo, o que levou ao arrefecimento do crescimento e a necessidade de revisão na política econômica não foram restrições *a priori* no balanço de pagamentos. Estas vieram *a posteriori*, como decorrência da posição dependente que o país vivia na estrutura do mercado mundial capitalista. É de se recordar que o Plano Marshall, efetivado a partir de 1948, privilegiou a Europa ocidental. O Plano Colombo, a partir de 1951, visou os países do sudeste asiático e da Oceania. Nenhuma dessas ações multilaterais favoreceram os países latino-americanos e, pelo contrário, acabaram prejudicando-os. Isso porque notadamente com a formação da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), uma série de privilégios comerciais entre seus signatários excluiu os países latino-americanos de cena (ROUGIER, 2012, p. 109-110). Uma decisão que não se deu por virtudes econômicas, mas essencialmente políticas, pois o objetivo era a recuperação europeia para conter o avanço comunista no pós-guerra.

Apesar das tentativas de recuperação oriundas dessa combinação de fatores mencionada e da retórica contra a tomada de empréstimos externos por parte do próprio Perón, há autores que argumentam ter o mesmo cedido em 1950 ao acordar créditos junto ao estadunidense Eximbank (ROUGIER, 2012, p. 119; FERRARI, 2008a, p. 99). No entanto,

---

*la explotación por el capitalismo internacional, representado por los monopolios a que me he referido, ya que nadie nos va a hacer creer que los monopolios que explotaron al agro durante cien años son argentinos: son todos capitales extranjeros, y cuando hemos tenido que emprender una acción judicial, han empezado a gritar allá, donde tienen el nido, y no aquí. Esa explotación de orden internacional es la que ha pesado sobre los hombres de trabajo argentinos”.*

não se tratava de dívida estritamente financeira, mas um acordo de antecipação de exportações futuras. Argumentando posteriormente, Perón explicou as razões pelas quais os empréstimos externos eram danosos. Em sua argumentação, o dólar estadunidense estava sobrevalorizado desde o acordo de Bretton Woods, dado que os EUA fixavam o preço do ouro-dólar em vez do dólar-ouro. Desse modo, abria-se espaço para arbitragem do governo ianque, haja visto que o preço do dólar-ouro era determinado não em mercado livre, o que Perón designava como roubo por parte do imperialismo (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 1h28min32s a 1h33min05s).

Nas eleições presidenciais de 1951 Perón fora reeleito através pelo *Partido Justicialista* e o *Partido Peronista Femenino*. Dessa vez, superando os votos de 1946 e alcançando vitória com 63%. Além disso, a composição do parlamento eleito também se mostrou extremamente favorável ao governo eleito, pois os peronistas alcançaram 90,6% dos assentos entre deputados eleitos (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, vol. II, p. 100 e 110). Mesmo em um cenário econômico menos pujante, a resposta eleitoral de Perón foi extremamente significativa, ainda mais considerando que as eleições de 1951 foram as primeiras em que o sufrágio universal foi efetivamente praticado e se registrou pela primeira vez na história eleitoral do país um percentual de votos em relação à população votante bastante próximo a 50%. Em 1946 esse número foi de 21,6% (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, vol. II, p. 69). Além disso, a participação feminina superou a masculina em todas as províncias do país, como mostra Valobra (2008, p. 58, quadro II).

Após eleito, um plano de ajuste foi elaborado e colocado em prática a partir de 1952, conhecido como *Plan de Emergencia*, cujos objetivos residiam na resolução do estrangulamento externo e crescimento inflacionário (ROUGIER, 2012, p. 138-139). Como mostram os dados elencados em Ferrari (2008a, p. 102), embora os termos de troca continuassem deteriorando, a balança comercial mostrou resultado positivo entre 1953 e 1955, ao contrário do período 1949 e 1952. Ademais, a inflação ao consumidor que entre 1949 e 1952 teve valor médio de 33%, entre 1953 e 1955 recuou para valor médio de 6,7%. “Por sua parte, os salários foram congelados por dois anos com o propósito de conter a pressão sobre os preços e reduzir o consumo” (ROUGIER, 2012, p. 140, tradução própria)<sup>176</sup>. Isso representou queda real nos salários da ordem de 20% entre 1949 e 1952 (ROUGIER,

---

<sup>176</sup> “Por su parte, los salarios fueron congelados por dos años con el propósito de contener la presión sobre los precios y deprimir el consumo”.

2012, p. 147). Explicitamente não se encaixa no modelo de “ciclos populistas”, como já antecipou Loureiro (2009).

Outra consequência do *Plan de Emergencia* pode ser vista sobre a relação entre o déficit fiscal consolidado do setor público e o PIB. Entre 1945 e 1949, o mesmo apresentou valor médio de 8,2%, ao passo que entre 1950 e 1954 este se reduziu para um valor médio de 2,9%. Claramente não havia um descontrole das contas públicas, algo que o próprio Perón já explicitava em seus discursos favoráveis às finanças organizadas (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 1h25min30s).

Uma vez organizada as finanças, pode-se pôr em prática o Segundo Plano Quinquenal (SPQ) e intensificar a busca pela independência econômica do país. Na entrevista de 1971, Perón afirma claramente que a última representava condição para a completude da Revolução Justicialista (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, p. 1h26min50s). Como já foi comentado, a partir do SPQ é possível notar uma mudança na consciência da ação econômica de Estado por parte do governo peronista, dando maior ênfase na busca pela integração entre os setores industriais. Nesse sentido, seria possível falar em uma consciência desenvolvimentista no SPQ? Improvável, pois o ponto central era a afirmação da soberania econômica, não a superação do atraso. Resta saber em que medida isso se articulou com o projeto hegemônico do período.

Parece claro que as intenções de Perón sempre se mostraram no intuito de buscar a justiça social, o que se convencionou chamar *justicialismo*. Seu conteúdo político, como afirmou o próprio Perón, não era nem fascista nem comunista, porém justicialista. “Nosso movimento é um movimento de fundo socialista, socialista nacional” (*PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA*, 1971, 46min09s, tradução própria)<sup>177</sup>.

Essas palavras certamente arrepiariam toda a burguesia argentina, e boa parte da classe média do período. Mas, como fica claro tanto na mobilização dos trabalhadores em 17 e 18 de outubro de 1945, quanto nos resultados eleitorais de 1946 e 1951, as frações capitalistas não

---

<sup>177</sup> “*nuestro movimiento es un movimiento de fondo socialista, socialista nacional*”. É interessante notar a inversão conceitual executada por Perón para responder àqueles que acusam o movimento como sendo fascista, cuja experiência nazista na Alemanha é um dos principais exemplos e se originou no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – Partido Nazi, em alemão). No entanto, o peronismo (ou justicialismo, nomenclatura intercambiável pelo próprio General ao falar sobre o movimento político centrado em seu nome) é caracterizado por Perón como sendo “socialista nacional”. Apesar do nacionalismo inerente à figura do General, este só aparece após o fundo socialista de que o mesmo fala na entrevista. O próprio uso do conceito de “povo” pelos peronistas já ilustra isso. Não é a unidade abstrata e genérica a partir de uma suposta matriz cultural compartilhada. “Povo” para o peronismo se define antes em termos socioeconômicos do que culturais.

estavam em condições de se impor nem hegemonicamente nem sob dominação pura e simples. O país já vinha de um golpe militar recente, em 1943, e o nome de Perón emergia como força democrática desde os militares. A via golpista de ação não parecia naquele momento um caminho possível para a burguesia barrar as intenções peronistas.

Restava a aposta em um nome que ainda era politicamente incerto, pois ora se demonstrava ao lado dos trabalhadores, ora buscava apoio da burguesia, como se evidenciou no discurso da *Bolsa de Comercio*, em 1944. Frente a esse cenário, Perón emergia como a possibilidade de uma reconfiguração política do bloco no poder argentino, de modo a trazer à tona os protagonistas dessa nova dinâmica: as frações de classe dominante ligadas à indústria e finanças, e os/as assalariados(as). No entanto, ambas as classes tinham dúvidas quanto aos intuitos do peronismo, mas ao mesmo tempo este serviu como meio para um balanço político da relação de forças entre as classes que redefiniu o “inimigo” como sendo os comunistas e a “oligarquia” representada como classe pelos proprietários de terras (DEL CAMPO, 2012, p. 221-248). Mas além desses, o imperialismo cada vez mais crescia como inimigo declarado, cujas ações em busca da independência econômica revelam de modo preciso.

O sentido da política econômica peronista foi o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, ainda que a intencionalidade da ação econômica de Estado fosse reformista (no sentido marxista do termo). Para a classe trabalhadora argentina, essa possibilidade reformista do peronismo era um avanço em relação à década de 1930. Para as frações industrial e financeira dos capitalistas, Perón representava alguma garantia contra o avanço comunista no pós-guerra e ainda por cima a possibilidade de reconstituir a hegemonia do bloco no poder.

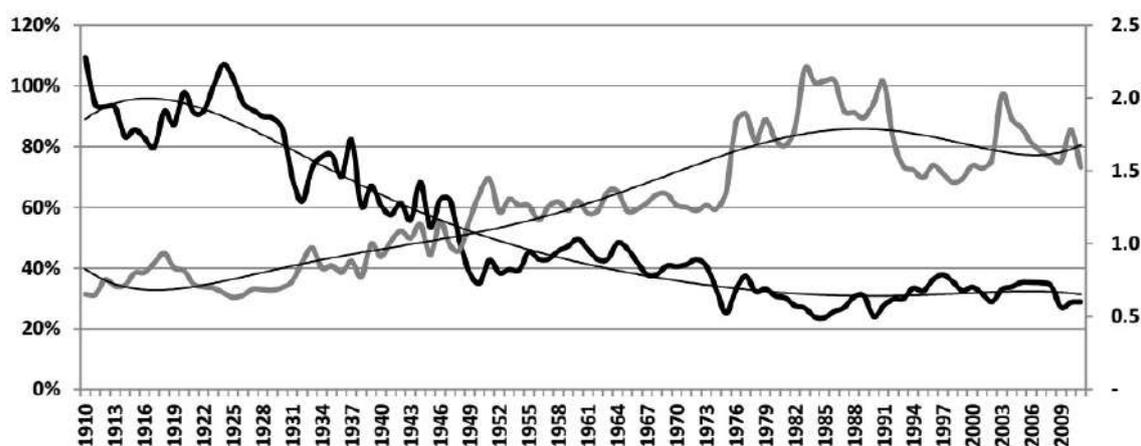
Portanto, o justicialismo peronista não pode ser caracterizado nem como irracional (desvio), nem como ideologia da falsa consciência (manipulação), pois frente às condições concretas da Argentina na primeira metade do século XX a aproximação dos empresários argentinos com os trabalhadores é no mínimo razoável. Para os primeiros, a sequência dos fatos relatados sobre o sentido da política econômica dos anos 1930 é um conjunto de evidências que indica como a burguesia industrial ainda não tinha conseguido se impor hegemonicamente dentro do bloco no poder argentino. Por isso, aproximar-se politicamente dos trabalhadores representava uma maneira de ressignificar a hegemonia do bloco no poder, expressa concretamente por meio da ação econômica de Estado. Já para os segundos, a solução imposta para a crise de 1929 resultara em uma piora relativa das condições de vida da classe trabalhadora. Além disso, as vertentes sindicalista e socialista na organização da classe trabalhadora prevaleceram em relação aos comunistas, o que trouxe consigo um

fortalecimento da opção por uma institucionalização das relações de trabalho via Estado (DEL CAMPO, 2012, p. 129-175).

Tampouco parece correto o argumento dos intérpretes econômicos do populismo latino-americano que justificam o subdesenvolvimento sob a condição do “atraso” provocado pelos recorrentes “ciclos populistas” da região. As ações econômicas de Estado nos governos de Perón não se encaixam no modelo de política econômica da teoria dos “ciclos populistas”. Nem sequer revelam irracionalidade, pois a própria conjuntura intelectual do momento praticava intervencionismos nacionalistas para resolver problemas de demanda efetiva. Menos ainda se pode dizer sobre o suposto viés “antimercado” das políticas econômicas peronistas. Pelo contrário, como fica claro pela análise dos discursos e demais documentos que revelam a intencionalidade do General e da revisão empírica sobre o comportamento da economia argentina no período. Em termos sucintos: a propriedade privada nunca esteve ameaçada, nem as políticas implementadas foram “antiburguesas”.

Tendo em vista uma perspectiva de mais longo prazo, a dinâmica da taxa de lucro (linha grossa preta escura), da composição de valor do capital (linha grossa cinza), e suas respectivas tendências suavizadas, para a Argentina entre 1910 e 2009, podem ser observadas no gráfico 4 abaixo.

**Gráfico 4 – Taxa de lucro e composição de valor do capital na Argentina, 1910-2009**



Fonte: Maito (2015).

A trajetória de longo prazo dessas variáveis evidencia comportamentos inversos. A primeira variável ilustrada, a taxa de lucro, depende do comportamento da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Como mostram os dados, o comportamento da taxa de lucro apresenta histórica tendência de queda no país, ao passo que a composição de valor do capital<sup>178</sup>, uma *proxy* para a composição orgânica do capital, tem trajetória tendencialmente crescente. Observando especificamente o período 1930-1960, os dados mostram que a taxa de lucro sai de 69,7% em 1930 para 49,6% em 1960. Dentro das gestões de Perón, essa dinâmica se mostrou variável, partindo de 53,5% em 1945 para 62,5% no primeiro ano de sua presidência e mantendo mesmo nível em 1947. Entre 1948 (48,6%) e 1950 (35%), a tendência de queda permaneceu, mas foi revertida em 1951 (42,6%) para voltar a cair até 1954 (39,3%) e em 1955 (45,3%) aumentar novamente (MAITO, 2015, p. 196).

Uma forma de apreender concretamente a luta de classes se dá pela relação entre o comportamento dos lucros e os salários. Dessa forma é possível captar em que media a conjuntura da época afetou a distribuição funcional da renda. Com base no que foi comentado sobre a dinâmica da política econômica peronista, essa se direcionou em busca da justiça social. Entre o período da *década infame* (1930-1943) essa relação embora variável, nunca se colocou abaixo de 150%. No entanto, exatamente no momento em que se processa o golpe militar de 1943 e a criação da *Secretaría de Trabajo y Previsión* (STP) sob a condução de Juan Domingo Perón, observa-se sistemática queda dessa relação. Mesmo no período de aprofundamento da crise externa e de formulação do *Plan de Emergencia* (1949-1952), a relação lucros líquidos-salários se mantém razoavelmente estável, com um leve pico no ano de 1951 para depois cair novamente e se manter abaixo de 150%. Com o golpe de 1955, a relação voltou a subir vertiginosamente, partindo de 125% em 1955 em direção aos 172% de 1960.

Essa informação permite argumentar que no que tange aos trabalhadores, as políticas peronistas representaram efetivamente um avanço no conflito capital-trabalho, ao menos do ponto de vista da distribuição funcional da renda. O apoio a Perón, demonstrado inúmeras vezes em manifestações populares, não era nem irracional, nem manipulado ou meramente eleitoreiro. De fato, a retórica da justiça social parece ter se realizado por meio das ações

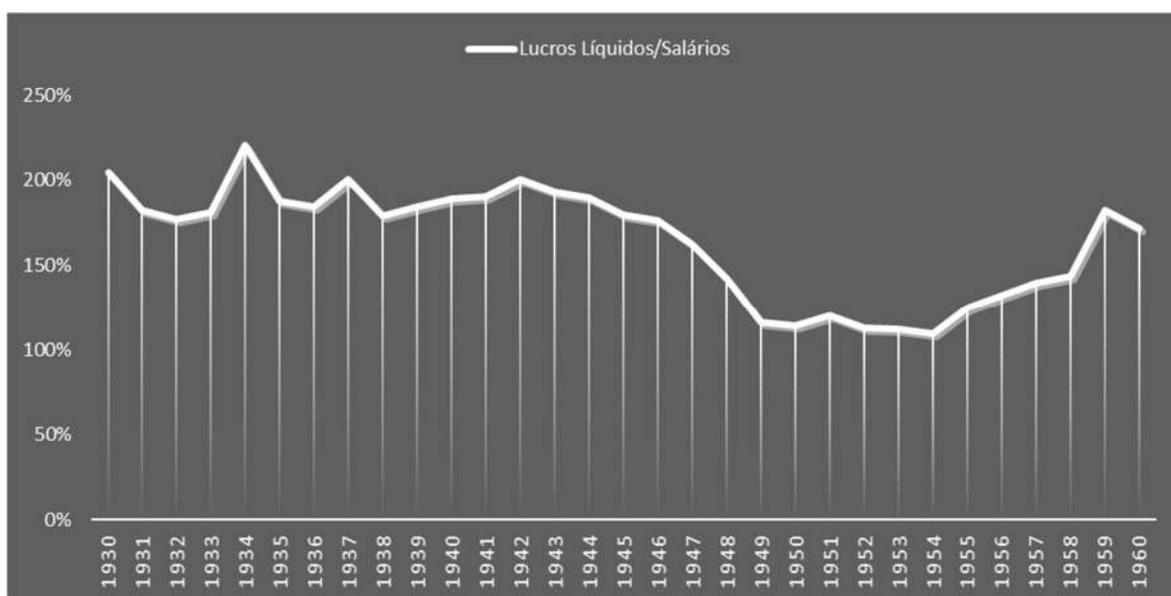
---

<sup>178</sup> Na metodologia de construção dessa variável, Maito (2015, p. 198) caracteriza a composição de valor do capital como sendo a relação entre capital fixo-massa salarial ( $\frac{K}{MS}$ ) ou também capital fixo-valor agregado líquido ( $\frac{K}{Y_n}$ ). Como afirma Marx ([1894] 1986, livro 3, vol. 1, p. 113), “a composição de valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica e a reflete, é o que chamamos de composição orgânica do capital”.

econômicas de Estado voltadas à promoção desse objetivo, haja visto que situações de instabilidades econômicas anteriores, como o período que vai desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até o golpe militar contra Yrigoyen (1930) acarretou inclusive incrementos gigantescos nessa relação, o que sugere que as frações capitalistas puderam elevar sua apropriação da renda nacional.

O mesmo aconteceu no período a partir de 1954 até 1959, o qual teve cenário externo adverso nos termos de troca do país e ao mesmo tempo a relação lucros líquidos-salários se elevou fortemente. Porém, entre 1949 e 1952 os termos de troca também foram desfavoráveis na medida em que pioraram em relação aos anos 1946 a 1948. Contudo, isso não foi acompanhado de uma explosão no crescimento da relação lucros líquidos-salários, algo que parece razoável considerar sendo fruto das ações econômicas de Estado do período. Mais do que não favorecer as frações capitalistas em prol dos assalariados, o período entre 1949 e 1954 mostra muito mais equilíbrio nas flutuações do que os demais, indicando a coerência entre os discursos e a prática política de Perón com o projeto justicialista. Tampouco se pode sugerir alguma forma de ameaça à propriedade capitalista nesse período, pois basta ver que a reforma constitucional de 1949 reafirmou o compromisso do Estado com a defesa da propriedade, ainda que tenha incorporado como limite ético a questão da função social. Após um período de queda desde 1942 até 1949, a relação permaneceu tendencialmente estável entre 1949-1954.

**Gráfico 5 – Relação percentual entre lucros líquidos e salários na Argentina, 1930-1960**



Fonte: Maito (2015, p. 188). Elaboração própria.

As políticas econômicas peronistas dificilmente podem ser lidas como tendo sido “antimercado” como sugerem os intérpretes econômicos do populismo<sup>179</sup>. Se assim fosse, não era de se esperar que o esforço de investimento dos capitalistas se relacionaria diretamente com os movimentos da taxa de lucro<sup>180</sup>? Nos primeiros dois anos de administração peronista, 1946 e 1947, a taxa de lucro se manteve estável (em torno de 62%) e tanto o esforço de investimento quanto a taxa de acumulação aumentaram. Todavia, entre 1950 e 1951, a taxa de lucro reverteu momentaneamente a tendência histórica de queda e se observa uma elevação (de 35% para 42%), ao passo que tanto o esforço de investimento quanto a acumulação não responderam positivamente. Pelo contrário, pioraram seus níveis. Quem fora “antimercado” nesse período na Argentina: Perón, ou as frações capitalistas, que frente a uma melhora na rentabilidade não traduziram isso em maiores investimentos produtivos?

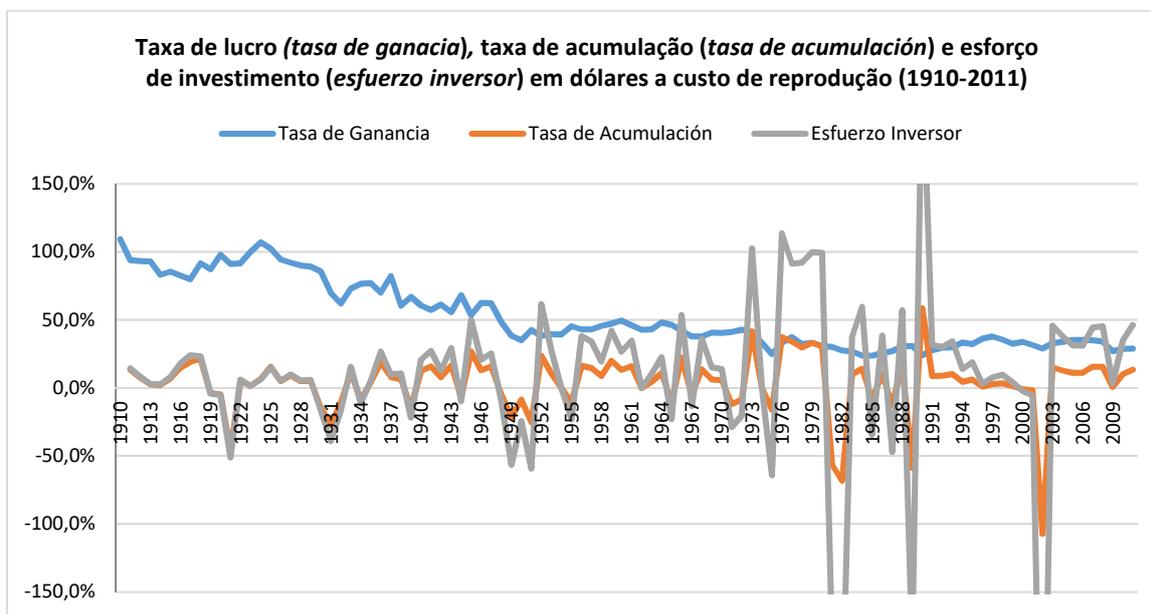
A tendência histórica dessas variáveis é apresentada no gráfico 6. Além das considerações colocadas acima, chama atenção também a relativa convergência das curvas da taxa de lucro e do esforço de investimento capitalista na primeira metade do século XX. Essa trajetória atinge níveis mais próximos a partir dos anos 1950 de modo a sugerir intensificação do conflito distributivo no país. Muito mais do que políticas “antimercado”, o explícito incômodo das frações capitalistas com Perón parece se dar pelo fato de que, a despeito de seu evidente anticomunismo, a classe trabalhadora avançou em termos organizacionais e econômicos como nunca antes. Esse crescente protagonismo dos trabalhadores na cena política parece ter sido o aspecto interno que levou as frações capitalistas do bloco no poder a apoiar os militares golpistas contra Perón em 1955, rompendo, assim, com o projeto hegemônico justicialista vigente desde 1946.

---

<sup>179</sup> “Para nós, ‘populismo econômico’ é uma abordagem para *ciência econômica* que enfatiza crescimento e redistribuição de renda e retira ênfase dos riscos de inflação e déficit financeiro, constrangimentos externos, e a reação de agentes econômicos a agressivas políticas não mercantis” (*For us, ‘economic populism’ is an approach to economics that emphasizes growth and income redistribution and deemphasizes the risks of inflation and deficit finance, external constraints, and the reaction of economic agents to aggressive nonmarket policies*) (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 9, destaque do autor e tradução própria).

<sup>180</sup> Os dados sobre a taxa de lucro, esforço de investimento e taxa de acumulação de capital podem ser vistos em Maito (2015, p. 188 e 196). O cálculo da taxa de lucro elaborado pelo autor corresponde à relação entre os lucros líquidos e o capital fixo reprodutivo a custos de reposição. O esforço de investimento é uma medida da ação produtiva da classe capitalista, calculada por meio da divisão entre a diferença do capital fixo reprodutivo do período anterior com o atual e o lucro líquido do período atual. Por fim, a taxa de acumulação diz respeito à variação percentual do capital fixo reprodutivo a custos de reposição entre o período atual e o anterior.

Gráfico 6 – Taxa de lucro (*tasa de ganancia*), taxa de acumulação (*tasa de acumulación*) e esforço de investimento (*esfuerzo inversor*) em dólares a custo de reprodução, 1910-2011



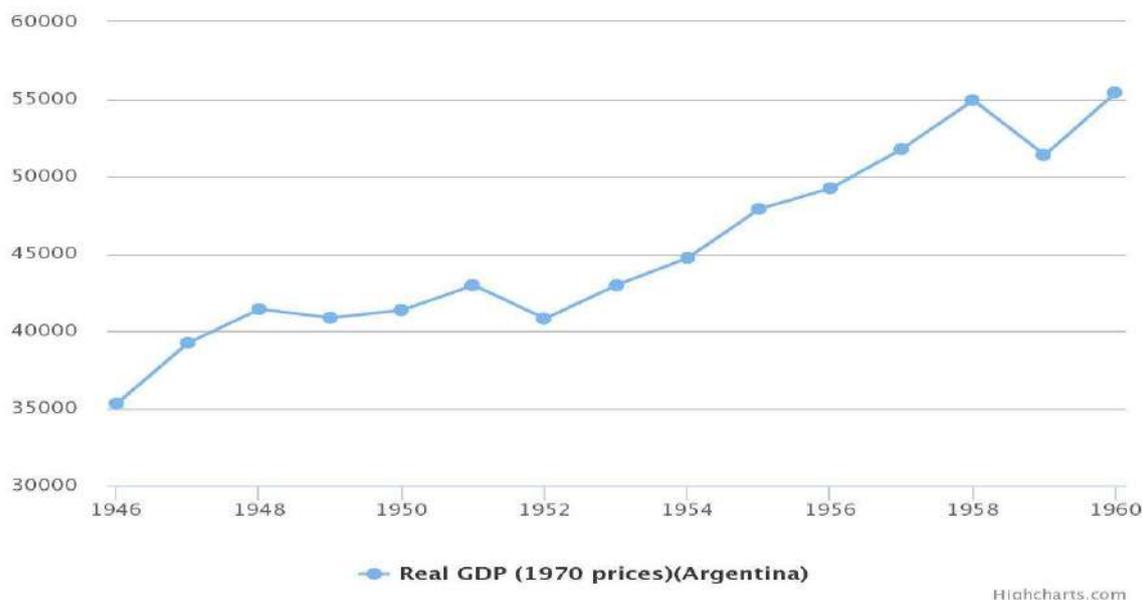
Fonte: Maito (2015).

Outra forma de perceber como as ações econômicas de Estado entre 1946 e 1955 não foram “antimercado”, é possível analisar o comportamento da taxa de juros real no período, a qual sempre foi negativa (MAITO, 2015, p. 198).

Em particular, a partir do pós-guerra se observa um salto importante no esforço de investimento [...] em conjunto com uma consolidação mais ou menos permanente da taxa de interesse real em valores negativos, o que constitui em certa medida subsídio ao capital industrial que contrai dívida (MAITO, 2015, p. 146, tradução própria)<sup>181</sup>.

Subsídio que posteriormente foi pago com o bombardeio de junho de 1955 em Buenos Aires. Um golpe cujas origens residem no crescente ódio de classe travestido de antiperonismo (ARGENTINA, 2015, p. 35-53). Até porque, economicamente os dados mostram que o *Plan de Emergencia* funcionou, visto que a inflação e o déficit público se reduziram fortemente e do ponto de vista do PIB real se registrou crescimento seguido entre 1952 e 1958. Ou seja, a conjuntura econômica da Argentina no período do golpe não era aparentemente desfavorável ou “antimercado”.

<sup>181</sup> “En particular, a partir de la posguerra se observa un salto importante en el esfuerzo inversor [...] en conjunto con una consolidación más o menos permanente de la tasa de interés real en valores negativos, lo que constituye en cierta medida un subsidio al capital industrial que toma deuda”.

**Gráfico 7 – PIB real da Argentina, 1946-1960\***

Fonte: MOxLAD.

\*a preços de 1970.

\*\*

O estudo da política econômica elaborada e executada que busque compreender seu sentido é uma forma de apreender a dinâmica do Real. Observada pelo prisma da economia política, as ações econômicas de Estado revelam tendências gerais em movimentos contraditórios, que permitem compreensão objetiva se analisados a partir do processo de constituição das relações sociais de produção. Porém, não se trata de uma objetividade idealizada, abstratamente elaborada, e que ambiciona neutralidade valorativa com base no pressuposto da igualdade jurídico-política entre indivíduos. A compreensão objetiva da qual a análise do sentido da política econômica realizada nesse capítulo se propõe é a do processo de constituição do capitalismo como sistema econômico dominante na Argentina.

Nesse sentido, a racionalidade das ações que sinalizam esse processo é um atributo do Real, não do modelo teórico que o concebe. Esse é um ponto importante, pois não se trata de uma análise genérica das ações econômicas de Estado entre 1946 e 1955. Procurei analisá-las pondo em xeque os argumentos dos intérpretes do populismo latino-americano articulados em suas distintas dimensões, cuja síntese pode ser vista na intencionalidade da política econômica.

Tal procedimento parece razoável em virtude do modo pelo qual se realizou a análise. Em primeiro lugar, a política econômica não se processa sem conexão com os dados da

realidade concreta. Em sociedades com algum nível de democracia, as disputas existentes pelos rumos da ação estatal se expressam decisivamente nos parlamentos nacionais. Contudo, essa expressividade não é um dado da natureza, mas oriunda de processo anterior em que as forças sociais modernas emergem como aspecto fundamental da constituição das relações capitalistas.

*As forças sociais modernas se constituem desde as classes sociais modernas, isto é, de uma sociedade burguesa, que são capazes expressarem coletivamente seus interesses. De maneira mais específica, são as classes proprietária de terras, capitalista e trabalhadora, as quais não emergem naturalmente, mas em consequência dos processos de mercantilização da terra, dos meios de produção, e da força de trabalho. Uma história essencialmente universal, mas com suas especificidades nacionais e regionais.*

No caso específico da Argentina, essa história tem início ainda no século XIX, cuja demarcação grosseira, ainda que certa, pode ser feita a partir de 1850. A partir de então, aparecem os primeiros sindicatos de trabalhadores no país e as primeiras associações patronais, forças representativas que passarão a atuar e disputar os rumos das ações econômicas de Estado. É nesse sentido que se deve observar, por exemplo, a *Ley de Inmigración y Colonización* (Lei de Imigração e Colonização), de 1876, de caráter incentivador à imigração europeia para abastecer o mercado de trabalho no país. Mas também a *Ley de Residencia* (Lei de Residência), de 1902, que autorizava a expulsão de estrangeiros envolvidos em processos criminais e visava conter as fortes mobilizações sindicais, comandadas em grande parte por trabalhadores imigrantes com ideias socialistas e anarquistas.

Sendo o objetivo do capítulo compreender o sentido da política econômica nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955) é preciso considerar, portanto, a conjuntura histórica, político-econômica e intelectual do período. Seu aspecto histórico diz respeito aos movimentos reais, quer dizer, à afirmação da sociedade burguesa, cujas origens residem na dupla revolução industrial e francesa. Os demais aspectos se estabelecem em níveis nacional e regional, ainda que articulados historicamente. Situação que acarreta para a pesquisa a necessidade de analisar aspectos nacionais e regionais em sua articulação histórica, isto é, sem considerá-los isoladamente. Caso contrário, tem-se uma análise idealizada da realidade, que é como os intérpretes do populismo latino-americano procedem.

Por isso o capítulo iniciou por uma revisão da conjuntura econômica e institucional do período anterior ao peronismo no poder, 1930-1946. Tal recorte temporal abarca as consequências imediatas da Grande Depressão a partir de 1929 e a consolidação da chamada *década infame*, 1930-1943, onde se observa tensionamento no bloco no poder argentino, mas ao mesmo tempo incapacidade de mudança hegemônica. A industrialização ocorreu, porém menos como projeto controlado pelas frações industriais do capital, e mais como subordinação dessas aos interesses da tradicional oligarquia rural (MURMIS; PORTANTIERO, 2004). Em contrapartida, garantia-se a repressão aos trabalhadores organizados, algo que fica claro analisando a situação da classe trabalhadora ao longo desse período.

A intensidade dos conflitos ganha proporção à medida que a solução institucional para a crise de 1929 foi incapaz de articular uma estratégia de desenvolvimento comandada pelas novas forças econômicas em ascensão. O golpe de 1943 e a eleição de Perón como presidente nacional em 1946 representam concretamente o impasse dessa situação. É a partir dele que se inicia a construção do justicialismo como projeto hegemônico alternativo, cuja expressão concreta se apreende, por exemplo, pela política econômica elaborada e executada no período.

À medida que saímos do nível nacional de análise da conjuntura e adentramos em termos geopolíticos percebemos que embora as questões internas se estabeleçam sob condições nacionais, a similitude entre experiências políticas sugere atenção. Isso significa que, na primeira metade do século XX, o crescimento do intervencionismo nacionalista e protecionista parece ter sido mais a regra do que a exceção no período. Algo que dificilmente se explica sem considerar o acirramento da competição interestatal, que por sua vez nada mais é do que a síntese do momento histórico da concorrência capitalista. Como mostra Maito (2013b, p. 142), a taxa média de lucro dos países centrais entre 1869 e 2010 aponta tendência de queda em torno da trajetória, ainda que certos intervalos temporais evidenciem relativa subida, como o intervalo entre 1929 e 1945.

Não por acaso do início do século XX até a década de 1970 se observou concomitantemente fenômenos como o fascismo, a construção dos Estados de bem-estar social, movimentos revolucionários e a industrialização periférica. A recuperação da taxa média de lucro dos países centrais se deu exatamente no momento de intensificação do intervencionismo nacionalista e protecionista, o qual não se entende sem considerar os significados históricos das guerras mundiais. Mesmo do ponto de vista teórico, a ciência econômica dos anos 1930 até a década de 1970 teve como preocupação central questões de

demanda efetiva e realização da mais-valia. Algo que não se processa sem que se considere o papel produtivo do Estado e a centralização política no Poder Executivo.

Em 1951 foi inaugurada a *Escuela Superior Peronista*, responsável por formar quadros técnicos para a continuidade do peronismo. Na apostila de teoria econômica denominada *Economía Peronista*, nota-se o foco sobre o problema da demanda efetiva<sup>182</sup>. Vale destacar que a preocupação inflacionária se fez presente logo nas primeiras páginas do documento em questão onde em breve passagem se avalia o *Primer Plan Quinquenal*, de 1947 a 1951 (*ESCUELA SUPERIOR PERONISTA*, 2010, p. 21).

Os intérpretes do “populismo latino-americano” costumam atribuir ao peronismo a insígnia de movimento tipicamente “populista” na região. Seja em termos político-ideológico ou econômicos, os governos “populistas” têm sido analisados sob esse arcabouço conceitual de modo a interpretá-los como causadores de crises e rupturas violentas, que se exacerbaram desde um equilíbrio instável de compromisso por parte do Estado em relação às classes e setores sociais na transição moderna dessas sociedades.

A conclusão imediata que se observa pela análise da política econômica argentina entre 1946 e 1955 é que o adjetivo “populista” pouco esclarece seu sentido. Tampouco se encaixa no esquema analítico proposto pelos intérpretes do “populismo latino-americano”. Nem a crise que desembocou no golpe de 1955 contra o governo democraticamente eleito de Perón se explica por “erros” de política econômica, haja visto que o *Plan de Emergencia*, entre 1949 e 1952, parece ter sido bem-sucedido.

Por outro lado, como se explica o golpe de 1955? A articulação entre estratégia de acumulação e projeto hegemônico se mostra como um caminho de explicação alternativo ao das interpretações econômicas do populismo. O tensionamento do bloco no poder tende a trazer consigo a expressão da autonomia relativa do Estado sob diferentes formas de acordo com a formação social em questão. No caso argentino, a vitória de Perón em 1946 foi uma vitória também da classe trabalhadora, pois a saída do General do governo em outubro 1945 se deu exatamente por causa de sua proximidade com os interesses da classe trabalhadora. Porém, a aceitação de sua vitória eleitoral se deu em contexto que para as frações industrial e

---

<sup>182</sup> “Uma síntese do que significa o justicialismo econômico e a economia social pode ser expressado dizendo que é tão importante favorecer ou capitalizar as economias familiares do país, ou capitalizar as unidades econômicas familiares” (*Una síntesis de lo que significa el justicialismo económico y la economía social puede ser expresado diciendo que es tan importante favorecer o capitalizar las economías familiares del país, o capitalizar las unidades económicas familiares*) (*ESCUELA SUPERIOR PERONISTA*, 2010, p. 62, tradução própria).

financeira das classes dominantes poderia resultar em redefinição da hegemonia do bloco no poder.

Desse modo, entre 1946 e 1951 o projeto hegemônico justicialista foi aceito, até porque o Poder Legislativo ainda permanecia dividido após as eleições de 1946. Essa situação não se observa nas eleições de 1951, quando o peronismo se fez maioria com cerca de 90% dos assentos parlamentares, além do Poder Executivo (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, vol. II, p. 100 e 110). Tal situação ligou o sinal de alerta para as classes dominantes, pois se tanto em 1946 quanto em 1951 Perón fora eleito sob um discurso abertamente anticomunista, mesmo assim a classe trabalhadora avançou significativamente seus interesses na cena política.

Por mais que tenham sido avanços sob uma perspectiva reformista, essa percepção parte de uma interpretação desde um ponto de vista revolucionário. Para os conservadores de então, o crescimento político da classe trabalhadora – ainda que sob mediação estatal alegadamente anticomunista – ameaçava a *determinação estrutural de hegemonia* burguesa. Isso somado à mudança na *orientação estratégica* do governo Perón reeleito em 1951, pois este saiu de uma retórica prática de justiça social e consolidação da industrialização por substituição de importações, para uma que visava centralmente a independência econômica do país por meio da planificação produtiva e das relações sociais de produção do país. No contexto histórico da primeira metade do século XX, esse tipo de situação, mesmo que explicitamente assegurada a propriedade privada dos meios de produção como fica evidente na reforma constitucional de 1949, alarmava as classes dominantes a ponto de não estarem dispostas a “pagar para verem”.

Isso se observa de maneira mais evidente através da análise da intencionalidade das ações econômicas de Estado dos governos Perón I e II, entre 1946 e 1955, e o papel da ação pública em relação à industrialização. O crescimento da classe trabalhadora na cena política e um governo reeleito com maioria parlamentar absoluta, tendo feito uma reforma constitucional em seu primeiro mandato e ambicionando com seu *Segundo Plan Quinquenal* a independência econômica do país, parecem ter sido elementos suficientes para que o projeto hegemônico justicialista acordado em 1946 começasse sua ruptura.

Vale lembrar que o golpe de 1955 não ocorreu em contexto econômico adverso. Basta que se recorde dos dados elencados ao longo do capítulo sobre o comportamento inflacionário, déficit do setor público e a própria taxa de lucro antes e depois do *Plan de*

*Emergencia*. Tudo isso leva a crer que as razões do golpe contra Perón foram efetivamente de caráter mais político do que em função das condições de mercado.

Por um lado, em termos instrumentais, a política econômica pautou pela superação do estrangulamento externo com a busca pelo pleno emprego das forças produtivas e valorização dos salários. Por outro, as políticas fins e institucionais do peronismo de Perón apresentam dois momentos. O primeiro deles, em que a busca pela “justiça social” e a consolidação da industrialização por substituição de importações, entre 1947 e 1951, deu o ritmo das ações econômicas de Estado. Entre 1953 e 1955 é possível observar uma mudança no sentido, pois a “independência econômica” com a “justiça social” parece ter sido o objetivo das políticas governamentais nesses termos.

Sendo assim, parece inadequado caracterizar a política econômica peronista entre 1946 e 1955 como “irracional” ou algum tipo de “desvio” da norma moderna. Também não parece terem sido as condições macroeconômicas que acarretaram o golpe 1955. Por outro lado, um olhar para o balanço político da relação de forças entre as classes sociais sugere que os impasses ocasionadores da ruptura antidemocrática em 1955 não ocorreram em função das ações econômicas de Estado individualmente observadas. O conflito fundamental da dinâmica capitalista, a relação trabalho-capital, parece ter sido a causa das ações golpistas contra o governo peronista nesse período.

## 5 POPULISMO DESCONSTRUÍDO: CRÍTICA AO CONCEITO E SUAS INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Como foi argumentado nos capítulos anteriores, existe uma tendência pejorativa nas interpretações dos fenômenos “populistas”. Esse padrão interpretativo se fundamenta sob diferentes formas para analisar as experiências políticas populares fruto de alianças policlassistas. Para boa parte dessas interpretações o “populismo” corresponde ou a um desvio da modernidade, o qual se originaria no bojo da transição moderna em sociedades tradicionais, ou a um repertório político que se consubstanciaria num conjunto de ações estatais demagógicas, cuja racionalidade política se sobreporia em relação à econômica e, por isso, conduziria a recorrentes crises. No limite, o “populismo” seria uma forma de extremismo político antidemocrático.

A partir dessa constatação demonstrada nos capítulos anteriores, cabe um novo debate sobre o “populismo”, qual seja, a desconstrução crítica do conceito em suas interpretações. Nesse sentido, é uma referência importante a abordagem filosófica de Derrida (1967a) sobre a ciência da escrita, seus signos, palavras e discursos no âmbito da constituição de tradições intelectuais que se moldam a partir dos instrumentos de produção do pensar (*bricolage*) (DERRIDA, 1967b, p. 417-418), os quais cercam e formam os intérpretes. Como afirma o autor,

a unidade de tudo o que se deixa visar hoje por meio dos mais diversos conceitos da ciência e da escrita é em princípio, mais ou menos secretamente, porém sempre, determinada por uma época histórico-metafísica da qual nós não fazemos mais do que descobrir o encerramento (DERRIDA, 1967a, p. 14, tradução própria)<sup>183</sup>.

Essa observação traz à tona uma problemática central para essa investigação de tese, qual seja, que a pesquisa estabelecida apenas na aparência não faz mais do que sugerir o encerramento de uma etapa ou momento científico, porém não a finaliza. Isto é, perde seu vigor crítico e passa a atuar como justificadora do estado das coisas. Nesse sentido, as interpretações que justificam crises ou determinadas ações políticas por causa do “populismo” ou em função dele, condenam as aspirações democráticas que constituem a substância que potencializa essas experiências políticas.

---

<sup>183</sup> “l'unité de tout ce qui se laisse viser aujourd'hui à travers les concepts les plus divers de la science et de l'écriture est au principe, plus ou moins secrètement mais toujours, déterminée par une époque historique-métaphysique dont nous ne faisons qu'entrevoir la clôture”.

A desconstrução defendida por Jacques Derrida corresponde a um processo que compreende um conceito a partir de seu oposto no próprio (con)texto<sup>184</sup>, quer dizer, o par significado/significante (*signifié/signifiant*), onde o primeiro diz respeito ao conceito e o segundo à ideia que conduz ao conceito. Desse modo, *desconstruir* o “populismo” como conceito pode ser visto como um procedimento de análise crítica das interpretações e intérpretes do fenômeno. Não se trata de um(a) autor(a) ou texto específico, mas de um conjunto interpretativo nas ciências sociais que lida com o par populismo/desenvolvimento de modo a condenar os momentos históricos em que na América Latina a aliança popular antielitista avançou na cena política.

Essas observações nos levam ao questionamento sobre o que a literatura dos intérpretes do “populismo” considera como produtor desse fenômeno. Por meio da investigação realizada nos capítulos anteriores, pode-se inferir que a elevada desigualdade combinada com fracas instituições pode ativar o permanente espectro do “populismo” nas democracias representativa, de acordo com as variadas interpretações. O “populista”, seja ele personificado numa pessoa, grupo político ou momento histórico, corresponderia a uma ameaça aos alcances da liberdade política fundada pelas Revoluções burguesas (destacadamente a Estadunidense e a Francesa) em sociedades cujas pessoas não sabem o que fazem ou vivem sob representações falsas de si mesmas<sup>185</sup>. Mesmo leituras menos catastróficas sobre o “populismo”, enxergam nele os limites para a mobilização das “massas” compatibilizado com o desenvolvimento, como poderia ser observado na América Latina<sup>186</sup>.

Frente a isso, resta investigar o que produz as interpretações do “populismo”, quer dizer, quais são os instrumentos de produção do pensar de que dispõem os intérpretes. São eles o historicismo – e suas variantes funcionalistas (POULANTZAS, 1971, vol. I, p. 37-39) – e o positivismo. Tratam-se de abordagens científicas distintas e conflitantes ao longo do processo de afirmação das ciências sociais, mas que coadunam as interpretações do

---

<sup>184</sup> Sobre a importância do texto e do contexto para a desconstrução em Derrida, ver Royle (2003, p. 65-66).

<sup>185</sup> “Populismo é não é nem a autêntica parte da moderna política democrática nem um tipo de patologia causada por cidadãos irracionais. É a permanente sombra da política representativa. [...] Populistas devem ser criticados pelo que eles são – um real perigo para democracia (e não apenas para ‘liberalismo’)” (MÜLLER, 2016, p. 44, tradução própria) (*Populism is neither the authentic part of modern democratic politics nor a kind of pathology caused by irrational citizens. It is the permanent shadow of representative politics. [...] Populists should be criticized for what they are—a real danger to democracy (and not just to “liberalism”)*).

<sup>186</sup> “À medida que se amplia a base econômica do setor industrial e que ele se vincula ao setor exportador, através do sistema bancário, e também se liga a capitais estrangeiros, vão sendo cada vez mais fortes as pressões contra a ‘ineficácia’ do Estado como empresário e contra o populismo como política de desenvolvimento. [...] Alcançam-se, assim, nesta etapa, os limites de populismo como forma de mobilização das massas e como possibilidade de propiciar o desenvolvimento” (CARDOSO; FALETTO, 2010, p. 139-140).

“populismo”, com implicações específicas para as realidades latino-americanas notadamente a partir do momento em que as Revoluções burguesas na região transformaram a burguesia em classe dominante. Nesse momento, o “populismo” emerge como problema teórico e prático nas ciências sociais.

### 5.1. SOBRE HISTORICISMO E POSITIVISMO NAS INTERPRETAÇÕES DO “POPULISMO”

Popper (1961) em sua investigação crítica sobre o historicismo o define como sendo “uma abordagem para as ciências sociais que assume que a *previsão histórica* é seu principal objetivo, e que assume que essa finalidade é possível pela descoberta dos ‘ritmos’ ou dos ‘padrões’, as ‘leis’ ou as ‘tendências’ subjacentes à evolução da história” (p. 3, destaques do autor e tradução própria)<sup>187</sup>. Evidentemente que essa definição requer maiores especificações, pois generaliza demasiadamente o que seria o método historicista, de modo a abarcar praticamente tudo o que não seja oriundo do positivismo.

Beiser (2007) e Löwy (2010, p. 76) identificam a origem do historicismo entre fins do século XVIII e meados do XIX, especialmente no espaço geopolítico atualmente conhecido como Alemanha. Do ponto de vista científico, apresenta como hipóteses fundamentais que os fenômenos sociais, diferentemente dos naturais, somente são compreensíveis ao longo do processo histórico, o qual é culturalmente relativo, e que o próprio pesquisador é sujeito de sua pesquisa. Desse modo, a separação entre *sujeito* e *objeto* de investigação não é possível a partir de uma perspectiva (ou programa de pesquisa) historicista. Como afirma Poulantzas (1971, vol. I), a leitura historicista da história pressupõe uma totalidade hegeliana, “sendo o *processo* histórico identificado com o devir do auto-desenvolvimento da Ideia” (p. 36, destaque do autor).

Por outro lado, o positivismo, cujas origens remontam aos Enciclopedistas franceses do século XVIII, corresponde a uma concepção científica que busca uma compreensão do social de acordo com o método das ciências naturais. Isto é, pressupõe-se a possibilidade de separação entre *sujeito* e *objeto* no âmbito das ciências sociais. Nesse sentido, a objetividade

---

<sup>187</sup> “[...] an approach to the social sciences which assumes that historical prediction is their principal aim, and which assumes that this aim is attainable by discovering the ‘rhythms’ or the ‘patterns’, the ‘laws’ or the ‘trends’ that underlie the evolution of history”.

desapaixonada das ciências da natureza deveria pautar a pesquisa social de modo a constituir um conhecimento social que não fosse subordinado a interesses políticos ou religiosos (LÖWY, 2010, p. 37-50).

A abordagem positivista da ciência concebe como hipótese fundamental em sua formulação filosófica a noção de que tal como na natureza há leis universais e independentes da ação humana, na vida social também há um conjunto sociológico objetivamente regulador de modo que “o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à natureza, uma espécie de harmonia natural” (LÖWY, 2010, p. 38). Sendo assim, qualquer desvinculação político-ideológica entre ciência e classes sociais não só seria desejável para uma boa prática científica, como seria possível de acordo com o positivismo. Isso porque o papel do cientista seria o conhecimento objetivo, independentemente da posição social do pesquisador.

Tanto o historicismo como o positivismo têm sido abordagens científicas extremamente influentes no mundo moderno<sup>188</sup>, embora também tenham passado por transformações significativas. Como destaca Löwy (2010, p. 76-77), se em sua origem o historicismo se apresenta de maneira conservadora ao defender as instituições e tradições que compõem a história contra intentos revolucionários, a partir de fins do século XIX seu caráter assume formas progressistas. Basta observarmos sua influência no pensamento marxista, com destaque para Antonio Labriola, Antonio Gramsci, Benedetto Croce, entre outros (POULANTZAS, 1971, vol. I, p. 37).

Já a abordagem positivista apresenta trajetória oposta. Se num primeiro momento sua ambição de equiparar cientificamente a análise das sociedades humanas com a análise da natureza ocorre como força de destruição da escolástica, das tradições estabelecidas no que se convencionava designar como Antigo Regime na França, a partir do século XIX, especialmente por meio de Auguste Comte, “a luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, crítica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora” (LÖWY, 2010, p. 42). Tais transformações tanto no historicismo como no positivismo merecem atenção no estudo das interpretações do “populismo”, pois seus intérpretes partem exatamente dessas abordagens científicas, ora assumindo uma, ora mesclando ambas.

---

<sup>188</sup> As referências são inúmeras, mas vale destacar Fonseca (1993; 2000) no que diz respeito ao papel tanto do positivismo para a formulação ideológica das elites regionais no Brasil pré-1930 quanto do historicismo no pensamento econômico alemão do século XIX e suas implicações para a heterodoxia contemporânea da disciplina.

Vejamos em Gino Germani, um dos principais intérpretes do “populismo latino-americano”, como isso se processa. Em Germani (1969), o autor procura uma caracterização do que seriam os estágios de modernização na América Latina. Isto é, o processo histórico de constituição da moderna sociedade industrial, a qual, por sua vez, é uma categoria genérica definida a partir de sua estrutura normativo-reguladora da ação social, especialização crescente de suas instituições com respectivos sistemas de valores autônomos e, por fim, progressiva institucionalização da mudança em vez da tradição.

O caráter positivista da análise de Germani (1969) se mostra de maneira clara já em seu segundo parágrafo, onde o autor sumariza o significado desses traços distintivos da modernização. “Tais características devem ser consideradas como um núcleo (embora genérico) básico de qualquer sociedade industrial, e também como requerimentos universais para sua existência e manutenção” (GERMANI, 1969, p. 155, tradução própria)<sup>189</sup>. Ou seja, independentemente dos sistemas culturais em questão, qualquer sociedade humana que enfrente uma transição para a modernidade apresentará tais traços gerais.

Por outro lado, mais à frente no mesmo texto, Germani revela demarcado historicismo.

Desenvolvimento econômico e modernização política e social são definidos aqui como processos de *mudança estrutural*, com a transição total sendo concebida como um processo *cumulativo*, no qual a qualquer momento os *resultados* de seu curso anterior se tornam incorporados como fatores determinantes no posterior curso de transição (GERMANI, 1969, p. 156, destaques do autor e tradução própria)<sup>190</sup>.

É notória a concepção de que o desenvolvimento e a modernização correspondem a processos quase que autodesenvolvidos por meio de seus próprios elementos constituidores. Não por acaso o autor destaca que os *resultados* se originam do *processo cumulativo* precedente, que por sua vez é incorporado como parte do próprio desenvolvimento social. Política e economia, portanto, relacionam-se à medida que o Estado seja capaz de originar e absorver as mudanças mantendo a integração e coesão social (GERMANI, 1969, p. 156). Uma eclética mescla entre Talcott Parsons e Max Weber evidenciando uma sobrepolitização do processo histórico.

---

<sup>189</sup> “These traits may be regarded as a basic (although generic) core of any industrial society, and also as universal requirements for its existence and maintenance”.

<sup>190</sup> “Economic development and social and political modernization are defined here as processes of structural change, with the total transition being conceived as a cumulative process, into which at any given moment the results of its previous course become incorporated as determining factors in the further course of transition”.

Outra das interpretações do “populismo” – notadamente para a América Latina – pode ser observada de maneira sintética através de Edwards (2010). De acordo com o autor, “populismo é um termo pejorativo. Há muito tempo tem sido atirado pelos políticos para desacreditar seus rivais” (EDWARDS, 2010, p. 167, tradução própria)<sup>191</sup>. Porém, o próprio autor pratica o mesmo ao definir o “populismo” como um conjunto de políticas econômicas que desconsideram restrições orçamentárias e princípios econômicos básicos (p. 168). “Seguidas vezes essas políticas derradeiramente fracassam, prejudicando aqueles grupos (os pobres e a classe média) que eles são supostamente favoráveis” (EDWARDS, 2010, p. 168, tradução própria)<sup>192</sup>.

Parece claro que o “populismo” nessas interpretações é considerado, primeiro, como um fenômeno concreto e passível de análise por parte do cientista social e, segundo, como um mal. Contudo, esse “mal” não deriva de meras acusações políticas contra adversários, e sim pelo desrespeito das “leis” universais e atemporais que regem a economia, subordinando-a a interesses políticos particulares efetivados por meio de uma coalizão popular ideologicamente imatura que se encantaria com as promessas de crescimento e distributivismo. Mais do que isso, essas experiências ocorrem, de acordo com Edwards (2010), seguidas vezes (*time after time*), piorando justamente a condição de vida das massas populares que apoiariam a ascensão dos “populistas”.

Em um texto posterior ao comentado nos parágrafos acima, Germani (1973) sintetiza sua visão sobre democracia representativa e as classes populares na América Latina. Baseado em sua assertiva sobre desenvolvimento econômico e modernização social, o autor caracteriza a relação entre “atraso”, “sociedade tradicional” e “subdesenvolvimento”.

Uma sociedade tradicional, isolada e fora de comunicações, não é subdesenvolvida por seus próprios membros; mas será quando estes membros se encontrem em condição de dependência – política, econômica, cultural – frente ao mundo ‘desenvolvido’ (GERMANI, 1973, p. 13, tradução própria)<sup>193</sup>.

Aparentemente Gino Germani ignora o fato de que as comunicações entre o que hoje designamos por América Latina e a Europa, a Índia, a África, etc., deu-se de maneira intensa

<sup>191</sup> “Populism is a pejorative term. For a long time it has been tossed around by politicians to discredit their rivals”.

<sup>192</sup> “Time after time these policies ultimately fail, hurting those groups (the poor and the middle class) that they are supposed to favor”.

<sup>193</sup> “Una sociedad tradicional, aislada y fuera de comunicaciones, no es subdesarrollada por sus propios miembros; pero lo será cuando estos miembros se hallen en una condición de dependencia – política, económica, cultural – frente al mundo ‘desarrollado’”.

exatamente a partir da conquista dos povos originários do subcontinente americano. O que ele designa como *sociedade tradicional* é praticamente uma caricatura, haja visto que em momento algum após 1492 as Américas estiveram isoladas ou fora de comunicações. Pelo contrário, o traslado forçado de populações inteiras do continente africano até o século XIX e a imigração europeia desde o período colonial e intensificada a partir da segunda metade do século XIX são fatos que demonstram não apenas contato, mas uma íntima relação entre a América Latina e o resto do mundo. A dependência de que fala o autor não surge por meio do contato da sociedade tradicional com o mundo desenvolvido, mas é a constituição do mundo desenvolvido que forja a dependência de outras regiões (MARX, 2013, vol. I, p. 821; FURTADO, 2007, p. 46).

A sobrepolitização das formações sociais é um aspecto central dessas interpretações do “populismo”. Sua história, como foi comentado ao longo do segundo capítulo, remonta à noção de que se trata de uma herança ibérica. Desse modo, desloca-se a problemática das contradições sociais como oriunda da instância política. Por um lado, seguindo a lógica funcionalista – cuja matriz epistemológica remonta ao historicismo – a noção de “manipulação”, de falsa consciência de classe, oriunda de uma suposta fraqueza institucional herdada da colonização, moldou a transição das tradicionais sociedades latino-americanas para a modernidade. O “populismo”, então, seria a tradução desse fenômeno, que por ser uma aliança policlassista manipuladora – e até mesmo autoritária (DE LA TORRE, 2000, p. 119) – se sustentaria sob um equilíbrio instável de compromissos dependente da conjuntura econômica favorável, sendo sua natureza fundamentalmente irresponsável e de curta duração (DI TELLA, 1973, p. 39).

As instituições são vistas à luz do modelo histórico vencedor – basicamente europeu e estadunidense –, de modo que a inadequação institucional latino-americana passa a ser considerada como um problema em si para o pleno desenvolvimento da sociedade de mercado. Mas as análises ignoram o fato de que foi exatamente em virtude da expansão mercantil colonialista, a qual serviu de fundamento histórico para a ocupação e dominação europeia das Américas, que a história das relações sociais de produção capitalistas na região tem início. Portanto, em vez de uma maldita herança jurídico-institucional ibérica, a qual, na verdade, se mostra extremamente vitoriosa para a conquista e ocupação dos territórios que hoje conformam a América Latina – afinal, quem venceu não foram os povos pré-colombianos –, é o próprio desenvolvimento da sociedade de mercado nesses países que

produziu – e continua produzindo, diga-se de passagem – a estrutural desigualdade na região, a qual é um dos traços latino-americanos mais distintivos em relação às demais nações.

As interpretações do “populismo” comentadas acima representam dois conjuntos de visões sobre o tema. Por um lado, o historicismo-funcionalista com toques positivistas de Gino Germani, Torcuato Di Tella, entre outros, enxerga o populismo como produto das assincronias representadas pela transição para a modernidade. Nesse sentido, um mal, cujas tendências autoritárias se expressariam através de uma institucionalidade incapaz de se adequar a essa transição. Por outro lado, o positivismo de Sebastian Edwards evidencia a naturalização do mercado como instância econômica e seria exatamente pelas ações políticas irracionais ou irresponsáveis que agiriam contra essas “leis” que se produziriam as crises e o respectivo atraso nos países da região.

Se no primeiro conjunto interpretativo do “populismo” as “massas” – ou, a aliança popular antielitista nas experiências concretas – seria imatura, sem uma plena consciência de classe e, por isso, sujeita a manipulações demagógicas, no segundo conjunto interpretativo as “massas” além de padecerem desse suposto atraso cultural, as instituições vigentes favoreceriam ações estatais antimercado. Isso, por sua vez, acarretaria na origem do atraso econômico comum em diferentes níveis entre os países latino-americanos.

Tamanho maniqueísmo intelectual não ocorre por acaso. Levando-se em consideração o contexto histórico em que esses conjuntos de interpretações do “populismo” foram formulados, evidencia-se a natureza apologética de suas análises. Pelo lado historicista-funcionalista, elementos como “manipulação”, “demagogia” e “falsa consciência” são a culpa da transição incompleta que gera o “populismo”. Já os positivistas enfatizam que essa mesma transição incompleta acarretaria em arcabouço institucional produtor de insegurança nos direitos de propriedade, polarização política e reação conservadora sobre as “massas” populares. Para essas interpretações, é uma falsa promessa redistributiva, pois suas ações seriam economicamente “irracionais” por serem “antimercado”, “manipuladoras” e que enfatizariam o “clientelismo” político.

Nas palavras e expressões empregadas pelos intérpretes do “populismo” para analisar as experiências concretas supostamente “populistas” o que não faltam são termos condenatórios ao que se considera como “mal” político-econômico ou uma “transição incompleta” em sociedades sobrepolitizadas e herdeiras de um arcabouço institucional

inadequado para a modernidade. Mesmo quando se trata do “*neopopulismo*” esse tipo de inferência se faz presente.

O caso da redemocratização brasileira ilustra bem esse aspecto. O governo de José Sarney (1985-1990) marcou a passagem da ditadura civil-militar imposta desde 1964 no país para o que a historiografia convencionalmente designa como Nova República. Nesse sentido, foi instalada uma Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988 com o intuito de elaborar a nova carta constitucional para a retomada democrática do Brasil.

A Constituição aprovada e promulgada em outubro de 1988 se deu em um ambiente de grande politização social, onde questões econômicas e políticas centrais estavam em debate. Em meio a isso, o apelido de *Constituição Cidadã* pelo qual ficou conhecida após a promulgação decorre do fato de que entre suas novidades está a garantia de uma série de direitos de cidadania na lei fundamental no país. Florestan Fernandes afirmou na condição de deputado constituinte na Assembleia Nacional de 1987-1988, “a Constituição é heterogênea e heteróclita. Preserva intacta uma ampla herança do passado, inclusive a tutela militar, como recurso extremo para qualquer fim... Mas abre muitas portas para a inovação mais ou menos radical” (FERNANDES, [1988] 2014, p. 278). O que seria, então, preservado e inovado?

Como destaca Safatle (2018, p. 60), “alguns países criam unidade através da guerra e da constituição do inimigo externo. O Brasil cria coesão através da constituição de inimigos internos”. Isso se mostra de maneira clara por meio do Art. 142 da Constituição de 1988, o qual assevera que:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, [1988] 2007, p. 99).

Tal aspecto implica extrema arbitrariedade, haja visto que concede aos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) a prerrogativa de convocar as Forças Armadas em situações como a defesa da “lei e da ordem”, as quais além de genéricas são ambíguas<sup>194</sup>. “Não foi apenas uma lógica de ‘segurança nacional’ que ficou imune a toda essa

---

<sup>194</sup> Vale notar, como também destaca Safatle (2018, p. 67-68), que a Lei da Anistia, de 1979, também se insere no bojo dessa maquiagem conciliatória que significou a redemocratização do país em sua relação entre as Forças Armadas e a política nacional.

revisão. Foi a natureza do Estado brasileiro e de seu direito de vida e morte sobre a população que pairou para além das modificações político-eleitorais” (SAFATLE, 2018, p. 61).

Contudo, o mesmo texto constitucional que não rompe com suas amarras militarescas sobre a política também garante conquistas sociais importantes, especialmente para a parcela mais pobre da classe trabalhadora. Observe-se, por exemplo, o Art. 170, que versa sobre a ordem econômica nacional, especialmente em seus incisos VII e VIII. Ambos, respectivamente, dizem respeito à institucionalização formal da redução das desigualdades regionais e sociais, assim como a busca do pleno emprego, como princípios gerais da atividade econômica assegurados constitucionalmente (BRASIL, [1988] 2014, p. 121).

Igualmente, o Art. 212 da Constituição de 1988, acrescido da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, determina um mínimo de receita oriunda de impostos destinada à manutenção e o desenvolvimento da educação pública. O mesmo vale para o Art. 195, acrescido da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que versa sobre o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando recursos mínimos para a saúde pública e, assim, garantir o bem-estar e a justiça sociais como objetivo da ordem e seguridades sociais (BRASIL, [1988] 2014, p. 129-131).

Não é à toa que uma das principais teses dos intérpretes do “populismo” para explicar a crise fiscal contemporânea no Brasil diz respeito à natureza do contrato social estabelecido com a Constituição de 1988. De acordo com Pessôa (2018, p. 12), essa pactuação social “produziu uma profunda crise fiscal”, pois teria acarretado numa tendência expansionista do gasto público de maneira superior ao crescimento da economia. Assim sendo, para o físico que se tornou apologista da sociedade de mercado, a conquista constitucional de direitos sociais nada mais é do que reforçadora da desigualdade, pois cria um desequilíbrio fiscal permanente no país. A isso ele designa como “mistificação econômica” (p. 13), cujo significado teórico é o “populismo”.

O positivismo dessa interpretação do “populismo” é notório. Ao sobrepolitizar-se as decisões econômicas, o resultado seria a deterioração da capacidade fiscal do Estado com efeitos nocivos para o desenvolvimento econômico. Contudo, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (2013), mais de 60% das internações hospitalares no país se deram por meio do Sistema Único de Saúde – SUS –, sendo que nas regiões norte e nordeste esse percentual passa dos 70%.

Além disso, o Programa Saúde da Família, instituído em 1994, e voltado para atividades preventivas tinha, em 2013, 34,8 milhões de domicílios cadastrados, sendo que a maior parte das pessoas indicou a Unidade Básica de Saúde “como estabelecimento que costumava procurar quando precisava de atendimento de saúde” (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2013, p. 28). Se levarmos em conta que, como reporta o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA – “quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra” (ONU, 05/12/2017), parece evidente o caráter inclusivo do texto constitucional de 1988 sobre esse quesito. Se observarmos o significado desse “populismo” para a educação pública brasileira, é possível perceber que se trata de luta de classes, não “manipulação” ou “demagogia” como argumentam esses intérpretes. No limite, nas interpretações do “populismo” a culpa da crise fiscal seria do “populismo” econômico incentivado pela Constituição de 1988.

Não por acaso esse mesmo autor, Samuel Pessôa, tem sido um dos maiores defensores da Emenda Constitucional nº 95, a qual entrou em vigor em 2016 e limita o teto de gastos primários por parte do governo federal por 20 anos, mas não os gastos financeiros. Medida por sua vez amplamente defendida pelas variadas frações das classes dominantes no Brasil e condenada pelas classes populares, como ficou registrado nas páginas da história, por exemplo, por meio da mobilização estudantil de 2016 (CASTRO, 26/10/2016). Para Pessôa (2011), o contrato social estabelecido em 1988 vincula gastos à Constituição de modo a desestimular a poupança pública e, conseqüentemente, a capacidade estatal para atuar sobre os problemas de infraestrutura do país. Em suas palavras, “o contrato social apresenta desequilíbrios endógenos ao seu próprio desenvolvimento” (PESSÔA, 2011, p. 210).

## 5.2. MERCADO MUNDIAL E RELAÇÕES DE CLASSE NA AMÉRICA LATINA

Observada de perto, as experiências concretas consideradas como “populistas” evidentemente não são iguais. Essa constatação, aliás, é um dos grandes desafios pelos quais as interpretações do “populismo” tentam lidar, ainda que de maneira extremamente ambígua (DE LA TORRE, 1992). Porém, permeia na maior parte dessas experiências relações de classe em torno de projetos políticos inclusivos para as classes populares. Frente a isso, uma questão que emerge diz respeito à origem dessa dinâmica de luta de classes entre os países da região.

Já é bastante conhecido o processo de inserção externa por parte das economias latino-americanas, notadamente a partir da segunda metade do século XIX em meio à consolidação do mercado mundial capitalista (CARDOSO; PÉREZ-BRIGNOLI, 1980, p. 228-285; FURTADO, 2007, p. 89-111). Trata-se de um padrão de especialização produtiva distinto ao das nações desenvolvidas à medida que as diferentes linhas de expansão capitalista para a periferia constituíram uma divisão internacional do trabalho que logrou às sociedades latino-americanas a condição de economias primário-exportadoras (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 107-119).

A tabela 10 dá uma ideia, do ponto de vista comercial, desse processo de integração econômica internacional ao longo da chamada primeira globalização. É possível perceber que entre as principais economias latino-americanas no período 1870-1929 as exportações foram elásticas ao aumento da renda dos outros países. À exceção do Brasil, essa elasticidade positiva teve impactos significativos na variação percentual das exportações *per capita* entre os países em questão.

**Tabela 10 – Elasticidade-renda da demanda de exportações por parte do mundo e taxa de crescimento das exportações *per capita* em países selecionados, 1870-1929**

	$\epsilon^*$	X (%)**
Argentina	3,65	1,7
Brasil	2,38	0,5
Colômbia	1,43	4,1
México	0,9	3,1
Venezuela	2,19	3,9

Fonte: Bértola; Ocampo (2013, p. 108-109 e 126). Elaboração própria.

\* Elasticidade-renda da demanda de exportações por parte do mundo.

\*\* Taxa de crescimento das exportações *per capita*.

Em contrapartida, os fluxos de investimento externo direcionados aos países latino-americanos não alcançaram percentuais elevados. Observando o período entre 1900 e 1929, a participação de investimentos externos na região sequer alcançou 1% do total mundial (TAYLOR, 2006, p. 92). Vale notar, como destaca Esteves (2006, p. 31, tabela 4), entre 1883 e 1914 as exportações de capitais ingleses e alemães se deram fundamentalmente para a

construção de ferrovias e financiamentos governamentais, cujos valores somados o autor calcula, respectivamente, como sendo 64,6% e 85,7% do total exportado por esses países.

Essa conformação histórica do mercado mundial capitalista e a inserção latino-americana nesse processo trouxe consequências para a constituição das relações entre as classes sociais na região. Em virtude dessa dinâmica, uma primeira olhada sobre isso pode ser feita a partir da concentração da propriedade da terra. De acordo com cálculos fornecidos por Bertola; Ocampo (2013, p. 151), entre 1880 e 1990 o índice de Gini da propriedade de terra na América Latina corresponde a 0,799. Além disso, como destacou Furtado (2007, p. 137) para os anos 1950 e 1960, predominava entre as estruturas agrárias latino-americanas a polarização entre minifúndios e latifúndios, evidenciada na tabela 11.

**Tabela 11 – Minifúndio e latifúndio na estrutura agrária de países latino-americanos, 1950-1960**

	Minifúndio		Latifúndio	
	% das explorações	% das terras	% das explorações	% das terras
Argentina	43,2	3,4	0,8	36,9
Brasil	22,5	0,5	4,7	59,5
Colômbia	64	4,9	1,3	49,5
Chile	36,9	0,2	6,9	81,3
Equador	89,9	16,6	0,4	45,1
Guatemala	88,4	14,3	0,1	40,8
Peru	88	7,4	1,1	82,4

Fonte: Furtado (2007, p. 137).

Como mostra o relatório da Oxfam (2016, p. 23-25), o percentual de terras manejadas pelos latifúndios corresponde, em média para os países da região, cerca de 51% da superfície agrícola. Ademais, segundo o mesmo estudo, “no total, na região, as pequenas propriedades [agrícolas] utilizam menos de 13% da terra produtiva e sua superfície média é de 9 hectares na América do Sul e 1,3 hectares na América Central” (OXFAM, 2016, p. 26, acréscimo e tradução próprios). Números que evidenciam a permanência histórica dessa concentração de terras e poder entre os países do subcontinente latino-americano oriunda do colonialismo.

Essa dinâmica de desenvolvimento acarretou consequências marcantes para a construção do capitalismo *en nuestra América*, de modo a acentuar suas especificidades

históricas oriundas do passado colonial, da escravidão e da sistemática negação do(a) Outro(a) que *sobredeterminam*<sup>195</sup> de diferentes modos as formações sociais, porém com características comuns e centradas na enorme desigualdade social. Nesse sentido, a inserção externa, especialmente entre 1870 e 1929, marca uma acentuação dessa tendência, como pode ser visto a partir dos índices de salários de paridade de poder de compra entre vários países latino-americanos. Tendo o índice britânico em 1905 como referência (= 100), entre Colômbia, México, Brasil, Cuba, Chile, Argentina e Uruguai, apenas os dois últimos apresentaram índices superiores aos britânicos e somente entre 1925 e 1929 (respectivamente 113 e 109) (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 137).

Vale destacar que a abolição da escravidão se deu tardiamente e de maneira diferenciada na América Latina, sendo Cuba (em 1886) e Brasil (em 1888) os últimos países a decretarem o fim da escravatura (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 96). Contudo, a abolição sem respectiva reforma agrária e outros instrumentos de inclusão social produziu uma massa de seres humanos juridicamente livres, mas extremamente marginalizados socialmente. Não por acaso o índice de salários anteriormente comentado seja tão mais baixo em países com significativa população negra, como Colômbia, Brasil e Cuba, em comparação com a Grã-Bretanha, e mesmo naqueles cuja herança escravista tenha sido menor, porém relevante, como são os casos de Argentina e Uruguai.

A propagação desigual do progresso técnico é um aspecto central para se compreender o processo de constituição do subdesenvolvimento. Não se trata, portanto, de uma etapa pela qual as nações necessariamente passam ao longo de suas histórias, mas de um imperativo da expansão industrial moderna (FURTADO, 1983, p. 141-143). Por esse ângulo, é preciso ressaltar que não há um único modo pelo qual esse processo avançou na determinação das transformações dos sistemas produtivos nacionais.

A violência da conquista europeia e todas as suas consequências econômicas, políticas e ideológicas sobre os territórios que contemporaneamente se designa como América Latina corresponde a um episódio sem precedentes na história. Nisso reside a origem da heterogeneidade estrutural, que combinada à difusão desigual da Revolução Industrial caracteriza a especificidade do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Como afirma Maria da Conceição Tavares,

---

<sup>195</sup> “Na medida em que a superestrutura política é o nível *sobredeterminante* dos níveis da estrutura, *concentrando* as suas contradições e reflectindo a sua relação, a luta política de classe é o nível *sobredeterminante* do domínio das lutas de classe – das relações sociais –, concentrando as suas contradições e reflectindo as relações dos outros níveis de luta de classe” (POULANTZAS, 1971, vol. I, p. 86).

No caso dos países desenvolvidos, não havia, como não há, uma separação nítida entre a capacidade produtiva destinada a atender aos mercados interno e externo. [...] Ao contrário, para a maioria dos países da América Latina, há uma divisão nítida do trabalho social, entre os setores externo e interno da economia (TAVARES, 1973, p. 31).

Essa característica dual das economias latino-americanas forjou a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas na região, constituindo, assim, a especificidade econômica de determinação do modo-de-produção capitalista nas Américas ao sul da atual fronteira México-Estados Unidos. Afinal, foram nessas terras que o colonialismo, a escravidão e a negação do(a) Outro(a) se estruturaram para a construção interna às diferentes formações sociais, de relações de produção que, embora predominantemente capitalistas, expressam essa especificidade na *práxis* de suas forças sociais. “Isto é, aliás, a consequência do facto de que uma classe social indica, já no modo-de-produção ‘puro’, o efeito do conjunto das estruturas sobre os suportes” (POULANTZAS, 1971, vol. I, p. 88).

Um dos aspectos aparentes mais visíveis dessa especificidade diz respeito à enorme desigualdade social que, por exemplo, distingue a América Latina. Nela, evidenciam-se demarcadas questões raciais e de gênero que se mantêm não apenas dependentes da trajetória superestrutural – ou cultural, como genericamente North (1994, p. 364) chama –, mas fundamentalmente estrutural. Quer dizer, uma história determinada em última instância pelas relações sociais de produção dominantes.

**Tabela 12 – Taxas de pobreza entre negros(as), não-negros(as), indígenas e não indígenas entre países latino-americanos, 2014**

	Negros(as)	Não-Negros(as) ou Indígenas	Indígenas	Não-Indígenas
Bolívia	-	-	42%	34%
Brasil	22%	10%	35%	10%
Chile	-	-	10%	8%
Equador	42%	27%	42%	27%
Guatemala	-	-	72%	59%
México	-	-	50%	37%
Paraguay	-	-	61%	30%
Peru	21%	14%	26%	14%
Uruguai	11%	4%	7%	4%

Fonte: CEPAL (2016, p. 27-28). Elaboração própria.

A tabela 12 ilustra o tamanho da desigualdade social em 2014 por meio de um recorte racial em nove países latino-americanos a respeito das taxas de pobreza. Na amostra, Brasil, Equador, Peru e Uruguai correspondem a países historicamente com significativa população negra em virtude do significado da escravidão na formação do mercado de trabalho nesses países. Em todos é notório que entre negros e indígenas as taxas de pobreza são superiores do que a dos não-negros e não-indígenas. Isto é, a violência racista da conquista ainda se faz presente, haja visto que embora em diferentes proporções, parece razoável inferir que entre os países latino-americanos a probabilidade dos mais pobres serem negros(as) ou indígenas é bastante superior à da população branca.

Observando por gênero, o relatório da Cepal (2016) evidencia outro aspecto da especificidade nas formações sociais latino-americanas. A média simples de anos de estudo entre homens negros (6,7 anos) e mulheres negras (7,7 anos) é menor do que a de homens não-negros ou indígenas (9,1 anos) e mulheres não-negras ou indígenas (9,7 anos) (CEPAL, 2016, p. 35). Ainda no quesito educação, além do percentual de adolescentes da população total que não frequentam escolas entre mulheres indígenas (21,5%) ser maior do que entre os homens indígenas (18,7%), também existe notória diferença se é feita comparação com as populações não-negra ou indígena. Apenas 10% dos(as) adolescentes não-negros(as) ou indígenas não frequentavam escolas em 2014 (CEPAL, 2016, p. 45). Ainda que essa diferença seja observada mais no meio rural do que urbano, isso sugere que a probabilidade das mulheres negras ou indígenas estudarem é menor do que as demais, o que apenas corrobora com a permanência do colonialismo, da escravidão e da negação do(a) Outro(a) como traços distintivos do subdesenvolvimento na América Latina.

Se a crise de 1929 inaugurou a possibilidade histórica de afirmação do setor interno sobre o externo, avançando no sentido de superação de um desenvolvimento das forças produtivas que não fosse dependente da expansão internacional da demanda por suas exportações e, assim, propiciar uma transformação igualitária nas relações sociais de produção, a partir da reestruturação sistêmica dos anos 1970, essa possibilidade foi limitada, pois permitiu às forças sociais ligadas à economia exportadora se rearticularem. Isso explica a tendência de golpes de Estado e ditaduras cívico-militares nos países latino-americanos, as quais mesmo que em alguns casos esboçassem alguma orientação desenvolvimentista, seus modos de incorporação política das classes populares foram marcadamente elitistas.

Nesse sentido, as especificidades que forjaram as relações de classe e o desenvolvimento da América Latina – colonialismo, escravidão e negação do(a) Outro(a) –

são aspectos próprios da consolidação das sociedades de mercado com grande diferenciação entre as capacidades produtivas dos setores interno e externo. Dado a resignada aceitação neoliberal do discurso antipopulista, este se configura, portanto, como uma legitimação teórico-intelectual contemporânea de dominação da classe burguesa, a qual se origina a partir das classes dominantes que fundaram as modernas nações latino-americanas e, por isso, trata-se de um discurso acentuadamente elitista.

### 5.3. CICLOS ECONÔMICOS E CICLOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Existe entre as interpretações do “populismo” – especialmente sob o rótulo de “neopopulismo” – certa tendência a analisar tais experiências como sendo produtoras de crises em função de seus supostos vieses demagógicos e antimercado. Nesse sentido, tratando-se do desenvolvimento capitalista e da centralidade que a taxa de lucro tem nesse processo de produção e em suas crises (MARX, 1986, livro III)<sup>196</sup>, cabe analisar em que medida a dinâmica da lucratividade se relaciona com os resultados eleitorais considerados “populistas”.

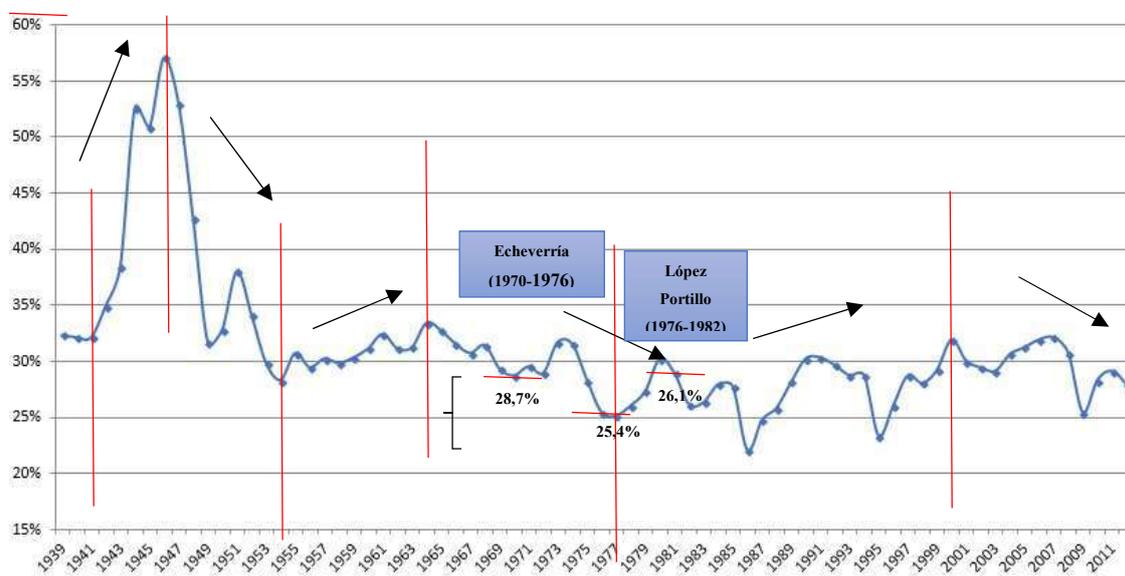
Como pode ser observado para três conjuntos de formações sociais latino-americanas expressadas nos gráficos 8, 9 e 10, governos considerados pela literatura como “populistas” tendem a vencer as eleições presidenciais exatamente nos momentos em que a taxa de lucro já se encontra em nítida trajetória de queda. Isso ocorreu tanto no México, entre 1970 e 1982, nas gestões de Luis Echeverría e José López Portillo, quanto na Argentina, entre 1946-1955, 1973-1976, 1989-1999 e 2003-2007, respectivamente sob as presidências de Juan Domingo Perón I e II e Isabelita Perón, Carlos Saul Menem e Néstor Kirchner. Também é possível perceber semelhante padrão no Brasil, entre 1961-1964, 1985-1990 e 2003-2006, nesta ordem com João Goulart, José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva na condição de chefes do Executivo nacional.

---

<sup>196</sup> Para uma revisão do debate teórico e empírico sobre a tendência declinante da taxa de lucro, ver Clemente (2017, p. 38-158). Para análises concretas da dinâmica da taxa de lucro em diferentes formações sociais, consultar, por exemplo, Maito (2013a) sobre a Argentina; Marquetti; Maldonado Filho; Lautart (2010) e Marquetti; Hoff; Miebach (2017) a respeito do Brasil; Weisskopf (1979), Duménil; Lévy (2002), Basu; Manolacos (2012) e Basu; Vasudevan (2013), para os Estados Unidos; Mariña Flores; Cámara Izquierdo (2016) em relação ao México; Brown; Mohun (2011) com respeito à Grã-Bretanha entre 1920-1938; Maito (2013b) estima a taxa de lucro em vários países para uma análise mundial da dinâmica da rentabilidade;

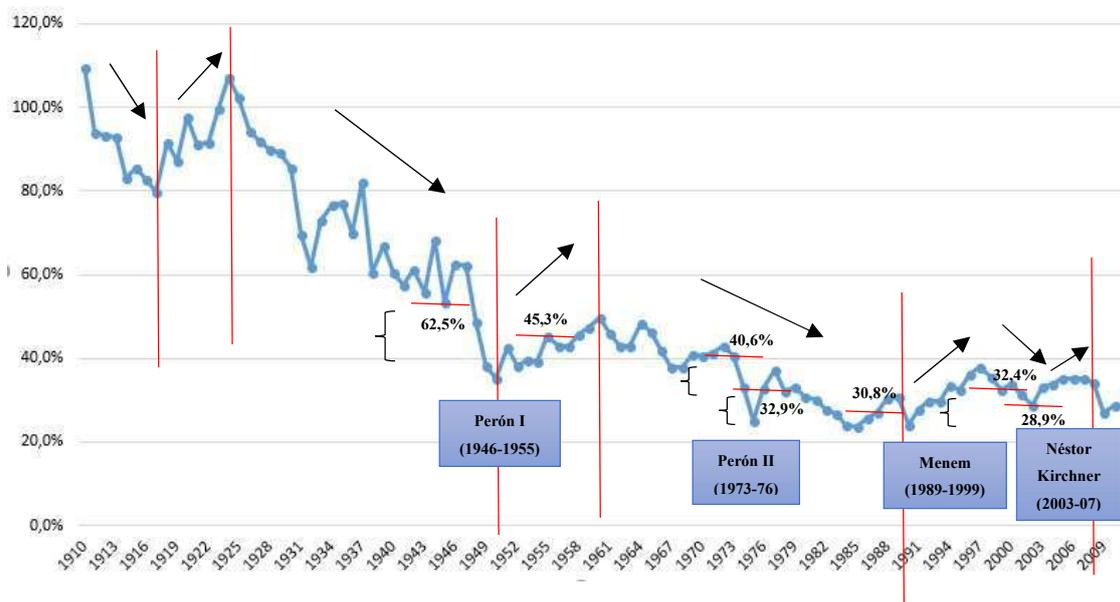
Cada um desses governos se relacionou sob diferentes modos com as classes populares. No entanto, é notório que em todos o foco da ação estatal foi diretamente voltado para os respectivos setores internos das economias em momentos de acirramento da luta de classes. Isso significou um tensionamento no seio do bloco no poder que criou a possibilidade de avanço dos interesses das classes populares na cena política, o qual se deu sob diferentes formas a depender da capacidade delas em reduzir a defasagem entre os interesses partidários e os de classe.

**Gráfico 8 – Taxa de lucro no México, 1939-2012**



Fonte: Mariña Flores; Cámara Izquierdo (2016). Elaboração própria.

Gráfico 9 – Taxa de lucro na Argentina, 1910-2011



Fonte: Maito (2015). Elaboração própria.

Gráfico 10 – Taxa de lucro no Brasil, 1953-2008



Fonte: Marquetti; Maldonado Filho e Lautert (2010). Elaboração própria.

A dinâmica da taxa de lucro nem sempre coincide exatamente com os ciclos eleitorais, porém predomina a tendência de vitória “populista” em momentos históricos de queda ou em momentos imediatamente posteriores a uma queda recente e que experimentaram certa

estagnação no comportamento da lucratividade. Ilustrativo dessa observação anterior foram as eleições de López Portillo (1976-1982), no México, cuja vitória nas urnas se deu em meio a quedas sucessivas entre 1974 e 1977, respectivamente de 31,5% para aquele ano e 25,1% para o último. Carlos Menem (1989-1999), na Argentina, com taxa de lucro estagnada em torno dos 30% entre 1988 e 1989, mas em forte queda entre 1989 e 1990 para atingir níveis da ordem de 24%. José Sarney (1985-1990), no Brasil, que quando assumiu a presidência a taxa de lucro estava em torno de 52% e ao entregar o mandato, em 1990, a mesma correspondia a 43,1%, assim como quando Lula assumiu pela primeira vez a presidência, em 2003, quando embora a lucratividade já estivesse em movimento de ascensão, entre 1997 e 2000 a mesma se encontrava estagnada por volta de 51%.

No caso da economia mexicana, as transformações macroeconômicas internacionais a partir dos anos 1970 afetaram os rumos político-econômicos do país de modo a impor dificuldades para a continuidade do elevado crescimento com relativa estabilidade macroeconômica (MORENO-BRID; ROS, 2009, p. 124-137). Entretanto, se ao longo dos anos 1960 a dinâmica da taxa de lucro apresentou comportamento de relativa estagnação em torno dos 31% e isolado pico de 33,4% em 1964, entre 1968 e 1969 retoma sua trajetória tendencial de queda atingindo 28,7% em 1970. É nesse contexto que emergem fortes mobilizações populares a partir do movimento estudantil que culminaram no que ficou conhecido como *Massacre de Tlatelolco*, em 1968 (SMITH, 1990, p. 121-124).

Na Argentina, o contexto da primeira eleição de Perón, em 1946, não deixou de ser acirrado, como foi mostrado no capítulo anterior. Analogamente, a terceira eleição de Perón ocorreu sob fortes enfrentamentos por parte das forças sociais. Juan Domingo Perón estava em exílio desde o golpe de 1955 e seu retorno ao país ficou marcado pelo *Massacre de Ezeiza*, onde grupos da extrema-direita argentina atacaram grupos da esquerda peronista que foram recebê-lo no aeroporto internacional em Ezeiza, sinalizando o tamanho do acirramento da luta de classes àquela época e evidenciado pelo momento histórico de relativa estagnação da taxa de lucro no país em torno dos 40% desde 1969.

Héctor Cámpora, peronista, que fora democraticamente eleito presidente do país em março de 1973, após um período de sete anos de ditadura militar (1966-1973), renunciou abrindo espaço para que Perón se candidatasse e vencesse as eleições em setembro do mesmo ano com notáveis 61,8% dos votos válidos (JONES; LAUGA; LEÓN-ROESCH, 2005, vol. II, p. 112). Porém, o acirramento da luta de classes não cessaria e próximo ao forçado final de seu terceiro mandato, já com a viúva e vice-presidente Isabelita Perón no poder desde 1974, a

taxa de lucro baixou para 25% em 1975. Nesse contexto, em março de 1976 um novo golpe voltou a instaurar uma ditadura militar no país até 1983. Contextos adversos precederam as eleições de Menem, em 1989, haja visto a conjuntura de aceleração inflacionária que acompanhou a antecipação de saída de Raúl Alfonsín da presidência e as consequências da repressão estatal no que ficou conhecida como Guerra Suja (*Guerra Sucia*) (TORRE, 1991, p. 157-193).

Em 2003, Néstor Kirchner venceria as eleições após uma série de protestos e mobilizações populares conhecidas como *Argentinazo* que marcaram as renúncias de Fernando de la Rúa (1999-2001), Adolfo Rodríguez Saá (dezembro de 2001) e a indicação de Eduardo Duhalde para o término do mandato entre 2002-2003. Vale notar que no interregno da saída de Menem, em 1999, e o término do mandato cumprido por Duhalde, entre 2002 e maio de 2003, a taxa de lucro apresentou tendência declinante pelo menos desde meados da década de 1990, especialmente entre 1997 (37,8%) e 1998 (35,5%) até 2002 (28,9%) e 2003 (33%), quando retomou sentido ascendente até 2007-2008, de acordo com os dados disponíveis.

Observações semelhantes podem ser feitas para o Brasil. João Goulart assumiu de maneira bastante contestada a presidência em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros ainda no primeiro ano de mandato. O contexto político-econômico já era de crise e instabilidade (MONTEIRO; FONSECA, 2012), como ilustra o comportamento da taxa de lucro no momento em que Goulart tomou posse. Entre 1955-1960 o movimento foi de aumento, saindo de cerca de 52% entre 1955-1956 para patamares em torno de 56% no ano de 1960. A partir de então, o movimento da taxa de lucro inverte e passa a cair, seguido de relativa estagnação em torno de 50% até 1970.

No governo de José Sarney (1985-1990) o país vivia turbulências sociais em torno das mobilizações pedindo o fim da ditadura militar que derrubou Goulart em 1964 e a conclusão dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Além disso, a partir de 1985 a aceleração inflacionária agravaria as condições macroeconômicas do país e orientaria a política econômica para o combate à inflação (MODIANO, 1990). Por sua vez, o comportamento da taxa de lucro é de queda seguida entre 1985-1993.

Quando Lula venceu as eleições de 2002, o comportamento da taxa de lucro vinha de seguidas elevações especialmente entre 2000-2002, mas, ao mesmo tempo, esses três anos de relativa elevação da lucratividade não foram suficientes para atenuar a luta de classes

acentuada desde os efeitos da introdução do Plano Real no âmbito da abertura econômica brasileira e das crises internacionais, entre 1995-1998 e 2001-2002, que acentuavam a vulnerabilidade externa e a crise fiscal do país, e a crise energética que ficou conhecida como Crise do Apagão, em 2001 (GIAMBIAGI, 2011). Nesse cenário, claramente a luta de classes se encontrava em nível de forte acirramento.

Desse modo, ao contrário do que apregoam as interpretações do “populismo”, com destaque para as economicistas, não é o medo que se traduz eleitoralmente por meio de fracas instituições que levariam os “populistas” ao poder e, conseqüentemente, a ações econômicas de Estado cuja racionalidade política subordinaria a econômica prejudicando, por fim, os mais pobres de modo a intensificar a desigualdade social. Na verdade, as evidências expostas nos gráficos 8, 9 e 10, sugerem que as tais experiências “populistas” são expressões do acirramento da luta de classes nas respectivas formações sociais. Seu caráter mais à esquerda ou à direita do espectro político depende muito mais da capacidade que as classes populares têm para reduzirem as defasagens entre os interesses político-econômicos e as práticas partidárias da aliança popular antielitista.

\*\*

A desconstrução proposta nesse capítulo diz respeito à desestruturação dos elementos teóricos que compõem as interpretações do “populismo latino-americano”. Nesse sentido, *desconstruir* significa expressar a sobrepolitização dos processos históricos levada à frente pelas interpretações do “populismo” a partir de instrumentos intelectuais de produção do pensar moderno, quais sejam, o *historicismo* – especialmente sua variante funcionalista – e o *positivismo*.

Essa dinâmica de produção teórica não é dissociada das relações de classe existentes nas sociedades. Até porque, como já foi destacado em linhas anteriores, o intelectual orgânico atua no debate público que fundamenta as ações estatais e, por isso, os modos pelos quais o movimento do Real se processa depende da dinâmica pela qual a luta política de classes determina o sentido das transformações.

Na América Latina, as relações de classe foram forjadas a partir das especificidades que estruturam – em diferentes níveis, mas mesmo sentido – o processo de desenvolvimento nos países da região. Desse modo, a enorme desigualdade social que caracteriza as sociedades latino-americanas não pode ser compreendida sem levar em consideração os recortes de gênero e raça que sobredeterminam as respectivas superestruturas políticas. Mas, ao mesmo

tempo, como pode ser visto ao longo desse capítulo, é o trio colonialismo-escavidão-negação do(a) Outro(a) que constitui e determina a combinação específica de estruturas e práticas sociais que designam o modo-de-produção capitalista no subcontinente.

Em um meio onde a desigualdade não é apenas efeito de manipulações demagógicas, mas elemento estruturante das sociedades e reforçada pela propagação desigual do progresso técnico, como ocorre na América Latina, a possibilidade de avanço político dos interesses das classes populares ganha força à medida em que as crises econômicas acirram a luta de classes. Com isso, a formulação de alianças populares antielitistas não se traduz como uma expressão da sobrepolitização que supostamente comandaria tais sociedades, mas na condição de aspecto próprio das especificidades do Real.

Isso se mostra de maneira mais clara por meio da análise do comportamento da taxa de lucro ao longo das experiências consideradas “populistas”, como ilustram os gráficos 8, 9 e 10, referentes ao México, Argentina e Brasil. O “populismo” interpretado como fenômeno latino-americano corresponde a uma justificação da violência da acumulação que constitui a formação social dos países da região.

A partir da substituição da noção de *subdesenvolvimento* por *atraso*, o qual se expressaria em termos econômicos e políticos de mercado, formulam-se teoricamente tais interpretações. Desse modo, aos atrasados caberia a busca por alcançar os níveis de mercantilização das estruturas sociais que configuram o desenvolvimento dos países centrais e, assim, (crer) auferir seus respectivos níveis de bem-estar social. Dito de outro modo, trata-se de uma exaltação do mercado como instância econômica naturalizada. Porém, são exatamente as exigências mercantis que constituem os fundamentos econômicos e políticos das formações sociais latino-americanas e desde as independências têm dado o tom das ações econômicas de Estado nesses países. Assim sendo, os males denunciados pelos intérpretes do “populismo” latino-americano como elementos explorados pelo equilíbrio instável de compromisso que configura tais alianças ou práticas são exatamente originados pela expansão mercantil sobre as nações da América Latina.

Isso se verifica, por exemplo, nos fundamentos econômicos que determinaram a conquista e ocupação das terras americanas no período colonial, nos interesses econômicos que promoveram as independências políticas, na afirmação do modelo primário-exportador de desenvolvimento e das modernas nacionalidades, ao longo do processo de substituição de importações (ainda que com avanços popular-trabalhadores em virtude da conjuntura

histórica) e na reação neoliberal a partir dos anos 1970. Em todos esses momentos, o mercado estruturou a constituição social ou a lógica da ação estatal.

Para os(as) críticos(as) do populismo, a intenção populista corresponde a uma *práxis* deformadora da modernidade. Aplicada nas interpretações latino-americanas, a crítica do populismo busca revelar as origens do atraso econômico e político do subcontinente em relação aos países centrais. Desse modo, as interpretações do “populismo” ao analisarem a relação entre política e economia a partir da dicotomia conflituosa *povo vs. antipovo* expressada em determinados momentos históricos, e desconsiderando a centralidade das relações de classe como eixo dinâmico que se traduz aparentemente sob forma binária acima mencionada, corresponde a uma mitologização dos processos sociais.

Tal mitologização não é, entretanto, mero equívoco de análise, mas se observada à luz do desenvolvimento do mercado mundial e da inserção dos países periféricos, adquire sentido político. Não é por acaso que as interpretações do “populismo” latino-americano começam a ganhar corpo exatamente no momento de crise do sistema de Bretton Woods, ao mesmo tempo que a ascensão do neoliberalismo nos países centrais e a resignação com a dependência na periferia latino-americana.

É a demonização do Estado como exigência da crescente financeirização da acumulação a partir dos anos 1970. Tal processo acarretou o fortalecimento político das classes dominantes para os países cujas formações sociais construíram sociedades de mercado com grande diferenciação produtiva entre os setores interno e externo. Dessa maneira, a ausência de processos revolucionários que conseguissem superar o colonialismo, a escravidão e a negação do(a) Outro(a) expressa o sentido de continuidade das relações de classe no desenvolvimento dos países latino-americanos, ainda que o processo de construção do capitalismo denote importantes transformações desse sentido.

Tal transformação, entretanto, deve ser analisada a partir da realidade a qual diz respeito. O aburguesamento das classes dominantes na América Latina se deu numa conjuntura em que as próprias relações de classe foram forjadas a partir da anteriormente comentada trindade constituidora de expansão do mercado mundial capitalista. Sendo assim, na formação econômica dos países latino-americanos a dinâmica das relações de classe ao longo dos processos de desenvolvimento carrega consigo tais elementos.

É por isso que a noção de *classes populares* e *antipopulares* é uma forma de compreender como a proletarização da força de trabalho abarca a complexidade do processo

de constituição das relações de classe na América Latina. Isso porque a especificidade do desenvolvimento capitalista, periférico e dependente, acarreta dualidade estrutural das respectivas sociedades, sintetizada no par de setores interno e externo das economias nacionais. A continuidade no sentido do desenvolvimento, comentada em linhas anteriores, expressa, portanto, a estrutura de dominação que permite processos revolucionários em termos tecnológicos e institucionais, porém conservando a exclusão da maioria – os “populares” – dos processos políticos. Esses “populares”, por sua vez, são os(as) negros(as), mulatos(as), indígenas; trabalhadores assalariados e autônomos; pobres e socialmente marginalizados.

Observando de perto, os momentos em que as insurreições populares emergiram de maneira mais intensa correspondem àqueles de agudização ou persistência de crises econômicas. Circunstâncias que as disputas entre as forças sociais se tornam mais aparentes e, portanto, corroboram para um tensionamento na hegemonia do bloco no poder de modo a possibilitar um avanço na cena política por parte da aliança popular-trabalhadora e seus interesses econômicos. Dada a origem e constituição das classes populares, seus interesses tendem a ser voltados para o setor interno (subsistência) das economias nacionais. Porém, os caminhos dessa aliança dependem da dinâmica de reconfiguração hegemônica do bloco no poder.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi analisado e argumentado ao longo dos capítulos anteriores sobre o “populismo” e suas interpretações, é razoável concluir que há uma tendência analítica pejorativa por parte de seus intérpretes. Isso porque, à exceção das abordagens inspiradas nos trabalhos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que entendem o fenômeno não só como a essência da política moderna, mas também como sua força emancipatória, geralmente o “populismo” é interpretado como um fenômeno “ruim” ou a tradução de má política, que por sua vez é produto de crises ou causador das mesmas.

Para chegar a essa conclusão apresentei especificamente no segundo capítulo uma história do conceito de “populismo”. Do ponto de vista histórico é provável que a origem de uma intencionalidade política popular, quer dizer, do *povo nacional* para o *povo nacional* seja uma das heranças revolucionárias do século XVIII para as ciências sociais. Contudo, a primeira aparição concreta como “populismo” se deu na segunda metade do século XIX, com destaque para o movimento *Narodnik*, na Rússia, e para o Partido do Povo (*People's Party*), nos Estados Unidos. Ambos com intenções políticas distintas, mas em comum o fato de que emergem como expressões concretas do acirramento da luta de classes em cada uma daquelas formações sociais e, também, por se constituírem em movimentos populares nacionalistas e antielitistas.

No caso dos *Narodniks*, assumidamente socialista, embora com divergências em especial em relação aos bolcheviques. Já no caso estadunidense de fins do século XIX e princípios do XX, embora houvesse segmentos socialistas, a própria base social constituída por pequenos proprietários e arrendatários de terras arrefecia uma possível hegemonia socialista nas intenções políticas. Porém, mantinha-se o caráter antielitista do movimento e, à medida que a base social passava a incluir associações de trabalhadores, no próprio movimento “populista” estadunidense crescia a circulação de ideias socialistas e outras diretamente relacionadas à construção política dos interesses da classe trabalhadora.

As primeiras análises do “populismo” se deram no contexto de ação tanto dos *Narodniks* na Rússia quanto do Partido do Povo nos Estados Unidos. Ainda que formuladas com propósitos políticos distintos entre si, havia em comum a conotação negativa ao “populismo”. Por um lado, o “populismo” russo passa a ser visto como expressão da falsa consciência revolucionária. Pelo outro, o “populismo” estadunidense foi considerado a

expressão demagógica de uma irracionalidade econômica criadora de espantelhos políticos. Ao fim e ao cabo estava pavimentada a estrada intelectual que interpretaria o “populismo” como um mal político-econômico.

À medida que as ciências sociais se desenvolviam, a formulação de interpretações do “populismo” ganhava corpo. Nesse sentido, o historicismo funcionalista e o positivismo correspondem a abordagens científicas que, combinadas com a teoria econômica marginalista, fundamentam as análises das experiências políticas concretas consideradas “populistas”, como foi argumentado nos capítulos quarto e quinto. Desse modo, os pares conceituais “*populismo*”-*desenvolvimento econômico* e “*populismo*”-*democracia* correspondem à substância das interpretações do fenômeno. Na Europa, as experiências fascistas influenciaram uma tradição intelectual que associa ao “populismo” os elementos autoritários e xenófobos dos fascismos, de modo a conceber os “populistas” como a negação da política democrática.

Em relação à América Latina, os governos populares e nacionalistas que emergiram especialmente após a crise de 1929 e incentivavam a industrialização por substituição de importações expressariam o equilíbrio instável de compromissos relacionado ao processo tardio de transição para a modernidade. Desse modo, de acordo com as interpretações do “populismo” latino-americano correspondiam a expressões do *atraso*, da herança institucional ibérica que teria produzido fracas instituições e uma inerente tendência à reprodução de ciclos de euforia e crises, isto é, ciclos “populistas”. Estes, por sua vez, agravariam o atraso econômico nos países latino-americanos e a completude da transição das sociedades tradicionais para modernas.

A *negação* do “populismo” se processou e processa teoricamente de forma que se *nega* as práticas consideradas “populistas” por meio da *ação* intelectual condenatória das mesmas em relação à democracia e/ou desenvolvimento econômico. Para tanto, as diversas interpretações associam “populismo” tanto a antipluralismo e antiprocedimentalismo, como “populismo” a atraso ou crises. No fundo, para essas interpretações do “populismo” o fato das experiências políticas “populistas” não serem liberais parece ser a raiz de todo mal.

O viés antipopulista presente na maior parte das interpretações do “populismo” tem sido objeto de reflexões, notadamente a partir da tradição inaugurada por Laclau e Mouffe. Porém, na América Latina esse viés adquire especificidades próprias em função das alianças populares antielitistas que se configuraram como forças sociais da classe trabalhadora em

momentos de acirramento da luta de classes. Os governos de Juan Domingo Perón (1946-1955), analisados no quarto capítulo, evidenciam isso claramente, ainda que não se trate de uma análise do peronismo.

Em um contexto internacional de Guerra Fria, com ações revolucionárias organizadas desde guerrilhas nacionalistas populares, como, por exemplo, na Coreia do Norte, na Argélia, e mesmo já em Cuba, o sentido da política econômica nos governos peronistas, entre 1946-1955, ao primar pela independência econômica sem abdicar do justicialismo nacionalista, constituía ameaça suficiente para que as classes dominantes do país agissem de modo a evitar a possibilidade de radicalização do peronismo.

É nesse sentido que se construíram as articulações golpistas que culminaram na derrubada violenta do governo democraticamente eleito em 1955. Portanto, o peronismo não caiu porque era “populista”, quer dizer, incompetente ou porque supostamente sobrepunha interesses político-eleitorais à economia de mercado. Tampouco suas conquistas lograram herança de atraso para o país ou representam uma etapa transitória da modernidade. Pelo contrário, o reconhecimento institucional da classe trabalhadora organizada, do voto feminino e do planejamento econômico de Estado, por exemplo, são algumas heranças igualitárias do peronismo para a Argentina e que por sua vez se enraizaram no país.

Além disso, sua queda não dá para ser colocada como previsível em virtude do equilíbrio instável de compromisso oriundo da aliança popular. Na verdade, a queda de Perón se explica muito mais por causa dos limites estruturais da democracia numa sociedade de classes periférica e dependente, evidenciados, por exemplo, no aumento da defasagem entre os interesses partidários e os dos(as) trabalhadores(as) organizados como classe. A culpa ou causa do golpe, portanto, não é do “populismo” peronista ou das consequências de suas ações, mas da incapacidade organizacional da aliança popular-trabalhadora reduzir tais defasagens e antecipar a reorganização das forças sociais dominantes.

Na América Latina, dada a estrutural desigualdade que a constitui economicamente na sua relação com o mercado mundial capitalista, a formulação de alianças populares antielitistas, que emergem nos momentos de acirramento da luta de classes, não é uma demagogia manipuladora ou consequência de fracas instituições, mas o próprio resultado do tensionamento social oriundo das relações de produção dominantes. Em contexto latino-americano isso significa uma dependência da trajetória do colonialismo, da escravidão e da

negação do(a) Outro(a). Quer dizer, os aspectos que compõem as relações sociais de produção nos países da região e denotam a especificidade do capitalismo na América Latina.

O fenômeno da política popular é um dos aspectos da modernidade. A tentativa de formular um conceito que abarque experiências históricas distintas, tanto em termos geográficos quanto políticos, porém que ao mesmo tempo compartilham o caráter de terem sido uma aliança popular policlassista se revela como uma forma de analisar cientificamente a realidade social desde um modelo hipotético supostamente aplicável a qualquer experiência político-econômica concreta que preencha tais requisitos gerais.

Um problema desse procedimento reside em seus pressupostos teóricos, notadamente a noção de racionalidade econômica utilitarista, pois reduz o espectro da ação humana racional ao tipo-ideal do modo-de-produção capitalista, e a desconsideração das diferenças históricas entre as distintas formações sociais. Observando para além do modelo, adotar esse pressuposto teórico conduz o(a) analista a entender a realidade social com base em seu nível de adequação ao que o próprio modelo concebe.

Esse procedimento, por sua vez, se compreendido historicamente evidencia seu sentido político de análise ao reduzir a instância econômica como sendo a economia de mercado, que na América Latina corresponde a camuflar os aspectos estruturantes do desenvolvimento econômico dos países da região. Quer dizer, a violência da acumulação através do colonialismo, da escravidão e da negação do(a) Outro(a) como aspectos determinantes da construção e consolidação do capitalismo na América Latina.

Por outro lado, o “populismo” empregado como conceito na interpretação do sentido da política econômica redundava no mesmo problema. Sua construção teórica da relação entre política e economia parte da concepção marginalista de valor, a qual desconsidera as assimetrias reais de poder entre as classes sociais. Desse modo, substituindo o conceito de *classes sociais* para *agentes econômicos* ao formular sua teoria de política econômica, essa interpretação do populismo despolitiza a análise da ação econômica de Estado de modo a promover uma infixidez identitária em termos de consciência de classe. Afinal, em competição todos os agentes maximizam. Para essas interpretações do “populismo”, o problema passaria a ser a mão visível do Estado que atrapalharia o arranjo ótimo entre os agentes econômicos se o modelo funcionasse como previsto.

No entanto, a política econômica é essencialmente um processo politicamente construído e nas interpretações do “populismo” apresenta expresso sentido político favorável

às concepções e práticas neoliberais. Isso observado do ponto de vista dos processos de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos significa condenar os momentos históricos em que a aliança popular-trabalhadora conseguiu expressar seus interesses econômicos com certo nível de protagonismo na cena política e, assim, desafiar a correlação de forças políticas em determinadas formações sociais.

## REFERÊNCIAS

### *a) Trabalhos citados*

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *American Economic Review*, Nashville, v. 91, n. 5, 2001.
- \_\_\_\_\_. Economic backwardness in political perspective. *American Political Science Review*, [S.l.], v. 100, n. 1, 2006.
- \_\_\_\_\_. Economics versus politics: pitfalls of policy advice. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 27, n. 2, 2013.
- ACEMOGLU, Daron; EGOROV, Georgy; SONIN, Konstantin. A political theory of populism. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 128, n. 2, 2013.
- ACOCELLA, Nicola. *Economic policy in the Age of Globalisation*. Cambridge University Press, 2005.
- ADAMAN, Fikret; DEVINE, Pat. The economic calculation debate: lessons for socialists. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 20, n. 5, 1996.
- ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en Argentina: desde 1880 hasta 2003*. 2. ed. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2012.
- ADAMS, Leonard P. *Agricultural depression and farm relief in England 1813-1852*. Cidade: Ed. Routledge, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée*, n. 151, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Pour Marx*. Paris: Ed. La Découverte, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2. ed., Londres: Ed. Verso, 2006.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.
- ASTARITA, Rolando. “Distribución de la riqueza” y el socialismo vulgar. 2017. Disponível em: <<https://rolandoastarita.blog/2017/06/04/distribucion-de-la-riqueza-y-el-socialismo-vulgar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- ATTACK, Jeremy; BATEMAN, Fred; PARKER, William N. The farm, the farmer, and the market. In: ENGERMAN, Stanley L.; GALLMAN, Robert E. *The Cambridge economic history of the United States*. Cambridge University Press, vol. 2, 2000.
- BACKHOUSE, Roger E. *História da economia mundial*. Ed. Estação Liberdade, 2007.
- BADIOU, Alain. Twenty-four notes on the uses of the word “people”. In: BADIOU, Alain *et al.* *What is a people?*. Columbia University Press, 2016.
- BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio (Eds.). *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. CEPAL, 2015.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução mexicana*. Ed. Unesp, 2010.

BARNETT, Vincent. *A history of Russian economic thought*. Ed. Routledge, 2005.

BARRIONUEVO, Laura; LUC, Melisa. ¿Desarrollos alternativos o alternativas al desarrollo? Diálogos desde la Economía Política y el Buen Vivir. In: PEYLOUBET, Paula *et. al. Reflexiones y experiencias situadas*. Una contribución a la pluralización de conocimientos. CONICET, Córdoba, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Qual era o projeto econômico varguista? *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 41, n. 2, 2011.

BASU, Deepankar; MANOLAKOS, Panayiotis T. Is there a tendency for the rate of profit to fall? Econometric evidence for the U.S. economy, 1948-2007. *Review of Radical Political Economics*, vol. 45, n. 1, 2012.

BASU, Deepankar; VASUDEVAN, Ramaa. Technology, distribution and the rate of profit in the US economy: understanding the current crisis. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 37, n. 1, 2013.

BAZDRESCH, Carlos; LEVY, Santiago. Populism and economic policy in Mexico, 1970-1982. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

BEISER, Frederick. Historicism. In: ROSEN, Michael; LEITER, Brian. *The Oxford handbook of continental philosophy*. Oxford University Press, 2007.

BÉNASSY-QUÉRÉ, Agnès *et. al.* *Economic policy: theory and practice*. Oxford University Press, 2010.

BERNSTEIN, Henry. Modernization theory and the sociological study of development. *The Journal of Development Studies*, vol. 7, n. 2, 1971.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. *El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*. Fondo de Cultura Económica, Cidade do México, 2013.

BEST JR., Richard A. Covert action: an effective instrument of U.S. foreign policy? *CRS Report for Congress*, out/1996. Disponível em: [https://www.everycrsreport.com/files/19961021\\_96-844\\_a3fe515109001b58e7be8b2af3841f9e91066400.pdf](https://www.everycrsreport.com/files/19961021_96-844_a3fe515109001b58e7be8b2af3841f9e91066400.pdf), acessado em fev/2018.

BETZ, Hans-Georg. *Radical right-wing populism in Western Europe*. Ed. Palgrave Macmillan, 1994.

BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da Economia*. De Maquiavel a Adam Smith. Ed. Hucitec, São Paulo, série 'Teses e Pesquisas', 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Ed. Record, Rio de Janeiro, vol. 1, 2000.

BOATCĂ, Manuela. Peripheral solutions to peripheral development: the case of early 20<sup>th</sup> century Romania. *Journal of World-Systems Research*, XI, I, 2005.

BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. Ed. Brasiliense, 2<sup>a</sup> edição, 1984.

- BRAVO, María Celia. Agrarismo y conflicto social en Tucumán en la década de 1920. *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*, ano 8, n. 8, Córdoba, 2008.
- BRENNAN, James P.; ROUGIER, Marcelo. *Perón y la burguesía argentina: el proyecto de un capitalismo nacional y sus límites*. Ed. Lenguaje Claro, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Populism and economic policy in Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 33 (2), 1991a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel, 1991b.
- \_\_\_\_\_. Por que o Brasil cresceu pouco desde 1990-1991? *Margem Esquerda*, n. 23, 2014.
- BROADIE, Alexander. Introduction. In: BROADIE, Alexander (Ed.). *The Cambridge companion to the Scottish enlightenment*. Cambridge University Press, 2003.
- BROWN, Vincent; MOHUN, Simon. The UK interwar rate of profit 1920-1938. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 35, n. 6, 2011.
- BRYER, Rob. Accounting and control of the labour process. *Critical Perspectives on Accounting*, vol. 17, n. 5, 2006.
- CAIRNCROSS, Alec. *Economic ideas and government policy: contributions to contemporary economic history*. Ed. Routledge, 1996.
- CAMPANA, Priscila. O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da *carta del lavoro*. *Revista Jurídica*, CCJ/FURB, vol. 12, n. 23, 2008.
- CANITROT, Adolfo. A experiência populista de redistribuição de renda. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel, 1991.
- CANOVAN, Margaret. *Populism*. Ed. Houghton Mifflin Harcourt, 1981.
- \_\_\_\_\_. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, vol. 47, n. 1, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História econômica da América Latina*. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, vol. 15, n. 4 (60), 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Ed. Civilização Brasileira, 9ª edição, 2010.
- CARRERA, Juan Iñigo (2008). Terratenientes, retenciones, tipo de cambio, regulaciones específicas: los cursos de apropiación de la renta de la tierra agraria 1882-2007. *Centro para la Investigación como Crítica Práctica*, Buenos Aires, 2008.

CASTELLI, Jonattan Rodríguez. *Brasil (des)acorrentado: uma análise evolucionária do processo de inserção da economia brasileira nos paradigmas tecno-econômicos da produção em massa e da tecnologia da informação*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CASTRO, Paulo Rabello de.; RONCI, Marcio. Sixty years of populism in Brazil. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

CASTRO, Fábio de. 1022 escolas e 84 universidades estão ocupadas em 19 estados e no DF. *Estadão*, 26/10/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-1022-escolas-e-84-universidades-ocupadas-em-19-estados-e-em-brasilia,10000084398>, acessado em jul/2018.

CEPAL. *Latin America and the Caribbean in the world economy 2016*. Santiago, 2017.

\_\_\_\_\_. *Panorama social de América Latina 2016*. Santiago, 2017.

\_\_\_\_\_. *The social inequality matrix in Latin America*. First Meeting of the Presiding Officers of the Regional Conference on Social Development in Latin America and the Caribbean, Santo Domingo, 2016. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40710/1/S1600945\\_en.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40710/1/S1600945_en.pdf), acessado em jul/2018.

CHANCES, Ellen. The superfluous man in Russian literature. In: CORNWELL, Neil (Ed.). *The Routledge Companion to Russian Literature*. Ed. Routledge, Londres e Nova Iorque, 2001.

CHERESKY, Isidoro. Sindicatos y fuerzas políticas en la Argentina preperonista (1930-1943). *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 31, “Estado y classe obrera en Argentina y Chile Perspectivas Historicas, 1981.

CLEMENTE, Leonel Toshio. *A lei da queda tendencial da taxa de lucro: novas evidências e aplicações*. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COATSWORTH, John. Structures, endowments, and institutions in the economic history of Latin America. *Latin American Research Review*, vol. 40, n. 3, 2005.

\_\_\_\_\_. Political economy and economic organization. In: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CORTÉS CONDE, Roberto. *The Cambridge economic history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. 1, 2006.

COTRELL, Allin; COCKSHOTT, W. Paul. Calculation, complexity and planning: the socialist calculation debate once again. *Review of Political Economy*, vol. 5, n. 1, 1993.

CRAVEN, Hermon W. *Errors of populism*. Lowan; Hanford S. and P. Co. Publishers, 1896. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044086980786;view=1up;seq=9>, acessado em dez/2017.

DE LA TORRE, Carlos. The ambiguous meanings of Latin American populisms. *Social Research*, vol. 59, n. 2, 1992.

\_\_\_\_\_. *Populist seduction in Latin America: the Ecuadorian experience*. Ed. Ohio University Center for International Studies, 2000.

DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Ed. Siglo Veintiuno, 2ª edição, Buenos Aires, 2012.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 30, n. 2, 2007.

DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Ed. Les Éditions de Minuit, 1967a.

\_\_\_\_\_. *L'écriture et la différence*. Ed. Éditions du Seuil, 1967b.

DEVECCHIO, Alexandre. Chantal Mouffe, la philosophe qui inspire Mélenchon, se livre en exclusivité. Entrevista concedida ao *Le Figaro Vox*. Entrevistador: Alexandre Devecchio. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/vox/politique/2017/04/11/31001-20170411ARTFIG00090-entretien-exclusif-avec-chantal-mouffe-la-philosophe-qui-inspire-melenchon.php>, 2017.

DIAP. *Radiografia do novo congresso: legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, 2014.

DÍAZ-ALEJANDRO, Carlos. *Essays on the economic history of the Argentine Republic*. Yale University Press, 1970.

\_\_\_\_\_. A América Latina em depressão: 1929/39. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, n. 2, 1980.

\_\_\_\_\_. Planos de estabilização no cone sul. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. Ed. Nobel, 1991.

DI TELLA, Torcuato. Populismo y reformismo. In: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. Ediciones Serie Popular Era, 1973.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: In: DORNBUSCH, Rudiger;; EDWARDS, Sebastian (Eds). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ed. Vozes, 1981.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000). *Review of Radical Political Economics*, vol. 34, n. 4, 2002.

DUSSEL, Enrique. *1492 el encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”*. *Conferências de Frankfurt (out/1992)*. Plural editores – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UMSA, La Paz, 1994.

EDWARDS, Sebastian. Crises and growth: a Latin American perspective. *Revista de Historia Económica*, vol. 25, n. 1, 2007.

\_\_\_\_\_. *Left behind: Latin America and the false promise of populism*. The University of Chicago Press, 2010.

ESTEVEZ, Rui Pedro. Between imperialism and capitalism: European capital exports Before 1914. 2006, *mimeo*.

EICHENGREEN, Barry. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. Princeton University Press, 2ª edição, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Covert action in Chile 1963-1973*. U.S. Government Printing Press, Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, 1975. Disponível em: <https://archive.org/details/Covert-Action-In-Chile-1963-1973>, acessado em fev/2018.

FANON, Fantz. *Los condenados de la tierra*. Fondo de Cultura Económica, 2ª edição, México D. F., 1983.

FERNANDES, Florestan. O produto final. In: FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2014.

FERRARI HAINES, Andrés. *El peronismo: un fenómeno argentino. Una interpretación de la política económica argentina, 1946-1955*. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008a.

\_\_\_\_\_. *O peronismo: um fenômeno argentino. Uma interpretação da política econômica argentina, 1946-1955*. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008b.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaio FEE*, vol. 14, n. 2, Porto Alegre, 1993

\_\_\_\_\_. *Vargas: o capitalismo em construção*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. O pensamento econômico alemão no século 19. In: HELFER, Inácio (Org.). *Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 21, n. 1, jan/mar 2003.

\_\_\_\_\_. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. *Revista Tempo*, vol. 14, n. 28, 2010.

\_\_\_\_\_. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Eds.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, 2014.

FOOT, Sarah. *Æthelstan: the first king of England*. Yale University Press, 2011.

FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério Cesar de. Produtividade, salários e a crise da indústria. *Portal Fiesp*. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produktividade-salarios-e-a-crise-da-industria/>, acessado em fev/2018.

FUKUYAMA, Francis. Conclusion. In: FUKUYAMA, Francis (Ed.). *Falling behind: explaining the development gap between Latin America and the United States*. Oxford University Press, 2008.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Ed. Abril Cultural, Col. 'Os Economistas', 1983.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 4ª edição, 2007.

GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda: de onde veio, para onde foi*. Ed. Pioneira, 1977.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Ed. Siglo Veintiuno, 76ª edição, 2004.

\_\_\_\_\_. *Memória do fogo – trilogia*. Ed. L&PM, Porto Alegre, 2013.

GALLEGO, Ferrán. Populismo latinoamericano. In: MELLÓN, Joan Antón (Org.). *Ideologías y movimientos políticos contemporâneos*. Ed. Tecnos, Madrid, 2003.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Ed. Paidós, Buenos Aires, 1962.

\_\_\_\_\_. Stages of modernization in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, vol. 5, n. 8, 1969.

\_\_\_\_\_. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. Ediciones Serie Popular Era, 1973.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In: GIAMBIAGI, Fabio *et. al.* *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2011.

GLADE, William. Latin America and the international economy, 1870-1914. In: BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge history of Latin America*, vol. IV, 1986.

GOLD, Joseph. The second amendment of the Fund's articles of agreement. IMF Pamphlet Series, n. 25, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, nº 28, 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2005.

GÓMEZ, Esperanza Hernández. *Decolonizar el desarrollo: desde la planeación participativa y la interculturalidad en América Latina*. Editorial Espacio, Buenos Aires, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Problems of history and culture. In: HOARE, Quintin; SMITH, Geoffrey Nowell. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. Ed. International Publishers, Nova Iorque, 1971.

GROSS, James A. *The making of the National Labor Relations Board: a study in economics, politics, and the law*. State University of New York Press, vol. 1, 1974.

HAHN, Steven. *The roots of southern populism: yeoman farmers and the transformation of the Georgia Upcountry, 1850-1890*. Oxford University Press, 1983.

HALLETT, Andrew Hughes; DI BARTOLOMEO, Giovanni; ACOCELLA, Nicola. The old and the new theory of economic policy. *International Journal of Public Policy*, vol. 6, n. 1/2, 2010.

- HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. Ed. Nova Cultural, col. “Os Economistas”, São Paulo, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. *The age of capital 1848-1875*. Ed. Abacus, 1975.
- \_\_\_\_\_. *The age of empire, 1875-1914*. Ed. Vintage Books, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2ª ed., 1995.
- \_\_\_\_\_. *The age of revolution, 1789-1848*. Ed. Vintage Books, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge University Press, 2ª edição. 2000.
- \_\_\_\_\_. *How to change the world: reflections on Marx and Marxism*. Yale University Press, 2011.
- HUNT, James L. *Marion Butler and American populism*. The University of North Carolina Press, 2003.
- HURBON, Laënnec. *Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture*. Ed. Karthala, Paris, 1987. Disponível em [http://classiques.uqac.ca/contemporains/hurbon\\_laennec/comprendre\\_haiti/comprendre\\_haiti.pdf](http://classiques.uqac.ca/contemporains/hurbon_laennec/comprendre_haiti/comprendre_haiti.pdf), acessado em set/2017.
- IANNI, Octavio. Populismo y relaciones de clase. In: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. Ediciones Serie Popular Era, 1973.
- IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest. *Populismo: sus significados y características nacionales*. Ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1969.
- JESSOP, Bob. Accumulation strategies, state forms and hegemonic projects. In: CLARKE, Simon. (Org.). *The State Debate*. London, Macmillan, p. 140-162, 1991.
- JONES, Mark P.; LAUGA, Martín; LEÓN-ROESCH, Marta. Argentina. In: NOHLEN, Dieter (Ed.). *Elections in the Americas: a data handbook*. Oxford University Press, vol. 2, 2005.
- KALECKI, Michał. A macrodynamic theory of business cycles. *Econometrica*, vol. 3, n. 3, 1935.
- \_\_\_\_\_. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, vol. 14, n. 4, 1943.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da dinâmica econômica*. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1977.
- KAUFMAN, Robert R.; STALLINGS, Barbara. The political economy of Latin American populism. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.
- KAYSEL, André. Os impasses do populismo no marxismo latino-americano. *Revista Outubro*, n. 27, 2016.
- KEDAR, Claudia. The beginning of a controversial relationship: the IMF, the World Bank, and Argentina, 1943-46. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 35, n. 69, 2010.

KEEN, Steve. Post Keynesian theories of crisis. *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 74, n. 2, 2015.

KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest, and money*. In: ROBINSON, Austin; MOGGIRIDGE, Donald (Eds.). *The collected writings of John Maynard Keynes*. Cambridge University Press, vol. 7, 2013.

KINDLEBERGER, Charles. *The world in depression, 1929-1939*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1975.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Ed. Metropolitan, 2007.

KNIGHT, Patricia. *Mussolini and fascism*. Ed. Routledge, 2003.

LACLAU, Ernesto. *Politics and ideology in Marxist theory: capitalism, fascism, populism*. Ed. NLB, Londres, 1977.

\_\_\_\_\_. *On populist reason*. Ed. Verso, Londres, 2005.

LARRAÍN, Felipe; MELLER, Patricio. The socialista-populist Chilean experience: 1970-1973. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds.). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

LARRAÍN, Jorge. Ideology. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *A dictionary of Marxist thought*. Ed. Blackwell, 2ª edição, 2001.

LAVOIE, Mar. *Introduction to post-Keynesian economics*. Ed. Palgrave Macmillan, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. The economic content of narodism and the criticism of it in Mr. Struve's book, 1895, Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1894/narodniks/index.htm>. In: *Lenin Collected Works*, vol. 1, Progress Publishers, Moscou, 1972.

\_\_\_\_\_. Kommunismus. *Journal of the Communist International for the Countries of South-Eastern Europe*, jun/1920. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm>, acessado em fev/2018.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – vol. I*. Ed. Nova Cultural, 1988.

LEON, Gabriel. Strategic redistribution: the political economy of populism in Latin America. *European Journal of Political Economy*, vol. 34, 2014.

LINDNER, Ralf; SCHULTZE, Rainer-Olaf. United States of America. In: NOHLEN, Dieter (Ed.). *Elections in the Americas: a data handbook*. Oxford University Press, vol. 1, 2005.

LLACH, Juan Jose. El plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. *Desarrollo Económico*, vol. 23, n. 92, 1984.

LÓPEZ-CALVA, Luis F.; LUSTIG, Nora. Explaining the decline in inequality in Latin America: technological change, educational upgrading, and democracy. In: LÓPEZ-CALVA, Luis F.; LUSTIG, Nora (Eds.). *Declining inequality in Latin America: a decade of progress?* Editoras *United Nations Development Programme e Brookings Institution Press*, 2010.

LOWNDES, Joe; WARREN, Dorian. Occupy Wall Street: a twenty-first century populist movement? *Dissent*. Disponível em:

[https://www.dissentmagazine.org/online\\_articles/occupy-wall-street-a-twenty-first-century-populist-movement](https://www.dissentmagazine.org/online_articles/occupy-wall-street-a-twenty-first-century-populist-movement), acessado em jun/2017. 2011.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Considerações sobre o conceito de populismo econômico: explicação ou distorção histórica? *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, ano 4, n. 16, 2009.

LOVE, Joseph. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. 6, 1994.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. Ed. Cortez, 19ª edição, 2010.

LOUZEK, Marek. The battle of methods in economics: the classical *Methodenstreit* – Menger vs. Schmoller. *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 70, n. 2, 2011.

LUCAS, Robert. Expectations and the neutrality of money. *Journal of Economic Theory*, vol. 4, 1972.

\_\_\_\_\_. Econometric policy evaluation: a critique. In: BRUNNER, Karl; MELTZER, Allan H (Eds.). *The Phillips curve and labor markets*. North-Holland Publishing Company, Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, vol. 1, 1976.

\_\_\_\_\_. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, vol. 22, 1988.

\_\_\_\_\_. Why capital doesn't flow from rich to poor countries? *American Economic Review*, vol. 80, n. 2, 1990.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limites das teorias da modernização. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, vol. 10, n. 3, 1970.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o “grande debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 1 (44), 2012.

MADDISON, Angus. *The world economy*. OECD Publishing, 2 vols, 2006.

\_\_\_\_\_. *Contours of the world economy, 1-2030 AD: essays in macro-economic history*. Oxford University Press, 2007.

MAITO, Esteban. La Argentina y la tendencia descendente de la tasa de ganancia, 1910-2011. *Realidad Económica*, p. 127-152, 2013a.

\_\_\_\_\_. La transitoriedad histórica del capital: la tendencia descendente de la tasa de ganancia desde el siglo XIX. *Razón y Revolución*, n. 26, 2013b.

\_\_\_\_\_. *La acumulación de capital en Argentina 1910-2011*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economía Política, FLACSO, Buenos Aires, 2015.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. Ed. Nova Cultural, col. “Os Economistas”, 1996.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Ed. Abril Cultura, col. “Os Economistas”, 1982.

\_\_\_\_\_. *The meaning of the Second World War*. Ed. Verso, 1986.

MARGOLIS, Mac. What Brazil's populist bust could teach Trump. *Bloomberg View*. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/view/articles/2017-02-08/what-brazil-s-populist-bust-could-teach-trump>, acessado em jun/2017, 2017.

MARIÑA FLORES, Abelardo; CÁMARA IZQUIERDO, Sergio. The structural causes of the severity of the world crisis in Mexico. In SANTARCÁNGELO, Juan E.; JUSTO, Orlando; COONEY, Paul. *Latin America after the financial crisis: economic ramifications from heterodox perspectives*. Ed. Palgrave MacMillan, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Ed. Expressão Popular, 2005.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. *Texto para Discussão IE/Unicamp*, n. 216, 2013.

MARKHAM, Jerry W. *A financial history of the United States: from Christopher Columbus to the Robber Barons (1492-1900)*. Ed. M. E. Sharpe, vol. 1, 2002.

MARQUETTI, Adalmir; MALDONADO FILHO, Eduardo; LAUTERT, Vladimir. The rate of profit in Brazil, 1953-2003. *Review of Radical Political Economics*, vol. 42, n. 4, 2010.  
 MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. Profitability and distribution: the origin of the Brazilian economic and political crisis. 2017, *mimeo*. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/316583351\\_Profitability\\_and\\_Distribution\\_the\\_origin\\_of\\_the\\_Brazilian\\_political\\_crisis](https://www.researchgate.net/publication/316583351_Profitability_and_Distribution_the_origin_of_the_Brazilian_political_crisis), acessado em jul/2018.

MARX, Karl. *On the question of free trade*. Discurso proferido na Associação Democrática de Bruxelas, 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/free-trade/index.htm>, acessado em set/2017.

\_\_\_\_\_. *Salário, preço e lucro*. Ed. Abril Cultural, Col. “Os Economistas, São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política – livro III*. Ed. Nova Cultural, Col. ‘Os Economistas’, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Ed. Civilização Brasileira, vol. 1, 1987.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Ed. Expressão Popular, 2ª edição, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011a.

\_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Crítica do programa de Gotha*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política – livro I*. Ed. Boitempo, São Paulo 2013.

MATTICK, Paul. *Economic crisis and crisis theory*. Disponível em:  
<https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1974/crisis/index.htm>, acessado em dez/2017, 1974.

MATSEN, Egil; NATVIK, Gisle J.; TORVIK, Ragnar. Petro populism. *Journal of Development Economics*, vol. 118, 2016.

MATSUSHITA, Hiroshi. El movimiento obrero socialista ante el avance del peronismo. In: BIAGINI, Hugo E.; ROIG, Arturo A. (Eds.). *El pensamiento alternativo en la Argentina del siglo XX*. Ed. Biblos, tomo 2, 2006.

- MENDIETA, Eduardo. Philosophy of liberation. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016. Acessado em: <https://plato.stanford.edu/entries/liberation/>, nov/2017.
- MENGER, Carl. *Investigations into the method of the social sciences, with special reference to economics*. New York University Press, 1985.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2004.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. Ed. Hucitec, 2ª edição, 2004.
- MODIANO, Eduard. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 1990.
- MOFFITT, Benjamin; TORMEY, Simon. Rethinking populism: politics, mediatisation and political style. *Political Studies*, vol. 62, 2014.
- MORAES, Leonardo Segura. *Abertura comercial e desigualdade salarial: um estudo sobre as previsões de Heckscher-Ohlin-Samuelson*. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Centro de Economia e Administração, PUC-Campinas, Campinas, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado e industrialização na América Latina nos anos 1930: um estudo de economia política comparada*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento econômico no pensamento estruturalista latino-americano. In: ÁVILA, Róber Iturriet (Org.). *Teorias do desenvolvimento*. Ed. Unisinos, col. EAD, 2016.
- MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. *Development and growth in the Mexican economy: a historical perspective*. Oxford University Press, 2009.
- MONTEIRO, Sergio Marley Modesto; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Credibility and populism: the economic policy of the Goulart Administrations in Brazil. *Estudos Econômicos*, vol. 42, n. 3, 2012.
- MUDDE, Cas. The problem with populism. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/feb/17/problem-populism-syria-podemos-dark-side-europe>, acessado em jun/2017, 2015.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: a very short introduction*. Oxford University Press, 2017.
- MÜLLER, Jan-Werner. *What is populism?* University of Pennsylvania Press, 2016.
- \_\_\_\_\_. Populistas. *Revista Piauí*, n. 124, 2017.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Ed. Siglo Veintiuno, 2004.
- MUTH, John. Rational expectations and the theory of price movements. *Econometrica*, vol. 29, n. 3, 1961.
- Ó BROIN, Eoin. *Sinn Féin and the politics of left republicanism*. Pluto Press, 2009.
- OFFORD, Derek. The people. In: LEATHERBARROW, William; OFFORD, Derek. *A history of Russian thought*. Cambridge University Press, 2010.

OXFAM. *Desterrados: tierra, poder y desigualdade en América Latina*. OXFAM America, 2016.

PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of development? *World Development*, vol. 6, 1978.

\_\_\_\_\_. Why did the Latin American critical tradition in the social sciences become practically extinct? In: BLYTH, Mark (Ed.). *Routledge handbook of international political economy (IPE): IPE as a global conversation*. Ed. Routledge, 2009.

PANIZZA, Francisco (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. Ed. Verso, 2005.

PARETO, Vilfredo. *Manual de economia política*. Ed. Abril Cultural, col. "Os Economistas", vols. 1 e 2, 1984.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e discurso econômico*. Ed. Boitempo, 2005.

PEDLER, Anne. Going to the people. The Russian Narodnik in 1874-5. *The Slavonic Review*, vol. 6, n. 16, 1927.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. *Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. IBGE, Rio de Janeiro, 2015.

PERÓN, Juan Domingo. *Libro blanco y azul*. Buenos Aires, 1946. Disponível em: [http://www.villamanuelita.org/24%20de%20febrero/glyptodon/documentos/1\\_Libro\\_Azul\\_y\\_blanco.pdf](http://www.villamanuelita.org/24%20de%20febrero/glyptodon/documentos/1_Libro_Azul_y_blanco.pdf), acessado em fev/2018.

PERSON, Torsten; TABELLINI, Guido. *Political economics: explaining economic policy*. The MIT Press, 2000.

PESSÔA, Samuel. O contrato social da redemocratização. In: BACHA, Edmar; SCHWARTZMAN, Simon. *Brasil: a nova agenda social*. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Será que o Brasil está finalmente vacinado contra o populismo econômico? *Conjuntura Econômica*, vol. 72, nº 4, 2018.

PIPES, Richard. Russian Marxism and its populist background: the late nineteenth century. *The Russian Review*, vol. 19, n. 4, 1960.

POLANYI, Karl. *The livelihood of man*. Academic Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Beacon Press, 2ª edição, 2001.

POPESCU, Oreste. *Studies in the history of Latin American economic thought*. Ed. Routledge, Nova Iorque, 1997.

POPPER, Karl. R. *The poverty of historicism*. Ed. Harper; Row, 3ª edição, 1961.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Ed. Portucalense, 2 vols., 1971.

\_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. Ed. Graal, 4ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. On social classes. In: MARTIN, James (Ed.). *The Poulantzas reader: Marxism, law and the State*. Ed. Verso, 2008.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: e outros estudos*. Ed. Companhia das Letras, 2012.

- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro. When did Latin America fall behind? In: EDWARDS, Sebastian; ESQUIVEL, Gerardo; MÁRQUEZ, Graciela (Eds). *The decline of Latin American economies: growth, institutions, and crises*. The University of Chicago Press, 2007.
- PREBISCH, Raul. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, vol. 26, n. 103, 1986.
- QUEIROLO, Graciela. Indemnizaciones, enfermedades y antigüedad entre los empleados de comercio: alcances y límites de la ley nº 11729 (Argentina, 1934-1945). *Estudios Sociales*, n. 50, jan-jun/2016.
- RAUCHWAY, Eric. *The Great Depression; the New Deal: a very short introduction*. Oxford University Press, 2008.
- REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. *This time is different: eight centuries of financial folly*. Princeton University Press, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização*. Ed. Vozes, 8ª edição, Petrópolis, 1985.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Ed. Nova Cultura, col. “Os Economistas”, 1996.
- RICUPERO, Bernardo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-1630*. Ed. Alameda, 2009.
- RIKER, William. *William Riker’s ‘Liberalism against Populism’*. 1982. Disponível em: <https://cmss.blogs.auckland.ac.nz/files/2013/10/CMSStalkslides15Oct.pdf>, acessado em fev/2018.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *El estructuralismo latinoamericano*. Ed. Siglo XXI, 2006.
- ROUGIER, Marcelo. *La economía del peronismo: una perspectiva histórica*. Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 2012.
- ROYLE, Nicholas. *Jacques Derrida*. Ed. Routledge, Col. ‘Routledge Critical Thinkers’, 2003.
- SACHS, Jeffrey D. Social conflict and populist policies in Latin America. *NBER Working Paper Series*, n. 2897, 1989.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. Ed. Penguin, 2003.
- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. Ed. Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Só mais um esforço*. Ed. Três Estrelas, São Paulo, 2018.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2013.
- SALVADORI, Neri; SIGNORINO, Rodolfo. The Malthus versus Ricardo 1815 Corn Laws controversy: an appraisal. *MPRA Paper*, nº 50534, 2013.
- SARGENT, Thomas; WALLACE, Neil. Rational expectations and the theory of economic policy. *Journal of Monetary Economics*, vol. 2, n. 2, 1976.

SCHATAN, Jacobo. Poverty and inequality in Chile: offspring of 25 years of neoliberalism. *Development and Society*, vol. 30, n. 2, 2001.

SCHMOLLER, Gustav. Zur methodologie der Staats- und Sozialwissenschaften. *Jarbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, p. 975-994, 1883.

Disponível em:

[www.digizeitschriften.de/dms/resolveppn/?PID=PPN345575393\\_0007|LOG\\_0044](http://www.digizeitschriften.de/dms/resolveppn/?PID=PPN345575393_0007|LOG_0044), acessado em dez/2017.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. Oxford University Press, 2ª edição, 2005.

SEARLE, John R. *Rationality in action*. The MIT Press, 2001.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. *Ensaio FEE*, 4(1), 1983.

SILVA, Ligia Maria Osorio. A apropriação territorial na primeira república. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História econômica da primeira república*. Ed. Hucitec, 1996.

SILVA, Natasha Pergher. Filosofia moral e método na teoria econômica neoclássica. *Leituras de Economia Política*, n. 25, Campinas, 2017.

SMITH, Peter H. Mexico since 1946. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VII, 1990.

STAVRAKAKIS, Yannis. How did ‘populism’ become a pejorative concept? And why is this important today? A genealogy of double hermeneutics. *POPULISMUS Working Paper*, n. 6, Thessaloniki, Grécia, 2017.

STURZENEGGER, Federico A. Description of a populist experience: Argentina, 1973-1976. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (Eds.). *The macroeconomics of populism in Latin America*. The University of Chicago Press, 1991.

TAGGART, Paul. *Populism*. Open University Press, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Ed. Zahar, 2ª edição, 1973.

TAYLOR, Alan M. Foreign capital flows. In: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Eds.). *The Cambridge economic history of Latin America*. Cambridge University Press,

TCHEKHOV, Anton. *Minha vida*. Ed. Nova Alexandria, 2004.

THE ECONOMIST. The return of populism. Disponível em:

<http://www.economist.com/node/6802448>, acessado em jun/2017, 2006.

\_\_\_\_\_. Why populism is in retreat across Latin America. Disponível em:

<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2016/11/economist-explains-12>, acessado em jun/2017, 2016.

TINBERGEN, Jan. *On the theory of economic policy*. Ed. North-Holland Publishing Company, 1952.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Ed. Martins Fontes, 4ª edição, São Paulo, 2010.

- TOMLINSON, Jim. *Democratic socialism and economic policy: the Atlee years, 1945-1951*. Cambridge University Press, 1997.
- TORRE, Juan Carlos. Argentina since 1946. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VIII, 1991.
- TOWNSEND, James R. Populism and the legacy of Mao Tse-Tung. *Asian Survey*, vol. 17, n. 11, 1977.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World population prospects*. The 2014 revision. 2015.
- URBINATI, Nadia; SAFFON, Maria Paula. Procedural democracy, the bulwark of equal liberty. *Political Theory*, vol. 41, n. 3, 2013.
- VALOBRA, Adriana María. La ciudadanía política de las mujeres y las elecciones de 1951. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, n. 8, 2008.
- VARASCHIN, Jorge. *Para além do populismo econômico: uma interpretação da política econômica do governo João Goulart (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- VARGAS LLOSA, Mario. O novo inimigo. *El País Brasil*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/opinion/1488458309\\_164217.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/opinion/1488458309_164217.html), 2017.
- VENTURI, Franco. *Roots of revolution: a history of the populist and socialist movements in nineteenth century Russia*. Ed. Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1960.
- VIGUERA, Aníbal. “Populismo” y “neopopulismo” en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 55, n. 3, 1993.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Ed. Paz e Terra, 5ª edição, 2003.
- WEISSKOPF, Thomas E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n. 4, 1979.
- WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics*, vol. 34, n. 1, 2001.
- WILHELMSSEN, Lars. *A democratic peace revisited: measuring democracy in international relations*. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência Política, Universidade de Oslo, 2006.
- WOLF, Martin. The economic origins of the populist surge. *Financial Times*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5557f806-5a75-11e7-9bc8-8055f264aa8b>  
<https://www.ft.com/content/5557f806-5a75-11e7-9bc8-8055f264aa8b>, 2017.
- WOLFE, Joel. Populism and developmentalism. In: HOLLOWAY, Thomas (Ed.). *A companion to Latin American history*. Ed. Blackwell, 2011.
- WOLKENSTEIN, Fabio. Populism, liberal democracy, and the ethics of peoplehood. *European Journal of Political Theory*, publicado online, 2016. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1474885116677901>, acessado em fev/2018.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. Ed. Verso, 2002.
- YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2012.

ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Ed. Ariel, S. A. Esplugues de Llobregat, 3ª edição, Barcelona, 1976.

ZINN, Howard. *A people's history of the United States*. Ed. Longman, 1980.

ŽIŽEK, Slavoj. Against the populist temptation. *Critical Inquiry*, vol. 32, n. 3, 2006.

**b) Fontes primárias e bases de dados consultadas**

ARGENTINA. *Plan de gobierno 1947-1951*. Buenos Aires, 2 vols. 1946. (Primeiro Plano Quinquenal)

\_\_\_\_\_. *Censo industrial de 1946*. Dirección Nacional de Servicios Tecnicos del Estado, Buenos Aires, 1952. Disponível em: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/#!/censos-productivos>, acessado em fev/2018.

\_\_\_\_\_. *Censo industrial de 1954*. Dirección Nacional de Servicios Tecnicos del Estado, Buenos Aires, 1960. Disponível em: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/#!/censos-productivos>, acessado em fev/2018.

\_\_\_\_\_. *Segundo plan quinquenal*. Buenos Aires, 1953.

BOLSA DE COMERCIO DE ROSARIO. *Informativo semanal*. Ano 28, n. 1491, 2010.

Disponível em:

[http://www.bcr.com.ar/Publicaciones/Informativo%20semanal/bcr2010\\_12\\_30.pdf](http://www.bcr.com.ar/Publicaciones/Informativo%20semanal/bcr2010_12_30.pdf), acessado em fev/2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/1992 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/1994. Ed. Senado Federal, 2007.

ESCUELA SUPERIOR PERONISTA. *Economía peronista*. Instituto Nacional Juan Domingo Perón, Buenos Aires, 2010.

MOXLAD. *La base de datos de historia económica de América Latina Montevideo-Oxford*.

Disponível em: <http://moxlad-staging.herokuapp.com/home/es#>, acessado em fev/2018.

NOHLEN, Dieter (Ed.). *Elections in the Americas: a data handbook*. Oxford University Press, vols. 1 e 2, 2005.

Entre as fontes de consulta, há inúmeras compilações de discursos e textos de Juan Domingo Perón. Entre os discursos disponíveis, utilizei-me dos textos disponíveis no site *Archivo Peronista* ([www.archivoperonista.com/discursos](http://www.archivoperonista.com/discursos)) e em consulta local no Instituto Nacional Juan Domingo Perón em julho de 2017. Uma listagem completa dos discursos proferidos por Perón pode ser vista na página eletrônica do Instituto

(<http://www.jdperon.gov.ar/1945/10/discursos/>). Entre os discursos referenciados na tese:

1. PERÓN, Juan Domingo. Discurso sobre a política social do Estado em sua posse como secretário da *Secretaría de Trabajo y Previsión* (STP). 01/12/1943.
2. \_\_\_\_\_. Discurso na *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* sendo secretário da STP. 25/08/1944.
3. \_\_\_\_\_. Mensagem radial pelo dia do trabalhador. 01/05/1945.
4. \_\_\_\_\_. Discurso de despedida da STP. 10/10/1945.

5. \_\_\_\_\_. Discurso frente à Assembleia Legislativa pelo motivo de seu juramento como Presidente. 04/06/1946.
6. \_\_\_\_\_. Palavras sobre o cooperativismo agrário no Salão Branco da Casa de Governo: discurso frente aos presidentes das cooperativas agrárias da Província de Buenos Aires. 23/02/1950.
7. DUARTE DE PERÓN, María Eva. Discurso na entrega de chaves aos novos proprietários do Bairro Presidente Perón, em Buenos Aires. 16/02/1950.
8. \_\_\_\_\_. Discurso frente ao *Partido Peronista Femenino*. 04/05/1950.

**c) Fontes audiovisuais**

DUNKER, Christian. Qual é a diferença entre o Real, o Simbólico e o Imaginário? *Youtube*, 13/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aokkRvErfvM>, acessado em nov/2017.

LA BATALLA DE CHILE, LA LUCHA DE UN PUEBLO SIN ARMAS – partes 1 e 2. 97min e 89min. Direção: GUZMÁN, Patricio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w7naR4cQTS4> (parte 1) e <https://www.youtube.com/watch?v=Jw6ekNuTQQA> (parte 2), acessado em fev/2018.

PERÓN, LA REVOLUCIÓN JUSTICIALISTA. Direção: SOLANAS, Fernando; GETINO, Octavio. 1971. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fLrG5PcVk38>, acessado em fev/2018.

RAMÍREZ, Ariel; LUNA, Félix. Antiguo dueño de las flechas. Interpretada por SOSA, Mercedes. In: *Cantata Sudamericana*, 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N1e2nQcE50U>, acessado em jun/2018.

**d) Locais de pesquisa**

- a. Biblioteca Hernán Santa Cruz, CEPAL, Santiago, Chile.
- b. Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS), Porto Alegre, Brasil.
- c. *Biblioteca y Centro de Documentación Latinoamericanos*, Universidade Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina.
- d. Instituto Nacional Juan Domingo Perón (<http://www.jdperon.gov.ar/>), Buenos Aires, Argentina.
- e. Livraria *El Ateneo*, Buenos Aires, Argentina.
- f. *Museo Evita*, Buenos Aires, Argentina.

**APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS**



Salta (cidade), agosto de 2017



Buenos Aires (cidade), Av. 9 de julio, julho de 2017



Pomaire, Chile, agosto de 2017



Salta (cidade), agosto de 2017

EL PERONIS  
TIENE CURA...

Salta (cidade), agosto de 2017

**ANEXO B**

## Derechos sociales y económicos incorporados por la reforma constitucional de 1949

11 de marzo de 1949

Convención Constituyente de 1949

**Fuente**

*Libreta de afiliación al Partido Peronista. Buenos Aires, 1950.*

---

[..]

## Capítulo III

Derechos del trabajador, de la familia, de la ancianidad y de la educación y la cultura

Artículo 37. Declárense los siguientes derechos especiales:

### I. Del trabajador

1. Derecho de trabajar – El trabajo es el medio indispensable para satisfacer las necesidades espirituales y materiales del individuo y de la comunidad, la causa de todas las conquistas de la civilización y el fundamento de la prosperidad general; de ahí que el derecho de trabajar debe ser protegido por la sociedad, considerándolo con la dignidad que merece y proveyendo ocupación a quien lo necesite.

2. Derecho a una retribución justa – Siendo la riqueza, la renta y el interés del capital frutos exclusivos del trabajo humano, la comunidad deber organizar y reactivar las fuentes de producción en forma de posibilitar y garantizar al trabajador una retribución moral y material que satisfaga sus necesidades vitales y sea compensatoria del rendimiento obtenido y del esfuerzo realizado.

3. Derecho a la capacitación – El mejoramiento de la condición humana y la preeminencia de los valores del espíritu imponen la necesidad de propiciar la elevación de la cultura y la aptitud profesional, procurando que todas las inteligencias puedan orientarse hacia todas las direcciones del conocimiento, e incumbe a la sociedad estimular el esfuerzo individual proporcionando los medios para que, en igualdad de oportunidades, todo individuo pueda ejercitar el derecho a aprender y perfeccionarse.

4. Derecho a condiciones dignas de trabajo – La consideración debida al ser humano, la importancia que el trabajo reviste como función social y el respeto recíproco entre los factores concurrentes de la producción, consagran el derecho de los individuos a exigir condiciones dignas y justas para el desarrollo de su actividad y la obligación de la sociedad de velar por la estricta observancia de los preceptos que las instituyen y reglamentan.

5. Derecho a la preservación de la salud – El cuidado de la salud física y moral de los individuos debe ser una preocupación primordial y constante de la sociedad, a la que corresponde velar para que el régimen de trabajo reúna requisitos adecuados de higiene y seguridad, no exceda las

posibilidades normales del esfuerzo y posibilite la debida oportunidad de recuperación por el reposo.

6. Derecho al bienestar – El derecho de los trabajadores al bienestar, cuya expresión mínima se concreta en la posibilidad de disponer de vivienda, indumentaria y alimentación adecuadas, de satisfacer sin angustias sus necesidades y las de su familia en forma que les permita trabajar con satisfacción, descansar libres de preocupaciones y gozar mesuradamente de expansiones espirituales y materiales, impone la necesidad social de elevar el nivel de vida y de trabajo con los recursos directos e indirectos que permita el desenvolvimiento económico.

7. Derecho a la seguridad social – El derecho de los individuos a ser amparados en los casos de disminución, suspensión o pérdida de su capacidad para el trabajo promueve la obligación de la sociedad de tomar unilateralmente a su cargo las prestaciones correspondientes o de promover regímenes de ayuda mutua obligatoria destinados, unos y otros, a cubrir o complementar las insuficiencias o inaptitudes propias de ciertos períodos de la vida o las que resulten de infortunios provenientes de riesgos eventuales.

8. Derecho a la protección de su familia – La protección de la familia responde a un natural designio de individuo, desde que en ella generan sus más elevados sentimientos efectivos y todo empeño tendiente a su bienestar debe ser estimulado y favorecido por la comunidad como el modo más indicado de propender al mejoramiento del género humano y a la consolidación de principios espirituales y morales que constituyen la esencia de la convivencia social.

9. Derecho al mejoramiento económico – La capacidad productora y el empeño de superación hallan un natural incentivo en las posibilidades de mejoramiento económico, por lo que la sociedad debe apoyar y favorecer las iniciativas de los individuos tendientes a ese fin, y estimular la formación y utilización de capitales, en cuanto constituyen elementos activos de la producción y contribuyan a la prosperidad general.

10. Derecho a la defensa de los intereses profesionales – El derecho de agremiarse libremente y de participar en otras actividades lícitas tendientes a la defensa de los intereses profesionales, constituyen atribuciones esenciales de los trabajadores, que la sociedad debe respetar y proteger, asegurando su libre ejercicio y reprimiendo todo acto que pueda dificultarle o impedirlo.

## II. De la familia

La familia, como núcleo primario y fundamental de la sociedad, será objeto de preferente protección por parte del Estado, el que reconoce sus derechos en lo que respecta a su constitución, defensa y cumplimiento de sus fines.

1. El Estado protege el matrimonio, garantiza la igualdad jurídica de los cónyuges y la patria potestad.
2. El Estado formará la unidad económica familiar, de conformidad con lo que una ley especial establezca.
3. El Estado garantiza el bien de la familia conforme a lo que una ley especial determine.
4. La atención y asistencia de la madre y del niño gozarán de la especial y privilegiada consideración del Estado.

### III. De la ancianidad

1. Derecho a la asistencia – Todo anciano tiene derecho a su protección integral, por cuenta y cargo de su familia. En caso de desamparo, corresponde al Estado proveer a dicha protección, ya sea en forma directa o por intermedio de los institutos y fundaciones creados, o que se crearen con ese fin, sin perjuicio de la subrogación del Estado o de dichos institutos, para demandar a los familiares remisos y solventes los aportes correspondientes.
2. Derecho a la vivienda – El derecho a un albergue higiénico, con un mínimo de comodidades hogareñas es inherente a la condición humana.
3. Derecho a la alimentación – La alimentación sana, y adecuada a la edad y estado físico de cada uno, debe ser contemplada en forma particular.
4. Derecho al vestido – El vestido decoroso y apropiado al clima complementa el derecho anterior.
5. Derecho al cuidado de la salud física – El cuidado de la salud física de los ancianos ha de ser preocupación especialísima y permanente.
6. Derecho al cuidado de la salud moral – Debe asegurarse el libre ejercicio de las expansiones espirituales, concordes con la moral y el culto.
7. Derecho al esparcimiento – Ha de reconocerse a la ancianidad el derecho de gozar mesuradamente de un mínimo de entretenimientos para que pueda sobrellevar con satisfacción sus horas de espera.
8. Derecho al trabajo – Cuando el estado y condiciones lo permitan, la ocupación por medio de la laborterapia productiva ha de ser facilitada. Se evitará así la disminución de la personalidad.

9. Derecho a la tranquilidad – Gozar de tranquilidad, libre de angustias y preocupaciones, en los años últimos de existencia, es patrimonio del anciano.

10. Derecho al respeto – La ancianidad tiene derecho al respeto y consideración de sus semejantes.

#### IV. De la educación y la cultura

La educación y la instrucción corresponden a la familia y a los establecimientos particulares y oficiales que colaboren con ella, conforme a lo que establezcan las leyes. Para ese fin, el Estado creará escuelas de primera enseñanza, secundaria, técnico–profesionales, universidades y academias.

1. La enseñanza tenderá al desarrollo del vigor físico de los jóvenes, al perfeccionamiento de sus facultades intelectuales y de sus potencias sociales, a su capacitación profesional, así como a la formación del carácter y el cultivo integral de todas las virtudes personales, familiares y cívicas.

2. La enseñanza primaria elemental es obligatoria y será gratuita en las escuelas del Estado. La enseñanza primaria en las escuelas rurales tenderá a inculcar en el niño el amor a la vida del campo, a orientarlo hacia la capacitación profesional en las faenas rurales y a formar la mujer para las tareas domésticas campesinas. El Estado creará, con ese fin, los institutos necesarios para preparar un magisterio especializado.

3. La orientación profesional de los jóvenes, concebida como un complemento de la acción de instruir y educar, es una función social que el Estado ampara y fomenta mediante instituciones que guíen a los jóvenes hacia las actividades para las que posean naturales aptitudes y capacidad, con el fin de que la adecuada elección profesional redunde en beneficio suyo y de la sociedad.

4. El Estado encomienda a las universidades la enseñanza en el grado superior, que prepare a la juventud para el cultivo de las ciencias al servicio de los fines espirituales y del engrandecimiento de la Nación y para el ejercicio de las profesiones y de las artes técnicas en función del bien de la colectividad. Las universidades tienen el derecho de gobernarse con autonomía, dentro de los límites establecidos por una ley especial que reglamentará su organización y funcionamiento.

Una ley dividirá el territorio nacional en regiones universitarias, dentro de cada una de las cuales ejercerá sus funciones la respectiva universidad. Cada una de las universidades, además de organizar los conocimientos universales cuya enseñanza le incumbe, tenderá a profundizar el estudio de

la literatura, historia y folklore de su zona de influencia cultural, así como a promover las artes técnicas y las ciencias aplicadas con vistas a la explotación de las riquezas y al incremento de las actividades económicas regionales.

Las universidades establecerán cursos obligatorios y comunes destinados a los estudiantes de todas las facultades para su formación política, con el propósito de que cada alumno conozca la esencia de lo argentino, la realidad espiritual, económica, social y política de su país, la evolución y la misión histórica de la República Argentina, y para que adquiera conciencia de la responsabilidad que debe asumir en la empresa de lograr y afianzar los fines reconocidos y fijados en esta Constitución.

5. El Estado protege y fomenta el desarrollo de las ciencias y de las bellas artes, cuyo ejercicio es libre; aunque ello no excluye los deberes sociales de los artistas y hombres de ciencia. Corresponde a las academias la docencia de la cultura y de las investigaciones científicas postuniversitarias, para cuya función tienen el derecho de darse un ordenamiento autónomo dentro de los límites establecidos por una ley especial que las reglamente.

6. Los alumnos capaces y meritorios tienen el derecho de alcanzar los más altos grados de instrucción. El Estado asegura el ejercicio de este derecho mediante becas, asignaciones a la familia y otras providencias que se conferirán por concurso entre los alumnos de todas las escuelas.

7. Las riquezas artísticas e históricas, así como el paisaje natural cualquiera que sea su propietario, forman parte del patrimonio cultural de la Nación y estarán bajo la tutela del Estado, que puede decretar las expropiaciones necesarias para su defensa y prohibir la exportación o enajenación de los tesoros artísticos. El Estado organizará un registro de la riqueza artística e histórica que asegure su custodia y atienda a su conservación.

[...]

### Capítulo IV

La función social de la propiedad, el capital y la actividad económica

Artículo 38. La propiedad privada tiene una función social y, en consecuencia, estará sometida a las obligaciones que establezca la ley con fines de bien común. Incumbe al Estado fiscalizar la distribución y la utilización del campo o intervenir con el objeto de desarrollar e incrementar su rendimiento en interés de la comunidad, y procurar a cada labriego o familia labriega la posibilidad de convertirse en propietario de la tierra que cultiva. La expropiación por causa de utilidad pública o interés general debe ser calificada por ley y previamente indemnizada. Sólo el Congreso impone las contribuciones que se expresan en el artículo 4º. Todo autor o inventor

es propietario exclusivo de su obra, invención o descubrimiento por el término que le acuerda la ley. La confiscación de bienes queda abolida para siempre de la legislación argentina. Ningún cuerpo armado puede hacer requisiciones ni exigir auxilios de ninguna especie en tiempo de paz.

Artículo 39. El capital debe estar al servicio de la economía nacional y tener como principal objeto el bienestar social. Sus diversas formas de explotación no pueden contrariar los fines de beneficio común del pueblo argentina.

Artículo 40. La organización de la riqueza y su explotación tienen por fin el bienestar del pueblo, dentro de un orden económico conforme a los principios de la justicia social. El Estado, mediante una ley, podrá intervenir en la economía y monopolizar determinada actividad, en salvaguardia de los intereses generales y dentro de los límites fijados por los derechos fundamentales asegurados en esta Constitución. Salvo la importación y exportación, que estarán a cargo del Estado, de acuerdo con las limitaciones y el régimen que se determine por ley, toda actividad económica se organizará conforme a la libre iniciativa privada, siempre que no tenga por fin ostensible o encubierto dominar los mercados nacionales, eliminar la competencia o aumentar usurariamente los beneficios.

Los minerales, las caídas de agua, los yacimientos de petróleo, de carbón y de gas, y las demás fuentes naturales de energía, con excepción de los vegetales, son propiedad imprescriptible e inalienable de la Nación, con la correspondiente participación en su producto que se convendrá con las provincias.

Los servicios públicos pertenecen originariamente al Estado, y bajo ningún concepto podrán ser enajenados o concedidos para su explotación. Los que se hallaran en poder de particulares serán transferidos al Estado, mediante compra o expropiación con indemnización previa, cuando una ley nacional lo determine.

El precio por la expropiación de empresas concesionarios de servicios públicos será el del costo de origen de los bienes afectados a la explotación, menos las sumas que se hubieren amortizado durante el lapso cumplido desde el otorgamiento de la concesión y los excedentes sobre una ganancia razonable que serán considerados también como reintegración del capital invertido.

## **ACTA DE DECLARACIÓN DE LA INDEPENDENCIA ECONÓMICA CIUDAD DE SAN MIGUEL DE TUCUMÁN 9 DE JULIO DE 1947**

### **RESEÑA**

Estas páginas contienen la esencia misma de la nacionalidad. Son impulsos de un renacimiento surgido de la propia grandeza de la patria libre proyectada hacia un porvenir digno de su magnitud. Son credo de Independencia; tienen pureza de cuna ideal y dicen con la misma fe los principios que la mostraron a la faz de la tierra como una fuerte y poderosa Nación. En las actas de 1816 cimentóse nuestra historia que luego fue escrita con la diafanidad de un pueblo soberano y heroico; en la Declaración de ahora se firma el futuro de su gloria, de su destino y que tienen en sus propias fuentes la realidad de su visión de ayer, de hoy y de siempre.

Juan Domingo Perón  
Presidente de la Nación

### **ACTA DE LA DECLARACIÓN DE LA INDEPENDENCIA ECONOMICA**

En la benemérita y muy digna ciudad de San Miguel de Tucumán, a nueve días del mes de julio de mil novecientos cuarenta y siete; en celebración del centésimo trigésimo primer aniversario de la Declaración de la Independencia política, sancionada por el Congreso de las Provincias Unidas, reunido en mil ochocientos dieciséis, se reúnen en acto solemne los representantes de la Nación en sus fuerzas gubernativas y en sus fuerzas populares y trabajadoras para reafirmar el propósito del pueblo argentino de consumir su emancipación económica de los poderes capitalistas foráneos que han ejercido su tutela, control y dominio, bajo las formas de hegemónías económicas condenables y de los que en el país pudieran estar a ellos vinculados.

A tal fin los firmantes, en representación del pueblo de la Nación, comprometen las energías de su patriotismo, y la pureza de sus intenciones en la tarea de movilizar las inmensas fuerzas productivas nacionales y concertar los términos de una verdadera política económica, para que en el campo del comercio internacional, tengan base de discusión, negociación y comercialización los productos del trabajo argentino, y quede de tal modo garantizada para la República la suerte económica de su presente y porvenir. Así lo entienden y así lo quieren, a fin de que el pueblo que los produce y elabora y los pueblos de la tierra que los consumen, puedan encontrar un nivel de prosperidad y bienestar más altos que los alcanzados en ninguna época anterior y superiores a los que pueden anotarse en el presente. Por ello, reafirman la voluntad de ser económicamente libres, como hace ciento treinta y un años proclamaron ser políticamente independientes.

Las fuerzas de la producción e industrialización tienen ahora una amplitud y alcances no conocidos y pueden ser superadas por la acción y trabajo del pueblo de la república. El intercambio y la distribución suman cifras que demuestran que el comercio y la industria se expanden conjuntamente con aquellos. La cooperación, que contribuye a fijar de manera permanente las posibilidades humanas, será activada hasta alcanzar el completo desenvolvimiento que demandan las nuevas concepciones del comercio y empleo mundiales de las energías.

A su término, una vez leída esta declaración y preguntados si querían que las provincias y territorios de la República Argentina tuviesen una economía recuperada y libre del capitalismo foráneo y de las hegemonías económicas mundiales, o de las nacionales comprometidas con aquellas, aclamaron y reiteraron su unánime y espontáneo, así como decidido voto por la independencia económica del país, fijando por su determinación el siguiente:

### **PREAMBULO**

Nos, los representantes del pueblo y del gobierno de la República Argentina, reunidos en Congreso Abierto a la voluntad nacional, invocando la Divina Providencia, en el nombre y por la autoridad del pueblo que representamos, declaramos solemnemente a la faz de la tierra la justicia en que fundan su decisión, los pueblos y los gobiernos de las provincias y territorios argentinos, de romper los vínculos dominadores del capitalismo foráneo enclavado en el país y recuperar los derechos al gobierno propio de las fuentes económicas nacionales. La Nación alcanza su libertad económica para quedar, en consecuencia, de hecho y de derecho, con el amplio y pleno poder para darse las formas que exijan la justicia y la economía universal, en defensa de la solidaridad humana.

Así lo declaran y ratifican ante el pueblo y gobierno de la nación, el gobierno y pueblo aquí representados, comprometiéndose, uno y otro, al cumplimiento y sostén de esta su voluntad, bajo el seguro y garantía de sus vidas y honor. Comuníquese a la Nación y en obsequio del respeto que se debe a los demás Estados, detállense en un manifiesto y acta las fuentes determinantes de esta solemne declaración, dada en la Sala de Sesiones del Congreso de las Provincias Unidas, donde en mil ochocientos dieciséis se proclamara la independencia de la República y refrendada por los representantes del pueblo y gobierno argentinos aquí reunidos

Firmas: Quijano, Borlengui, Gramuglia, Miranda, Pistarini, Carrillo y otros.